



# **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

## **LEGISLAÇÃO BÁSICA**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa**

**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**

**Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai**

**Responsável Técnico  
Jussara Flores Soares**

**Projeto Gráfico: Supad/Gepot– Ivanildo Alexandre**

**Impressão: Gráfica da Conab**

## APRESENTAÇÃO

**A Diretoria de Política Agrícola (Dipai)** está colocando à disposição legislação (leis, decretos, portarias e resoluções) referente ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Esta publicação vai ao encontro de demandas apresentadas à Dipai, notadamente pela Área Jurídica da Companhia (explicitada no II Seminário Jurídico da Conab) e pretende auxiliar a todos que buscam maior entendimento sobre esse Programa, em especial sobre a sua base legal.

O PAA, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelos Estados e Municípios e pela Conab, contribui para consolidação de uma Política própria para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais brasileiros e, ainda, serve de referência para a cooperação com outros países, em especial da América Latina e Caribe e África.

Seu conteúdo está disponível no sítio da Conab.

([www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) - produtos e serviços/agricultura familiar/legislação e regulamentos)

**Brasília-DF, novembro de 2013.**



# ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – LEIS</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>A) CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO GRUPO GESTOR</b>	
<b>LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003-</b> (art.19 – Criação do PAA)	<b>17</b>
<b>LEI Nº 11.524, DE 24 DE SETEMBRO DE 2007</b> – (Altera a redação do § 3º do art. 19 – Inclui MEC no Grupo Gestor).	<b>26</b>
<b>LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011</b> – (Capítulo III – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - Procedimentos/Regras e Capítulo IV – Disposições Finais - Altera a Lei 10.696/03 (art.19);	<b>35</b>
<b>B) TEMAS CORRELATOS</b>	
<b>LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006</b> - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. (Com redação alterada pela Lei 12.512/11).	<b>45</b>
<b>LEI Nº 11.420, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006</b> – (art.3º - autoriza a inclusão do art.15B na Lei nº 11.322, de 13/07/2006 – aditamento CPR 2003/04, no âmbito do PAA).	<b>48</b>
<b>LEI Nº 11.718, DE 20 DE JUNHO DE 2008</b> – (art. 11 - Na aquisição de produtos pela CONAB no âmbito do – PAA, os preços de referência serão assegurados aos agricultores familiares, associações e cooperativas livres dos valores referentes às incidências do ICMS e INSS, cujo recolhimento, quando houver, será efetuado pela Conab à conta do PAA).	<b>52</b>
<b>LEI Nº 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008</b> – (art.47 – altera a redação do art.11 da Lei nº 11.718/08 - Na aquisição de produtos no âmbito do – PAA, os preços de referência serão assegurados aos agricultores familiares, associações e cooperativas livres dos valores referentes às incidências do ICMS e INSS, cujo recolhimento, quando houver, será efetuado pela instituição executora do Programa, à conta do PAA).	<b>65</b>

## CAPÍTULO II – DECRETOS

<b>DECRETO Nº 4.772, DE 02 DE JULHO DE 2003</b> - Regulamenta o artigo 19 da Lei 10.696/03 ( <b>revogado</b> pelo Decreto 5.873 de 15/08/2006).	<b>107</b>
<b>DECRETO Nº 5.873, DE 15 DE AGOSTO DE 2006</b> - Regulamenta o artigo 19 da Lei 10.696/03 ( <b>revogado</b> pelo Decreto 6.447/08).	<b>109</b>
<b>DECRETO Nº 6.447, DE 07 DE MAIO DE 2008</b> – Regulamenta o artigo 19 da Lei no 10,696, de 2 de julho de 2003. ( <b>revogado</b> pelo Decreto 7775/12).	<b>111</b>
<b>DECRETO Nº 6.959, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009</b> – Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 6.447/08, que regulamenta o artigo 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003. ( <b>revogado</b> pelo Decreto 7775/12).	<b>114</b>
<b>DECRETO Nº 7.775, DE 04 DE JULHO DE 2012</b> – Regulamenta o art.19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (vigente)	<b>116</b>
<b>DECRETO Nº 7.956, DE 12 DE MARÇO DE 2013</b> – Altera o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (vigente)	<b>131</b>
<b>DECRETO Nº 8.026, DE 06 DE JUNHO DE 2013</b> – Altera o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (vigente)	<b>132</b>

## CAPÍTULO III – PORTARIAS

### A) PORTARIAS MDS

<b>PORTARIA MESA Nº 111, DE 07 DE JULHO DE 2003</b> – Trata da nomeação do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.	<b>139</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 415, DE 12 DE AGOSTO DE 2005</b> – Trata da nomeação de representante do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição o representante nomeado pela Portaria nº 111, de 07/07/03.	<b>140</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 312, DE 25 DE SETEMBRO DE 2006</b> – Trata da nomeação do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos	<b>141</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 167, DE 10 DE MAIO DE 2007</b> – Trata da nomeação de representantes do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição a representantes nomeados pela Portaria nº 312, de 25.09.2006 e Portaria 415, de 12/08/05.	<b>142</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 401, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007</b> – Trata da nomeação de representantes do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição a representantes nomeados pela Portaria nº 312, de 25.09.2006.	<b>143</b>

<b>PORTARIA MDS Nº 226, DE 1º DE JULHO DE 2008</b> – Trata da nomeação de representantes do Grupo Gestor do Programa da Aquisição de Alimentos, que trata o decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.	<b>144</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 303, DE 10 DE SETEMBRO DE 2008</b> – Trata da nomeação de representantes do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição a representantes nomeados pela Portaria nº 312, de 25.09.2006.	<b>145</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 222, DE 06 DE JULHO DE 2009</b> – Trata da nomeação de representantes do Grupo Gestor do PAA.	<b>146</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 234, DE 15 DE AGOSTO DE 2011</b> – Trata da designação dos membros do Grupo Gestor do PAA	<b>147</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 90, DE 18 DE MAIO DE 2012</b> – Trata da designação dos membros do Grupo Gestor do PAA ( <b>Constituição atual</b> )	<b>148</b>
<b>PORTARIA MDS Nº 34, DE 23 DE ABRIL DE 2013</b> – Trata da designação dos membros do Grupo Gestor do PAA ( <b>Constituição atual</b> )	<b>149</b>
<b>PORTARIA MDS/SESAN Nº 44, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013</b> – Trata da designação dos membros do Comitê Consultivo do Grupo Gestor do do PAA	<b>150</b>
<b>B) PORTARIAS MDA</b>	
<b>B.1) PORTARIAS - DAP</b>	
<b>PORTARIA MDA Nº 111, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003</b> – acesso de famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados ao PAA – DAPAA ( <b>Revogada</b> pela Portaria MDA nº 29/09)	<b>152</b>
<b>PORTARIA MDA Nº 29, DE 29 DE MAIO DE 2009</b> – instituí a Declaração de Aptidão ao Pronaf Provisória, DAP-P, destinada a identificar a unidade familiar dos agricultores que não tenham suas Demandas Qualificadas atendidas.	<b>154</b>
<b>PORTARIA MDA Nº 17, DE 23 DE MARÇO DE 2010</b> – Estabelece condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf	<b>155</b>
<b>PORTARIA MDA Nº 12, DE 28 DE MAIO DE 2010</b> – Estabelece Modelos e regras pertinentes à DAP	<b>164</b>
<b>B.2) PORTARIAS – TEMAS CORRELATOS PAA</b>	

<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA, MTE, MDS, SPM, SEAPE, INCRA E CONAB, Nº 02, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008</b> – Institui o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que visa fortalecer organizações produtivas de trabalhadoras rurais através de políticas públicas de apoio à produção e comercialização.	<b>178</b>
<b>PORTARIA MDA Nº 62, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009</b> – Institui a relação de Extrativistas Beneficiários – REB, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que se destina a constituir um banco de identificação dos extrativistas de determinada Unidade de Conservação de Uso Sustentável, visando possibilitar aos relacionados o acesso às Políticas Públicas dirigidas aos agricultores familiares. ( <b>Vigência expirada</b> )	<b>189</b>
<b>CAPÍTULO IV – RESOLUÇÕES DO GRUPO GESTOR</b>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 01, DE 31 DE JULHO DE 2003</b> - Define sistemática de aquisição de produtos oriundos de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e estabelece critérios para a aquisição e doação de gêneros alimentícios e produtos hortigranjeiros. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 18, de 26/05/06).	<b>195</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 02, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre o procedimento de compra antecipada do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 28, de 31/03/2008).	<b>197</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 03, DE 02 DE OUTUBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 18, de 26/05/06)	<b>199</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 04, DE 06 DE NOVEMBRO 2003</b> - Altera dispositivos da Resolução nº 02/2003, que dispõe sobre o procedimento de compra antecipada do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 28, de 31/03/2008).	<b>201</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 05, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003</b> - Regimento Interno do Grupo Gestor/PAA. Anexo	<b>202</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 06, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003</b> - Programa de Aquisição de Alimentos. Apoio à produção para o consumo do leite – PAA/leite. Anexo	<b>209</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 07, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 18, de 26/05/06 e Resolução 31, de 30/09/08).	<b>220</b>



<b>RESOLUÇÃO Nº 08, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, em conformidade com o Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.	<b>222</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.	<b>223</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 10, de 17 DE DEZEMBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre os preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 18, de 26/05/06).	<b>225</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 11, de 17 DE DEZEMBRO DE 2003</b> - Dispõe sobre os preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 18, de 26/05/06).	<b>226</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 12, de 21 DE MAIO DE 2004</b> - Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 39, de 26/01/10).	<b>227</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 13, de 13 DE ABRIL DE 2005</b> - Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos.	<b>229</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 14, de 13 DE ABRIL DE 2005</b> - Altera e complementa as normas que regem o Programa de Apoio à Produção para o Consumo de Leite (PAA-Leite) contidas no Anexo à Resolução nº 6 de 12 de novembro de 2003, publicados no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2003, seção 1, páginas 6 a 9 e dá outras providências. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 17, de 04/04/06).	<b>230</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 15, de 02 DE AGOSTO DE 2005</b> - Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição de leite sob o Programa de Apoio à Produção para o Consumo de Leite (IPCL), no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e altera o prazo para adequação às normas da Resolução nº 14.	<b>233</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 10 DE OUTUBRO DE 2005</b> - Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA – Leite), revogando a Resolução no. 06 de 12 de novembro de 2003, a Resolução no. 14 de 13 de abril de 2005 e o art. 2º da Resolução no. 15 de 02 de agosto de 2005. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 37, de 09/11/09).	<b>234</b>

<b>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 04 DE ABRIL DE 2006</b> - Estabelece normas para pagamento de beneficiários produtores do Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite e dá outras providências. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 37, de 09/11/09)	<b>245</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 18, DE 26 DE MAIO DE 2006</b> - Define preços de referência para aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 32, de 06/10/08)	<b>247</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 19, DE 19 DE JULHO DE 2006</b> - Altera o prazo para adequação de norma da Resolução nº 17 - modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 37, de 09/11/09).	<b>249</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 20, DE 02 DE AGOSTO DE 2006</b> - Dispõe sobre os procedimentos para a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696.	<b>250</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006</b> - Dispõe sobre a correção da unidade de comercialização do arroz nos estados da Região Sul, exceto Paraná, e sobre a equiparação dos preços do Estado do Paraná e da Região Sudeste aos praticados nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 32, de 06/10/08)	<b>253</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 22, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006</b> – Dispõe sobre a Instituição de Grupo Temático da Alimentação Escolar.	<b>254</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 23, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2007</b> – Dispõe sobre o aditamento das Cédulas de Produto Rural - CPR, realizadas entre 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, autorizado pelo artigo 15 - B da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.	<b>255</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 26 DE JUNHO DE 2007</b> - Altera o artigo 20- da Resolução nº- 17, de 04 de abril de 2006. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 37, de 09/11/09).	<b>257</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 25, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007</b> – Dispõe sobre a prorrogação do prazo para solicitar o aditamento das Cédulas de Produto Rural - CPR, de que trata o art. 15-B da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 33, de 04/11/08).	<b>258</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 26, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007</b> – Dispõe sobre o preço de referência da castanha de caju para operações no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696 de 2003. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 32, de 06/10/08)	<b>259</b>

<b>RESOLUÇÃO Nº 27, DE 18 DE JANEIRO DE 2008</b> – Dispõe sobre a doação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006.	<b>260</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 28, DE 31 MARÇO DE 2008</b> – Dispõe sobre sistemática e condições de aquisição e doação simultânea de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.	<b>262</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 29, DE 23 DE MAIO DE 2008</b> - Estabelece parâmetros para a definição dos preços de referência para efeitos de aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	<b>264</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 30, DE 07 DE AGOSTO DE 2008</b> – Institui no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a modalidade “Aquisição de Alimentos para Atendimento Escolar” e dispõe sobre os procedimentos para esta nova modalidade.	<b>266</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 31, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008</b> – Dispõe sobre preços de referência para operações de aquisição de trigo no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	<b>268</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 32, DE 06 DE OUTUBRO DE 2008</b> – Dispõe sobre preços de referência para operações de aquisição de produtos da agricultura Familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	<b>269</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 33, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2008</b> – Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor das operações de Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, por meio de Cédulas de Produto Rural – CPRs, realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA nos anos de 2003 e 2004, e a prorrogação do prazo para solicitar o aditamento destas cédulas. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 40, de 20/08/10)	<b>271</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 34, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2008</b> – Altera a Resolução nº 29, de 23 de maio de 2008, que estabelece parâmetros para a definição dos preços de referência para efeitos de aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	<b>273</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 35, DE 9 DE JANEIRO DE 2009</b> - Amplia para outras Regiões/Unidade da Federação os preços de referência da castanha de caju, castanha do Brasil, leite em pó e trigo para operações de aquisição da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	<b>274</b>

<b>RESOLUÇÃO Nº 36, DE 9 DE JANEIRO DE 2009</b> - Dispõe sobre prorrogação dos prazos de vencimento das parcelas das operações de CPR Alimento, aditadas nos termos da Resolução nº 23, de 09 de fevereiro de 2007, do Grupo Gestor do PAA. <b>(Revogada</b> pela Resolução 40, de 20/08/10)	<b>275</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 37, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2009</b> - Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA-Leite) - <b>(Revogada</b> pela Resolução 61, de 23/10/13)	<b>276</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 38, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009</b> - Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite), estabelece sua metodologia de cálculo. <b>(Revogada</b> pela Resolução 57, de 26 de fevereiro de 2013)	<b>283</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 39, DE 26 DE JANEIRO DE 2010</b> – Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar sob as modalidades Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos e dá outras providências.	<b>286</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 40, DE 20 DE AGOSTO DE 2010</b> - Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor das operações de Compra Antecipada da Agricultura Familiar- CAAF, por meio de Cédulas de Produtor Rural - CPRs, formalizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, nos anos de 2003 e 2004.	<b>288</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 41, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010</b> - Institui Grupo Temático de Acompanhamento e Controle Social, no âmbito do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. <b>(Revogada</b> pela Resolução 49, de 25/09/12)	<b>290</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 42, DE 12 DE JANEIRO DE 2011</b> - Institui, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Sistema Integrado de Informações – SII.	<b>292</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 43, DE 27 DE JANEIRO DE 2011</b> - Altera a Resolução nº 27, de 18 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a doação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos.	<b>294</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 44, DE 16 DE AGOSTO DE 2011</b> – Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos.	<b>295</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 45, DE 13 DE ABRIL DE 2012</b> - Dispõe sobre os Termos de Adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos, celebrados entre a União e os órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos,	<b>297</b>

<b>RESOLUÇÃO Nº 46, DE 11 DE JULHO DE 2012</b> - Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 53, de 20/12/12)	<b>302</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 47, DE 20 DE JULHO DE 2012</b> - Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 53, de 16/12/12)	<b>303</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 48, DE 20 DE AGOSTO DE 2012</b> - Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Sudene, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. ( <b>Revogada</b> pela Resolução 52, de 21/11/12)	<b>304</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 49, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012</b> - Institui Comitê Consultivo, para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA..	<b>305</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 50, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012</b> - Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.	<b>308</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 51, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012</b> - Autoriza a realização de operação, em caráter especial, de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial, no Estado do Amazonas, no âmbito do Programa de aquisição de Alimentos - PAA,	<b>311</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 52, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012</b> - Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da SUDENE, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	<b>313</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</b> - Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	<b>315</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 54, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012</b> - Dispõe sobre a prorrogação do prazo para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da SUDENE, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, ( <b>Revogada</b> pela Resolução 60, de 20/08/2013)	<b>316</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 55, DE 21 DE JANEIRO DE 2013</b> - Prorroga os preços de referência para a aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, estabelecidos pela Resolução nº 47 de 20 de julho de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.	<b>317</b>

<b>RESOLUÇÃO Nº 56, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013</b> - Acrescenta o inciso VI ao art. 2º da Resolução GGPA n° 50, de 26 de setembro de 2013, que dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	<b>318</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 57, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013</b> - Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite), estabelece sua metodologia de cálculo e dá outras providências.	<b>319</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 58, DE 17 DE JUNHO DE 2013</b> - Estende o período estabelecido na Resolução n° 51, de 24 de outubro de 2012, referente à autorização para a realização de operação especial de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial, no Estado do Amazonas, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e dá outras providências.	<b>322</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 59, DE 10 DE JUNHO DE 2013</b> - Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.	<b>323</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 60, DE 20 DE AGOSTO DE 2013</b> - Estende o prazo para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Sudene, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, e dá outras providências.	<b>327</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 61, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</b> - Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA - Leite.	<b>328</b>
<b>RESOLUÇÃO Nº 62, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</b> - Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	<b>332</b>



# LEIS



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento



## **A) INSTITUIÇÃO DO PAA E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO GESTOR**

**LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003**  
**(Publicada no D.O.U. de 3.7.2003)**

**Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições:

I - repactuação, pelo prazo de até dezoito anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de junho de 2006;

II - a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano;

III - os mutuários farão jus, nas operações repactuadas, a bônus de adimplência de setenta por cento sobre cada uma das parcelas, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada;

IV - os agentes financeiros terão até cento e oitenta dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei para formalização do instrumento da repactuação.

Art. 2º Os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação farão jus ao bônus de adimplência de noventa por cento, no caso de pagamento total de seus débitos até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei.

Art. 3º Os mutuários com prestações vencidas a partir de 2001 poderão ser beneficiários da repactuação nas condições descritas nos incisos do art. 1º.

Art. 4º Os mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 terão duas alternativas para enquadramento nas disposições do art. 1º:

I - repactuação do somatório das prestações integrais vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento; ou

II - pagamento das prestações integrais vencidas, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento e aplicando-se o bônus de que trata o inciso III do art. 1º sobre o montante em atraso.

Art. 5º Fica autorizada a individualização das operações coletivas ou grupais ao amparo do PROCERA, inclusive as realizadas por associações e cooperativas, para possibilitar o atendimento a cada mutuário isoladamente.

§ 1º Os mutuários integrantes de contratos coletivos ou grupais, quando optarem pela operação individualizada de que trata o **caput**, poderão valer-se:

I - da faculdade prevista no art. 1º, se estiverem adimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001;

II - de uma das alternativas constantes do art. 4º, se estiverem inadimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001.

§ 2º Aplica-se às operações individualizadas o disposto nos [arts. 2º, caput, e 3º, caput e § 1º, da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001](#), e mantém-se a garantia originalmente vinculada ao contrato coletivo ou grupal quando todos os mutuários optarem pela individualização.

§ 3º Nos casos em que pelo menos um dos mutuários integrantes de contrato coletivo ou grupal não optar pela individualização:

I - o agente financeiro fica autorizado a contratar operação de assunção de dívidas com cooperativa ou associação de cujo quadro social os mutuários participem, mantendo-se a garantia originalmente vinculada ao contrato coletivo ou grupal, para fins de assegurar que o bem em garantia permaneça servindo às atividades rurais dos agricultores; ou

II - fora da hipótese a que se refere o inciso I, havendo pelo menos um mutuário inadimplente que não optou pela individualização até o encerramento do prazo fixado no **caput** do art. 1º, para regularização das obrigações, o agente financeiro iniciará, no dia útil seguinte, as providências relativas ao encaminhamento do contrato para cobrança dos créditos pendentes e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor.

§ 4º Se houver execução da garantia vinculada ao contrato coletivo ou grupal, em decorrência do que dispõe o § 3º, inciso II, eventual sobra de recursos, depois de liquidadas as obrigações dos mutuários que não optaram pela individualização, será carreada à amortização, proporcionalmente, das operações individualizadas na forma deste artigo.

Art. 6º Cumpre aos agentes financeiros:

I - dar início às providências relativas ao encaminhamento dos contratos ao amparo do PROCERA para cobrança de créditos e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor:

a) em 30 de setembro de 2003, no caso dos mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 que não se valerem de uma das alternativas previstas no art. 4º;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

b) após cento e oitenta dias do vencimento de prestação não paga; e

II - informar, no prazo de até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os montantes envolvidos nas repactuações e nas liquidações de obrigações.

Art. 7º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, no valor total originalmente financiado de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem segundo as regras contratuais cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, observadas as seguintes características e condições:

I – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como "PROGER Rural", ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, que não foram renegociados com base na [Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995](#), e pela Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000:

a) rebate no saldo devedor das operações de investimento equivalente a oito inteiros e oito décimos por cento, na data da repactuação;

b) bônus de adimplência de trinta por cento sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de vinte por cento nas operações de custeio e investimento nas demais regiões do país, sendo que nas regiões do semi-árido, e Norte do Espírito Santo, o bônus será de setenta por cento para custeio e investimento;

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano, a partir da data da repactuação nas operações de investimento, e de quatro por cento ao ano nas de custeio;

d) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

e) no caso de financiamentos com recursos dos mencionados Fundos Constitucionais, a adesão à repactuação dispensará contrapartida financeira por parte do mutuário, exigindo-se, nos demais casos, o pagamento, no ato da formalização do instrumento de repactuação, do valor correspondente a dez por cento do somatório das prestações vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; com recursos dos Fundos

Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como "PROGER Rural", ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

a) rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor das operações de investimento, na posição de 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados;

b) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002, com as condições diferenciadas para o semi-árido previstas na alínea *b* do inciso I;

III – nos financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valor total originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mantêm-se os encargos contratuais vigentes para situação de normalidade.

§ 1º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I - cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II - como limite individual, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados da entidade que se enquadrarem como agricultores familiares, respeitado o mesmo teto de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para enquadramento.

§ 2º Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o **caput** deste artigo até 31 de dezembro de 2006, aplicar-se-á bônus adicional de dez por cento sobre o montante devido.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, ficam os gestores dos Fundos Constitucionais autorizados a reclassificar as operações realizadas

simultaneamente com recursos do FAT e de um dos Fundos Constitucionais para a carteira do respectivo Fundo, bem como, nesse caso, a assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

§ 4º Aplicam-se as condições previstas no inciso I, do **caput** deste artigo, aos mutuários que tenham renegociado as suas dívidas com base em legislações posteriores à Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, exclusivamente nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais, não sendo cumulativos os benefícios previstos nesta Lei com os anteriormente repactuados.

§ 5º Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste e lastreados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT em operações com recursos mistos desse Fundo e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou realizadas somente com recursos do FAT sem equalização, nesta região, cujo valor total originalmente contratado não exceda a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), prevalecem as seguintes disposições:

I - aplicam-se os benefícios de que tratam os incisos I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II - a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o norte do Espírito Santo, poderá ser prorrogada pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, com rebate de cinquenta por cento sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento, e taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002.

Art. 8º Fica autorizada, para os financiamentos até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) concedidos aos produtores rurais que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal, a conversão das operações para o âmbito do Fundo Constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do PRONAF, nos casos de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e, para os demais casos, as condições previstas no [art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), com absorção dos respectivos ônus pelo Fundo Constitucional.

Art. 9º Fica o Ministério do Desenvolvimento Agrário encarregado das providências legais e administrativas necessárias à nomeação de liquidante para conduzir os trabalhos de encerramento das atividades do Fundo Contábil do PROCERA.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Federal de Controle Interno incumbida de certificar os valores dos ativos e passivos do Fundo Contábil do PROCERA.

Art. 10. Ficam os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste autorizados a conceder bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até o vencimento, nas proporções e condições a seguir explicitadas, no caso de operações de crédito ao setor rural ao amparo de recursos desses Fundos, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei:

I - operações de valor originalmente financiado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

- a) nas dívidas contraídas até 31 de dezembro de 1994: trinta e cinco por cento;
- b) nas dívidas contraídas no ano de 1995: vinte e cinco por cento;
- c) nas dívidas contraídas no ano de 1996: dezenove por cento;
- d) nas dívidas contraídas no ano de 1997: dezessete por cento;
- e) nas dívidas contraídas no ano de 1998: catorze por cento;

II - operações de valor originalmente financiado acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

- a) para a fração de cada parcela que corresponda ao crédito original de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) aplica-se o disposto nas alíneas do inciso I;
- b) para a fração da parcela que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) são mantidos os encargos financeiros pactuados sem aplicação do bônus aqui estabelecido.

§ 1º Para aplicação do disposto neste artigo, considerar-se-á o somatório das operações existentes em nome do mesmo emitente do instrumento de crédito, identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às operações que não foram contempladas com os benefícios estabelecidos no art. 7º desta Lei.

Art. 11. O prazo estabelecido pelo [§ 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, sem que essa dilação de prazo alcance a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei.

Art. 12. Para efeito do disposto no [art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 28 de fevereiro de 2003, exclusivamente das operações adquiridas pela União sob a égide da [Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#), ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuário, até noventa dias após a regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições:

I – pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;

II – refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor.

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso II deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos **nos incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002**, sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento.



Art. 13. O [inciso I do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - zero vírgula setecentos e cinquenta e nove por cento ao mês sobre o saldo principal, para a variação IGP-M do mês imediatamente anterior ao de incidência;

....."(NR)

Art. 14. Fica autorizada, para as operações adquiridas pela União sob a égide da [Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#), que são passíveis de enquadramento no [art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), a substituição dos encargos financeiros pactuados, no período que se inicia em 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, pelos encargos estabelecidos nos termos dos incisos I e II do **caput** do referido art. 2º.

§ 1º As prestações que estavam vencidas em 28 de outubro de 2002 são corrigidas da seguinte forma:

I - dos respectivos vencimentos até o dia 27 de outubro de 2002, pelos encargos financeiros definidos no [art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#);

II - de 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, pelos encargos estabelecidos no [art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#)

§ 2º Aplicam-se as disposições do **caput** deste artigo às parcelas com vencimento a partir de 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, desde que pagas até o vencimento.

Art. 15. Os bancos oficiais federais poderão, a seu exclusivo critério, retardar a propositura ou suspender processo de execução judicial de dívidas de operações de crédito rural, no caso de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, quando envolverem valor originalmente financiado de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em projetos localizados em áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, desde que haja reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades para resgate ou ampliação da capacidade de geração de renda dos agricultores.

§ 1º Para efeito de reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades, os bancos oficiais federais poderão se valer de estudos realizados por entidades de pesquisa e de prestação de assistência técnica e extensão rural.

§ 2º Excluem-se do disposto neste artigo as operações adquiridas sob a égide da [Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#), as renegociadas com base na [Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995](#), as contempladas pelo art. 7º desta Lei e aquelas formalizadas após 30 de junho de 2000.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo às operações lastreadas por recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 16. Os custos decorrentes desta Lei, no âmbito do PROCERA, dos Fundos Constitucionais e das Operações Oficiais de Crédito, serão compensados com o resultado decorrente do contingenciamento estabelecido pelo Poder Executivo neste exercício, nos termos do [art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002](#), e do [art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), que poderá ser liberado para estas ou outras finalidades.

Art. 17. Para efeito do disposto no [art. 1º, inciso I, alínea a, da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), são considerados componentes dos encargos financeiros os rebates e os bônus por adimplemento que forem aplicados aos financiamentos concedidos aos beneficiários do PRONAF, consoante resolução do Conselho Monetário Nacional, cabendo o ônus desses benefícios ao respectivo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 18. O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

[§ 1º](#) O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.

....."(NR)

**Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. [\(Regulamento\)](#)**

**§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.**

**§ 2º O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.**

**§ 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o caput.**

**§ 4º A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.**



Art. 20. O Conselho Monetário Nacional, no que couber, disciplinará o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002](#), e [10.646, de 28 de março de 2003](#).

Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

*Roberto Rodrigues*

*Guido Mantega*

*Miguel Soldatelli Rossetto*

*José Graziano da Silva*

**LEI Nº 11.524, DE 24 DE SETEMBRO DE 2007**  
**(Publicado no DOU de 25.9.2007)**

Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista de que trata o [art. 48 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991](#), para a instituição de linha de crédito destinada à concessão de financiamentos com vistas na liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005.

§ 1º Os financiamentos serão liquidados em no máximo 4 (quatro) prestações, com vencimento, respectivamente, até o dia 31 de maio de 2009, 2010, 2011 e 2012.

§ 2º O montante de recursos fica limitado a R\$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais).

§ 3º Os encargos financeiros das operações a serem pagos pelos devedores serão compostos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida de 5% (cinco por cento) ao ano.

§ 4º Os recursos da poupança rural e dos depósitos à vista utilizados nos financiamentos de que trata o caput deste artigo poderão ser computados no cumprimento das



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

respectivas exigibilidades rurais, nos termos a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 5º As operações realizadas com recursos das fontes de que trata o caput deste artigo poderão ter as suas fontes reclassificadas entre si, desde que haja autorização do Ministério da Fazenda.

§ 6º O prazo para contratação das operações encerra-se em 30 de junho de 2009. (Redação dada pela Lei nº 11.908, de 2009)

§ 7º É autorizada a contratação de penhor das safras 2008/2009 a 2011/2012.

Art. 2º Na hipótese em que os financiamentos de que trata o art. 1º desta Lei forem concedidos com recursos da exigibilidade da poupança rural ou reclassificados para esta fonte, a União deverá conceder subvenção, sob a forma de equalização, sempre que o custo de captação dos recursos, acrescida do custo decorrente do esforço de captação pela instituição financeira, for superior à TJLP.

§ 1º A subvenção de que trata o caput deste artigo poderá ser reduzida caso seja autorizada pelo Conselho Monetário Nacional a utilização de fator de ponderação para efeito de cumprimento da referida exigibilidade rural da poupança.

§ 2º O pagamento de que trata o caput deste artigo será efetuado mediante a utilização de recursos do órgão *Operações Oficiais de Crédito*, unidade *Recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda*, condicionado à comprovação de uso dos recursos e apresentação de declaração de responsabilidade pela instituição financeira contratante dos financiamentos para fins de liquidação da despesa.

§ 3º A aplicação irregular ou desvio dos recursos provenientes das subvenções sujeitará o infrator à devolução, em dobro, da equalização recebida, atualizada monetariamente, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 3º A instituição financeira poderá constituir fundo de liquidez para garantia dos financiamentos contratados na forma do art. 1º desta Lei, a ser composto de recursos oriundos das participações, não restituíveis, a serem pagas pelos produtores rurais ou suas cooperativas e pelos fornecedores de insumos agropecuários.

§ 1º Na hipótese de constituição do fundo na forma prevista no caput deste artigo:

I - a contratação dos financiamentos pelos produtores rurais ou suas cooperativas estará condicionada ao pagamento de participação pelos tomadores, em favor do fundo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado da dívida mantida com fornecedores;

II - a liquidação das dívidas com os fornecedores estará condicionada ao pagamento de participação pelos fornecedores, em favor do fundo, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor atualizado do crédito;

III - deverá ser estabelecido bônus de adimplência devido ao produtor rural ou a sua cooperativa, cujo pagamento, limitado a 50% (cinquenta por cento) da respectiva participação, está condicionado à existência de saldo remanescente do fundo de liquidez por ocasião de sua liquidação;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

IV - a instituição financeira deverá receber a participação a que se referem os incisos I e II deste parágrafo no ato da liberação do financiamento a débito da conta bancária do fornecedor;

V - a instituição financeira faz jus a remuneração correspondente a até 4% (quatro por cento) do valor dos financiamentos contratados para cobertura dos custos de origem, estruturação e distribuição das operações; e

VI - o saldo remanescente do fundo, após o pagamento do bônus de adimplência de que trata o inciso III deste parágrafo, será rateado conforme definição do Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Ficam as instituições financeiras autorizadas a financiar a participação dos produtores rurais ou suas cooperativas, em favor do fundo de liquidez, de que trata o inciso I do § 1º deste artigo.

Art. 4º Constituído o fundo de liquidez de que trata o art. 3º desta Lei, fica a União autorizada a participar, como cotista única, em Fundo Garantidor dos financiamentos de que trata o art. 1º desta Lei, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total dos financiamentos contratados, acrescido da atualização da TJLP.

§ 1º O Fundo Garantidor de Financiamentos - FGF, sem personalidade jurídica, com natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio da cotista, terá por finalidade garantir os financiamentos de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 2º O patrimônio do FGF será constituído por recursos em dinheiro aportados pela cotista, por meio da integralização de cotas, e pelos rendimentos obtidos com sua administração.

§ 3º O FGF terá direitos e obrigações próprias, pelas quais responderá com seu patrimônio, não respondendo a cotista por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscrever.

§ 4º O FGF será criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela instituição financeira a que se refere o art. 3º desta Lei, a qual será responsável também pela manutenção de rentabilidade e liquidez do Fundo.

§ 5º O estatuto do FGF, a ser aprovado pelo Poder Executivo, disporá inclusive sobre o momento da subscrição e integralização das cotas e a remuneração de seu administrador, além de deliberar sobre as demonstrações financeiras a serem apresentadas pelo gestor. [\(Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008\).](#)

§ 6º A garantia do FGF só será acionada caso o total da inadimplência dos financiamentos exceda os recursos do fundo de liquidez aportados na forma do art. 3º desta Lei.

§ 7º A quitação de débito pelo FGF importará sua sub-rogação nos direitos do credor, na mesma proporção dos valores honrados pelo Fundo.

§ 8º A dissolução do FGF, na forma do estatuto, ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou à liberação das garantias pelo credor.

§ 9º Dissolvido o Fundo, o seu patrimônio retornará à cotista, com base na situação patrimonial na data da dissolução.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 10. A instituição financeira a que se refere o art. 3º desta Lei fará jus a remuneração pela administração do FGF, a ser estabelecida em seu estatuto. [\(Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008\)](#)

Art. 5º O risco de crédito das operações contratadas na forma desta Lei que exceder os recursos do fundo de liquidez aportados na forma do art. 3º desta Lei e aqueles do FGF poderá ser assumido por investidores privados.

§ 1º A assunção de risco de crédito pelos investidores privados não poderá resultar em outros condicionantes para os produtores rurais ou suas cooperativas ou para os fornecedores de insumos agropecuários, além daqueles já previstos nesta Lei.

§ 2º O produto da recuperação dos créditos garantidos nos termos desta Lei será destinado, após descontadas as despesas de cobrança, na seguinte ordem:

- I - aos investidores privados, em caso de acionamento de sua garantia;
- II - ao FGF, em caso de acionamento de sua garantia; e
- III - ao fundo de liquidez.

Art. 6º Os arts. 1º, 15, 17 e 45 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

[§ 2º](#) O WA é título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente, assim como sobre o produto nele descrito.

..... ” (NR)

[“Art. 15.](#) É obrigatório o registro do CDA e do WA em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de emissão dos títulos, no qual constará o respectivo número de controle do título, de que trata o inciso II do caput do art. 5º desta Lei.

.....

[§ 3º](#) Vencido o prazo de 30 (trinta) dias sem o cumprimento da providência a que se refere o caput deste artigo, deverá o depositante solicitar ao depositário o cancelamento dos títulos e sua substituição por novos ou por recibo de depósito, em seu nome.” (NR)

“Art.17. ....

[§ 1º](#) Os registros dos negócios realizados com o CDA e com o WA, unidos ou separados, serão atualizados eletronicamente pela entidade registradora autorizada.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 2º Se, na data de vencimento do WA, o CDA e o WA não estiverem em nome do mesmo credor e o credor do CDA não houver consignado o valor da dívida, na forma do inciso II do § 1º do art. 21 desta Lei, o titular do WA poderá, a seu critério, promover a execução do penhor sobre:

I - o produto, mediante sua venda em leilão a ser realizado em bolsa de mercadorias; ou

II - o CDA correspondente, mediante a venda do título, em conjunto com o WA, em bolsa de mercadorias ou de futuros, ou em mercado de balcão organizado.

§ 3º Nas hipóteses referidas nos incisos I e II do § 2º deste artigo, o produto da venda da mercadoria ou dos títulos, conforme o caso, será utilizado para pagamento imediato do crédito representado pelo WA ao seu respectivo titular na data do vencimento, devendo o saldo remanescente ser entregue ao titular do CDA, após debitadas as despesas comprovadamente incorridas com a realização do leilão da mercadoria ou dos títulos.

§ 4º O adquirente dos títulos no leilão poderá colocá-los novamente em circulação, observando-se o disposto no caput deste artigo, no caso de negociação do WA separado do CDA.” (NR)

“**Art. 45.** Fica autorizada a emissão do CDA e do WA até 31 de dezembro de 2009 por armazéns que não detenham a certificação prevista no art. 2º da Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, mas que atendam a requisitos mínimos a serem definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.” (NR)

Art. 7º O [art. 15 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 15. ....

§ 7º No momento da quitação das parcelas vencidas em 2006, regularizadas até 30 de setembro de 2007, das operações renegociadas nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, não adquiridas ou não desoneradas de risco pela União ao amparo do art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e não liquidadas perante o Tesouro Nacional, incidirá sobre os valores devidos o bônus de adimplência de que trata a alínea d do inciso V do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e não incidirá a correção do preço mínimo de que trata o inciso III do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, nos termos do § 5º do art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, observadas ainda as seguintes condições:

I - o recolhimento ao Tesouro Nacional deverá ocorrer até 31 de outubro de 2007;

II - da data de vencimento da parcela até a data do efetivo pagamento, deve ser aplicada a variação pro rata die da taxa média

ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos públicos federais;

III - os agentes financeiros deverão encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional, até 31 de outubro de 2007, relação contendo o nome dos mutuários cujas parcelas:

a) foram regularizadas nos termos deste parágrafo;

b) vencidas em 2006, foram recolhidas ao Tesouro Nacional em função do risco;

IV - o Banco Central do Brasil definirá os critérios para a aferição dos dados encaminhados nos termos do inciso III deste parágrafo; e

V - em caso de divergência apurada na aferição de que trata o inciso IV deste parágrafo, o agente financeiro devolverá ao Tesouro Nacional a diferença apontada, atualizada pela variação a que se refere o inciso II deste parágrafo, no prazo de até 5 (cinco) dias a partir da constatação pelo Banco Central do Brasil.” (NR)

Art. 8º Nas operações de crédito rural celebradas com recursos dos depósitos de poupança rural, poderá ser pactuado cláusula de encargos financeiros com base:

I - na remuneração básica aplicável aos depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos, mais taxa de juros;

II - em taxas pré-fixadas.

Art. 9º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à implementação e à operacionalização das disposições constantes desta Lei.

Parágrafo único. Dentre essas condições, incluem-se as necessárias para comprovar a mora decorrente da aquisição de insumos.

Art. 10. As sociedades cooperativas de crédito passarão a contribuir para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, na forma do disposto no inciso I do caput do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, em substituição à contribuição adicional prevista no [§ 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 11. O [art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É autorizada a constituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, as quais:

I - terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas naviabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional;

..... ” (NR)

Art. 12. Para as operações de crédito rural contratadas a partir de 1º de agosto de 2007 e até 31 de julho de 2012, não se aplica o disposto no [§ 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994](#).

Art. 13. O [art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. ....

§ 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e da Educação, para a operacionalização do Programa de que trata o caput deste artigo.

..... ” (NR)

Art. 14. O [art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989](#), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 14-A. ....

Parágrafo único. O Ministério da Integração Nacional exercerá as competências relativas aos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, de que trata o art. 14 desta Lei, até que sejam instalados os mencionados Conselhos.” (NR)

Art. 15. O [art. 1º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos.” (NR)

Art. 16. O [art. 11 da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007](#), passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 11. ....

.....





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não se aplica aos contratos ou conhecimentos de transporte em que houver cláusula ou ajuste dispondo sobre o tempo de carga ou descarga.” (NR)

Art. 17. É a União autorizada a indenizar os proprietários de redes de espera do tipo caçoeira, utilizadas para a captura de lagostas das espécies *Panulirus argus*, lagosta vermelha, e *Panulirus laeviscauda*, lagosta cabo verde, que, voluntariamente, entregarem as citadas redes à União. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º Os proprietários terão o prazo de 30 (trinta) dias para entregar as redes de espera do tipo caçoeira, contado da publicação do regulamento desta Lei, para ter direito à indenização.

§ 2º A indenização será paga aos proprietários no ato de entrega das redes de espera do tipo caçoeira ao órgão competente, nos termos do regulamento.

§ 3º Presumir-se-á a boa-fé dos proprietários que entreguem as redes de espera do tipo caçoeira na forma estabelecida neste artigo.

§ 4º As redes de espera do tipo caçoeira serão entregues mediante recibo e destruídas pelos órgãos competentes da União, nos termos do regulamento.

§ 5º As redes de espera do tipo caçoeira ou quaisquer outros petrechos e equipamentos de pesca apreendidos pelos órgãos de fiscalização não serão objeto do pagamento de indenização.

§ 6º Os recursos necessários para o cumprimento do disposto neste artigo serão consignados em crédito orçamentário específico.

Art. 18. O disposto no art. 17 desta Lei aplica-se aos proprietários de compressores de ar utilizados exclusivamente para a captura por mergulho das espécies *Panulirus argus*, lagosta vermelha, e *Panulirus laeviscauda*, lagosta cabo verde, nos termos do regulamento. [\(Regulamento\)](#)

Art. 19. É a União autorizada a conceder, pelo prazo máximo de 3 (três) meses, no exercício de 2007, assistência financeira mensal, no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), aos pescadores artesanais que se dedicam à pesca da lagosta nas águas jurisdicionais brasileiras e que estão impedidos de exercer a atividade em razão das Instruções Normativas nº 138, de 6 de dezembro de 2006, e nº 144, de 3 de janeiro de 2007, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e que constam da base de dados do Seguro-Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º O órgão competente da União expedirá documento comprobatório de que o pescador requerente se enquadra nas disposições do caput deste artigo, para os efeitos de habilitação, concessão e pagamento da assistência financeira de que trata este artigo, nos termos do regulamento.

§ 2º A concessão da assistência financeira mensal de que trata este artigo está vinculada à inscrição e permanência do pescador requerente em curso de qualificação adequado à sua recolocação no mercado de trabalho, nos termos do regulamento.

§ 3º Os recursos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo serão consignados em crédito orçamentário específico.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

Art. 20. [\(VETADO\)](#)

Art. 21. [\(VETADO\)](#)

Art. 22. Excepcionalmente, até 31 de outubro de 2007, em relação aos débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, será permitido à Microempresa - ME e à Empresa de Pequeno Porte - EPP integrantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#):

I - o parcelamento, inclusive das contribuições previdenciárias que foram parceladas; e

II - a concessão de novo parcelamento, ainda que não integralmente pago o parcelamento anterior relativo ao mesmo tributo ou qualquer outra exação.

§ 1º Ao parcelamento ou ao parcelamento de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo aplicam-se as demais disposições da:

I - [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), quanto aos débitos relativos a contribuições sociais previstas nas alíneas a e c do parágrafo único de seu art. 11, instituídas a título de substituição e devidas por lei a terceiros; e

II - [Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#), quanto aos débitos relativos aos demais tributos administrados pela RFB, no que não dispuser de forma contrária.

§ 2º A concessão de novo parcelamento por ocasião da opção pelo Simples Nacional, nos termos do inciso II do caput deste artigo, não é causa de exclusão de outros parcelamentos anteriormente concedidos.

§ 3º Ressalvadas as contribuições e os débitos previstos nos arts. 2º e 3º e no caput e [§ 1º do art. 16 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007](#), o disposto neste artigo não se aplica aos débitos inscritos em Dívida Ativa da União.

Art. 23. [\(VETADO\)](#)

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de setembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Guido Mantega*

*Reinhold Stephanes*

*Carlos Lupi*

**LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011**  
**(Publicado no DOU de 17/10/11)**

Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com os seguintes objetivos:

I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;

II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º; e

III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Parágrafo único. A execução do Programa de Apoio à Conservação Ambiental ficará sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, ao qual caberá definir as normas complementares do Programa.

Art. 2º Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros e a disponibilizar serviços de assistência

técnica a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural, conforme regulamento.

Parágrafo único. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.

Art. 3º Poderão ser beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação nas seguintes áreas:

I - Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais;

II - projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

III - territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e

IV - outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo definirá os procedimentos para a verificação da existência de recursos naturais nas áreas de que tratam os incisos I a IV.

§ 2º O monitoramento e o controle das atividades de conservação ambiental nas áreas elencadas nos incisos I a IV ocorrerão por meio de auditorias amostrais das informações referentes ao período de avaliação, ou outras formas, incluindo parcerias com instituições governamentais estaduais e municipais, conforme previsto em regulamento.

Art. 4º Para a participação no Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I - encontrar-se em situação de extrema pobreza;

II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e

III - desenvolver atividades de conservação nas áreas previstas no art. 3º.

Art. 5º Para receber os recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família beneficiária deverá:

I - estar inscrita em cadastro a ser mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, contendo informações sobre as atividades de conservação ambiental; e

II - aderir ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental por meio da assinatura de termo de adesão por parte do responsável pela família beneficiária, no qual serão especificadas as atividades de conservação a serem desenvolvidas.

§ 1º O Poder Executivo definirá critérios de priorização das famílias a serem beneficiadas, de acordo com características populacionais e regionais e conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º O recebimento dos recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental tem caráter temporário e não gera direito adquirido.

Art. 6º A transferência de recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental será realizada por meio de repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), na forma do regulamento.

Parágrafo único. A transferência dos recursos de que trata o caput será realizada por um prazo de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada nos termos do regulamento.

Art. 7º São condições de cessação da transferência de recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental:

I - não atendimento das condições definidas nos arts. 4º e 5º e nas regras do Programa, conforme definidas em regulamento; ou

II - habilitação do beneficiário em outros programas ou ações federais de incentivo à conservação ambiental.

Art. 8º O Poder Executivo instituirá o Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:

I - aprovar o planejamento do Programa, compatibilizando os recursos disponíveis com o número de famílias beneficiárias;

II - definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; e

III - indicar áreas prioritárias para a implementação do Programa, observado o disposto no art. 3º.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá a composição e a forma de funcionamento do Comitê Gestor, bem como os procedimentos e instrumentos de controle social.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS**

Art. 9º Fica instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com os seguintes objetivos:

I - estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade;

II - promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários;

III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; e

IV - incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários.

§ 1º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será executado em conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme o regulamento.

§ 2º O Poder Executivo disporá sobre a participação de outros Ministérios e outras instituições vinculadas na execução do Programa de que trata o caput deste artigo.

§ 3º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será executado por meio da transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de assistência técnica.

Art. 10. Poderão ser beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais:

- I - os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#); e
- II - outros grupos populacionais definidos como prioritários por ato do Poder Executivo.

Art. 11. Para a participação no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- I - encontrar-se em situação de extrema pobreza; e
- II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

Art. 12. Para o recebimento dos recursos financeiros do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a família beneficiária deverá aderir ao Programa por meio da assinatura de termo de adesão pelo seu responsável, contendo o projeto de estruturação da unidade produtiva familiar e as etapas de sua implantação.

§ 1º No caso de beneficiários cujas atividades produtivas sejam realizadas coletivamente, o projeto poderá contemplar mais de uma família, conforme o regulamento.

§ 2º O Poder Executivo definirá critérios de priorização das famílias a serem beneficiadas, conforme aspectos técnicos e de disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º O recebimento dos recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tem caráter temporário e não gera direito adquirido.

Art. 13. Fica a União autorizada a transferir diretamente ao responsável pela família beneficiária do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais os recursos financeiros no valor de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por família, na forma do regulamento.

§ 1º A transferência dos recursos de que trata o caput dar-se-á em, no mínimo, 3 (três) parcelas e no período máximo de 2 (dois) anos, na forma do regulamento.

§ 2º Na ocorrência de situações excepcionais e que impeçam ou retardem a execução do projeto, o prazo a que se refere o § 1º poderá ser prorrogado em até 6 (seis) meses, conforme o regulamento.

§ 3º A função de agente operador do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será atribuída à instituição financeira oficial, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.

Art. 14. A cessação da transferência de recursos no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ocorrerá em razão da não observância das regras do Programa, conforme o regulamento.

Art. 15. O Poder Executivo instituirá o Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:

- I - aprovar o planejamento do Programa, compatibilizando os recursos disponíveis ao número de famílias beneficiárias; e
- II - definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá a composição e a forma de funcionamento do Comitê Gestor, bem como os procedimentos e instrumentos de controle social.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

**Art. 16. Podem fornecer produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de que trata o [art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003](#), os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#).**

**§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA poderão ser efetuadas diretamente dos beneficiários de que trata o caput ou, indiretamente, por meio de suas cooperativas e demais organizações formais.**

**§ 2º Nas aquisições realizadas por meio de cooperativas dos agricultores familiares e dos demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), a transferência dos produtos do associado para a cooperativa constitui ato cooperativo, previsto na [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#).**

**§ 3º O Poder Executivo federal poderá estabelecer critérios e condições de prioridade de atendimento pelo PAA, de forma a contemplar as especificidades de seus diferentes segmentos e atendimento dos beneficiários de menor renda.**

**§ 4º A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras**

**Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências:**





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

**I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA; e**

**II - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento.**

**Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA.**

**Art. 18. Os alimentos adquiridos pelo PAA serão destinados a ações de promoção de segurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques, podendo ser comercializados, conforme o regulamento.**

**Art. 19. Os alimentos adquiridos no âmbito do PAA poderão ser doados a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, observado o disposto em regulamento.**

**Art. 20. Sem prejuízo das modalidades já instituídas, o PAA poderá ser executado mediante a celebração de Termo de Adesão firmado por órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos, dispensada a celebração de convênio.**

**Art. 21. Para a execução das ações de implementação do PAA, fica a União autorizada a realizar pagamentos aos executores do Programa, nas condições específicas estabelecidas em regulamento, com a finalidade de contribuir com as despesas de operacionalização das metas acordadas.**

**Art. 22. A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no âmbito das operações do PAA, poderá realizar ações de articulação com cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar.**

**Art. 23. O pagamento aos fornecedores descritos no art. 16 será realizado diretamente pela União ou por intermédio das instituições financeiras oficiais, admitido o convênio com cooperativas de crédito e bancos cooperativos para o repasse aos beneficiários.**

**Parágrafo único. Para a efetivação do pagamento de que trata o caput, será admitido, como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos, termo de recebimento e aceitabilidade, emitido e atestado por representante da entidade que receber os alimentos e referendado pela entidade executora, conforme o regulamento.**

**Art. 24. Os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea são instâncias de controle e participação social do PAA.**

**Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de Consea na esfera administrativa de execução do programa, deverá ser indicada outra instância de controle social responsável pelo acompanhamento de sua execução, que será, preferencialmente, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.**



#### **CAPÍTULO IV** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 25. O Poder Executivo definirá em regulamento o conceito de família em situação de extrema pobreza, para efeito da caracterização dos beneficiários das transferências de recursos a serem realizadas no âmbito dos Programas instituídos nesta Lei.

Art. 26. A participação nos Comitês previstos nesta Lei será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 27. Os recursos transferidos no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais não comporão a renda familiar mensal, para efeito de elegibilidade nos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Art. 28. As despesas com a execução das ações dos programas instituídos por esta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos órgãos e entidades envolvidos em sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 29. O Poder Executivo divulgará periodicamente, por meio eletrônico, relação atualizada contendo o nome, o Número de Identificação Social inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - NIS, a unidade federativa e os valores pagos aos beneficiários dos Programas de que tratam os arts. 1º e 9º desta Lei.

Art. 30. Fica autorizado o Poder Executivo a discriminar, por meio de ato próprio, programações do Plano Brasil Sem Miséria a serem executadas por meio das transferências obrigatórias de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Parágrafo único. Caberá ao Comitê Gestor Nacional do Plano Brasil Sem Miséria divulgar em sítio na internet a relação das programações de que trata o caput, bem como proceder às atualizações devidas nessa relação, inclusive no que se refere a alterações nas classificações orçamentárias decorrentes de lei orçamentária anual e seus créditos adicionais.

Art. 31. Os recursos de que tratam os arts. 6º e 13 poderão ser majorados pelo Poder Executivo em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, observada a dotação orçamentária disponível.

Art. 32. Na definição dos critérios de que tratam o § 1º do art. 5º e o § 2º do art. 12, o Poder Executivo dará prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e às famílias residentes nos Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

**Art. 33. O art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:**



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

**"Art. 19.** Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades:

**I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;**

**II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;**

**III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;**

**IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;**

**V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;**

**VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e**

**VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.**

**§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.**

**§ 2º (Revogado).**

**§ 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor do PAA, com composição e atribuições definidas em regulamento.**

**§ 4º (Revogado)." (NR)**

Art. 34. O inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

**II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;**

....." (NR)

Art. 35. O aumento do número de benefícios variáveis atualmente percebidos pelas famílias beneficiárias, decorrente da alteração pre-vista no art. 34, ocorrerá nos termos de cronograma a ser definido em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 36. O art. 11 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 11. ....

Parágrafo único. A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação" encerra-se em 31 de dezembro de 2011."  
(NR)

Art. 37. O art. 14 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro de que trata o art. 1º será responsabilizado quando, dolosamente:

I - inserir ou fazer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; ou

II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício.

§ 1º (Revogado).

§ 2º O servidor público ou agente da entidade contratada que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente."(NR)

Art. 38. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação de regência."

Art. 39. O art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....  
.....

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

.....  
§ 2º .....  
.....

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º;

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º." (NR)

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de outubro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

**DILMA ROUSSEFF**

**Arno Hugo Augustin Filho**

**Miriam Belchior**

**Tereza Campello**

**Izabella Mônica Vieira Teixeira**

**Afonso Florence**

## **B) TEMAS CORRELATOS AO PAA**

**LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**  
**(Publicado no DOU de 25/07/2006)**  
**(Alteração Publicada no DOU de 17/10/2011)**

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - eqüidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I - crédito e fundo de aval;
- II - infra-estrutura e serviços;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - pesquisa;
- V - comercialização;
- VI - seguro;
- VII - habitação;
- VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX - cooperativismo e associativismo;
- X - educação, capacitação e profissionalização;
- XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
*Guilherme Cassel*



**LEI Nº 11.420, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006**  
**(Publicado no DOU de 21/12/06)**

**Altera dispositivos da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 2º, 11, 13 e 15 da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos I e II do **caput** deste artigo, fica o gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste autorizado a adquirir para a carteira do Fundo, a partir da data da renegociação, as operações realizadas com recursos do FAT não equalizados, bem como assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

§ 5º .....



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

III - para efeito do disposto neste parágrafo, fica o gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste autorizado a adquirir, a partir da data da renegociação, as operações realizadas com recursos do FAT ou de outras fontes sem equalização e as operações realizadas com recursos do FNE combinados com recursos do FAT ou com outras fontes, para a carteira do Fundo, bem como, nesses casos, assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

.....” (NR)

“Art. 11. Ficam autorizados a repactuação, o alongamento e a individualização de operações de crédito rural do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF que tenham sido protocoladas ou apresentadas formalmente aos agentes financeiros até 31 de maio de 2004, garantidas as condições financeiras para cada programa previstas na Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único. Para as operações de que trata este artigo, o Conselho Monetário definirá novos prazos para o cumprimento das condições estabelecidas na Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003.” (NR)

“Art. 13. Fica a União autorizada a conceder subvenções econômicas na forma de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários ou outros benefícios, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, a agricultores familiares que contratarem operações de financiamento rural nas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, respeitadas suas disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Parágrafo único. A autorização de que trata o **caput** deste artigo também abrange as operações de financiamento de custeio no âmbito do PRONAF contratadas na safra 2005/2006.” (NR)

“Art. 15. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006:

.....

§ 2o Para ter direito à modalidade de financiamento de que trata o **caput** deste artigo, os beneficiários deverão estar adimplentes com as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2004.

§ 3o Os recursos do financiamento de que trata o **caput** deste artigo serão destinados direta e exclusivamente para a liquidação das parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006.

§ 4o As operações de crédito a que se refere o **caput** deste artigo poderão ter prazo de reembolso de até 5 (cinco) anos, incluindo até 2 (dois) anos de carência para pagamento da primeira parcela, devendo o respectivo cronograma ser fixado de acordo com o fluxo de caixa da atividade do mutuário.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 5o Admite-se, ainda, o financiamento de que trata este artigo para cobrir despesas relativas ao pagamento das parcelas de 2005 e 2006 das operações mencionadas nos incisos I e II do **caput** deste artigo, efetuado pelos mutuários entre 14 de julho de 2006 e 17 de agosto de 2006.” (NR)

Art. 2o O art. 8o da Lei no 11.322, 13 de julho de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 8o .....

Parágrafo único. Os Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional definirão, por meio de Portaria Interministerial, as condições e os critérios para a aquisição pelo FNE, quando for o caso, das operações renegociadas com base nos arts. 2o e 3o desta Lei.” (NR)

**Art. 3o A Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 15-A e 15-B:**

“Art. 15-A. A medida de que trata o art. 15 desta Lei aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive àquelas formalizadas de acordo com a Resolução no 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2o da Medida Provisória no 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 1o No momento da quitação das parcelas, vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, das operações de que trata o **caput** deste artigo, os valores devidos deverão ser atualizados pelos encargos de normalidade até a data do respectivo vencimento, observadas as seguintes condições:

I - o valor de cada parcela deve ser calculado sem encargos adicionais de inadimplemento, inclusive com o bônus de adimplência, de que tratam a alínea d do inciso V do § 5o do art. 5o da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e os incisos I e II do **caput** do art. 2o da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, e a não incidência da correção do preço mínimo, de que trata o inciso III do § 5o do art. 5o da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, nos termos do § 5o do art. 1o da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002;

II - da data de vencimento da parcela até a data do efetivo pagamento, deve ser aplicada a variação **pro rata die** da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos públicos federais.

§ 2o Admite-se a concessão das condições previstas no § 1o deste artigo para os mutuários que quitarem, até 29 de dezembro de 2006, as parcelas, vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, das operações de que trata o **caput** deste artigo, independentemente da contratação do financiamento a que se refere o art. 15 desta Lei.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 3o Fica o Tesouro Nacional autorizado a equalizar as taxas de juros nos financiamentos realizados para quitação das parcelas de operações contempladas no **caput** deste artigo, nos casos em que o risco apurado se mostrar incompatível com a taxa a ser cobrada do tomador, conforme regulamentação a cargo do Ministério da Fazenda.”

**“Art. 15-B. Fica a União autorizada a aditar as Cédulas de Produto Rural - CPR, realizadas entre 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação desta Lei.**

**Parágrafo único. O Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, estabelecido na forma do § 3o do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, fica autorizado a definir as demais condições para a efetivação dessa medida.”**

Art. 4o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Guido Mantega*

*Luis Carlos Guedes Pinto*

**LEI Nº 11.718, DE 20 DE JUNHO DE 2008**  
**(Publicada no D.O.U de 23/06/08)**

Acrscenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nos 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. O produtor rural pessoa física poderá realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 1o A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo que, dentro do período de 1 (um) ano, superar 2 (dois) meses fica convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado, observando-se os termos da legislação aplicável.

§ 2o A filiação e a inscrição do trabalhador de que trata este artigo na Previdência Social decorrem, automaticamente, da sua inclusão pelo empregador na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, cabendo à Previdência Social instituir mecanismo que permita a sua identificação.

§ 3o O contrato de trabalho por pequeno prazo deverá ser formalizado mediante a inclusão do trabalhador na GFIP, na forma do disposto no § 2o deste artigo, e:

I - mediante a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social e em Livro ou Ficha de Registro de Empregados; ou

II - mediante contrato escrito, em 2 (duas) vias, uma para cada parte, onde conste, no mínimo:

- a) expressa autorização em acordo coletivo ou convenção coletiva;
- b) identificação do produtor rural e do imóvel rural onde o trabalho será realizado e indicação da respectiva matrícula;

c) identificação do trabalhador, com indicação do respectivo Número de Inscrição do Trabalhador - NIT.

§ 4o A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo só poderá ser realizada por produtor rural pessoa física, proprietário ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica.

§ 5o A contribuição do segurado trabalhador rural contratado para prestar serviço na forma deste artigo é de 8% (oito por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição definido no inciso I do **caput** do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 6o A não inclusão do trabalhador na GFIP pressupõe a inexistência de contratação na forma deste artigo, sem prejuízo de comprovação, por qualquer meio admitido em direito, da existência de relação jurídica diversa.

§ 7o Compete ao empregador fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias nos termos da legislação vigente, cabendo à Previdência Social e à Receita Federal do Brasil instituir mecanismos que facilitem o acesso do trabalhador e da entidade sindical que o representa às informações sobre as contribuições recolhidas.

§ 8o São assegurados ao trabalhador rural contratado por pequeno prazo, além de remuneração equivalente à do trabalhador rural permanente, os demais direitos de natureza trabalhista.

§ 9o Todas as parcelas devidas ao trabalhador de que trata este artigo serão calculadas dia a dia e pagas diretamente a ele mediante recibo.

§ 10. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS deverá ser recolhido e poderá ser levantado nos termos da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990."

Art. 2º Para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo ao trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual que presta serviços de natureza rural, em caráter eventual, a 1 (uma) ou mais empresas, sem relação de emprego.

Art. 3º Na concessão de aposentadoria por idade do empregado rural, em valor equivalente ao salário mínimo, serão contados para efeito de carência:

- I - até 31 de dezembro de 2010, a atividade comprovada na forma do art. 143 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;
- II - de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, cada mês comprovado de emprego, multiplicado por 3 (três), limitado a 12 (doze) meses, dentro do respectivo ano civil; e
- III - de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, cada mês comprovado de emprego, multiplicado por 2 (dois), limitado a 12 (doze) meses dentro do respectivo ano civil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo e respectivo inciso I ao trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual que comprovar a prestação de serviço de natureza rural, em caráter eventual, a 1 (uma) ou mais empresas, sem relação de emprego.

Art. 4º ( VETADO)

Art. 5º O art. 48 da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 48. ....

§ 1º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados.

§ 2º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural poderá ser destinado à construção ou reforma de moradias no imóvel rural e em pequenas comunidades rurais." (NR)

Art. 6º Fica autorizada a reclassificação das operações contratadas ao abrigo da Linha Especial de Crédito FAT Integrar, de que trata a Lei no 11.011, de 20 de dezembro de 2004, para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, observadas as seguintes condições:

- I - a reclassificação será realizada mediante a celebração de termo aditivo ao instrumento de crédito;
- II - a partir da data da reclassificação, as operações ficarão sujeitas às normas do FCO; e





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

III - as operações reclassificadas deverão manter as mesmas condições de prazo e de classificação de porte dos mutuários originalmente pactuadas.

Art. 7o O art. 1o da Lei no 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para § 1o:

"Art. 1o .....

§ 1o Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

§ 2o O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2o desta Lei;

II - necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências;

III - dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento.

§ 3o Os processos administrativos em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal observarão os requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências." (NR)

Art. 8o O Anexo da Lei no 9.017, de 30 de março de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração no Item 13 e inclusão do Item 15, com a seguinte redação:

"

SITUAÇÃO UFIR

.....  
13 - Vistoria de estabelecimentos financeiros, exceto cooperativas singulares de crédito, por agência ou posto 1.000

.....  
15 - Vistoria de cooperativas singulares de crédito. 300

"

Art. 9o A Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. ....

.....  
V - .....

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro)



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo;

VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

ou

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do **caput** do art. 2o da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

§ 1o Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

§ 3o (Revogado):

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 7o Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.

§ 8o O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou trabalhador de que trata a alínea g do inciso V do **caput** deste artigo, em épocas de safra, à razão de no máximo 120 (cento e vinte) pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

§ 9o Não descaracteriza a condição de segurado especial:

I - a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano;

III - a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado, em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar;

algun componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo;

V - a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na forma do § 11 do art. 25 desta Lei; e

VI - a associação em cooperativa agropecuária.

§ 10. Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

I - benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social;

II - benefício previdenciário pela participação em plano de previdência complementar instituído nos termos do inciso IV do § 9º deste artigo;

III - exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 deste artigo;

IV - exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais;

V - exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, observado o disposto no § 13 deste artigo;

VI - parceria ou meação outorgada na forma e condições estabelecidas no inciso I do § 9º deste artigo;

VII - atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; e

VIII - atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

§ 11. O segurado especial fica excluído dessa categoria:

I - a contar do primeiro dia do mês em que:

a) deixar de satisfazer as condições estabelecidas no inciso VII do **caput** deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 da Lei no 8.213, de 24 de julho de



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

1991, ou exceder qualquer dos limites estabelecidos no inciso I do § 9º deste artigo;

b) se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto nos incisos III, V, VII e VIII do § 10 deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; e

c) se tornar segurado obrigatório de outro regime previdenciário;

II - a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da ocorrência, quando o grupo familiar a que pertence exceder o limite de:

a) utilização de trabalhadores nos termos do § 8º deste artigo;

b) dias em atividade remunerada estabelecidos no inciso III do § 10 deste artigo; e

c) dias de hospedagem a que se refere o inciso II do § 9º deste artigo.

§ 12. Aplica-se o disposto na alínea a do inciso V do **caput** deste artigo ao cônjuge ou companheiro do produtor que participe da atividade rural por este explorada.

§ 13. O disposto nos incisos III e V do § 10 deste artigo não dispensa o recolhimento da contribuição devida em relação ao exercício das atividades de que tratam os referidos incisos." (NR)

"Art. 25. ....

.....

§ 4º (Revogado).

.....

§ 10. Integra a receita bruta de que trata este artigo, além dos valores decorrentes da comercialização da produção relativa aos produtos a que se refere o § 3º deste artigo, a receita proveniente:

I - da comercialização da produção obtida em razão de contrato de parceria ou meação de parte do imóvel rural;

II - da comercialização de artigos de artesanato de que trata o inciso VII do § 10 do art. 12 desta Lei;

III - de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais;

IV - do valor de mercado da produção rural dada em pagamento ou que tiver sido trocada por outra, qualquer que seja o motivo ou finalidade; e



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

V - de atividade artística de que trata o inciso VIII do § 10 do art. 12 desta Lei.

§ 11. Considera-se processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, desde que não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI." (NR)

"Art. 30. ....

.....

XII - sem prejuízo do disposto no inciso X do **caput** deste artigo, o produtor rural pessoa física e o segurado especial são obrigados a recolher, diretamente, a contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente:

a) da comercialização de artigos de artesanato elaborados com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar;

c) de comercialização de artesanato ou do exercício de atividade artística, observado o disposto nos incisos VII e VIII do § 10 do art. 12 desta Lei; e

d) de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais;

XIII - o segurado especial é obrigado a arrecadar a contribuição de trabalhadores a seu serviço e a recolhê-la no prazo referido na alínea *b* do inciso I do **caput** deste artigo.

.....

§ 7o A empresa ou cooperativa adquirente, consumidora ou consignatária da produção fica obrigada a fornecer ao segurado especial cópia do documento fiscal de entrada da mercadoria, para fins de comprovação da operação e da respectiva contribuição previdenciária.

§ 8o Quando o grupo familiar a que o segurado especial estiver vinculado não tiver obtido, no ano, por qualquer motivo, receita proveniente de comercialização de produção deverá comunicar a ocorrência à Previdência Social, na forma do regulamento.

§ 9o Quando o segurado especial tiver comercializado sua produção do ano anterior exclusivamente com empresa adquirente, consignatária ou cooperativa, tal fato deverá ser comunicado à Previdência Social pelo respectivo grupo familiar." (NR)

"Art. 49. ....



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

5o A matrícula atribuída pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ao produtor rural pessoa física ou segurado especial é o documento de inscrição do contribuinte, em substituição à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, a ser apresentado em suas relações com o Poder Público, inclusive para licenciamento sanitário de produtos de origem animal ou vegetal submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização artesanal, com as instituições financeiras, para fins de contratação de operações de crédito, e com os adquirentes de sua produção ou fornecedores de sementes, insumos, ferramentas e demais implementos agrícolas.

§ 6o O disposto no § 5o deste artigo não se aplica ao licenciamento sanitário de produtos sujeitos à incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados ou ao contribuinte cuja inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ seja obrigatória." (NR)

Art. 10. A Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. ....

.....

V - .....

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos;

ou ainda nas hipóteses dos §§ 9o e 10 deste artigo;

.....

VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do **caput** do art. 2o da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

§ 6º Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.

§ 7º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou de trabalhador de que trata a alínea g do inciso V do **caput** deste artigo, em épocas de safra, à razão de, no máximo, 120 (cento e vinte) pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

§ 8º Não descaracteriza a condição de segurado especial:

I - a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar;

II - a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano;

III - a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar; e

IV - ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo;

V - a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na forma do § 11 do art. 25 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

VI - a associação em cooperativa agropecuária.

§ 9º Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

I - benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social;

II - benefício previdenciário pela participação em plano de previdência complementar instituído nos termos do inciso IV do § 8º deste artigo;





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

III - exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 julho de 1991;

IV - exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais;

V - exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída, exclusivamente, por segurados especiais, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

VI - parceria ou meação outorgada na forma e condições estabelecidas no inciso I do § 8o deste artigo;

VII - atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; e

VIII - atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

§ 10. O segurado especial fica excluído dessa categoria:

I - a contar do primeiro dia do mês em que:

a) deixar de satisfazer as condições estabelecidas no inciso VII do **caput** deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 desta Lei, ou exceder qualquer dos limites estabelecidos no inciso I do § 8o deste artigo;

b) se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto nos incisos III, V, VII e VIII do § 9o deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 desta Lei; e

c) tornar-se segurado obrigatório de outro regime previdenciário;

II - a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da ocorrência, quando o grupo familiar a que pertence exceder o limite de:

a) utilização de terceiros na exploração da atividade a que se refere o § 7o deste artigo;

b) dias em atividade remunerada estabelecidos no inciso III do § 9o deste artigo; e

c) dias de hospedagem a que se refere o inciso II do § 8o deste artigo.

§ 11. Aplica-se o disposto na alínea a do inciso V do **caput** deste artigo ao cônjuge ou companheiro do produtor que participe da atividade rural por este explorada." (NR)

"Art. 17. ....

.....



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 3o (Revogado).

§ 4o A inscrição do segurado especial será feita de forma a vinculá-lo ao seu respectivo grupo familiar e conterá, além das informações pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside ou o Município onde reside e, quando for o caso, a identificação e inscrição da pessoa responsável pela unidade familiar.

§ 5o O segurado especial integrante de grupo familiar que não seja proprietário ou dono do imóvel rural em que desenvolve sua atividade deverá informar, no ato da inscrição, conforme o caso, o nome do parceiro ou meeiro outorgante, arrendador, comodante ou assemelhado.

§ 6o Simultaneamente com a inscrição do segurado especial, será atribuído ao grupo familiar número de Cadastro Específico do INSS - CEI, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias." (NR)

"Art. 29. ....

§ 6o O salário-de-benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário-mínimo, ressalvado o disposto no inciso II do art. 39 e nos §§ 3o e 4o do art. 48 desta Lei.

I - (revogado);

II - (revogado).

....." (NR)

"Art. 38-A. O Ministério da Previdência Social desenvolverá programa de cadastramento dos segurados especiais, observado o disposto nos §§ 4o e 5o do art. 17 desta Lei, podendo para tanto firmar convênio com órgãos federais, estaduais ou do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades de classe, em especial as respectivas confederações ou federações.

§ 1o O programa de que trata o **caput** deste artigo deverá prever a manutenção e a atualização anual do cadastro, e as informações nele contidas não dispensam a apresentação dos documentos previstos no art. 106 desta Lei.

§ 2o Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar nenhum ônus para os segurados, sejam eles filiados ou não às entidades conveniadas."

"Art. 48. ....

§ 2o Para os efeitos do disposto no § 1o deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9o do art. 11 desta Lei.

§ 3o Os trabalhadores rurais de que trata o § 1o deste artigo que não atendam ao disposto no § 2o deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.

§ 4o Para efeito do § 3o deste artigo, o cálculo da renda mensal do benefício será apurado de acordo com o disposto no inciso II do **caput** do art. 29 desta Lei, considerando-se como salário-de-contribuição mensal do período como segurado especial o limite mínimo de salário-de-contribuição da Previdência Social." (NR)

"Art. 106. A comprovação do exercício de atividade rural será feita, alternativamente, por meio de:

I - contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;

III - declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

IV - comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;

V - bloco de notas do produtor rural;

VI - notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7o do art. 30 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;

VII - documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;

VIII - comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;

IX - cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou

X - licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra."

(NR)

**Art. 11.** Na aquisição de produtos agropecuários pela Companhia Nacional de Abastecimento - **CONAB** no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - **PAA**, instituído pelo art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, os preços de referência serão assegurados aos agricultores familiares, associações e cooperativas livres dos valores referentes às incidências do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e da contribuição do produtor rural pessoa física ou produtor rural pessoa jurídica ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cujo recolhimento, quando houver, será efetuado pela Conab à conta do PAA.

Art. 12. Ficam revogados:

I - o § 3o do art. 12 e o § 4o do art. 25 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

II - o § 3o do art. 17 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de junho de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Tarso Genro*

*Guido Mantega*

*José Pimentel*

*André Peixoto Figueiredo Lima*

**LEI Nº 11.775 DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 17/09/08)

**Acrescenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6o do art. 1o da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nos 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural, renegociadas com base no § 3o do art. 5o da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e repactuadas nos termos da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, ou do art. 4o da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

I - para a liquidação em 2008, 2009 ou 2010 de operações adimplidas, concessão de descontos conforme quadro constante do Anexo I desta Lei, observado que:

a) para efeito de enquadramento nas faixas de desconto para liquidação da operação até 30 de dezembro de 2008, deverá ser considerado o saldo devedor em 31 de março de 2008, apurado sem a correção pela variação do preço mínimo, de que tratam os §§ 3º e 5º do art. 1º da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, e os incisos III, V e VI do **caput** do art. 4º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006;

b) para efeito de enquadramento nas faixas de desconto para liquidação da operação em 2009 ou 2010, deverá ser considerado o saldo devedor em 1º de janeiro de 2009 ou em 1º de janeiro de 2010, respectivamente, apurado sem a correção pela variação do preço mínimo a que se refere a alínea a deste inciso;

c) os descontos e bônus de adimplemento devem ser aplicados na seguinte ordem:

1. bônus de adimplemento contratual sobre o saldo devedor;

2. desconto percentual adicional sobre o valor apurado nos termos do item 1 desta alínea;

3. desconto de valor fixo sobre o valor apurado nos termos do item 2 desta alínea;

II - para a renegociação de operações adimplidas:

a) permissão ao mutuário, mediante formalização de aditivo contratual, da repactuação para que sejam suprimidas, a partir da formalização da renegociação, a correção pela variação do preço mínimo e a opção pela entrega do produto em pagamento da dívida, de que tratam o inciso IV do § 5º do art. 5º da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, os §§ 3º e 5º do art. 1º da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, e os incisos III, V e VI do **caput** do art. 4º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006;

b) manutenção dos prazos contratuais de amortização ou seu reescalonamento até o vencimento final em 31 de outubro de 2025;

III - para a liquidação, em 2008, de operações inadimplidas:

a) dispensa da correção pela variação do preço mínimo, de que tratam os §§ 3º e 5º do art. 1º da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, e os incisos III, V e VI do **caput** do art. 4º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, referente às parcelas vencidas;

b) ajuste do saldo devedor vencido, retirando-se os encargos por inadimplemento e corrigindo-se o saldo de cada parcela pelos encargos de normalidade até a data do respectivo vencimento contratual, e aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais 6% (seis por cento) ao ano **pro rata die**, calculados a partir da data de vencimento contratual de cada parcela, até a data da liquidação;

c) apuração do saldo devedor vincendo sem a correção pela variação do preço mínimo, de que tratam os §§ 3º e 5º do art. 1º da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, e os incisos III, V e VI do **caput** do art. 4º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006;

d) aplicação ao saldo devedor total apurado dos descontos previstos no quadro constante do Anexo I desta Lei, observando-se a ordem de que trata a alínea c do inciso I do **caput** deste artigo e considerando-se a data da liquidação para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;

IV - para a renegociação de operações inadimplidas:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- a) exigência do pagamento integral da parcela com vencimento em 2008, com incidência do bônus contratual se paga até a data de seu vencimento, ou, em caso de pagamento ainda em 2008 após o vencimento, com ajuste nos termos das alíneas *a* e *b* do inciso III do **caput** deste artigo;
- b) exigência de amortização mínima de 2% (dois por cento) do saldo devedor vencido, ajustado nos termos das alíneas *a* e *b* do inciso III do **caput** deste artigo, e distribuição entre as parcelas vincendas do valor remanescente, mantendo-se os prazos contratuais de reembolso ou reescalando-os até o vencimento final em 31 de outubro de 2025;
- c) aplicação do disposto na alínea *a* do inciso II do **caput** deste artigo para as operações renegociadas nas condições de que trata este inciso;
- d) aplicação das mesmas condições e descontos estabelecidos nas alíneas *b* e *c* do inciso I do **caput** deste artigo, no caso de liquidação da operação em 2009 ou 2010.

§ 1º Somente fará jus às medidas de que tratam os incisos I a IV do **caput** deste artigo a operação que tiver sido adquirida e desonerada do risco pela União, na forma do art. 2º da Medida Provisória no 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, ou esteja lastreada em recursos e com risco dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE ou do Centro-Oeste - FCO, de acordo com o art. 13 da mesma Medida Provisória, ou do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ.

§ 2º Nas operações repactuadas segundo as condições estabelecidas pelo art. 4º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, os descontos previstos para liquidação antecipada até 2008 devem ser substituídos pelos descontos de que trata o inciso I do **caput** deste artigo.

§ 3º Para a liquidação de operações em que os valores financiados foram aplicados em atividades desenvolvidas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, exceto em Municípios localizados em área de cerrado, a serem definidos pelos Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o correspondente desconto percentual previsto no quadro constante do Anexo I desta Lei será acrescido de 10 (dez) pontos percentuais.

§ 4º Os custos decorrentes do ajuste do saldo devedor vencido, dos descontos e dos bônus concedidos nos termos deste artigo serão imputados ao Tesouro Nacional, quando as operações tiverem risco da União, aos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações lastreadas em seus recursos, e ao Funcafé, no caso de operações com seus recursos e risco.

§ 5º Para as operações renegociadas nos termos deste artigo, admite-se, até o ano de 2010, a amortização antecipada de parcelas com aplicação dos respectivos descontos para liquidação estabelecidos no inciso I do **caput** deste artigo, exceto o desconto de valor fixo, que será definido na forma do § 6º deste artigo, desde que a operação se encontre adimplida na data da antecipação das prestações e que estas sejam amortizadas na ordem inversa da prevista no cronograma de reembolso.

§ 6º Para definição do desconto de valor fixo nas amortizações antecipadas de cada parcela de que trata o § 5º deste artigo, deve-se considerar o valor do desconto fixo para as respectivas faixas de saldo estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo, sendo que:

- I - para pagamento de parcelas em 2008, o valor do desconto fixo deve ser dividido por 17 (dezessete) e multiplicado pelo número de parcelas anuais amortizadas nesse ano;





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - para pagamento de parcelas em 2009, o valor do desconto fixo deve ser dividido por 16 (dezesseis) e multiplicado pelo número de parcelas anuais amortizadas nesse ano;

III - para pagamento de parcelas em 2010, o valor do desconto fixo deve ser dividido por 15 (quinze) e multiplicado pelo número de parcelas anuais amortizadas nesse ano.

Art. 2º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural, renegociadas com base no 3º do art. 5º da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e não repactuadas sob a égide da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, ou nos termos do art.4º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006:

I - obtenção do saldo devedor das operações pelo somatório das prestações vencidas e vincendas, cujos valores serão apurados pela:

a) multiplicação das unidades de produtos vinculados a cada prestação vencida pelos respectivos preços mínimos vigentes na data de seu vencimento, com subsequente aplicação da variação do IPCA mais juros de 6% (seis por cento) ao ano entre o vencimento contratual de cada prestação e a data da liquidação ou renegociação;

b) multiplicação do somatório das unidades de produtos vinculados às prestações vincendas pelos preços mínimos vigentes na data da liquidação ou renegociação, depois de descontada, em cada prestação, a parcela de juros de 3% (três por cento) ao ano entre a data de cada vencimento contratual e a data da liquidação ou renegociação;

II - aplicação, para a liquidação em 2008 do saldo devedor da operação, apurado nos termos do inciso I deste artigo, dos mesmos descontos previstos no quadro constante do Anexo I desta Lei, observado o disposto nas alíneas a e c do inciso I do **caput** do art. 1º desta Lei;

III - formalização de aditivo contratual, para a renegociação da operação, observado que:

a) será exigida, no caso de operações inadimplidas, amortização mínima de 2% (dois por cento) do saldo devedor vencido, apurado na forma da alínea a do inciso I do **caput** deste artigo;

b) o saldo devedor remanescente será reescalonado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com o primeiro vencimento pactuado para 31 de outubro de 2009 e o último para 31 de outubro de 2025;

c) deverá constar do aditivo contratual a supressão da correção do saldo devedor pela variação do preço mínimo e da possibilidade de liquidação da dívida mediante entrega do produto vinculado à operação, de que trata o inciso IV do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, passando a vigorar contratualmente apenas a taxa efetiva de juros de 3% (três por cento) ao ano;

d) depois de efetuada a renegociação, os mutuários poderão liquidar a operação em 2009 ou 2010, com os descontos previstos no quadro constante do Anexo I desta Lei, observadas as condições estabelecidas nas alíneas b e c do inciso I do **caput** do art. 1º desta Lei;

e) após a renegociação, admite-se a amortização antecipada nos anos de 2008, 2009 ou 2010 de parcelas de operações inadimplidas na data do pagamento, com a aplicação das condições estabelecidas nos §§ 5º e 6º do art. 1º desta Lei.



§ 1º Somente fará jus às medidas de que tratam os incisos I a III do **caput** deste artigo a operação que tiver sido adquirida e desonerada do risco pela União, na forma do art. 2º da Medida Provisória no 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, ou esteja lastreada em recursos e com risco do FNO, FNE ou FCO, de acordo com o art. 13 da mesma Medida Provisória, ou do Funcafé.

§ 2º Para a liquidação de operações em que os valores financiados foram aplicados em atividades desenvolvidas na área de atuação da Sudene, exceto em Municípios localizados em área de cerrado, a serem definidos pelos Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o correspondente desconto percentual previsto no quadro constante do Anexo I desta Lei será acrescido de 10 (dez) pontos percentuais.

§ 3º Os custos decorrentes dos bônus e descontos concedidos nos termos deste artigo serão imputados ao Tesouro Nacional, quando as operações tiverem risco da União, aos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações lastreadas em seus recursos, e ao Funcafé, no caso de operações com seus recursos e risco.

Art. 3º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou regularização das operações com risco do Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou das instituições financeiras, enquadradas no § 6º do art. 5º da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e na Resolução no 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que estiverem em situação de inadimplência:

I - apuração do valor das parcelas de juros vencidas, para efeito de liquidação, segundo as condições estabelecidas contratualmente para situação de normalidade até a data do vencimento de cada parcela, inclusive com incidência de bônus de adimplemento e aplicação, vencimento de cada parcela até a data de sua efetiva liquidação, dos encargos financeiros pactuados para situação de normalidade, exceto quanto à aplicação do bônus de adimplemento;

II - possibilidade de liquidação do valor apurado na forma do inciso I do **caput** deste artigo com recursos próprios ou mediante a contratação de novo financiamento, a critério do agente financeiro, condicionada ao pagamento de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor apurado observado que:

a) será permitida a utilização de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento nas operações neles lastreadas;

b) nas operações lastreadas em recursos das instituições financeiras ou cujo risco de crédito seja da União por força da Medida Provisória no 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, será permitida a utilização de recursos obrigatórios do crédito rural, devendo a instituição financeira que efetuar a operação assumir o risco integral das operações.

§ 1º O CMN estabelecerá as condições do financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 2º Fica autorizado, para os mutuários de operações de que trata o **caput** deste artigo e que possuam parcelas de juros inadimplentes de anos anteriores a 2008, inclusive para aqueles com saldos devedores inscritos ou passíveis de inscrição na Dívida Ativa da União:

I - o pagamento das parcelas de juros com vencimento em 2008 efetuado até a data do respectivo vencimento, considerados os prazos adicionais concedidos pelo CMN, com direito às condições e aos bônus contratuais de adimplência;

II - o saldo devedor restante deverá ser liquidado ou renegociado nas condições estabelecidas no **caput** deste artigo ou no art. 8º desta Lei, conforme a situação da operação.

§ 3º A União e os Fundos Constitucionais de Financiamento ficam autorizados a suportar os bônus de adimplemento que deverão ser concedidos aos mutuários na apuração do valor devido de cada parcela de juros vencida, na forma estabelecida no inciso I do **caput** deste artigo, devendo a diferença entre os encargos de inadimplemento a serem estornados das parcelas de juros vencidas e os juros aplicados a partir do vencimento ser assumida pelo respectivo detentor do risco do crédito.

Art. 4º Fica autorizada a repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual, das operações de que trata o § 6º-A do art. 5º da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, não repactuadas na forma da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, e que estejam adimplidas ou que venham a adimplir-se, assegurando-se, a partir de 27 de maio de 2008, aos mutuários que efetuarem o pagamento até a data do respectivo vencimento que a parcela de juros, calculada à taxa efetiva, originalmente contratada, de até 8% (oito por cento), 9% (nove por cento) ou 10% (dez por cento) ao ano sobre o principal atualizado com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, não excederá os tetos de:

I - 0,759% (setecentos e cinquenta e nove milésimos por cento) ao mês sobre o saldo principal, para a variação do IGP-M do mês imediatamente anterior ao de incidência;

II - 3% (três por cento), 4% (quatro por cento) ou 5% (cinco por cento) ao ano, para a taxa de juros de 8% (oito por cento), 9% (nove por cento) ou 10% (dez por cento), respectivamente, calculada **pro rata die** a partir de 27 de maio de 2008.

§ 1º Na repactuação de que trata este artigo, o Tesouro Nacional e os Fundos Constitucionais de Financiamento assumirão, mediante declaração de responsabilidade dos valores atestados pelas instituições financeiras, os custos relativos à diferença entre o valor contratual para pagamento de juros e o valor recebido de acordo com o previsto neste artigo.

§ 2º O teto a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo não se aplica à atualização do principal da dívida já garantido por certificados de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 5º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação das operações ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, de que trata a Medida Provisória no 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, que foram contratadas com risco, integral ou parcial, da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

I - nas operações adimplidas:

a) para a liquidação da operação em 2008, concessão de desconto de 15% (quinze por cento) sobre o saldo devedor;

b) para a liquidação da operação em 2009 ou em 2010, concessão de desconto de 12% (doze por cento) ou 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o saldo devedor;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - nas operações inadimplidas, para liquidação ou renegociação:

a) ajuste do saldo devedor vencido:

1. retirando-se as multas por inadimplemento;
2. corrigindo-se o saldo de cada parcela vencida pelos encargos de normalidade até a data do respectivo vencimento contratual; e
3. aplicando-se os encargos pactuados para inadimplemento, exceto multas, a partir do vencimento contratual de cada parcela até a data da liquidação;

b) para a liquidação da operação em 2008, concessão do desconto previsto na alínea *a* do inciso I do **caput** deste artigo, sobre o saldo devedor ajustado nas condições estabelecidas na alínea *a* deste inciso, somado ao saldo devedor vincendo;

c) para a renegociação da operação:

1. exigência do pagamento da parcela com vencimento em 2008, tomada sem encargos adicionais de inadimplemento para os pagamentos efetuados até a data do vencimento contratual;
2. distribuição do saldo devedor vencido, ajustado nos termos da alínea *a* deste inciso, entre as parcelas vincendas a partir de 2009;
3. concessão dos mesmos descontos estabelecidos na alínea *b* do inciso I do **caput** deste artigo, em caso de liquidação da operação em 2009 ou 2010.

Parágrafo único. O custo dos descontos deverá ser suportado pelo Tesouro Nacional, quando as operações forem por ele equalizadas ou tiverem risco da União, e pelos Fundos Constitucionais, nas operações com seus recursos e risco.

Art. 6º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas originárias de operações de crédito com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ objeto de dação em pagamento, de que trata o art. 3º da Medida Provisória no 2.196-3, de 24 de agosto de 2001:

I - nas operações adimplidas:

a) para a liquidação da operação em 2008, 2009 ou 2010:

1. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo II desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre o saldo devedor total na data do pagamento e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;
2. consideração do saldo devedor total em 31 de março de 2008, 1º de janeiro de 2009 ou 1º de janeiro de 2010, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto para liquidação da operação até 30 de dezembro de 2008, 2009 ou 2010, respectivamente;

b) para a renegociação da operação:

1. permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, mantendo-se em 2008 o vencimento da primeira parcela recalculada e permitindo-se que esta seja fixada em data distinta da dos anos subseqüentes;
2. aplicação da taxa efetiva de juros de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, a partir de 1º de maio de 2008, com bônus de adimplência de 3,75% (três



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) na taxa de juros devidos, mantidas as demais condições pactuadas;

II - nas operações inadimplidas:

a) para a liquidação da operação em 2008:

1. ajuste do saldo devedor vencido, retirando-se as multas por inadimplemento e corrigindo-se o saldo de cada parcela pelos encargos de normalidade até a data do respectivo vencimento contratual, inclusive com o bônus de adimplência aplicado sobre a taxa de juros, e aplicação do IPCA mais 6% (seis por cento) ao ano, **pro rata die**, a partir do vencimento contratual de cada parcela até a data da liquidação;
2. consolidação do saldo devedor vencido e das prestações vincendas e concessão dos descontos previstos no quadro constante do Anexo II desta Lei, observadas as condições estabelecidas na alínea *a* do inciso I do **caput** deste artigo, considerando-se o saldo devedor ajustado na data da renegociação para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;

b) para a renegociação da operação:

1. ajuste do saldo devedor vencido segundo as condições estabelecidas no item 1 da alínea *a* deste inciso;
2. exigência de amortização mínima de 5% (cinco por cento) do saldo devedor vencido ajustado até a data da renegociação;
3. permissão do reescalamento do saldo devedor ajustado remanescente, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020 e mantendo-se em 2008 o vencimento da primeira parcela repactuada, mediante formalização de aditivo;
4. aplicação do disposto no item 2 da alínea *b* do inciso I do **caput** deste artigo;
5. permissão da liquidação da operação em 2009 ou 2010, observadas as condições previstas no quadro constante do Anexo II desta Lei e estabelecidas na alínea *a* do inciso I do **caput** deste artigo.

Parágrafo único. O custo dos descontos deverá ser suportado pelo Funcafé.

Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana que não foram renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e tenham sido contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE:

I - nas etapas 1 e 2 do Programa:

a) ajuste do saldo devedor para a data da renegociação ou liquidação, observado que:

1. nas operações inadimplidas, os saldos devedores vencidos devem ser ajustados, retirando-se os encargos por inadimplemento, corrigindo-se os saldos das parcelas pelos encargos de normalidade até a data da renegociação ou liquidação e consolidando-se os saldos devedores vencidos ajustados e as parcelas vincendas das 2 (duas) etapas, quando for o caso;
2. nas operações adimplidas, os saldos devedores vincendos das 2 (duas) etapas devem ser consolidados na data da renegociação ou liquidação;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

b) para a liquidação das operações em 2008, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea a deste inciso:

1. consideração da soma dos saldos devedores consolidados em 31 de março de 2008, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto, considerados os saldos devedores ajustados das 2 (duas) etapas;
2. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo III desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre os saldos devedores na data da liquidação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

c) para a renegociação das operações em 2008, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea a deste inciso:

1. consideração da soma dos saldos devedores consolidados em 31 de março de 2008, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto, tomados os saldos devedores ajustados das 2 (duas) etapas;
2. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo IV desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre a soma dos saldos devedores na data da renegociação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;
3. o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, poderá ser liquidado por meio da contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

II - na etapa 3 do Programa:

a) ajuste do saldo devedor para a data da renegociação ou liquidação, observado que:

1. nas operações inadimplidas, os saldos devedores vencidos devem ser ajustados retirando-se os encargos por inadimplemento, corrigindo-se os saldos das parcelas pelos encargos de normalidade até a data da renegociação e consolidando-se o saldo devedor vencido ajustado e as parcelas vincendas;
2. nas operações adimplidas, o saldo devedor vencido deve ser consolidado na data da renegociação;

b) para a liquidação das operações em 2008, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

1. consideração do saldo devedor consolidado em 31 de março de 2008, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;
2. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo V desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre o saldo devedor na data da liquidação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

c) para a renegociação das operações em 2008, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

1. consideração do saldo devedor consolidado em 31 de março de 2008, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;
2. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo VI desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre o saldo devedor na data da renegociação



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

3. o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, poderá ser liquidado por meio da contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

III - na etapa 4 do Programa:

a) ajuste do saldo devedor para a data da renegociação ou liquidação, observado que:

1. nas operações inadimplidas, os saldos devedores vencidos devem ser ajustados, retirando-se os encargos por inadimplemento, corrigindo-se os saldos das parcelas pelos encargos de normalidade até a data da renegociação e consolidando-se o saldo devedor vencido ajustado e as parcelas vincendas;
2. nas operações adimplidas, o saldo devedor vencendo deve ser consolidado na data da renegociação;

b) para liquidação das operações em 2008, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

1. consideração do saldo devedor consolidado em 31 de março de 2008, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;
2. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo VII desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre o saldo devedor na data da liquidação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

c) para renegociação das operações em 2008, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

1. consideração do saldo devedor consolidado em 31 de março de 2008, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;
2. concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo VIII desta Lei, devendo incidir o desconto percentual sobre o saldo devedor na data da renegociação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;
3. o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, poderá ser liquidado por meio da contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

IV - nos financiamentos para aquisição de títulos do Tesouro Nacional - CTN:

a) ajuste do saldo devedor para a data da renegociação ou liquidação, observado que:

1. nas operações inadimplidas, o saldo devedor vencido deve ser ajustado retirando-se os encargos por inadimplemento, corrigindo-se os saldos das parcelas pelos encargos de normalidade até a data da renegociação ou liquidação, e consolidando-se o saldo devedor vencido ajustado e as parcelas vincendas;
2. nas operações adimplidas, o saldo devedor vencendo deve ser consolidado na data da renegociação;

b) para liquidação das operações em 2008, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea a deste inciso;

c) para renegociação de operações em 2008, pelo saldo devedor ajustado e consolidado nos termos da alínea a deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

V - contratação pelo gestor financeiro do FNE de uma nova operação de crédito para a liquidação do saldo devedor das operações do Programa, nas seguintes condições:

- a) limite de crédito: até o valor suficiente para a liquidação do saldo devedor das operações das etapas de 1 a 4, apurado na forma dos incisos de I a III do **caput** deste artigo, e do saldo devedor do financiamento para aquisição de títulos do Tesouro Nacional, apurado na forma do inciso IV do caput deste artigo;
- b) fonte de recursos: FNE;
- c) risco: integral do FNE;
- d) encargos financeiros e prazos: os vigentes para operações de crédito rural nessa fonte em função do porte do produtor;
- e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídos o aval do Tesouro Nacional e o do Tesouro da Bahia.

§ 1º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 2º Fica a União autorizada a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. -DESENBAHIA.

Art. 8º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União - DAU ou que venham a ser incluídas até 29 de maio de 2009:

I - concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo IX desta Lei, para a liquidação da dívida até 30 de dezembro de 2009, devendo incidir o desconto percentual sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da renegociação, observado o disposto no § 10 deste artigo, e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

II - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 30 de junho de 2009, mantendo-as em DAU, observadas as seguintes condições:

- a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;
- b) (VETADO);
- c) concessão de desconto percentual sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, conforme quadro constante do Anexo X desta Lei, aplicando-se, em seguida, uma fração do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;
- d) a fração do desconto de valor fixo a que se refere a alínea c deste inciso será aquela resultante da divisão do respectivo desconto de valor fixo previsto no quadro constante do Anexo X desta Lei pelo número de parcelas renegociadas conforme a alínea a deste inciso;
- e) o total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;
- f) pagamento da primeira parcela no ato da negociação.



§ 1º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da Administração Pública Federal, para adotar as providências necessárias no sentido de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos desta Lei.

§ 2º Para a liquidação das operações de que trata este artigo, os mutuários que financiaram atividades na área de atuação da Sudene, exceto em Municípios localizados em área de cerrado, a serem definidos pelos Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, farão jus a desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos no quadro constante do Anexo IX desta Lei.

§ 3º Fica o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a promover a suspensão, a partir de 31 de maio de 2008, das atividades de cobrança dos débitos inscritos em DAU originários de crédito rural de que trata este artigo, enquanto perdurarem os procedimentos de renegociação, convalidando-se os atos anteriormente firmados segundo o disposto neste parágrafo.

§ 4º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em autorização à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para promover a suspensão das ações e execuções judiciais para cobrança da dívida até o efetivo cumprimento do ajuste, devendo prosseguir em caso de descumprimento.

§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 30 de junho de 2009.

§ 6º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.

§ 7º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas em Dívida Ativa da União até 29 de maio de 2009, que forem liquidadas ou renegociadas até 30 de junho de 2009, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos quadros constantes dos Anexos IX e X desta Lei.

§ 8º As condições estabelecidas neste artigo serão estendidas às dívidas originárias de operações do Prodecir - Fase II contratadas com o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo, cujos ativos foram transferidos para o Tesouro Nacional.

§ 9º Mediante solicitação do mutuário, poderá ser efetuado avaliação, caso a caso, do valor atual das garantias e dos bens financiados nas operações de que tratam os §§ 7º e 8º deste artigo, realizada conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ficando o Ministério da Fazenda autorizado a definir os descontos adicionais a serem aplicados para a liquidação ou renegociação dessas operações.

§ 10. Às dívidas originárias de crédito rural inscritas na DAU ou que vierem a ser inscritas a partir da publicação desta Lei não será acrescida a taxa de 20% (vinte por cento) a título do encargo legal previsto no Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969, devendo os valores já imputados ser deduzidos dos respectivos saldos devedores.

§ 11. A renegociação de que trata este artigo será regulamentada por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 9o Para fins de enquadramento de operações contratadas com cooperativa ou associação de produtores nas faixas de desconto a que se referem os arts. 1o, 2o, 6o, 7o e 8o desta Lei, os saldos devedores nas datas previstas naqueles dispositivos serão considerados:

I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;

II - no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade.

Art. 10. As operações de crédito rural destinadas a investimento agropecuário, lastreadas em recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e contratadas até 30 de junho de 2007, no âmbito da Finame Agrícola Especial ou do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA, com taxa efetiva de juros superior a 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, terão a taxa prefixada de juros substituída, a partir de 15 de julho de 2008, por taxa variável composta de Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais taxa fixa de juros de 4% (quatro por cento) ao ano ou 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, respectivamente, respeitado o limite da taxa de juros originalmente pactuada por ano, a critério do mutuário e conforme disposições a serem estabelecidas pelo CMN.

Parágrafo único. Caso a taxa de juros calculada nos termos deste artigo ultrapasse a taxa originalmente pactuada, o ônus decorrente da modificação contratual será suportado pelo Tesouro Nacional.

Art. 11. Para as operações ativas de crédito rural lastreadas em recursos repassados pelo BNDES, contratadas até 30 de junho de 2007, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária - PRODECOOP, com taxa efetiva de juros superior a 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, as instituições financeiras deverão substituir, a partir de 15 de julho de 2008, a taxa pactuada por taxa de juros prefixada de 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

Parágrafo único. O custo adicional decorrente da redução da taxa de juros será suportado pelo Tesouro Nacional.

Art. 12. Para as operações ativas de crédito rural de custeio agropecuário contratadas nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006 que foram prorrogadas, desde que lastreadas em recursos obrigatórios do crédito rural ou da poupança rural com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional, as instituições financeiras poderão reduzir as taxas de juros pactuadas, a partir de 1o de julho de 2008, de 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano para 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

§ 1o As operações da mesma espécie no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural - PROGER Rural, inclusive aquelas efetuadas com recursos do

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, terão a taxa de juros reduzida para 6,25% (seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano.

§ 2º O ônus decorrente da redução na taxa de juros será suportado pelo Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bônus de adimplência nas taxas de juros das operações contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural, estabelecido por resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, e daquelas originalmente celebradas sob a égide deste programa e reclassificadas com base na Resolução no 3.509, de 30 de novembro de 2007, do CMN, de modo que a taxa efetiva de juros seja de 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, observado que:

I - o bônus será concedido para as operações efetuadas por produtores rurais e suas cooperativas e incidirá sobre os juros apurados a partir de 1º de julho de 2008;

II - o bônus de que trata o inciso I do **caput** deste artigo poderá ser concedido para as operações efetuadas por cerealistas e fornecedores de insumos, desde que seja comprovadamente estendido aos produtores rurais;

III - a operação adimplida deverá ser atualizada até 30 de junho de 2008, incorporado o saldo atualizado como capital;

IV - o ônus deste benefício será suportado pelo Tesouro Nacional.

Art. 14. Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas originárias de financiamentos para custeio rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, contratadas nas safras 2003/2004, 2004/2005 ou 2005/2006, cujos mutuários foram enquadrados nos Grupos C, D ou E segundo normas do CMN:

I - concessão de rebate, conforme quadro constante do Anexo XI desta Lei, sobre o saldo total das prestações vincendas de operações contratadas com recursos repassados ou equalizados pelo Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou controlados do crédito rural provenientes dos depósitos a vista ou de poupança rural, para os mutuários que estiverem em situação de adimplência em 1º de abril de 2008 e que liquidarem integralmente as operações até a data do respectivo vencimento da parcela de 2008, observado que:

a) nas operações do Grupo C, o rebate deve ser concedido antes da aplicação do bônus contratual para liquidação da operação, limitada a soma desses benefícios ao saldo devedor de cada operação;

b) os custos decorrentes da concessão dos rebates deverão ser assumidos pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações efetuadas com esta fonte, e pelo Tesouro Nacional, para as operações lastreadas nas demais fontes;

II - caso a operação em situação de adimplência não seja liquidada até 1º de julho de 2008, incidirão, a partir desta data, as taxas de juros praticadas na safra 2007/2008 para os respectivos Grupos do Pronaf, segundo critérios a serem estabelecidos pelo CMN.

§ 1º As operações enquadradas no **caput** deste artigo que se encontrarem inadimplidas na data da renegociação poderão fazer jus aos benefícios para liquidação estabelecidos no inciso I do caput deste artigo e previstos no quadro constante do Anexo XI desta Lei, desde que venham a adimplir-se, observadas as seguintes condições:

I - ajuste do saldo devedor vencido, retirando-se os encargos por inadimplemento e aplicando-se encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação e encargos de normalidade mais 2% (dois por cento) ao ano **pro rata die**, da data de vencimento contratual de cada parcela até a data da renegociação;

II - consolidação do saldo devedor vencido ajustado e das parcelas vincendas.

§ 2º As operações inadimplidas, uma vez consolidado o saldo devedor na forma estabelecida no § 1º deste artigo, poderão ser renegociadas, observadas as seguintes condições:

I - amortização de, no mínimo, 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado, sem bônus de adimplência;

II - prorrogação do saldo devedor consolidado por até 3 (três) anos, podendo a primeira parcela vencer em 2009;

III - aplicação, a partir da data da prorrogação, das taxas de juros praticadas na safra 2007/2008 para os respectivos Grupos do Pronaf.

§ 3º As operações inadimplidas que já tenham sido classificadas como prejuízo pelas instituições financeiras não são beneficiárias da renegociação de que trata este artigo, ficando a critério de cada instituição a adoção de medidas que visem à recuperação de seus haveres, inclusive com a concessão de descontos para liquidação das operações, ficando a União dispensada de qualquer ônus decorrente destas medidas.

§ 4º As operações inadimplidas enquadradas no **caput** deste artigo efetuadas com recursos e com risco parcial ou integral do FNO, FNE ou FCO, mesmo que já tenham sido classificadas em prejuízo pelas instituições financeiras, poderão ser renegociadas ou liquidadas nas condições estabelecidas por este artigo.

§ 5º Caso a operação esteja lançada em prejuízo e seja lastreada em recursos do FNO, FNE ou FCO, com risco integral das instituições financeiras, poderão ser aplicadas as condições estabelecidas por este artigo somente para a liquidação do saldo devedor.

§ 6º Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados ao Tesouro Nacional, relativamente às operações por ele equalizadas ou efetuadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito ou obrigatórios do crédito rural, e aos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações lastreadas em seus recursos.

Art. 15. Para os financiamentos de investimento rural no âmbito do Pronaf que estiverem em situação de inadimplência em 30 de abril de 2008 cujos mutuários foram enquadrados nos Grupos C, D ou E ou nas linhas especiais de investimento do Pronaf, segundo normas do CMN, poderão as instituições financeiras:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

I - ajustar o saldo devedor vencido, retirando os encargos por inadimplemento e aplicando encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida e encargos de normalidade mais 2% (dois por cento) ao ano **pro rata die**, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da liquidação ou renegociação;

II - aplicar os bônus de adimplência contratuais, no caso de liquidação integral da dívida;

III - permitir a prorrogação do saldo devedor atualizado, observadas as seguintes condições:

a) consolidação do saldo devedor vencido ajustado e das parcelas vincendas e amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado, até a data da renegociação, nas condições do inciso I do **caput** deste artigo, sem a concessão de bônus de adimplência;

b) amortização de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da parcela com vencimento em 2008;

c) prazo de até 4 (quatro) anos após o vencimento da última prestação contratual, respeitado o limite de 1 (um) ano para cada parcela anual vencida e não paga;

d) caso as prestações vencidas e não pagas totalizem prazo superior a 4 (quatro) anos, admitir-se distribuir os valores das prestações que excederem este limite entre o total das parcelas vincendas;

e) caso não haja prestações vincendas, o prazo adicional de que trata a alínea b deste inciso será considerado a partir da data da renegociação;

f) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de inadimplência, inclusive dos bônus de adimplência contratuais.

§ 1º As operações que já tenham sido classificadas como prejuízo pelas instituições financeiras não são beneficiárias da renegociação de que trata este artigo, ficando a critério de cada instituição a adoção de medidas que visem à recuperação de seus haveres, inclusive a concessão de descontos para liquidação das operações, ficando a União dispensada de qualquer ônus decorrente dessas medidas.

§ 2º As operações enquadradas no **caput** deste artigo efetuadas com recursos e com risco parcial ou integral do FNO, FNE ou FCO, mesmo que já tenham sido classificadas em prejuízo pelas instituições financeiras, poderão ser renegociadas ou liquidadas nas condições estabelecidas por este artigo.

§ 3º Caso a operação esteja lançada em prejuízo e seja lastreada em recursos do FNO, FNE ou FCO, com risco integral das instituições financeiras, poderão ser aplicadas as condições estabelecidas por este artigo somente para a liquidação do saldo devedor.

§ 4º Aplicam-se as condições estabelecidas neste artigo aos financiamentos de investimento rural contratados no âmbito do Pronaf entre 1995 e 1999 cujas operações estiverem em situação de inadimplência em 30 de abril de 2008.

§ 5º Nos Municípios em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública após 1º de julho de 2007 reconhecido pelo Governo Federal cujos eventos motivadores tenham afetado negativamente a produção agrícola ou pecuária da safra 2007/2008, fica dispensado o pagamento mínimo em 2008 estabelecido na alínea b do inciso III do **caput** deste artigo.



§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento nas condições estabelecidas neste artigo ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração

de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas para com o SNCR.

§ 7º Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados ao Tesouro Nacional, relativamente às operações por ele equalizadas ou efetuadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito, e aos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações lastreadas em seus recursos.

Art. 16. Os financiamentos para investimento rural contratados com risco da União ou do FNO, FNE ou FCO cujos mutuários foram enquadrados no Grupo B do Pronaf, segundo normas do CMN, e estiverem em situação de inadimplência em 30 de abril de 2008 serão contemplados com as seguintes medidas:

I - ajuste do saldo devedor vencido, retirando-se os encargos por inadimplemento e aplicando-se encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida e encargos de normalidade mais 1% (um por cento) ao ano, **pro rata die**, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da liquidação ou renegociação;

II - aplicação dos bônus de adimplência contratuais, no caso de liquidação integral da dívida;

III - permissão de prorrogação do saldo devedor atualizado, observadas as seguintes condições:

a) amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado nas condições estabelecidas no inciso I do **caput** deste artigo, sem a concessão de bônus de adimplência;

b) consolidação do saldo devedor vencido ajustado, deduzida a quantia amortizada, e das parcelas vincendas;

c) prorrogação do saldo devedor consolidado por até 2 (dois) anos, contados a partir da data em que se formalizar a prorrogação, não podendo o vencimento da primeira prestação exceder o prazo de 1 (um) ano após a data da repactuação;

d) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de adimplência, inclusive dos bônus de adimplência contratuais.

§ 1º As operações contratadas antes de 1º de janeiro de 2006 que estiverem adimplidas ou que vierem a adimplir-se nas condições estabelecidas neste artigo até a data da renegociação em 2008 farão jus a um rebate adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado ao bônus de adimplência contratual, para incidência sobre o saldo devedor para liquidação integral da operação em 2008.

§ 2º Nos Municípios em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública após 1º de julho de 2007 reconhecido pelo Governo Federal cujos eventos motivadores tenham afetado negativamente a produção agrícola ou pecuária da safra 2007/2008, aplica-se o disposto no § 1º deste artigo a todas as operações de investimento ativas do Grupo B, independentemente da data de contratação.

Art. 17. Os financiamentos para investimento rural no âmbito do Pronaf cujos mutuários foram enquadrados no Grupo A segundo normas do CMN e que estiverem em situação de inadimplência em 30 de abril de 2008 serão contemplados com as seguintes medidas:

- I - para os financiamentos contratados ou renegociados com taxas prefixadas de juros:
- a) exclusão dos encargos por inadimplemento e aplicação de encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida;
  - b) aplicação de encargos de normalidade mais 1% (um por cento) ao ano, **pro rata die**, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da liquidação ou renegociação, exceto em relação às operações repactuadas à luz da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, as quais devem ser atualizadas apenas pelos encargos definidos naquela Lei;
  - c) aplicação dos bônus de adimplência contratuais, no caso de liquidação integral da dívida;
  - d) amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado até a data da renegociação, nas condições das alíneas *a* e *b* deste inciso, sem a concessão de bônus de adimplência;
  - e) permissão da prorrogação do saldo devedor atualizado, deduzida a quantia amortizada, ampliando-se o prazo original por prazo correspondente ao das parcelas vencidas e não pagas, respeitado o limite de até 4 (quatro) anos após o vencimento da última prestação contratual;
  - f) caso as prestações vencidas e não pagas totalizem prazo superior a 4 (quatro) anos, admite-se distribuir os valores das prestações que excederem a esse limite entre as parcelas vincendas;
  - g) caso não haja prestações vincendas, o prazo adicional de que trata a alínea *e* deste inciso será considerado a partir da data da renegociação;
  - h) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de adimplência, inclusive dos bônus de adimplência contratuais;

- II - para os financiamentos contratados ou renegociados com taxas variáveis de juros:
- a) recálculo do saldo devedor desde a contratação até a data da renegociação, mediante a aplicação da taxa fixa de juros de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;
  - b) aplicação dos bônus de adimplência contratuais, no caso de liquidação integral da dívida;
  - c) amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado, de acordo com o disposto na alínea *a* deste inciso, sem a concessão de bônus de adimplência;
  - d) permissão da prorrogação do saldo devedor atualizado, deduzida a quantia amortizada, ampliando-se o prazo original por prazo correspondente ao das parcelas vencidas e não pagas, respeitado o limite de até 4 (quatro) anos após o vencimento da última prestação contratual;
  - e) caso as prestações vencidas e não pagas totalizem prazo superior a 4 (quatro) anos, admite-se distribuir os valores das prestações que excederem a esse limite entre as parcelas vincendas;
  - f) caso não haja prestações vincendas, o prazo adicional de que trata a alínea *d* deste inciso será considerado a partir da data da renegociação;





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- g) incidência da taxa de juros de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, a partir da data da renegociação, e substituição do bônus de adimplência contratual por um bônus de adimplência de 40% (quarenta por cento) sobre o principal;
- h) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de adimplência.

§ 1o As operações contratadas antes de 1o de janeiro de 2004 que estiverem inadimplidas ou que vierem a adimplir-se nas condições estabelecidas neste artigo até o final do prazo para renegociação farão jus a um desconto de 60% (sessenta por cento) ou 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado, conforme o seu enquadramento nos incisos I ou II do **caput** deste artigo, respectivamente, em substituição aos bônus contratuais, em caso de liquidação integral da operação em 2008.

§ 2o Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados ao Tesouro Nacional ou aos Fundos Constitucionais de Financiamento, conforme o respectivo risco das operações.

Art. 18. Para os financiamentos de custeio rural no âmbito do Pronaf com risco da União ou do FNO, FNE ou FCO cujos mutuários foram enquadrados no Grupo A ou A/C, segundo normas do CMN, e as operações tenham sido contratadas antes de 1o de julho de 2006, deverão as instituições financeiras adotar as seguintes medidas:

I - nas operações contratadas ou renegociadas com taxas prefixadas de juros cujos mutuários desejem liquidá-las ou renegocia-las em 2008:

a) em operações inadimplidas:

1. ajuste do saldo devedor vencido, retirando-se os encargos por inadimplemento e aplicando-se encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida e encargos de normalidade mais 1% (um por cento) ao ano, **pro rata die**, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da liquidação ou renegociação;

2. para renegociação:

2.1. exigência de amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido, ajustado segundo o disposto no item 1 desta alínea, sem a concessão de bônus de adimplência;

2.2. consolidação do saldo devedor vencido ajustado e das parcelas vincendas, na data da renegociação, e prorrogação do saldo devedor consolidado por até 3 (três) anos a partir da data em que se formalizar a renegociação;

2.3. manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de adimplência;

3. para liquidação integral da dívida em 2008, consolidação do saldo devedor vencido ajustado e das parcelas vincendas na data da liquidação e concessão de bônus de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo devedor consolidado, em substituição aos bônus de adimplência contratuais;

b) em operações adimplidas: aplicação do disposto no item 3 da alínea a deste inciso;

II - nas operações contratadas ou renegociadas com taxas variáveis de juros cujos mutuários desejem liquidá-las ou renegociá-las em 2008, independentemente da situação de adimplência ou inadimplência de cada operação:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

a) recálculo do saldo devedor desde a contratação até a data da liquidação ou renegociação, mediante a aplicação da taxa fixa de juros de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

b) para renegociação:

1. no caso de operação inadimplida, exigência de amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido, ajustado segundo o disposto na alínea a deste inciso, sem a concessão de bônus de adimplência;

2. consolidação do saldo devedor vencido ajustado e das parcelas vincendas, na data da renegociação, e prorrogação do saldo devedor consolidado por até 3 (três) anos a partir da data em que formalizada a renegociação;

3. aplicação da taxa de juros de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano a partir da data da renegociação, com bônus de adimplência de 30% (trinta por cento) sobre o principal;

c) para liquidação integral da dívida em 2008, consolidação do saldo devedor vencido ajustado e das parcelas vincendas, na data da liquidação, e concessão de bônus de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo devedor consolidado, em substituição aos bônus de adimplência contratuais.

Parágrafo único. Os custos decorrentes dos descontos e dos bônus concedidos nos termos deste artigo serão imputados ao Tesouro Nacional ou aos Fundos Constitucionais de Financiamento, conforme o respectivo risco das operações.

Art. 19. As operações de mutuários enquadrados nos Grupos A e A/C do Pronaf contratadas com risco da União e lastreadas em recursos do FAT, incluídas aquelas em situação de inadimplemento, deverão ser reclassificadas para a fonte FNO, FCO ou FNE, segundo a região de localização da atividade financiada, ou para as Operações Oficiais de Crédito, nas demais regiões.

§ 1º O risco das operações reclassificadas será mantido com a União, naquelas que passarem a ser lastreadas em recursos das Operações Oficiais de Crédito, ou com os Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações lastreadas em seus recursos.

§ 2º Aplicam-se às operações reclassificadas as disposições constantes dos arts. 17 e 18 desta Lei para a liquidação ou renegociação das dívidas, conforme sua situação e característica.

Art. 20. Fica a União autorizada a adquirir as operações enquadradas no Grupo A/C do Pronaf contratadas com risco do Banco do Brasil S.A., do Banco da Amazônia S.A. ou do Banco do Nordeste do Brasil S.A., nas condições estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. As operações de que trata este artigo, após sua aquisição pela União, farão jus às condições para liquidação ou renegociação estabelecidas no art. 18 desta Lei, podendo ser liquidadas ou renegociadas pelo respectivo valor de aquisição pela União.

Art. 21. Fica autorizada a individualização das operações de crédito rural individuais, grupais ou coletivas, efetuadas com aval, enquadradas nos Grupos A, A/C e B do Pronaf, inclusive aquelas realizadas com recursos do FAT, contratadas até 30 de junho de 2006, com risco da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observado o disposto nos arts. 282 a 284 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 1º As operações individualizadas poderão ser renegociadas segundo as condições estabelecidas para as respectivas linhas de crédito por esta Lei.

§ 2º Fica autorizada a substituição ou a liberação de garantias, cabendo ao CMN definir os casos em que as operações poderão ficar garantidas apenas pela obrigação pessoal e as condições necessárias à implementação dessa medida.

Art. 22. Fica a União autorizada a conceder, para as operações de custeio do Pronaf da safra 2007/2008 não amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO ou pelo Seguro da Agricultura Familiar - PROAGRO Mais, rebate de 30% (trinta por cento) para os Grupos A/C, C e D e de 20% (vinte por cento) para o Grupo E, calculados sobre o saldo devedor das operações contratadas com recursos orçamentários repassados ou equalizados pelo Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou controlados do crédito rural provenientes dos depósitos a vista ou da poupança rural, para os mutuários que liquidarem as operações até a data do respectivo vencimento da operação em 2008, observadas as seguintes condições:

I - o rebate deve ser concedido somente em favor de mutuários dos Municípios em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública após 1º de julho de 2007 reconhecido pelo Governo Federal cujos eventos motivadores tenham afetado negativamente a produção da referida safra;

II - no caso dos Grupos A/C e C, os rebates para liquidação das operações devem ser concedidos antes da aplicação dos bônus de adimplência contratuais, limitada a soma desses benefícios ao saldo devedor de cada operação;

III - os custos decorrentes da concessão dos rebates deverão ser assumidos pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações efetuadas com esta fonte, e pelo Tesouro Nacional, para as operações lastreadas nas demais fontes;

IV - para ter direito ao benefício de que trata este artigo, o mutuário deverá apresentar laudo técnico, individual ou coletivo, que demonstre que a produção financiada pelo crédito de custeio rural foi prejudicada em mais de 30% (trinta por cento) em razão do evento climático que motivou a decretação de estado de emergência ou de calamidade pública.

Art. 23. Aplicam-se às operações ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, repactuadas ou não com base na Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, as seguintes medidas:

I - para liquidação em 2008 do saldo devedor, no caso de operação adimplida, concessão de desconto de 90% (noventa por cento), em substituição aos bônus de adimplência contratuais;

II - o desconto estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo reduz-se para 85% (oitenta e cinco por cento) ou 80% (oitenta por cento), caso o pagamento integral da dívida ocorra, respectivamente, em 2009 ou 2010;

III - para liquidação em 2008 do saldo devedor, no caso de operação inadimplida, ajuste do saldo devedor até a data do pagamento pelos encargos contratuais de normalidade e concessão de desconto de 90% (noventa por cento) sobre o saldo devedor ajustado, em substituição aos bônus de adimplência contratuais;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

IV - para renegociação das dívidas repactuadas com base na Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, no caso de mutuário inadimplente, ajuste do saldo devedor até a data da renegociação pelos encargos contratuais de normalidade, amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado, sem a concessão de bônus de adimplência, e distribuição do valor remanescente entre as prestações vincendas.

Parágrafo único. Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações efetuadas com seus recursos, e ao Fundo Contábil do Proterra, nos demais casos.

Art. 24. Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas entre 8 de março de 2004 e 30 de maio de 2008 ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, as seguintes medidas:

I - para operações adimplidas, redução da taxa efetiva de juros pactuada, a partir de 1º de junho de 2008, de:

- a) 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) ao ano para 5% (cinco por cento) ao ano;
- b) 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano para 4% (quatro por cento) ao ano;
- c) 4% (quatro por cento) ao ano para 3% (três por cento) ao ano;
- d) 3% (três por cento) ao ano para 2% (dois por cento) ao ano;

II - para operações inadimplidas até a data da renegociação:

- a) exigência do pagamento das parcelas com vencimento em 2008 até a data da renegociação, segundo as condições contratuais para adimplemento, inclusive com a concessão dos bônus de adimplência;
- b) permissão da amortização, até a data final da renegociação, das parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2007, com a concessão dos bônus contratuais de adimplemento, considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas c e d deste inciso;

c) para a renegociação das parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2007, mediante aditivo contratual, aplicação dos encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, tomados sem a concessão do bônus de adimplência;

d) aplicação dos encargos de normalidade mais 1% (um por cento) ao ano, **pro rata die**, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da renegociação, tomados sem a concessão do bônus de adimplência;

e) amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado, até a data da renegociação, nas condições das alíneas c e d deste inciso, tomado sem a concessão de bônus de adimplência;

f) distribuição, entre as parcelas vincendas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado até a data da renegociação, deduzida a quantia amortizada;

g) aplicação da redução da taxa de juros estabelecida no inciso I do **caput** deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;

h) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de adimplência, inclusive dos respectivos bônus de adimplência.

Parágrafo único. Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Art. 25. Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas até 7 de março de 2004 ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, inclusive às operações implementadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4147-BR, aprovado pela Resolução do Senado Federal no 67, de 22 de julho de 1997, as seguintes medidas:

I - para as operações em situação de adimplência em 1º de junho de 2008:

a) redução da taxa de juros, a partir de 1º de junho de 2008, observado o valor equivalente ao número de beneficiários do crédito em cada operação, para:

1. 5% (cinco por cento) ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
2. 4% (quatro por cento) ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

3. 3% (três por cento) ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

b) concessão de bônus de adimplência sobre o valor das parcelas pagas até a data do vencimento, a partir de 1º de junho de 2008, limitado a R\$ 1.000,00 (mil reais) por beneficiário em cada ano, em substituição ao bônus sobre a taxa de juros pactuada, nas seguintes condições:

1. Municípios do semi-árido nordestino e da área de abrangência da Sudene nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo: 40% (quarenta por cento);
2. demais Municípios da Região Nordeste: 30% (trinta por cento);
3. Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, exceto São Paulo e áreas de Minas Gerais e Espírito Santo a que se refere o item 1 desta alínea: 18% (dezoito por cento);
4. Estados da Região Sul e São Paulo: 15% (quinze por cento);

II - para as operações em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2007:

a) permissão da amortização das parcelas vencidas até a data final da renegociação, com a concessão dos bônus de adimplência estabelecidos na alínea b do inciso I do caput deste artigo, considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas b e c deste inciso;

b) para renegociação, mediante aditivo contratual, aplicação de encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, inclusive com os bônus contratuais sobre as taxas de juros;

c) aplicação de encargos de normalidade, sem os bônus de adimplência nas taxas de juros, a partir da data do vencimento contratual de cada parcela e até a data da renegociação;

d) amortização mínima de 1% (um por cento) do saldo devedor vencido ajustado na forma das alíneas b e c deste inciso, até a data da renegociação;

e) distribuição, entre as parcelas vencidas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado, deduzida a quantia amortizada;





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

f) aplicação das condições estabelecidas no inciso I do **caput** deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;

III - para as operações inadimplidas entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2008:

a) a parcela de 2008 deverá ser liquidada até a data final de renegociação, devendo o saldo devedor ser ajustado nas condições estabelecidas nas alíneas *b* e *c* do inciso II do **caput** deste artigo, com a concessão do respectivo bônus de adimplência de que trata a alínea *b* do inciso I do **caput** deste artigo;

b) após o pagamento a que se refere a alínea *a* deste inciso, devem ser aplicadas às operações as condições estabelecidas no inciso I do **caput** deste artigo.

§ 1º Para os mutuários que efetuaram o pagamento da prestação de 2008 entre 1º de janeiro e 31 de maio deste ano, o valor do respectivo bônus de adimplência sobre a parcela, considerado em valor nominal da data de quitação, será amortizado do saldo devedor da operação.

§ 2º Os cronogramas de reembolso com periodicidade de vencimento das prestações inferior a 1 (um) ano podem ser substituídos pelos de parcelas anuais, mediante a formalização de aditivo ao instrumento de crédito, para os mutuários adimplentes ou que vierem a assim tornar-se sob as condições estabelecidas neste artigo.

§ 3º Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo, bem como dos bônus de adimplemento, serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Art. 26. Fica autorizada a individualização dos contratos de financiamento celebrados pelos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2004.

§ 1º A individualização das operações será condicionada à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento, vedada a regularização parcial do imóvel financiado.

§ 2º Os custos decorrentes do processo de individualização poderão ser incluídos nos respectivos contratos de financiamento, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total da operação individualizada, ainda que ultrapassem o teto de financiamento do programa.

§ 3º No processo de individualização, o imóvel rural já financiado permanecerá como garantia real do financiamento, excluindo-se a garantia fidejussória coletiva.

§ 4º A garantia real do imóvel rural será desmembrada em parcelas, ficando asseguradas a viabilidade técnica do empreendimento, as reservas legais e áreas de preservação permanente, bem como sua averbação no respectivo Cartório de Registro de Imóveis, inclusive com o gravame hipotecário em nome do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

§ 5º Os elementos de despesa que compõem os custos decorrentes do processo de individualização, observado o disposto no § 2º deste artigo, bem como os procedimentos para a regularização dos empreendimentos e demais disciplinamentos necessários à plena aplicação do disposto neste artigo serão regulamentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 6º O CMN estabelecerá o prazo para adesão ao processo de individualização de que trata este artigo.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

Art. 27. Os arts. 2o e 15-B da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2o .....

I - nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, do Fundo de

Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como Proger Rural ou equalizadas pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que não foram renegociadas com base na Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995:

.....  
§ 4o Aplicam-se as condições previstas no inciso I do **caput** deste artigo aos mutuários que tenham renegociado as suas dívidas com base na Resolução no 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, inclusive suas respectivas alterações, não sendo cumulativos os benefícios previstos nesta Lei com os anteriormente repactuados.

§ 5o .....

.....  
II - a parcela do saldo devedor apurado na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela em 31 de outubro de 2008, observado o seguinte:

.....  
....." (NR)

**"Art. 15-B. ....**

**§ 1º Fica autorizada a concessão de rebate de até 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das operações, para sua liquidação integral até 2010.**

**§ 2º O ônus do rebate estabelecido no § 1o deste artigo será assumido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no âmbito de suas disponibilidades para execução do Programa de Aquisição de Alimentos.**

**§ 3o O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, estabelecido na forma do § 3o do art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, fica autorizado a definir as demais condições para a efetivação do disposto neste artigo, inclusive a forma para a concessão do rebate estabelecido no § 1o deste artigo." (NR)**

Art. 28. Aplicam-se aos financiamentos de que trata o inciso II do § 5o do art. 2o da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, efetuados com recursos exclusivos do FNE e com valor



original entre R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), os bônus de adimplência do referido parágrafo.

Art. 29. É permitida a renegociação de dívidas de operações de crédito rural de custeio ou investimento contratadas ou renegociadas no período de 1º de dezembro de 1998 a 31 de dezembro de 2007, em situação de inadimplência em 30 de abril de 2008, lastreadas em recursos do FNO, FNE ou FCO, cuja renegociação não tenha sido tratada em artigo específico desta Lei, observadas as seguintes condições:

I - o saldo devedor vencido será ajustado, retirando-se os encargos por inadimplemento e aplicando-se encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida e encargos de normalidade mais 2% (dois por cento) ao ano, **pro rata**

**die**, a partir da data de vencimento contratual de cada parcela até a data da renegociação;

II - será exigida amortização mínima de 2% (dois por cento) do saldo devedor vencido, ajustado até a data da renegociação nas condições do inciso I do **caput** deste artigo, e será prorrogado o valor remanescente por até 4 (quatro) anos, contados do vencimento da última prestação pactuada, respeitado o limite de 1 (um) ano adicional para cada parcela anual vencida e não paga;

III - caso não haja prestações vincendas, o prazo adicional de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será considerado a partir da data da renegociação.

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas para com o SNCR.

Art. 30. Fica autorizada, nos casos de comprovada incapacidade de pagamento do mutuário, a renegociação de operações de crédito rural de investimento lastreadas em recursos do FNO, FNE ou FCO que estavam em situação de inadimplência em 30 de abril de 2008 e que tenham sido contratadas ou renegociadas até 31 de dezembro de 2007, cuja renegociação não tenha sido tratada em artigo específico desta Lei, observadas as seguintes condições:

I - será exigido o pagamento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do valor da parcela de 2008;

II - o saldo devedor total atualizado, na data da renegociação, poderá ser distribuído em até mais 3 (três) prestações anuais, a serem acrescidas no cronograma de pagamento.

§ 1º A incapacidade de pagamento a que se refere o **caput** deste artigo deve ter sido motivada por:

I - dificuldade de comercialização dos produtos;

II - frustração de safras por fatores adversos; ou

III - eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

§ 2º A renegociação de que trata este artigo fica limitada a 30% (trinta por cento) do número das operações de investimento, em cada instituição financeira, em situação de adimplência e realizadas com recursos das fontes a que se refere o **caput** deste artigo, devendo ser priorizados os produtores com maior dificuldade em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas para com o SNCR.

§ 4º Nos Municípios em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública após 1º de julho de 2007, reconhecido pelo Governo Federal cujos eventos motivadores tenham afetado negativamente a produção agrícola e pecuária da safra

2007/2008, não se aplica a limitação para renegociações de que trata o § 1º deste artigo e fica dispensado o pagamento mínimo em 2008 estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo.

Art. 31. Admite-se a reclassificação para o âmbito exclusivo do FNE das operações de crédito rural contratadas com recursos mistos do FNE com outras fontes, observadas as seguintes condições:

I - o saldo devedor da operação reclassificada para o FNE deverá ser considerado como uma nova operação de crédito rural;

II - a nova operação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo ficará sob risco exclusivo e integral do agente financeiro do FNE;

III - o saldo devedor da operação com recursos mistos será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV - as operações reclassificadas terão os encargos financeiros do FNE, definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V - aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta Lei para a renegociação de dívidas.

§ 1º As operações renegociadas com base no § 3º do art. 5º da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, ou repactuadas nos termos da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, ou ainda enquadradas no § 6º do art. 5º da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e na Resolução no 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do CMN, que se enquadrem nas condições estabelecidas neste artigo e forem reclassificadas para o FNE poderão ser renegociadas na forma dos arts. 2º, 1º e 3º desta Lei, respectivamente.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de dezembro de 2008, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase III, observando que:

I - o saldo devedor vencido será ajustado, retirando-se os encargos por inadimplemento e aplicando-se encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida e encargos de normalidade mais 2% (dois por cento) ao ano, **pro rata die**, a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da contratação da nova operação;

II - será exigida amortização mínima de 2% (dois por cento) do saldo vencido ajustado, na forma do inciso I deste parágrafo;

III - a nova operação deverá ser contratada mediante a formalização de novo instrumento de crédito, sob as seguintes condições:

a) limite de crédito: saldo devedor total remanescente, após o ajuste do saldo vencido e a amortização mínima de 2% (dois por cento);

b) fonte de recursos: FNE;

c) risco: mesma posição de risco do contrato original;

d) encargos financeiros e prazos: os vigentes para operações de crédito rural nessa fonte;

e) garantias: as usuais do crédito rural, mantendo vinculado em garantia os imóveis que tenham sido objeto de financiamento.

§ 3º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao **del credere** a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da operação renegociada, sem perder de vista o limite previsto no inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 32. Caso o mutuário realize, na data da renegociação, a liquidação total da dívida nas condições estabelecidas nesta Lei, conforme o enquadramento da operação, os agentes financeiros podem dispensar a formalização dos contratos ou aditivos referentes à renegociação de dívida, mantendo os registros dos respectivos descontos, rebates e bônus da operação em seus sistemas para fins de fiscalização e controle.

Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestem formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 30 de setembro de 2008.

§ 1º Caso haja enquadramento da dívida do mutuário solicitante, a instituição financeira ficará autorizada a suspender a cobrança ou requerer a suspensão da execução judicial da dívida, desde que o mutuário desista de todas as ações que eventualmente tenha movido contra a instituição financeira para discussão da dívida a ser alongada ou liquidada.

§ 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 30 de setembro de 2008.

Art. 34. As instituições financeiras ficam autorizadas a renegociar as dívidas de que trata esta Lei, de pessoa física ou jurídica com débitos com a União, inscritos ou não em Dívida Ativa da União.

Art. 35. Não serão beneficiados com a repactuação de dívidas de que trata esta Lei os produtores rurais que tenham praticado desvio de crédito.

Art. 36. O art. 49 da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49. ....

§ 1o Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização, quando necessário ao escoamento da produção agropecuária, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovada a aquisição da matéria-prima diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado ou ao adotado como base de cálculo do financiamento, e mediante deliberação e disciplinamento do Conselho Monetário Nacional.

§ 2o Para efeito do disposto no § 1o deste artigo, enquadram-se como beneficiadores os cerealistas que exerçam, cumulativamente, as atividades de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas." (NR)

Art. 37. São passíveis de financiamento no âmbito do crédito rural, quando se tratar de projeto de investimento de cooperativas de produtores rurais, unidades armazenadoras a serem localizadas no perímetro urbano de Municípios produtores, desde que compatíveis com a capacidade de produção envolvida e favoreçam a logística de transporte e armazenagem, com economia de custos para beneficiamento e escoamento até as regiões de consumo.

Art. 38. Os arts. 1o e 4o da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1o .....

§ 6o O prazo para contratação das operações encerra-se em 30 de dezembro de 2008.  
....." (NR)

"Art. 4o .....

§ 5o O estatuto do FGF, a ser aprovado pelo Poder Executivo, disporá inclusive sobre o momento da subscrição e integralização das cotas e a remuneração de seu administrador, além de deliberar sobre as demonstrações financeiras a serem apresentadas pelo gestor.  
.....

§ 10. A instituição financeira a que se refere o art. 3o desta Lei fará jus a remuneração pela administração do FGF, a ser estabelecida em seu estatuto." (NR)

Art. 39. O art. 4o da Lei no 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4o .....

Parágrafo único. São também financiáveis, segundo deliberação e disciplinamento do Conselho Monetário Nacional, as necessidades de custeio das atividades de beneficiamento e industrialização de que trata o **caput** deste artigo." (NR)

Art. 40. Ficam os agentes financeiros autorizados a incluir, entre as garantias convencionais de operações de crédito rural, o penhor dos produtos florestais madeireiros objeto do financiamento e passíveis de exploração econômica, podendo o prazo do penhor ser estendido por período suficiente para cobrir o prazo das operações de crédito destinadas à exploração.

Art. 41. O CMN estabelecerá as condições necessárias à implementação do disposto nos arts. 1o a 40 desta Lei, inclusive no que se refere à fixação de prazo para que os mutuários solicitem a renegociação, para a amortização mínima do saldo vencido e para a formalização da repactuação pelos agentes financeiros.

Art. 42. Fica autorizada a liquidação antecipada das operações com risco do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais de Financiamento que tenham sido renegociadas com base no § 6o do art. 5o da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e na Resolução no 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do CMN.

Parágrafo único. As condições e a metodologia para a liquidação de que trata o **caput** deste artigo serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 43. O art. 4o da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4o .....

§ 1o Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos de infra-estrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia em decisão do respectivo conselho deliberativo.

§ 2o No caso de produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, a concessão de financiamentos de que trata esta Lei fica condicionada à regularidade da situação para com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os citados fundos de incentivos.

§ 3o Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de 20% (vinte por cento) dos recursos previstos, em cada ano, para esses Fundos, admitindo-se a diferenciação dos valores aplicados nas diversas Unidades da Federação, mediante decisão do respectivo conselho deliberativo, no contexto da aprovação da programação anual de aplicação dos recursos, desde que o valor médio aplicado nessas finalidades não ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) em cada Fundo Constitucional." (NR)

Art. 44. O art. 1o da Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1o .....

IV - operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas: 4% (quatro por cento) ao ano.

§ 6o No caso de inclusão de município na região do semiárido após a contratação do financiamento, o bônus de que trata o § 5o deste artigo será elevado para 25% (vinte e cinco por cento), a partir da data de vigência da referida alteração da situação.

§ 7o No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência." (NR)

Art. 45. Fica autorizada a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14 de janeiro de 2001 com encargos pós-fixados e lastreadas em recursos do FNO, FNE ou FCO, mediante solicitação do mutuário e formalização de aditivo ao instrumento de crédito, pelos encargos prefixados praticados para esses financiamentos, conforme o porte do mutuário, procedendo-se ao recálculo do saldo das parcelas não liquidadas com aplicação dos seguintes encargos:

I - para o período de 14 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2006, os definidos na Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

II - para o período de 1o de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007:

a) operações rurais:

1. agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

2. miniprodutores, suas cooperativas e associações: 5% (cinco por cento) ao ano;

3. pequenos produtores, suas cooperativas e associações: 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

4. médios produtores, suas cooperativas e associações: 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano; e

5. grandes produtores, suas cooperativas e associações: 9% (nove por cento) ao ano;

b) operações industriais, agroindustriais e de turismo:

1. microempresa: 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

2. empresa de pequeno porte: 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

3. empresa de médio porte: 10% (dez por cento) ao ano; e

4. empresa de grande porte: 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano;

c) operações comerciais e de serviços:

1. microempresa: 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

2. empresa de pequeno porte: 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

3. empresa de médio porte: 10% (dez por cento) ao ano; e





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

4. empresa de grande porte: 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano;

III - a partir de 1º de janeiro de 2008:

a) operações rurais:

1. agricultores familiares enquadrados no Pronaf: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

2. miniprodutores, suas cooperativas e associações: 5% (cinco por cento) ao ano;

3. pequenos produtores, suas cooperativas e associações: 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

4. médios produtores, suas cooperativas e associações: 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano; e

5. grandes produtores, suas cooperativas e associações:

8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano;

b) operações industriais, agroindustriais e de turismo:

1. microempresa: 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

2. empresa de pequeno porte: 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

3. empresa de médio porte: 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano; e

4. empresa de grande porte: 10% (dez por cento) ao ano; e

c) operações comerciais e de serviços:

1. microempresa: 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

2. empresa de pequeno porte: 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;

3. empresa de médio porte: 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano; e

4. empresa de grande porte: 10% (dez por cento) ao ano.

§ 1º Admite-se a aplicação do disposto neste artigo às operações que já foram ou vierem a ser renegociadas no âmbito da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, com a finalidade de redefinição dos saldos renegociáveis.

§ 2º Aplicar-se-ão às operações, a partir da data do aditivo de substituição, os bônus de adimplemento previstos no § 5º do art. 1º da Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, em substituição a todos os bônus ou rebates que as operações já possuam.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo às operações renegociadas no âmbito da Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, da Medida Provisória no 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, ou do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, nem a outras operações que tenham encargos pós-fixados por força de renegociação com amparo em medidas legais ou infralegais de renegociação de dívidas.

Art. 46. Fica autorizada a renegociação das operações contratadas ao abrigo da Linha Especial de Crédito FAT Integrar e reclassificadas para o FCO com base no art. 6º da Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008, nas condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta Lei para as operações de crédito rural inadimplentes ou adimplentes, respectivamente.



Parágrafo único. A partir de 2009, as operações reclassificadas com base no art. 6º da Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008, ou renegociadas nos termos dos arts. 29 ou 30 desta Lei, seguem as condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

**Art. 47.** O art. 11 da Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 11. Na aquisição de produtos agropecuários no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pelo art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, os preços de referência serão assegurados aos agricultores familiares, associações e cooperativas livres dos valores referentes às incidências do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e da contribuição do produtor rural pessoa física ou jurídica ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cujo recolhimento, quando houver, será efetuado pela instituição executora do Programa, à conta do PAA." (NR).**

**Art. 48.** Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei no 8.427, de 27 de maio de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 1º .....**

§ 1º Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos.

§ 2º O pagamento das subvenções de que trata esta Lei fica condicionado à apresentação pelo solicitante de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos, com vistas no atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964." (NR).

**"Art. 2º** A equalização de preços consistirá em subvenção, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela política de garantia de preços mínimos, de que trata o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, equivalente:

I - nas operações efetuadas com produtos agropecuários integrantes dos estoques públicos:

- a) à parcela do custo de aquisição do produto que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos;
- b) à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque;

II - à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

III - no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação;

IV - no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, ou por suas cooperativas e associações, limitada às dotações orçamentárias e aos critérios definidos em regulamento; ou

V - ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

§ 1º A concessão da subvenção a que se referem os incisos II a V do **caput** deste artigo exonera o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto, que deverá ser comercializado pelo setor privado.

§ 2º Visando a atender aos agricultores familiares definidos no art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, de forma a contemplar suas diferenciações regionais, sociais e produtivas, fica também autorizada a realização das operações previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo, em caráter suplementar, destinadas especificamente ao escoamento de produtos desses agricultores, bem como de suas cooperativas e associações." (NR)

"Art. 3º A concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de preços, obedecerá aos limites, às condições, aos critérios e à forma estabelecidos, em conjunto, pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras existentes para a finalidade, com a participação:

I - do Ministério do Desenvolvimento Agrário, quando se tratar das operações previstas no § 2º do art. 2º desta Lei; e

II - do Ministério do Meio Ambiente, quando se tratar das operações previstas no inciso IV do **caput** e de produtos extrativos incluídos no § 2º, ambos do art. 2º desta Lei." (NR)

"Art. 4º .....

§ 1º No caso em que os encargos cobrados do tomador final do crédito rural excederem o custo de captação dos recursos acrescido dos custos administrativos e tributários, as instituições financeiras oficiais federais e os bancos cooperativos deverão recolher ao Tesouro Nacional o valor apurado, atualizado pelo índice que remunera a captação dos recursos.

§ 2º A subvenção econômica a que se refere o **caput** deste artigo estende-se aos empréstimos concedidos, a partir de 1º de julho de 1991, pelas instituições financeiras oficiais federais aos produtores rurais." (NR)

Art. 49. Os Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional definirão, por meio de portaria conjunta, os critérios para o provisionamento relativo às operações com risco dos Fundos Constitucionais de Financiamento renegociadas com base nesta Lei.

Art. 50. O Poder Executivo fica autorizado a criar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ação emergencial de apoio aos agricultores familiares, com o objetivo de propiciar condições de recuperação de sua capacidade produtiva e renda, localizados em Municípios em que ocorrerem perdas na produção agropecuária em razão de fenômenos climáticos, epizootias ou doenças das plantas de difícil controle.

§ 1º O benefício a ser concedido deverá ser utilizado para liquidação ou amortização de financiamentos contraídos no âmbito do Pronaf por agricultores familiares enquadrados o art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, devendo ser limitado ao valor do financiamento de cada mutuário.

§ 2º Os mutuários de financiamentos do Pronaf que estejam amparados no Proagro, no Proagro Mais ou em outro seguro da produção, desde que o fator gerador da perda na produção esteja previsto como causa de indenização pelo referido seguro, não poderão receber os benefícios de que trata este artigo.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará, para cada situação de emergência passível de enquadramento na ação a que se refere o **caput** deste artigo, os critérios de enquadramento dos Municípios e dos agricultores a serem beneficiados, os limites da subvenção por mutuário e as demais condições operacionais.

§ 4º A concessão dos benefícios de que trata este artigo fica limitada às disponibilidades orçamentárias e financeiras da União nos respectivos exercícios orçamentários.

Art. 51. São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de defesa civil destinadas ao atendimento de áreas afetadas por desastre que tenha gerado o reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência.

§ 1º Compete ao Ministro de Estado da Integração Nacional aferir a caracterização da situação de calamidade ou de emergência e a impossibilidade de o problema ser resolvido pelo ente da Federação, bem como definir a abrangência das ações a serem adotadas.

§ 2º As transferências de que trata o **caput** deste artigo somente poderão ser realizadas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado da aferição a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 3º a 7º da Lei no 11.578, de 26 de novembro de 2007, às transferências de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 52. Os arts. 1º, 6º, 8º e 11 da Lei no 10.420, de 10 de abril de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

"Art. 1o É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida pela Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007.

.....

§ 2o O Benefício Garantia-Safra somente poderá ser pago aos agricultores familiares residentes em Municípios nos quais tenha sido verificada perda de safra nos termos do art. 8o desta Lei.

§ 3o Aos beneficiários que aderirem ao Fundo Garantia-Safra somente será pago um benefício por ano-safra, independentemente de terem sofrido perda de safra por estiagem ou excesso hídrico." (NR)

"Art. 6o .....

§ 1o No caso de ocorrência de frustração de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico, sem que haja recursos suficientes no Fundo Garantia-Safra, a União antecipará os recursos necessários para o pagamento dos benefícios, limitado às suas disponibilidades orçamentárias, observados o valor máximo fixado por benefício e a devida comprovação, nos termos dos arts. 8o e 9o desta Lei.

....." (NR)

"Art. 8o Farão jus ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão, sem prejuízo do disposto no § 3o deste artigo.

.....

§ 2o É vedada a concessão do benefício de que trata este artigo aos agricultores que participem de programas similares de transferência de renda, que contem com recursos da União, destinados aos agricultores em razão dos eventos previstos no art. 1o desta Lei.

.....

§ 4o Fica autorizado, excepcionalmente na safra 2007/2008, o pagamento retroativo do benefício Garantia-Safra aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e tiveram perda de safra em razão de excesso hídrico nos termos do **caput** deste artigo." (NR)

"Art. 11. ....

§ 1o O valor da contribuição anual a ser desembolsada pelos Estados e Municípios será recolhido, em parcelas mensais e iguais, à instituição financeira de que trata o art. 7o desta Lei, conforme dispuser o regulamento.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

....." (NR)

Art. 53. Fica o gestor do Funcafé autorizado a financiar a liquidação de dívidas de café vinculadas à Cédula de Produto Rural - CPR, física ou financeira, com vencimento contratual previsto até 31 de dezembro de 2007, inclusive aquelas com vencimento até 2007 substituídas para vencimento em 2008, emitidas por produtores rurais ou suas cooperativas, observadas as seguintes condições:

I - prazo de reembolso: até 4 (quatro) anos, sendo que a primeira parcela pode ter vencimento previsto até 31 de outubro de 2009;

II - encargos financeiros: 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano;

III - risco da operação: integral dos agentes financeiros;

IV - **spread** bancário: até 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano;

V - total de recursos: até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

§ 1o Caberá ao CMN regulamentar as disposições deste artigo e os prazos para contratação da operação, que não poderão ser inferiores a 90 (noventa) dias depois de publicado o regulamento desta Lei.

§ 2o Para os fins de que trata este artigo, fica autorizada a contratação de penhor das safras 2008/2009 a 2010/2011.

Art. 54. O art. 5o do Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5o Os preços mínimos básicos serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados, interno e externo, e os custos de produção, com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1o Os preços mínimos definidos pelo CMN serão publicados por meio de portaria do Mapa, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias do início das épocas de plantio e de 30 (trinta) dias do início da produção pecuária ou extrativa mais abundante nas diversas regiões, consoante as indicações dos órgãos competentes.

§ 2o As portarias poderão, também, estabelecer, quanto a determinados produtos, que as garantias previstas neste Decreto-Lei perdurarão por mais de 1 (um) ano ou safra, quando isso interessar à estabilidade da agricultura e à normalidade de abastecimento."(NR)

Art. 55. O art. 3o da Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3o .....

§ 1o Os ganhos decorrentes da variação a menor da TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional no momento do estabelecimento das condições do programa, e

apurados a partir do 3o (terceiro) ano da operação deverão ser recolhidos pelo BNDES à Secretaria do Tesouro Nacional, atualizados pela TJLP.

§ 2o As despesas decorrentes do disposto no **caput** deste artigo correrão à conta de dotações orçamentárias específicas, alocadas no Orçamento Geral da União, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

§ 3o O disposto no **caput** deste artigo estende-se aos financiamentos contratados a partir de 1o de julho de 2004." (NR)

Art. 56. Fica autorizado o Poder Executivo a definir condições para a repactuação ou liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao amparo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal - PRODEX, do Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada - PRORURAL ou do FNO-Especial.

Parágrafo único. Para a repactuação ou liquidação das operações de que trata o **caput** deste artigo poderão ser concedidos bônus de adimplência ou descontos, os quais serão suportados pelo FNO.

Art. 57. Fica a União autorizada a criar linha de crédito de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com recursos das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda, para refinanciar dívidas originárias de crédito rural contratadas por meio de cooperativas de crédito singulares ou centrais no âmbito do Pronaf, ainda que a operação tenha sido liquidada pelo agente financeiro, mediante débito do valor da dívida na conta da respectiva cooperativa, nas seguintes condições:

I - o saldo devedor atualizado poderá ser renegociado por até 3 (três) anos, podendo a primeira parcela vencer até 2009;

II - aplicação, a partir da data da prorrogação, das taxas de juros praticadas na safra 2007/2008 para os respectivos grupos do Pronaf;

III - risco da operação: exclusivo do agente financeiro.

§ 1o Somente poderão ser incluídas no refinanciamento de que trata o **caput** as operações de crédito de custeio rural contratadas ao amparo do Pronaf para os grupos C e D nas safras 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 ou 2005/2006.

§ 2o Para acessar a linha de crédito de que trata o **caput** deste artigo para seus cooperados, as cooperativas de crédito deverão atualizar os saldos devedores das operações desde a data do vencimento das parcelas até a data de concessão da nova operação de crédito, pelos encargos de adimplência previstos nos contratos originais, acrescidos de até 2 (dois) pontos percentuais ao ano.

§ 3o Eventuais diferenças apuradas em decorrência da aplicação do disposto no § 2o deste artigo constituem ônus exclusivos das respectivas cooperativas.

§ 4o Os recursos serão liberados mediante a assinatura de assunção da dívida pelo mutuário e com aval das respectivas cooperativas.



§ 5o As operações de crédito efetuadas com base neste artigo, desde que referentes às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, poderão ser liquidadas com os descontos previstos para os respectivos grupos e safras de contratação estabelecidos no § 1o do art. 14 desta Lei.

§ 6o O ônus referente aos descontos para liquidação de que trata o § 5o deste artigo bem como os custos da equalização das novas operações serão suportados pelo Tesouro Nacional.

§ 7o O CMN poderá definir normas complementares para a operacionalização do disposto neste artigo.

Art. 58. Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações destinadas a investimento agropecuário, lastreadas em recursos repassados pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, contratadas até 31 de dezembro de 2001 e em contencioso judicial, da seguinte forma, mediante acordo nos autos:

I - o saldo devedor será consolidado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP em 15 de julho de 2008;

II - os pagamentos serão efetuados trimestralmente, com vencimento final em 15 de julho de 2023;

III - o saldo devedor, consolidado conforme o inciso I do **caput** deste artigo, será remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

§ 1o Caso os pagamentos sejam efetuados rigorosamente em dia até 15 de julho de 2020, o pagamento das parcelas vincendas entre 15 de outubro de 2020 e 15 de julho de 2023 será dispensado.

§ 2o O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito às condições do contrato original, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.

§ 3o O devedor deverá manifestar seu interesse em renegociar sua dívida, na forma deste artigo, até 31 de dezembro de 2008.

§ 4o As cobranças judiciais a que se refere o **caput** deste artigo serão suspensas e assim permanecerão pelo período renegociado, conforme acordo nos autos.

Art. 59. São asseguradas ao mutuário de operações de crédito rural:

I - a revisão das garantias;

II - a redução das garantias em caso de excesso.



**Art. 60. Ficam revogados o § 3o do art. 2o da Lei no 8.427, de 27 de maio de 1992, e o § 5o do art. 6o da Lei no 10.420, de 10 de abril de 2002.**

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Guido Mantega*

*Reinhold Stephanes*

*Gedel Veira Lima*

*Guilherme Cassel*

*Obs.: Os anexos da Lei 11.775, de 17/09/2008 não foram inseridos nesta publicação uma vez que não se aplicam ao PAA.*





**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

# DECRETOS



**DECRETO Nº 4.772, DE 2 DE JULHO DE 2003**

(Publicado no DOU de 3.7.2003)

**REVOGADO**

**Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado Grupo Gestor para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos previsto no [art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003](#),

Art. 2º O Grupo Gestor será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, que o coordenará;

II - Ministério da Fazenda;

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 1º Os membros e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

§ 2º A participação no Grupo não ensejará remuneração e será considerada serviço público relevante.

Art. 3º O Grupo Gestor de que trata este Decreto definirá:

I - a sistemática de aquisição dos produtos agropecuários, cuja definição dos preços citados no § 2º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2003, deverá levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;

II - as regiões prioritárias para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos;

III - as condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis no [art. 3º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001](#), ou no Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#);

IV - as condições de venda dos produtos adquiridos na forma deste Decreto; e

V - outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 1º Na venda a que se refere o inciso IV serão observados os parâmetros utilizados pela Companhia Nacional de Alimentos - CONAB nos leilões e vendas em balcão de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

§ 2º Os valores provenientes da venda de produtos agropecuários adquiridos com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza de que trata a [Lei Complementar nº 111, de 2001](#), serão integralmente destinados a este.

§ 3º Aplica-se à aquisição de alimentos prevista neste Decreto as disposições estabelecidas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou outra modalidade de seguro, que deverá cobrir cem por cento do valor da produção objeto da operação.

§ 4º A aquisição dos produtos agropecuários ficará adstrita aos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 4º O Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome poderá firmar convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que estes participem do Programa de Aquisição de Alimentos, inclusive com aportes financeiros.

Art. 5º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários de que trata este Decreto.

Parágrafo único. No caso de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite de que trata o **caput** será considerado por agricultor familiar.

Art. 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da CONAB, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

*Roberto Rodrigues*

*Guido Mantega*

*Miguel Soldatelli Rossetto*

*José Graziano da Silva*

**DECRETO Nº 5.873, DE 15 DE AGOSTO DE 2006**  
(Publicado no DOU de 16.8.2003)

**REVOGADO**

**Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado Grupo Gestor para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos previsto no [art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003](#).

Art. 2º O Grupo Gestor será composto por representantes dos seguintes Ministérios:

- I - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;
- II - da Fazenda;
- III - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- IV - do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- V - do Desenvolvimento Agrário.

§ 1º Os membros e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º A participação no Grupo não ensejará remuneração e será considerada serviço público relevante.

Art. 3º O Grupo Gestor de que trata este Decreto definirá:

I - as modalidades e a sistemática de aquisição dos produtos agropecuários, cuja definição dos preços citados no [§ 2º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2003](#), deverá considerar as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;

II - as regiões prioritárias para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos;

III - as condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis no [art. 3º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001](#), ou no Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#);



IV - as condições de formação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos;

V - as condições de venda dos produtos adquiridos na forma deste Decreto;

VI - as condições de apoio à formação de estoques de alimentos por organizações constituídas por agricultores familiares; e

VII - outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 1º Na venda a que se refere o inciso V, serão observados os parâmetros utilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nos leilões e vendas em balcão de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

§ 2º Os valores provenientes da venda de produtos agropecuários adquiridos com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza de que trata a [Lei Complementar nº 111, de 2001](#), serão integralmente a ele destinados.

§ 3º Aplica-se à aquisição de alimentos prevista neste Decreto as disposições estabelecidas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou outra modalidade de seguro, que deverá cobrir cem por cento do valor da produção objeto da operação.

§ 4º A aquisição dos produtos agropecuários ficará adstrita aos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 4º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, poderão firmar convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que dele participem, inclusive com aportes financeiros.

Art. 5º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários de que trata este Decreto.

§ 1º O valor máximo de que trata o **caput** será considerado por ano e as aquisições realizadas nas diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos e pelos diversos agentes são cumulativas, salvo disposições em contrário.

§ 2º No caso da modalidade incentivo à produção e ao consumo de leite (Programa do Leite), o valor máximo por agricultor familiar será considerado por semestre.

§ 3º No caso de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite de que trata o **caput** será considerado por agricultor familiar contemplado pela aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, respeitadas as condições estabelecidas no § 1º.

Art. 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da CONAB, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o [Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003](#).

Brasília, 15 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Patrus Ananias*

**DECRETO Nº 6.447, DE 7 DE MAIO DE 2008**  
**(Publicado no DOU de 08/05/2008)**  
**REVOGADO**

**Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001,

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo Decreto no 5.873, de 15 de agosto de 2006, passa a reger-se pelas disposições constantes deste Decreto.

Art. 2º O Grupo Gestor será composto por um representante de cada Ministério a seguir indicado:

- I - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;
- II - da Fazenda;
- III - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- IV - do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - do Desenvolvimento Agrário; e
- VI - da Educação.

§ 1º Os membros e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º A participação no Grupo Gestor não ensejará remuneração e será considerada serviço público relevante.

Art. 3º O Grupo Gestor definirá:

- I - as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários destinados à formação de estoques estratégicos e às pessoas em situação de insegurança alimentar, inclusive para o atendimento da alimentação escolar;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - os preços de referência de aquisição dos produtos agropecuários, citados no § 2º do art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, os quais deverão levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;

III - as regiões prioritárias para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos;

IV - as condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis no art. 3º da Lei Complementar no 111, de 6 de julho de 2001, ou no Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003;

V - as condições de formação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos;

VI - as condições de venda dos produtos adquiridos na forma deste Decreto;

VII - as condições de apoio à formação de estoques de alimentos por organizações constituídas por agricultores familiares; e

VIII - outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 1º Na venda a que se refere o inciso VI, serão observados parâmetros utilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nos leilões e vendas em balcão de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

§ 2º O valor proveniente da venda de produtos agropecuários adquiridos com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza de que trata a Lei Complementar no 111, de 2001, serão a ele destinados integralmente.

§ 3º Aplica-se à aquisição de alimentos prevista neste Decreto as disposições estabelecidas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou outra modalidade de seguro, que deverá cobrir cem por cento do valor da produção objeto da operação.

§ 4º A aquisição dos produtos agropecuários ficará adstrita aos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 4º Os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário, visando a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, poderão firmar convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que dele participem, inclusive com aportes financeiros.

Art. 5º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários de que trata este Decreto.

§ 1º O valor máximo de que trata o **caput** será considerado por ano civil e as aquisições realizadas nas diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos e pelos diversos agentes são cumulativas, salvo disposições em contrário.

§ 2º Na aquisição realizada em modalidade de incentivo à produção e ao consumo de leite (Programa do Leite), operada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o valor máximo por agricultor familiar será considerado por semestre.

§ 3º Na aquisição realizada de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite de que trata o **caput** será considerado por agricultor familiar contemplado pela aquisição

de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, respeitadas as condições estabelecidas no § 1º.

§ 4º Na hipótese de aquisição envolvendo recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, deverá ser respeitado o valor máximo definido no **caput**, não sendo cumulativo com as demais modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 5º Na hipótese de aquisição envolvendo recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para formação de estoques pela Agricultura Familiar, deverá ser respeitado o valor máximo estabelecido no **caput**, não sendo cumulativo com as demais modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, exceto quando se tratar de liquidação em produto pelo agricultor.

Art. 6º Os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário definirão a sistemática e os procedimentos adicionais para aquisição de produtos efetuados com seus respectivos recursos.

Art. 7º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE definirá a sistemática e os procedimentos adicionais em relação aos produtos adquiridos para o atendimento da alimentação escolar.

Art. 8º A CONAB fornecerá os subsídios e o suporte técnico para operacionalização das decisões do Grupo Gestor, especialmente para atendimento do estabelecido no inciso II do art. 3º.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogado o Decreto no 5.873, de 15 de agosto de 2006.

Brasília, 7 de maio de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega  
*Reinhold Stephanes*  
*Fernando Haddad,*  
*Paulo Bernardo Silva*  
*Patrus Ananias*  
*Guilherme Cassel*

**DECRETO Nº 6.959, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009**  
(Publicado no DOU de 16/09/2009)

**REVOGADO**

**Dá nova redação aos arts. 3o, 4o e 5o do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009,

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os arts. 3o, 4o e 5o do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

I - outras modalidades de aquisição de produtos agropecuários destinados à formação de estoques estratégicos e às pessoas em situação de insegurança alimentar, inclusive para o atendimento da alimentação escolar, além daquelas indicadas no art. 5o;

....." (NR)

"Art. 4º Os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário, visando a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, poderão firmar convênios com os órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, para que dele participem, inclusive com aportes financeiros." (NR)

"Art. 5º O Programa de Aquisição de Alimentos será executado nas seguintes modalidades e observado os respectivos limites de valores máximos por agricultor familiar:

I - aquisição de alimentos para atendimento da alimentação escolar, com limite de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por ano civil;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - compra direta da agricultura familiar para distribuição de alimentos ou formação de estoque público, com limite de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano civil;

III - apoio à formação de estoque pela agricultura familiar, com limite de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano civil;

IV - compra da agricultura familiar com doação simultânea, com limite de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano civil;

V - compra direta local da agricultura familiar com doação simultânea, com limite de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano civil, e

VI - incentivo à produção e ao consumo do leite, com limite de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por semestre.

§ 1º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por agricultor familiar, por ano civil, como limite para outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, definidas pelo Grupo Gestor, nos termos do inciso I do art. 3º.

§ 2º Para efeitos de cálculo do limite de valor, as aquisições realizadas nas diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos e pelos diversos agentes são cumulativas, salvo o disposto nos §§ 4º e 5º.

§ 3º Na aquisição realizada de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite será considerado por agricultor familiar contemplado pela aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, respeitado o disposto no § 2º.

§ 4º Na aquisição envolvendo recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deverá ser respeitado o valor máximo definido no inciso I, não sendo cumulativo com as demais modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 5º Na modalidade de apoio à formação de estoques pela agricultura familiar, deverá ser respeitado o valor máximo estabelecido no inciso III, não sendo cumulativo com as demais modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, exceto quando se tratar de liquidação em produto pelo agricultor." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Nelson Machado*

*Reinhold Stephanes*

*Fernando Haddad*

*Paulo Bernardo Silva*

*Patrus Ananias*

*Guilherme Cassel*

**DECRETO Nº 7.775, DE 04 DE JULHO DE 2012**  
**(Publicado no DOU de 05/07/2012)**

Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Grupo Gestor do PAA - GGPAA, no âmbito de suas competências, poderão fixar disposições complementares sobre o PAA.

**CAPÍTULO I**

**DAS FINALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO  
DE ALIMENTOS**

Art. 2º O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de



alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PÚBLICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

Art. 3º Os beneficiários do PAA serão fornecedores ou consumidores de alimentos.

Art. 4º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I - beneficiários consumidores - indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela redesocioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPA, pela rede pública e filantrópica de ensino;

II - beneficiários fornecedores - público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006; e III - organizações fornecedoras - cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPA.

§ 1º Os beneficiários fornecedores serão identificados pela sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

§ 2º A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em articulação com outros órgãos

da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

§ 3o A participação de mulheres, dentre os beneficiários fornecedores, deverá ser incentivada.

§ 4o As organizações fornecedoras, no âmbito do PAA, somente poderão vender produtos provenientes de beneficiários fornecedores.

§ 5o Dentre as organizações aptas a participar do Programa, serão priorizadas as constituídas por mulheres.

### **CAPÍTULO III** **DA AQUISIÇÃO E DESTINAÇÃO DE ALIMENTOS**

#### **Seção I**

##### **Da Aquisição de Alimentos**

Art. 5o As aquisições de alimentos no âmbito do PAA poderão ser realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo GGPA;

II - os beneficiários e organizações fornecedores comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos II e III do **caput** do art. 4o, conforme o caso;

III - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, ou por organização da agricultura familiar, conforme o disposto no art. 19; e

IV - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Parágrafo único. O GGPA estabelecerá metodologia de definição de preço diferenciado para alimentos agroecológicos ou orgânicos e procedimento para a sua compra, observado o disposto no parágrafo único do art. 17 da Lei no 12.512, de 2011.

Art. 6o A aquisição de alimentos deverá conciliar a demanda por ações de promoção de segurança alimentar com a oferta de produtos pelos beneficiários fornecedores do PAA.

Art. 7o As aquisições de alimentos serão realizadas preferencialmente por meio de organizações fornecedoras que tenham em seu quadro social beneficiários fornecedores prioritários definidos pelo GGPA.

Parágrafo único. **A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** priorizará, no âmbito do PAA, a aquisição de alimentos de organizações fornecedoras.

Art. 8º Poderão ser adquiridos, no âmbito do PAA, sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares, até o limite de cinco por cento da dotação orçamentária anual do Programa, respeitados os limites de participação descritos no art. 19, para estimular a produção de alimentos, o combate à pobreza e a promoção da segurança alimentar e nutricional

§ 1º As sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares, para serem adquiridas no âmbito do PAA, cumprirão as exigências das normas vigentes inclusive quanto à certificação ou cadastro desses produtos, do agricultor ou de sua organização.

§ 2º Fica admitida a aquisição de sementes de cultivar local, tradicional ou crioula, a ser destinada ao público beneficiário do Programa conforme o § 4º do art. 9º, dispensadas:

I - a inscrição da cultivar no Registro Nacional de Cultivares, prevista no art. 11 da Lei no 10.711, de 5 de agosto de 2003, atendidos os padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme análise em laboratório credenciado; e

II - a inscrição do produtor das sementes no Registro Nacional de Sementes e Mudas - Renasem, prevista no art. 8º da Lei no 10.711, de 2003.

§ 3º As condições para a aquisição e destinação de sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares serão definidas pelo GGPA.

## **Seção II**

### **Da Destinação dos Alimentos Adquiridos**

Art. 9º Os alimentos adquiridos no âmbito do PAA serão destinados para:

I - o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - o abastecimento da rede socioassistencial;

III - o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição;

IV - o abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino;

V - a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda; e

VI - o atendimento a outras demandas definidas pelo GGPA.

§ 1º O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabelecerá condições e critérios para distribuição direta de alimentos aos beneficiários consumidores e de participação e priorização de entidades integrantes da rede socioassistencial e de

§ 2o A população em situação de insegurança alimentar e nutricional decorrente de situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas nos termos da Lei nº 12.340, de 1o de dezembro de 2010, poderá ser atendida, no âmbito do PAA, em caráter complementar e articulado à atuação do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

§ 3o O abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino terá caráter suplementar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, previsto na Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, e considerará as áreas e os públicos prioritários definidos pelo GGPA.

§ 4o As sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares adquiridas no âmbito do PAA serão destinados a beneficiários prioritários fornecedores ou consumidores, conforme resolução do GGPA.

Art. 10. Os estoques públicos de alimentos constituídos no âmbito do PAA serão gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 1o Os estoques públicos de alimentos constituídos com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome serão prioritariamente doados, podendo ser vendidos somente em casos excepcionais, mediante sua autorização.

§ 2o Os estoques públicos de alimentos constituídos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário serão prioritariamente vendidos, admitida a doação, se caracterizada uma das seguintes situações:

- I - atendimento a ações de promoção de segurança alimentar e nutricional;
- II - constatação de risco da perda de qualidade dos alimentos estocados; ou
- III - impossibilidade de remoção, de manutenção em estoques ou de venda dos alimentos, justificadas por questões de economicidade relacionadas à logística.

§ 3o Nas situações previstas no § 2o, os estoques públicos de alimentos serão transferidos para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a realização da doação.

Art. 11. A venda dos alimentos adquiridos no âmbito do PAA será realizada por leilões eletrônicos ou em balcão e terá como objetivos:

- I - contribuir para regular o abastecimento alimentar;
- II - fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização;
- III - promover e valorizar a biodiversidade; e
- IV - incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.

§ 1o O valor de venda dos produtos em balcão seguirá metodologia a ser definida pelo GGPA.

§ 2o Em situações de emergência ou estado de calamidade, reconhecidas nos termos da Lei no 12.340, de 2010, poderão ser realizadas vendas em balcão de estoques

constituídos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para beneficiários fornecedores, com deságio de até cinquenta por cento sobre o valor de mercado, de produtos destinados à alimentação animal.

§ 3o O GGPAА estabelecerá hipóteses de concessão do deságio, forma de aplicação, limites de venda por unidade familiar e o valor efetivo do deságio para cada caso.

### **Seção III** **Do Pagamento aos Fornecedores**

Art. 12. O pagamento pelos alimentos adquiridos no âmbito do PAA será realizado diretamente aos beneficiários fornecedores ou por meio de organizações fornecedoras.

Parágrafo único. Os valores a serem pagos aos beneficiários fornecedores diretamente ou por meio de organizações fornecedoras serão os preços de referência de cada produto ou os preços definidos conforme metodologia estabelecida pelo GGPAА.

Art. 13. Na hipótese de pagamento por meio de organizações fornecedoras, os custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários fornecedores, desde que previamente acordados com estes beneficiários.

§ 1o As organizações deverão informar os valores efetivamente pagos a cada um dos beneficiários, observados a periodicidade e os procedimentos definidos pelo GGPAА.

§ 2o A liberação de novos pagamentos à organização será condicionado ao envio da informação prevista no § 1o.

§ 3o O pagamento por meio de organizações fornecedoras será realizado a partir da abertura de conta bancária específica que permita o acompanhamento de sua movimentação, por parte das unidades executoras e gestoras.

§ 4o A organização fornecedora deverá manter arquivados os documentos que comprovem os pagamentos aos beneficiários fornecedores pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 14. O pagamento aos beneficiários fornecedores deverá ser precedido de comprovação da entrega e da qualidade dos alimentos, por meio de documento fiscal e de termo de recebimento e aceitabilidade.

Parágrafo único. O termo de recebimento e aceitabilidade poderá ser dispensado em aquisições nas modalidades Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Direta, Compra Institucional e Apoio à Formação de Estoques, desde que o ateste da entrega e da qualidade dos alimentos seja feita pela Unidade Executora no próprio documento fiscal.

Art. 15. O termo de recebimento e aceitabilidade deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a data e o local de entrega dos alimentos;
- II - a especificação dos alimentos, quanto à quantidade, qualidade e preço;
- III - o responsável pelo recebimento dos alimentos; e

IV - a identificação do beneficiário fornecedor ou da organização fornecedora, conforme o caso.

Parágrafo único. O GGPAA poderá estabelecer outras informações a serem exigidas no termo de recebimento e aceitabilidade.

Art. 16. O termo de recebimento e aceitabilidade deverá ser emitido e assinado:

I - por agente público designado pela unidade executora do Programa, caso os alimentos lhe sejam entregues diretamente; ou

II - por representante de órgãos ou entidades das redes socioassistencial, de equipamentos de alimentação e nutrição, e de ensino, definidos no inciso I do **caput** do art. 4o, e referendado por representante da unidade executora, caso os alimentos sejam entregues diretamente pelo beneficiário ou organização fornecedora a estes órgãos ou entidades.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS MODALIDADES DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

Art. 17. O PAA será executado nas seguintes modalidades:

I - Compra com Doação Simultânea - compra de alimentos diversos e doação simultânea à entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - Compra Direta - compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos;

III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores;

IV - Apoio à Formação de Estoques - apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos;

V - Compra Institucional - compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

VI - outras modalidades definidas pelo GGPAA.

Art. 18. As modalidades de execução do PAA serão disciplinadas pelo GGPAA por meio de resoluções específicas.

Art. 19. A participação dos beneficiários e organizações fornecedores, conforme previsto nos incisos II e III do **caput** do art. 4o, seguirá os seguintes limites:

I - por unidade familiar:

- a) R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Compra com Doação Simultânea;
- b) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Compra Direta;
- c) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), por semestre, na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite;
- d) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Apoio à Formação de Estoques;
- e) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Compra Institucional;
- e
- e) até 8.000,00 (oito mil reais), por ano, nas demais modalidades definidas pelo GGPAA; e

II - por organização fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar:

- a) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), por ano, na modalidade Apoio à Formação de Estoques; e
- b) valor a ser definido em função do número de beneficiários fornecedores contemplados na aquisição para as demais modalidades, atendidos os limites estabelecidos no inciso I do **caput**.

§ 1o O beneficiário fornecedor poderá participar de mais de uma modalidade, desde que o valor total a receber por unidade familiar no ano não ultrapasse R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à exceção das modalidades Compra Institucional e Apoio à Formação de Estoques, quando envolve quitação financeira, não cumulativas às demais.

§ 2o O limite de participação por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea será ampliado para **R\$ 4.800,00** (quatro mil e oitocentos reais) nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras.

§ 3o Para fins do disposto neste artigo, considera-se ano o período compreendido entre 1o de janeiro e 31 de dezembro.

## CAPÍTULO V

### DAS INSTÂNCIAS DE COORDENAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

#### Seção I



**Do Grupo Gestor do PAA**

Art. 20. O GGPA, órgão colegiado de caráter deliberativo vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como objetivos orientar e acompanhar a implementação do PAA.

§ 1º O GGPA será composto por um representante titular e um representante suplente de cada um dos seguintes órgãos:

- I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;
- II - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- III - Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento;
- IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Ministério da Fazenda; e
- VI - Ministério da Educação.

§ 2º Os representantes serão indicados pelos titulares dos ministérios e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 21. O GGPA definirá, no âmbito do PAA:

- I - a forma de funcionamento das modalidades do Programa;
- II - a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;
- III - a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos;
- IV - as condições de doação dos produtos adquiridos;
- V - as condições de formação de estoques públicos;
- VI - os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores;
- VII - as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos a que se refere o art. 8º ;
- VIII - a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e
- IX - outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA.

Art. 22. O GGPA constituirá comitê de caráter consultivo para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do PAA, composto por representantes governamentais e da sociedade civil.

Art. 23. A participação no GGPA e no Comitê Consultivo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 24. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome fornecerá o apoio técnico-administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do GGPA.

Art. 25. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do GGPA,

**DECRETO Nº 7.956, DE 12 DE MARÇO DE 2013**  
**(Publicado no DOU de 13/03/2013)**

Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011,

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 34. A Unidade Executora que não cumprir as obrigações previstas no art. 32 ou indicar o pagamento a beneficiários fornecedores em desconformidade com as regras do PAA estará sujeita à suspensão dos repasses de recursos, à rescisão do termo de adesão e à obrigatoriedade de restituir à União os recursos aplicados indevidamente, além de outras medidas previstas em lei." (NR)

"Art. 35. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome transferirá, na forma de apoio financeiro, conforme o art. 21 da Lei nº 12.512, de 2011, recursos às unidades executoras que tenham aderido ao PAA, com a finalidade de contribuir, durante a vigência do termo de adesão, com a operacionalização das metas acordadas em seus Planos Operacionais Anuais.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de março de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF  
*Tereza Campello*



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

**DECRETO Nº 8.026, DE 06 DE JUNHO DE 2013**  
**(Publicado no DOU de 07/06/2013)**

Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nos arts. 1º e 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º O Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

I - beneficiários consumidores - indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo GGPA, pela rede pública e filantrópica de ensino;

.....” (NR)

“Art. 8º .....

.....

§ 4º Será admitida a aquisição e doação de sementes, mudas e materiais propagativos para a alimentação animal a beneficiários consumidores e beneficiários fornecedores e a organizações fornecedoras, nos termos a serem definidos pelo GGPA.” (NR)



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

“Art. 11. ....

§ 2º Poderão ser adquiridos, para estoques constituídos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, produtos destinados à alimentação animal para venda com deságio aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 nos Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecida nos termos dos §§ 1º e 2º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

§ 4º As aquisições de produtos de alimentação animal poderão ser efetuadas até o limite de cinco por cento da dotação orçamentária anual do Programa.” (NR)

“Art. 17. ....

V - Compra Institucional - compra da agricultura familiar voltada para o atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

.....” (NR)

“Art. 19. ....

I - .....

a) R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Compra com Doação Simultânea;

§ 2º O limite anual de participação por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea, nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, será ampliado para:

I - R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nas aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade, ou nas aquisições em que pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários fornecedores participantes da proposta estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal - CadÚnico, nos termos definidos pelo GGPAA; ou

II - R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), nas demais aquisições.

.....” (NR)

Art. 2º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir bônus de adimplência sobre o valor de cada parcela paga até a data do vencimento das operações de crédito rural de investimento contratadas por produtores rurais enquadrados no Grupo “B” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Art. 3º O Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

.....

§ 3º Excepcionalmente, no interesse da Administração, por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e deliberação do Conselho Monetário Nacional, visando estimular a oferta de alimentos específicos constantes da pauta do PGPAF, o acréscimo referido no § 2º poderá ser majorado em mais de 10%.” (NR)

Art. 4º O Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....

§ 5º A suplência da representação do Ministério do Desenvolvimento Agrário será exercida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.” (NR)

“Art. 7º O Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será reunido ordinariamente, conforme calendário por ele definido, e em caráter extraordinário, de acordo com norma regimental.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias terão o seu calendário ratificado em reunião anterior do Comitê Gestor.” (NR)

“Art. 8º .....

.....

VI - disponibilizar folha de pagamento com a relação de famílias beneficiárias e outras informações pertinentes para as equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que atuam no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e

VII - propor ao Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais instrumentos de controle do cumprimento das etapas estabelecidas para a liberação dos recursos às famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.” (NR)

“Art. 9º .....

.....

III - executar a capacitação das equipes de ATER para atuarem no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, consideradas as contribuições encaminhadas por seu Comitê Gestor.

.....” (NR)



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

“Art. 11. O conteúdo da capacitação das equipes de ATER, a ser elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, deverá observar as seguintes diretrizes:

.....” (NR)

“Art. 13. ....

.....

§ 2º O termo de adesão deverá ser fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e recolhido pelo técnico responsável pelos serviços de ATER com a assinatura de pelo menos um dos integrantes da família responsável pelo projeto de estruturação produtiva.

.....

§ 4º O Ministério do Desenvolvimento Agrário manterá arquivo ou registro eletrônico do termo de adesão e dos projetos de estruturação da unidade produtiva familiar.

§ 5º Os laudos de acompanhamento previstos no § 3º do art. 16 deverão ser mantidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio de arquivo ou de registro eletrônico, considerado o fluxo de procedimentos para a liberação da segunda e da terceira parcelas do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.” (NR)

“Art. 14. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais poderá atender grupos de famílias cujas atividades produtivas sejam realizadas coletivamente, com a apresentação de um projeto coletivo de estruturação produtiva, desde que observado o disposto nos arts. 4º e 5º.

.....

§ 2º No projeto coletivo de estruturação produtiva deverão constar dos termos de adesão ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais a participação e as responsabilidades das famílias beneficiárias.” (NR)

“Art. 16. ....

.....

§ 3º A liberação da segunda e da terceira parcelas fica condicionada à apresentação de laudos de acompanhamento das unidades produtivas familiares pela equipe de assistência técnica, atestando o progresso no desenvolvimento do projeto de estruturação produtiva, observados os prazos mínimos definidos de acordo com normas a serem expedidas pelo Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

§ 4º Na ocorrência de situações excepcionais que impeçam ou retardem a execução do projeto, o prazo a que se refere o **caput** poderá ser prorrogado em até seis meses, mediante a apresentação de laudo de acompanhamento da unidade produtiva familiar, vedada a transferência de recursos adicionais ao limite estabelecido.” (NR)



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

“Art. 19. As famílias que não cumprirem satisfatoriamente as etapas estabelecidas no projeto de estruturação da unidade produtiva familiar terão seu benefício suspenso ou cancelado, de acordo com normas expedidas pelo Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Parágrafo único. O benefício não será suspenso ou cancelado nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, declaradas em laudo de acompanhamento que ateste o esforço da família na implementação do projeto e a participação nas atividades individuais e coletivas.” (NR)

“Art. 21. ....

I - identificar todos os membros das famílias beneficiárias, suas condições socioeconômicas e de acesso a fatores de produção, além de encaminhar, conforme orientação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as demandas identificadas para os agentes públicos responsáveis;

II - registrar, em formulário a ser indicado, informações sobre famílias não identificadas nos cadastros utilizados, com os dados obtidos de acordo com fluxo operacional definido pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário;

.....  
VIII - encaminhar laudos de acompanhamento para a prorrogação do prazo para a estruturação da unidade produtiva familiar, em conformidade com a execução dos serviços de ATER, sempre que cabíveis; e

.....” (NR)

“Art. 24. As entidades executoras e fiscalizadoras do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais manterão, em suas sedes, toda a documentação em arquivo ou por meio de registro eletrônico referente à execução do Programa, e os relatórios de monitoramento, para fins de comprovação junto aos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de cinco anos, contado da aprovação das contas anuais de cada entidade pelo Tribunal de Contas da União.” (NR)

“Art. 25. Os instrumentos de acompanhamento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais deverão permitir desagregar as informações por gênero e por outros critérios definidos em regulamentação de seu Comitê Gestor.” (NR)

“Art. 26-A. As informações e os procedimentos exigidos nos termos deste Decreto, bem como os decorrentes da prática dos atos previstos na forma do § 3º do art. 9º e do art. 13 da Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 poderão ser encaminhados por meio eletrônico.” (NR)

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o inciso V do **caput** do art. 10 e o § 2º do art. 20 do Decreto 7.644, de 16 de dezembro de 2011.

Brasília, 6 de junho de 2013; 192º da Independência e 125º da República.





# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

DILMA ROUSSEFF

*Guido Mantega*

José Geraldo Fontelles

*Miriam Belchior*

*Tereza Campello*

*Gilberto José Spier Varga*



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

# PORTARIAS

## **A) PORTARIAS MDS**

**PORTARIA MESA Nº 111, DE 07 DE JULHO DE 2003**  
**(Publicada no D.O.U de 09/07/03)**

**O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE A FOME**, no exercício das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no Art. 19 da Lei nº- 10.626, de 2 de Junho de 2003, na competência que lhe foi delegada pelo art. 2º-, § 1º-, do Decreto nº- 4.772, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve:

Art. 1º Designar os membros do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº- 4.772, de 2 de Julho de 2003 e que terá a seguinte constituição:

a) Pelo Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome:

1. FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, titular;
2. SÉRGIO PAGANINI MARTINS, suplente.

b) Pelo Ministério da Fazenda:

1. JOSÉ GERARDO FONTELLES, titular;
2. EVANDRO FAZENDEIRO DE MIRANDA, suplente.

c) Pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

1. SILVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA, titular;
2. DEUSELES ROSA DA SILVA, suplente.

**d) Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

- 1. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO, titular;**
- 2. SÍLVIO ISOPO PORTO, suplente.**

e) Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

1. GUILHERME CASSEL, titular;
2. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS, suplente;

Parágrafo único - O Grupo Gestor será coordenado pelo representante do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**

Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

**PORTARIA MDS Nº 415, DE 12 DE AGOSTO DE 2005**

**(Publicada no D.O.U de 15/08/05)**

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, e na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º - Designar, para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, como representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em substituição ao indicado na Portaria nº 111, de 07 de julho de 2003:

HERLON GOELZER DE ALMEIDA, suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PATRUS ANANIAS**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**PORTARIA MDS Nº 312, DE 25 DE SETEMBRO DE 2006 (\*)**  
(Publicada no D.O.U de 29/09/06)

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e tendo em vista as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve:

Art. 1º Designar os membros do **GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, de que trata o Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006 e que terá a seguinte constituição:

a) Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

1. ONAUR RUANO, titular;
2. MIGUEL JESUS ESPINHEIRA GONZALEZ, suplente.

**b) Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

- 1. JACINTO FERREIRA, titular;**
- 2. SILVIO ISOPO PORTO, suplente.**

c) Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

1. MARCELO CARDONA ROCHA, titular;
2. HERLON GOELZER DE ALMEIDA, suplente;

d) Pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

1. SILVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA, titular;
2. DEUSELES ROSA DA SILVA, suplente.

e) Pelo Ministério da Fazenda:

1. GILSON ALCEU BITTENCOURT, titular;
2. JOSÉ GERARDO FONTELLES, suplente.

Parágrafo único. O Grupo Gestor será coordenado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º Ficam convalidadas as reuniões do Grupo Gestor do PAA realizadas entre o dia 16 de agosto de 2006 e a data da publicação desta portaria no Diário Oficial da União, assim como seus encaminhamentos.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

**PATRUS ANANIAS**

(\*) Republicada por ter saído, no DOU de 27/09/2006, seção 2, página 30. com incorreção no original.

**PORTARIA MDS Nº 167, DE 10 DE MAIO DE 2007**  
**(Publicada no D.O.U de 14/05/07)**

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no exercício das atribuições que confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.873, de 16 de agosto de 2006, conforme o art. 2º, inciso I, da Medida Provisória nº 163, de 23 janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º - Designar para compor o GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, de que trata o Decreto nº 5.873, de 16 de agosto de 2006, em substituição aos indicados pela Portaria nº 312, de 25 de setembro de 2006 e Portaria 415, de 12 de agosto de 2005, em representação aos seguintes Ministérios:

- a) Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:  
JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS, suplente.
- b) Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:  
ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS, suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PATRUS ANANIAS**

**PORTARIA MDS Nº 401, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2007**  
(Publicada no D.O.U de 08/11/07)

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º - Designar para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, em substituição aos indicados pela Portaria nº 312, de 25 de setembro de 2006, em representação aos seguintes Ministérios:

**a) Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

- 1. SILVIO ISOPO PORTO, titular;**
- 2. WAGNER GONÇALVES ROSSI, suplente**

**b) Pelo Ministério da Fazenda:**

- 1. ANA LUCIA CARVALHO JARDIM, suplente.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

**PATRUS ANANIAS**



**PORTARIA MDS Nº 226, DE 1º DE JULHO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 02 de julho de 2008)

**A MINISTRA DE ESTADO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, EM EXERCÍCIO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o disposto no art. 19 da Lei nº- 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º , § 1º , do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, conforme o art. 2º , inciso I, da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e tendo em vista as indicações recebidas do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Designar, como representantes do Ministério da Educação para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008:

- 1 - ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS, titular, e
- 2 - ELIENE FERREIRA DE SOUZA, suplente.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**ARLETE SAMPAIO**

**PORTARIA MDS Nº 303, DE 10 DE SETEMBRO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 12/09/08)

**O MINISTRO DE ESTADO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.683, de 28 de maio e 2003, e o Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Designar DANIEL MAIA, matrícula SIAPE nº 1195146, para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, como representante titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em substituição a MARCELO CARDONA ROCHA, designado pela Portaria GM/MDS nº 312, art. 1º, alínea c, item 1, de 25 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PATRUS ANANIAS**

**PORTARIA MDS Nº 222, DE 06 DE JULHO DE 2009**  
(Publicada no D.O.U de 08/07/09)

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo artigo 2º, parágrafo 1º, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e tendo em vista as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve:

Art. 1º - Designar os membros do GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, de que trata o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, e que terá a seguinte constituição:

a) Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

1. CRISPIM MOREIRA, titular;
2. NEILA MARIA BATISTA AFONSO, suplente.

**b) Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

1. SILVIO ISOPO PORTO, titular;
2. WAGNER GONÇALVES ROSSI, suplente.

c) Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

1. DANIEL MAIA, titular;
2. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS, suplente.

d) Pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1. SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA, titular;
2. DEUSELES ROSA DA SILVA, suplente.

e) Pelo Ministério da Fazenda:

1. GILSON ALCEU BITTENCOURT, titular;
2. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO, suplente.

f) Pelo Ministério da Educação:

1. ALBANEIDE MARIA DE LIMA PEIXINHO, titular;

2. MARIA LUIZA DA SILVA, suplente.

Parágrafo Único. O Grupo Gestor será coordenado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PATRUS ANANIAS**

**PORTARIA MDS Nº 234, DE 15 DE AGOSTO DE 2011**  
**(Publicada no D.O.U de 16/08/11)**

**A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, e considerando as indicações recebidas dos Ministérios interessados resolve:

Art. 1º - Designar os membros do **GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, o qual terá a seguinte composição:

a) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

1. MAYA TAKAGI, titular;
2. JOÃO MARCELO INTINI, suplente.

**b) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

- 1. SILVIO ISOPO PORTO, titular;**
- 2. GETULINO OLIVEIRA NARCIZO, suplente.**

c) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

1. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS, titular;
2. MARCO ANTÔNIO VIANA LEITE, suplente.

d) pelo Ministério da Fazenda:

1. DANIEL HENRIQUE SALGADO, titular;
2. MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO, suplente.

e) pelo Ministério da Educação:

1. ALBANEIDE MARIA DE LIMA PEIXINHO, titular;
2. MARIA LUIZA DA SILVA, suplente.

f) pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

1. SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA, titular;

2. ROBSON TETSUO ITO, suplente.

Parágrafo único. O Grupo Gestor será coordenado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**TEREZA CAMPELLO**

**PORTARIA MDS Nº 090, DE 16 DE MAIO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 18/05/2012)**

**A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e no art. 2º, § 1º, do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, e considerando as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve:

Art. 1º Designar os membros do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, o qual terá a seguinte composição:

I - Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) MAYA TAKAGI, titular; e
- b) DENISE REIF KROEFF, suplente.

II - Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- a) **SILVIO ISOPO PORTO**, titular; e
- b) **ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**, suplente.

III - Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- a) ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS, titular; e
- b) PEDRO ANTÔNIO BAVARESCO, suplente.

IV - Pelo Ministério da Fazenda:

- a) JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR, titular; e
- b) MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO, suplente.

V - Pelo Ministério da Educação:

- a) ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO, titular; e
- b) LHAIS NAYANNA ARAUJO DE ANDRADE, suplente.

VI - Pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA, titular; e

b) ROBSON TETSUO ITO, suplente.

Parágrafo único. O Grupo Gestor será coordenado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MDS nº 234, de 15 de agosto de 2011.

**TERESA CAMPELO**

<p align="center"><b>PORTARIA MDS Nº 034, DE 23 DE ABRIL DE 2013</b> (Publicada no D.O.U de 23/04/2013)</p>
---

**A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Designar para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pelas Portarias nº 90, de 18 de maio de 2012, e nº 260, de 19 de dezembro de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os representantes dos seguintes Ministérios:

I - Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**, titular;

II - Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

a) **PEDRO ANTÔNIO BAVARESCO**, titular; e

b) **MANUEL RUAS PEREIRA COELHO BONDUKI**, suplente; e

III - Pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, **JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY JUNIOR**, titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**TERESA CAMPELO**

**PORTARIA MDS/SESAN Nº 044, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013**  
(Publicada no D.O.U de 23/09/2013)

O **SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 3º da Resolução nº 49 do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, e Considerando as indicações recebidas dos órgãos governamentais, entidades e instituições interessadas, resolve

Art. 1º Designar os membros do Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, cuja composição será feita por representantes governamentais e da sociedade civil.

§ 1º A representação governamental será exercida por integrantes dos seguintes órgãos e entidades da administração pública federal:

I - do **Ministério do Meio Ambiente**, JOÃO SILVEIRA D'ANGELIS SILIO;

II - do **Ministério da Pesca e Aquicultura**, MARIANA PEREIRA DE MELLO;

III - do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**:

a) da Secretaria Nacional de Assistência Social, JOSIBELROCHA SOARES;

b) da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS;

IV - da **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, MARIA DO SOCORRO GUTERRES;

V - do **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, ROGÉRIO ANTONIO MAURO;

VI - da **Fundação Nacional do Índio**, IVAN ABREU STBICH;

VII - Demais membros do GGPA, sendo um de cada órgão:

a) do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, SÍLVIO ISOPO PORTO;



- b) do **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, PEDRO ANTONIO BAVARESCO;
- c) do **Ministério da Fazenda**, JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR;
- d) do **Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**, JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY JÚNIOR; e
- e) do **Ministério da Educação**, ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO.

§ 2º A representação das entidades da sociedade civil será exercida pelas seguintes instituições:

- I - do **Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, JULIAN PEREZ CASSARINO;
- II - da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**, DÉCIO LAURI SIEB;
- III - da **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar**, LÁZARO SOUZA BENTO;
- IV - da **Via Campesina**, MILTON FORNAZIERI;
- V - da **União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária**, VALONS DE JESUS MOTA
- VI - do **Movimento dos Pequenos Agricultores**, LEANDRO NORONHA DE FREITAS;
- VII - do **Movimento das Mulheres Camponesas**, LUCIANA MARIA PASSINATO PIOVESAN;
- VIII - do **Conselho Nacional das Populações Extrativistas**, JOAQUIM CORREA DE SOUZA BELO;
- IX - da **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas**, NUBIA CRISTINA SANTANA DE SOUZA;
- X - da **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira**, ABIEZER PEREIRA OLIMPIO;
- XI - da **Rede Nacional de Colegiados Territoriais**, MÁRCIA DOS SANTOS COUTO DORNELLES;
- XII - da **Articulação Nacional de Agroecologia**, LAURO ALDO FOSCHIERA;
- XIII - da **Articulação no Semiárido Brasileiro**, MARDÔNIO ALVES DA GRAÇA.

§ 3º Também comporão o Comitê Consultivo os seguintes representantes:

- I - do **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, JAIME CONRADO;
- II - do **Conselho Nacional de Assistência Social**, ANDERSON LOPES MIRANDA; e
- III - do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, ALESSANDRO ANTONIO LOPES NUNES

Art. 2º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

Art. 3º A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN exercerá a coordenação do Comitê Consultivo e prestará os meios necessários ao exercício das atividades.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARNOLDO DE CAMPOS**

**B) PORTARIAS MDA**

**B1) PORTARIAS - DAP**

**PORTARIA MDA Nº 111, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 21/11/03)

**REVOGADA**

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e Considerando a necessidade de proporcionar oportunidades de acesso às famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados ao Programa de Aquisição de Alimentos, previsto no art.19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Declarar que os trabalhadores rurais sem terra acampados se incluem no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

§ 1º Para os fins desta Portaria definem-se trabalhadores rurais sem terra acampados o núcleo familiar (marido ou companheiro, esposa ou companheira, e filhos), ou indivíduo sem família, cadastrados pelas Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para assentamento em projetos de reforma agrária, que atendam os requisitos do art. 5º do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

§ 2º O cadastro a que se refere o parágrafo anterior é feito no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, do INCRA e dele constará, obrigatoriamente, para fins de acesso ao PAA, a documentação de identificação e CPF dos interessados.

Art. 2º Os acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, objeto da presente Portaria, deverão estar devidamente identificados pelo INCRA e localizar-se em áreas rurais com situação fundiária definida, livres de pendências judiciais, derivadas de posse justa, expressamente autorizadas, cuja ocupação não encontre vedações legais.

Art. 3º Para fins de acesso ao PAA e a pedido dos trabalhadores rurais acampados, individualmente ou por meio de suas organizações representativas, será fornecido pelo INCRA a DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA ACAMPADOS DA REFORMA AGRÁRIA DAPAA, modelo anexo, em nome do titular do núcleo familiar rural de que trata o § 1º do art. 1º da presente Portaria, sendo vedada a emissão da DAPAA aos demais membros da mesma família.

Parágrafo único. A DAPAA será emitida pelo SIPRA e assinada pelo Superintendente Regional do INCRA da superintendência de localização do respectivo acampamento e pelo titular do núcleo familiar.

Art. 4º A DAPAA será encaminhada pelos interessados à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, para fins de inclusão dos mesmos nas modalidades de compra e venda da produção agrícola, previstas no PAA.

Art. 5º O INCRA efetuará os ajustes necessários à operacionalização das ações previstas no presente instrumento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO**

Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**Programa de Aquisição de Alimentos**

01 - CADASTRO DO ACAMPADO(X) DA REFORMA AGRÁRIA

02 - IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE / COMPANHEIRA (O)03 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### 04 - DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

05 - INCRA

## LEGISLAÇÃO BÁSICA - PAA

**PORTARIA MDA Nº 29, DE 29 DE MAIO DE 2009**  
**(Publicada no D.O.U de 01/06/2009)**

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, considerando: Os requisitos exigidos para caracterização do produtor rural como agricultor familiar, contidos no Art. 3º da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006;

A existência de instrumento denominado Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - criado com a finalidade de identificar os agricultores familiares e para permitir-lhes o acesso às operações de crédito rural nos termos do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural - MCR;

A impossibilidade dos produtores rurais, ainda não incluídos na Demanda Qualificada do Programa Nacional de Reforma Agrária, de serem identificados como agricultores familiares, na forma do estabelecido no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural – MCR.

A necessidade de garantir acesso às Políticas Públicas dirigidas aos agricultores familiares que se encontram nas condições explicitadas no item anterior; resolve:

Estabelecer as seguintes condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - para agricultores que não tenham suas Demandas Qualificadas atendidas.

Art. 1º Fica instituída a Declaração de Aptidão ao Pronaf Provisória, DAP-P, destinada a identificar a unidade familiar dos agricultores que não tenham suas Demandas Qualificadas atendidas.

§ 1º As DAP dessa espécie têm caráter provisório, e possuem validade de um ano, a contar da data de emissão ou enquanto o agricultor permanecer nas condições explicitadas no caput deste artigo, o que ocorrer primeiro.

Art. 2º As DAP dessa espécie tem por finalidade identificar os agricultores que se encontram na condição explicitada no Art. 1º de modo a permitir-lhes o acesso às Políticas Públicas dirigidas aos agricultores familiares;

Parágrafo único. A DAP desse modelo não permite acesso ao Crédito Rural ao amparo do Pronaf.

Art. 3º A emissão das DAP dessa espécie obedece aos procedimentos operacionais estabelecidos nos normativos que regulamentam a matéria, e, serão emitidas exclusivamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Art. 4º Fica a Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, incumbida para estabelecer os procedimentos operacionais necessários à emissão das DAP dessa espécie.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogada a Portaria Nº 111, de 20 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, Edição Número 227, de 21 de novembro de 2003.

**GUILHERME CASSEL**

**PORTARIA MDA Nº 17, DE 23 DE MARÇO DE 2010**  
**(Publicada no D.O.U de 24/3/2010)**

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e as atribuições que lhe foram conferidas pelo Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução 3.559, de 28 de março de 2008 nos termos do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural - MCR, que dispõe sobre o regulamento e as condições para realização das operações de crédito de rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em especial no que se refere a identificação do agricultor familiar, resolve estabelecer as seguintes condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf:

**CAPÍTULO I**  
**Da Finalidade**

Art. 1º A Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil.

§ 1º São também beneficiários e devem ser identificados por Declarações de Aptidão ao Pronaf para realizarem operações ao amparo do Programa:

I - Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II - Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;

III - Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

IV - Aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

V - Quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos;

VI - Indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos.

§ 2º As Declarações de Aptidão ao Pronaf registradas na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar constituem instrumento hábil de identificação dos agricultores familiares de modo a permitir-lhes o acesso às demais ações e políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores.

Art. 2º A DAP constitui instrumento obrigatório à formalização de operações de crédito ao amparo do Pronaf, independente dos demais documentos necessários e exigidos pela instituição financeira em obediência à legislação pertinente.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Características**

Art. 3º A DAP apresenta as seguintes características:

#### **I - Pessoas Físicas**

- a. Unicidade - cada unidade familiar deve ter apenas uma única DAP principal válida;
- b. Dupla Titularidade - A partir da união estável, a DAP deve obrigatoriamente identificar o casal responsável pelo sustento da unidade familiar, marido e companheira ou esposa e companheiro;
- c. Validade - seis anos, a contar da data de sua emissão;
- d. Origem - vinculada ao município utilizado para residência permanente do agricultor familiar;

#### **II - Pessoas Jurídicas**

- a. Unicidade - cada forma associativa de agricultores familiares deve ter apenas uma única DAP especial válida;
- b. Validade - válidas por um ano ou até que a variação do número de associados supere 10% (dez por cento) do número de associados considerados quando da emissão da respectiva Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, o que ocorrer primeiro.

§ 1º As instituições autorizadas a emitirem DAP não podem cobrar quaisquer custas pela sua emissão ou condicionar seu fornecimento a qualquer exigência de reciprocidade, vínculo ou filiação, sob pena de descredenciamento e demais sanções legais.

§ 2º A unidade familiar, para os fins de que trata esta Portaria, compreende o conjunto da família nuclear (marido ou companheiro, esposa ou companheira, e filhos) e eventuais agregados(as) que explorem o mesmo estabelecimento rural sob as mais variadas condições de posse, sob gestão estritamente da família, incluídos os casos em que o estabelecimento seja explorado por indivíduo sem família.

§ 3º Independentemente do período de validade da DAP, os agricultores familiares dos grupos A e A/C devem providenciar uma nova Declaração de Aptidão ao Pronaf, para cada contratação de operação de crédito junto aos órgãos e entidades autorizados a emitirem o referido documento.



§ 4º As DAP de pessoas físicas de modelos anteriores permanecem válidas até a decadência do prazo estabelecido em obediência aos normativos que regulamentaram o assunto quando de suas respectivas emissões.

§ 5º As DAP de pessoas jurídicas de modelos anteriores (modelos 3.0 e 3.1) perdem a validade, independentemente do prazo estabelecido em obediência aos normativos que regulamentaram o assunto quando de suas respectivas emissões.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Beneficiários e Exigências para Emissão de DAP**

Art. 4º Para cada unidade familiar será concedida uma DAP denominada de principal desde que atendido ao disposto no Manual de Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2.

§ 1º No caso de imóvel em condomínio, para cada condômino será emitida uma DAP principal, devendo a fração ideal ser registrada como a área do estabelecimento do condômino.

§ 2º Ao agricultor familiar, quando solicitado, cabe a apresentação da documentação necessária e pertinente à emissão da DAP, sob pena do agente emissor negar-se a emitir o referido documento.

Art. 5º Ao jovem, filho(a) de agricultores familiares será concedida uma DAP acessória, vinculada a uma DAP principal da unidade familiar de origem, desde que atenda às seguintes exigências:

I - Idade - ter idade entre 16 (dezesesseis) e 29 (vinte e nove) anos; e,

II - Formação:

a. ter concluído ou estar cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; ou,

b. ter concluído ou estar cursando o último ano de escolas técnicas agrícolas de nível médio que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; ou,

c. ter participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar.

Parágrafo único. Ao jovem, filho(a) de agricultor familiar cabe apresentar à entidade emissora de DAP a documentação comprobatória de que trata este artigo.

Art. 6º À mulher agregada a uma família de agricultor familiar poderá ser concedida uma DAP acessória, vinculada a uma DAP principal.

Art. 7º A emissão de DAP para pessoa jurídica de agricultores familiares deverá observar os seguintes parâmetros de identificação:

I - Cooperativas singulares, associações, ou outras pessoas jurídicas cujo quadro social contenha, no mínimo, 70% (setenta por cento) de agricultores familiares com DAP principal registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar;

II - Cooperativas singulares, exclusivamente em financiamentos destinados ao processamento e industrialização de leite e derivados, cujo quadro social contenha, no mínimo, 70% (setenta por cento) de agricultores familiares com DAP principal registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar;

III - Cooperativas de produção que atendam cumulativamente a seguinte parametrização:

a. Composição societária - seu quadro social deve ser constituído, no mínimo de 70% (setenta por cento) de agricultores familiares com DAP principal registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar;

b. Patrimônio Líquido - entre um mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

c. Tempo de Funcionamento - no mínimo um ano.

IV - Cooperativas singulares, associações ou outras pessoas jurídicas que comercializem matéria-prima para produção de biodiesel com empresas detentoras da concessão de uso do selo combustível social e, cujo quadro social contenha, no mínimo, 70% (setenta por cento) de agricultores com DAP registrada na base de dados da Secretaria de Agricultura Familiar

§ 1º A pessoa jurídica, demandante de operações de crédito rural ao amparo do Pronaf, deve apresentar à entidade emissora de DAP a documentação comprobatória das exigências contidas neste artigo.

§ 2º Os registros mantidos na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar identificarão e qualificarão as formas organizacionais dos agricultores familiares quanto aos parâmetros utilizados para identificação e qualificação destas, cabendo aos agentes financeiros a observância quantos aos limites exigidos para acesso a cada linha de crédito.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Credenciamento e Descredenciamento de Entidades Emissoras de DAP**

Art. 8º A emissão de DAP para os agricultores familiares dos Grupos "A" e "A/C" é delegada aos seguintes Órgãos e Entidades:

I - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

II - Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA - por intermédio da Unidade Técnica Estadual ou da Unidade Técnica Regional, ou ainda, por Órgão ou Entidade a ela conveniada para tal finalidade;

Art.9º A emissão de DAP principal, acessórias e especiais para os demais agricultores familiares, incluindo-se os agricultores familiares do Grupo "B", é delegada aos seguintes Órgãos e Entidades:

I - Instituições Estaduais Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais;

II - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais;

III - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas Federações Estaduais por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos a elas formalmente filiados;

IV - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos e Associações a elas formalmente filiados;

V - Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA) por meio de suas unidades operacionais - as Associações ou Sindicatos a ela formalmente filiados;

VI - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CAPB) por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos a ela formalmente filiados;

VII - Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp;

VIII - Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por meio de suas unidades operacionais - as suas representações regionais e locais - que somente poderão emitir DAP principais e acessórias dos povos indígenas e, ainda, as DAP especiais desde que a Pessoa Jurídica beneficiária seja composta exclusivamente por indígenas;

IX - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP-PR) por meio de suas unidades operacionais e por entidades por ela reconhecidas que somente poderão emitir DAP principais e acessórias para pescadores artesanais e aquicultores e, ainda, as DAP especiais, desde que a Pessoa Jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por pescadores e aquicultores;

X - Confederação Nacional dos Pescadores e suas Federações Estaduais por meio das unidades operacionais - as Colônias de Pescadores a elas formalmente filiados; e os Institutos de Pesca Estaduais por meio de suas unidades operacionais - seus escritórios regionais e locais; que somente poderão emitir DAP principais e acessórias para pescadores artesanais e, ainda, as DAP especiais, desde que a Pessoa Jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por pescadores artesanais

XI - Fundação Cultural Palmares, por meio das entidades por ela reconhecidas somente poderá emitir DAP principais e acessórias para quilombolas e, ainda, as DAP especiais, desde que a Pessoa Jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por quilombolas.

§ 1º A autorização conferida à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CAPB não abrange as DAP para os agricultores familiares do Grupo "B".

§ 2º A emissão de DAP pelas unidades operacionais de órgãos e entidades autorizados a emitir DAP é restrita a sua área de atuação oficial.

Art. 10 Outras entidades podem solicitar autorização para atuar como emitentes de DAP, exclusivamente, nos municípios de suas respectivas áreas de atuação.

§ 1º Ao Secretário de Agricultura Familiar é delegada competência para autorizar a inclusão de novos órgãos ou entidades na rede de agentes emissores de DAP.

§ 2º As Prefeituras Municipais, suas Secretarias e demais órgãos e instituições a elas vinculadas não podem ser autorizadas a emitir DAP.

Art. 11 As autorizações de que tratam os art. 8º, 9º e 10, são condicionadas ao cadastramento junto à Secretaria da Agricultura Familiar de toda a estrutura organizacional desses órgãos e entidades até suas respectivas unidades operacionais, com a identificação das pessoas físicas que irão atuar como agentes emissores.

Parágrafo único. As unidades operacionais dos órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP deverão atender aos seguintes pré-requisitos, quando da efetivação de seus respectivos cadastramentos:

I - tenham personalidade jurídica;

II - tenham como atribuição ou objetivo perfeitamente identificado em seu regimento interno, estatuto ou contrato social:

a. a representação social dos agricultores familiares; ou,

b. a prestação de serviços de assistência técnica e/ou extensão rural aos agricultores familiares e às suas formas associativas;

III - tenham experiência mínima de um ano, devidamente comprovada no exercício de sua atribuição ou objetivo social junto aos agricultores familiares.

Art. 12 A Secretaria da Agricultura Familiar - SAF estabelecerá os procedimentos a serem observados no processo de cadastramento de que trata o art. 11.

Parágrafo único. A não formalização do cadastramento tratado no art. 11 é entendida como desistência do órgão e entidade à delegação para emissão de DAP.

Art. 13. Somente a partir da publicação no sítio "<http://www.mda.gov.br/saf>" é que os órgãos e entidades estarão habilitados a emitir DAP.

§ 1º A SAF divulgará em seu sítio "[www.mda.gov.br/saf](http://www.mda.gov.br/saf)" a relação dos órgãos e entidades autorizados a emitir DAP com suas respectivas unidades operacionais, agentes emissores e respectivas áreas de atuação.

§ 2º Os órgãos e entidades autorizados a emitir DAP devem manter atualizados os cadastros de suas unidades vinculadas e agentes emissores, porém, a SAF somente atualizará a relação ao final de cada trimestre do ano civil.

Art. 14 O descumprimento dos dispositivos contidos nesta Portaria e nos demais regulamentos que disciplinam a emissão de DAP por órgão ou entidade autorizado a emitir o referido documento implica no descredenciamento do órgão ou entidade que deu causa.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria de Agricultura Familiar a abertura de processo administrativo para apuração dos fatos e adoção das providências cabíveis estabelecendo os procedimentos necessários à tramitação do referido processo.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Validade e dos Atributos Legais**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 15 As DAP para serem válidas devem ser assinadas pelos beneficiários e pelo agente emissor vinculado a órgão ou entidade credenciado a emitir o referido documento.

Art. 16 Os órgãos e entidades credenciados somente podem emitir DAP nos municípios de sua área de atuação.

Parágrafo único A emissão da DAP deve observar rigorosamente o município de residência do agricultor familiar.

Art. 17 Quando o regimento interno, estatuto ou contrato social não nominar o município ou os municípios da área de atuação, será considerada exclusivamente o município sede do órgão ou entidade autorizado a emitir DAP, até que a SAF seja oficialmente informada da nominata dos municípios da área de atuação.

Parágrafo único. Nos casos em que a área de atuação do órgão ou entidade abranja mais de um município será exigida a relação, arredondada para baixo, de um técnico para cada um inteiro e trinta e quatro centésimos de município da área de atuação.

## **Seção II**

### **Agricultores Familiares do Grupo "A" e "A/C"**

Art. 18 As DAP principais, para os agricultores familiares do Grupo "A" e do Grupo "A/C" do PRonaf, devem ser assinadas pelo casal, responsável pelo sustento da unidade familiar, exceto nos casos em que o(a) beneficiário(a) seja solteiro ou viúvo ou não tenha união conjugal estável e pelo agente emissor de apenas um dos órgãos ou entidades devidamente habilitado a emitir o referido documento.

Parágrafo único. O INCRA e a SRA podem indicar à SAF quaisquer órgãos ou entidades para emissão da DAP dos beneficiários de suas áreas de competência, desde que estejam devidamente credenciadas para o exercício de tal atividade, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 19 Os agricultores familiares com DAP emitidas nos grupos de enquadramento "B" e "demais agricultores familiares" podem ser re-enquadrados apenas uma vez no Grupo "A" ou no Grupo "A/C".

Parágrafo único. Os agricultores familiares que tiveram sua primeira DAP emitida para o Grupo "A" ou para o Grupo "A/C" não podem ser re-enquadrados nos grupos de enquadramento "B" e "demais agricultores familiares" e, posteriormente, voltar a ser re-enquadrado como dos Grupos "A" ou "A/C".

## **Seção III**

### **Demais Agricultores Familiares**

Art. 20 As DAP principais, para os agricultores familiares, aqui incluídos aqueles do Grupo "B", devem ser assinadas pelo casal responsável pelo sustento da unidade familiar, exceto nos casos em que o(a) beneficiário(a) seja solteiro(a) ou viúvo ou não tenha vínculo conjugal estável e pelo agente emissor de apenas um dos órgãos ou entidades devidamente habilitada a emitir o referido documento.

#### **Seção IV**

##### **Jovens Filhos(as) de Beneficiários do Pronaf**

Art. 21 As DAP acessórias, para os Jovens devem ser assinadas pelo(a) beneficiário(a), por um dos titulares da DAP principal de vinculação e pelo agente emissor de apenas um dos órgãos ou entidades devidamente habilitada a emitir o referido documento.

#### **Seção V**

##### **Mulheres agregadas a uma unidade familiar**

Art. 22 As DAP acessórias para as mulheres agregadas a um estabelecimento de agricultura familiar serão assinadas pela beneficiária, por um dos titulares da DAP principal de vinculação e pelo agente emissor de apenas um dos órgãos ou entidades devidamente habilitada a emitir o referido documento.

#### **Seção VI**

##### **Beneficiários Especiais**

Art. 23 As DAP especiais emitidas para pessoas jurídicas, conforme o estabelecido no art. 7º, devem ser assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica beneficiária e pelo representante de apenas uma entidade devidamente autorizada a emitir o referido documento.

§ 1º Para efeito da identificação dos agricultores familiares associados ou participantes da pessoa jurídica beneficiária, a DAP desta espécie deverá conter a relação dos associados ou participantes, identificados pelo CPF, Nome e Data de Filiação.

§ 2º Os associados ou participantes da pessoa jurídica beneficiária devem possuir uma DAP principal registrada na base de dados da SAF.

Art. 24 As DAP especiais somente serão emitidas eletronicamente e registradas diretamente na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar, a partir de aplicativo desenvolvido e disponibilizado aos órgãos e entidades autorizados a atuarem como agentes emissores de DAP.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **Do Controle Social**

Art. 25 As DAP estão sujeitas ao controle social e, para tanto, devem ser homologadas anualmente, observados os procedimentos a serem estabelecidos pela SAF.

**CAPÍTULO VII**  
**Das Disposições Finais**

Art. 26 Cabe à SAF a adoção de medidas complementares necessárias ao cumprimento desta Portaria, especialmente no que se refere:

I - à definição dos modelos de DAP principal, acessória e especial, de acordo com as condições estabelecidas no Capítulo III - Dos Beneficiários e Exigências para Emissão de DAP, desta Portaria;

II - à definição do modelo de DAP destinado a estrangeiro naturalizado;

III - à operacionalização das ações de cadastramento, suspensão e descredenciamento das entidades autorizadas a emitirem DAP, de acordo ao estabelecido nos Capítulos IV - Do Credenciamento, Descredenciamento de Entidades Emissoras de DAP, desta Portaria;

IV - à definição dos procedimentos a serem considerados no processo de controle social; e,

V - a outras medidas complementares ao fiel cumprimento desta Portaria.

Art. 27 Com a finalidade de agilizar a formalização de operações de crédito ao amparo do Pronaf, os beneficiários deverão providenciar, junto aos agentes autorizados, a emissão de suas DAP com a antecedência mínima de trinta dias em relação à data ideal para o acesso tempestivo aos recursos financeiros.

Art. 28 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29 Fica revogada a Portaria nº 47, de 26 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2008, Seção 1.

**GUILHERME CASSEL**



**PORTARIA MDA Nº 12, DE 28 DE MAIO DE 2010**  
(Publicada no D.O.U de 25/06/2010)

**O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto na Portaria MDA nº 17 de 23 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2010, Seção I, resolve:**

**CAPÍTULO I**  
**Dos Modelos das Declarações de Aptidão ao Pronaf**

**Art. 1º** Tornar públicos os modelos de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, que identificam os estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares e de suas formas associativas, na condição de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em conformidade ao estabelecido no Manual de Crédito Rural em seu Capítulo 10, Seção 2, quando se tratar de pessoas físicas e no Capítulo 10, Seções 6, 11 e 12, quando se tratar da identificação de pessoas jurídicas.

**I - Pessoas Físicas**

- a) **DAP modelo 1.7.1** – denominada de **principal**, emitida para identificar a unidade familiar rural de agricultores familiares do Grupo “A” e “A/C” – assentados pelo PNRA ou PNCF, pela identificação do casal responsável pelo sustento da família, ou do único titular, nos casos em que o beneficiário seja solteiro ou viúvo ou não tenha vínculo conjugal estável;
- b) **DAP modelo 1.7.2** – denominada de **principal**, emitida para identificar a unidade familiar do agricultor familiar do Grupo “B”, pela identificação do casal responsável pelo sustento da família, ou do único titular, nos casos em que o beneficiário não tenha vínculo conjugal estável;
- c) **DAP modelo 1.7.3** – denominada de **principal**, emitida para identificar a unidade familiar dos agricultores familiares não enquadrados nas alíneas “a” e “b” anteriores, pela identificação do casal responsável pelo sustento da família, ou do único titular, nos casos em que o beneficiário não tenha vínculo conjugal estável;
- d) **DAP modelo 2.0** – denominada de **acessória**, emitida para identificar o(a) jovem, filho(a) de agricultor(a) familiar, sendo obrigatória a existência de uma DAP principal, de vinculação, com a finalidade de garantir a relação de parentesco.
- e) **DAP modelo 2.1** – denominada de **acessória**, emitida para identificar a mulher agregada ao estabelecimento familiar, sendo obrigatória a existência de uma DAP principal de vinculação com a finalidade de garantir a condição de dependência.

**II - Pessoas Jurídicas**

- a) **DAP Modelo 3.2** - denominada de **especial**, emitida para identificar as formas associativas dos agricultores familiares organizadas em pessoas jurídicas devidamente formalizadas.

b) **DAP Modelo 3.3** – denominada especial emitida para identificar as Cooperativas Centrais compostas por Cooperativas Singulares de agricultores familiares.

**Parágrafo único.** Os modelos das Declarações de Aptidão ao Pronaf são apresentados como anexos a esta Portaria.

**CAPÍTULO II**  
**Do Credenciamento de Órgãos e Entidades Emitentes de DAP**  
**Seção I**  
**Do Cadastramento dos Órgãos e Entidades Autorizados por Portaria Ministerial**

**Art. 2º** Os órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP, em conformidade com os art. 8º e 9º da Portaria nº 17 de 23 de março de 2010, interessados no credenciamento como entidade emitente de DAP, deverão providenciar cadastramento próprio e de cada uma de suas unidades operacionais, adotando os procedimentos enumerados neste capítulo.

**Parágrafo único.** Somente podem atuar como emissores de DAP os órgãos e entidades devidamente cadastrados na Secretaria da Agricultura Familiar.

**Art. 3º** As Unidades Centrais dos órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP, denominadas **Unidades Agregadoras**, devem solicitar credenciamento próprio e de suas unidades operacionais, denominadas **Unidades Emissoras**, junto à SAF, encaminhando a seguinte documentação:

- I. formulário de solicitação de credenciamento devidamente preenchido e assinado pelos representantes legais;
- II. cópia do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III. cópia de regimento interno, estatuto ou contrato social que demonstrem claramente o objeto de suas ações junto aos agricultores familiares;
- IV. histórico de atuação com destaque para atuação junto aos agricultores familiares;
- V. formulário contendo a relação das **Unidades Emissoras**, aqui entendidas aquelas unidades onde ocorrerá a emissão das DAP.

**§ 1º** Os formulários para atendimento ao disposto nos incisos I e V deste artigo encontram-se disponíveis no sítio <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>.

**§ 2º** Caso a estrutura formal dos órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP possua órgãos e entidades intermediários entre a Unidade Agregadora e as Unidades Emissoras, a Unidade Central deverá providenciar o cadastramento dessas unidades intermediárias, adotando os mesmos procedimentos de seu cadastramento, conforme estabelecido no caput e incisos do art. 3º.

**§ 3º** Quando a Unidade Agregadora se confundir com a Unidade Emissora, tal situação deve ser informada à SAF.

**Art. 4º** A partir do cadastramento das Unidades Agregadoras, e Intermediárias, se houver, serão disponibilizados “logins” e senhas para os representantes dessas entidades, que deverão providenciar o cadastramento das Unidades Operacionais com a identificação das pessoas físicas responsáveis pela emissão das Declarações de Aptidão – os **Agentes Emissores**.

**Parágrafo Único.** O cadastramento das Unidades Operacionais e dos Agentes Emissores será efetuado exclusivamente "on line" no sítio <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>

## **Seção II**

### **Do Cadastramento dos Órgãos e Entidades Autorizados pela SAF**

**Art. 5º** Outros órgãos e entidades, além daqueles enumerados no art. 8º e 9º da Portaria nº 17 de 23 de março de 2010, podem pleitear autorização para atuarem como emissores de DAP, exclusivamente, nos municípios de suas respectivas áreas de atuação.

**Art. 6º** Cada solicitação será analisada quanto à pertinência, conveniência e atendimento aos pré-requisitos estabelecidos no parágrafo único do e seus incisos do art. 11 da Portaria nº 17 de 23 de março de 2010,

**Art. 7º** Caso a solicitação seja deferida, essa estará condicionada à formalização do cadastramento dos órgãos e entidades pleiteantes, observando-se rigorosamente o estabelecido na Seção I deste Capítulo.

## **Seção III**

### **Das Atualizações do Credenciamento**

**Art. 8º** Quaisquer alterações na identificação das Unidades Agregadoras, Intermediárias e Operacionais, como dos respectivos responsáveis legais e operacionais e, ainda, de agentes emissores devem ser imediatamente atualizadas na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar.

**Parágrafo Único.** É de responsabilidade dos órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP a manutenção atualizada do cadastramento de que trata o caput deste artigo.

**Art. 9º** Os órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP devem confirmar anualmente, no primeiro trimestre de cada ano civil, os dados cadastrais de suas:

- I. Unidades Agregadoras e respectivos responsáveis legais e técnicos;
- II. Unidades Intermediárias, se houver, e respectivos responsáveis legais e técnicos;
- III. Unidades Operacionais e respectivos agentes emissores.

**Parágrafo único.** A não confirmação do cadastramento implicará imediata suspensão do credenciamento até que este seja confirmado.

**Art. 10** A confirmação de que trata o art. 8º deve ser efetuada em aplicativo específico desenvolvido pela SAF e disponibilizado no sítio <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>

## **Seção IV**

### **Disposições Finais**

**Art. 11** É de responsabilidade das Unidades Agregadoras dos órgãos e entidades especificados no art. 8º e 9º da Portaria nº 17 de 23 de março de 2010, o encaminhamento à SAF da formalização do cadastramento próprio e de suas entidades vinculadas, acompanhada da respectiva documentação, conforme estabelecido no Art. 3º.

**Parágrafo único** – Não será dada seqüência ao processo de cadastramento de Unidades Intermediárias, se houver, e de Unidades Operacionais solicitado diretamente à SAF.

**Art. 12** As Unidades Emissoras somente serão autorizadas a emitirem DAP desde que devidamente cadastradas e cujos cadastros das unidades de sua vinculação, no caso, as Unidades Agregadoras e as Unidades Intermediárias, se houver, atenderem as exigências estabelecidas neste capítulo.

**Art. 13** A relação das Unidades Emissoras, acompanhada da relação de seus Agentes Emissores e da respectiva área de atuação, será publicada e mantida atualizada no sítio <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>

**Parágrafo único.** Os órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP poderão pleitear atualizações no cadastramento de suas unidades vinculadas; porém, a relação de que trata o caput deste artigo será atualizada ao final de cada trimestre do ano civil.

### **CAPÍTULO III** **Do Descredenciamento de Órgãos e Entidades**

**Art. 14** O descumprimento de dispositivos contidos nos normativos que regulam a emissão de DAP pelo agente emissor cadastrado pelo órgão ou entidade credenciado a emitir o documento implicará imediata suspensão do credenciamento do órgão ou entidade, sem prejuízo das demais sanções legais.

**Parágrafo único.** A SAF autuará processo administrativo para apuração das irregularidades identificadas por intermédio de procedimentos de monitoria e controle de sua própria iniciativa.

**Art. 15** Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que devidamente identificada, pode denunciar a ocorrência de irregularidades no processo de emissão de DAP.

**§ 1º** A denúncia deve ser formalizada e endereçada diretamente à Secretaria da Agricultura Familiar ou à Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário, órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, identificando o fato que motivou sua origem, bem como, da precisa identificação do órgão ou entidade que deu causa.

**§ 2º** A SAF autuará processo administrativo para apuração das irregularidades sempre que a denúncia contiver os elementos previstos no artigo anterior, quais sejam:

- I. identificação do denunciante;
- II. especificação do fato de origem da denúncia;
- III. identificação do órgão ou entidade denunciado.

**Art. 16** A Unidade Agregadora será informada da instauração do processo administrativo e terá prazo de trinta dias para posicionar-se perante a denúncia.

**Art. 17** A SAF solicitará à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário da jurisdição da ocorrência a apuração dos fatos, ouvindo os envolvidos, preparando, no prazo de trinta dias, relatório circunstanciado sobre o assunto.

**Parágrafo único.** A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário deverá, sempre que possível, buscar apoio na sociedade civil organizada envolvida com o assunto, em especial junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

**Art. 18** Decorridos os prazos para que a Unidade Agregadora e a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentem seus arrazoados, a Secretaria analisará a documentação encaminhada e prolatará seu veredito.

**Parágrafo único.** Quando cabível, a SAF encaminhará cópia dos autos do processo administrativo ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para a adoção das providências inerentes àqueles órgãos.

**Art. 19** O órgão ou entidade descredenciado somente poderá solicitar novo credenciamento após decorrido o prazo de um ano da decisão da SAF.

**§ 1º** A SAF poderá rejeitar a solicitação de novo credenciamento, caso a entidade solicitante não demonstre a superação dos fatos que deram causa ao descredenciamento.

**§ 2º** Nos casos de descredenciamento de entidade emissora de DAP, a responsabilidade nos procedimentos de homologação das DAP por estas emitidas, para efeito do exercício do controle social, passa automaticamente às demais entidades emissoras credenciadas no município e, na falta dessas entidades, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS deverá indicar a entidade substituta, que, por sua vez, deverá solicitar seu credenciamento junto à SAF.

**Art. 20** O órgão ou entidade descredenciado pela segunda perderá definitivamente a possibilidade de credenciamento.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Emissão das DAP**

##### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

**Art. 21** As alternativas de emissão de DAP são duas:

- I. procedimento manual, utilizando-se de formulário impresso;
- II. procedimento eletrônico, utilizando-se de aplicativos baseados em informática, sendo de duas naturezas:
  - a. aplicativos homologados pela SAF;
  - b. aplicativo desenvolvido pela SAF.

**§ 1º** O agente emissor é responsável pelas DAP emitidas e registradas na base de dados da SAF.

**§ 2º** Será mantida a identificação do agente emissor e da Unidade Operacional de cada DAP recebida pela SAF.

**Art. 22** A DAP de pessoas físicas pode ser emitida por quaisquer das seguintes alternativas:

- I. formulário impresso produzido exclusivamente pela SAF e distribuído pelas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário;
- II. aplicativo homologado pela SAF;

III. aplicativo desenvolvido pela SAF em plataforma “web”.

**Art. 23** A emissão de DAP de pessoas jurídicas somente poderá ser efetuada por intermédio do aplicativo desenvolvido pela SAF em plataforma “web”.

**Art. 24** As pessoas físicas e jurídicas devem apresentar ao agente emissor os documentos comprobatórios relativos a sua qualificação – CPF e documento de identificação – por ocasião da solicitação da respectiva Declaração de Aptidão ao Pronaf.

**Art. 25** Os agentes emissores somente devem emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf aos estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares ou às suas formas associativas contra a apresentação da respectiva documentação de identificação.

**Art. 26** A apuração das rendas bruta da unidade familiar para registro na DAP, no item “Composição da Renda Bruta Familiar Anual de Enquadramento”, deve considerar:

I. Como período de apuração, os doze meses imediatamente anteriores à data de emissão da DAP;

II. Como renda da unidade familiar, o somatório da renda, agropecuária ou não e com origem no estabelecimento ou não, auferida pelo agricultor familiar e por quaisquer outros membros da família e agregados que residam no mesmo domicílio e explorem de maneira isolada ou em conjunto a área que compõe o estabelecimento familiar, observado o detalhamento especificado no teor da Declaração de Aptidão ao Pronaf.

## **Seção II**

### **Procedimento Manual**

**Art. 27** A DAP emitida por procedimento manual somente terá validade quando utilizado formulário impresso produzido exclusivamente pela Secretaria de Agricultura Familiar e distribuído pelas Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DFDA - aos órgãos e entidades credenciados a emitirem o documento.

**Art. 28** A SAF produzirá os formulários impressos, mantendo-os em estoque para distribuição de acordo com as solicitações das Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Art. 29** A distribuição dos formulários impressos aos órgãos e entidades credenciados a emitirem DAP será efetuada exclusivamente pelas Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Art. 30** O órgão ou entidade autorizado a emitir DAP, por intermédio de sua unidade agregadora, intermediária ou emissora, solicitará formalmente à DFDA a disponibilização de formulários de DAP, indicando a quantidade pleiteada.

**§ 1º** A solicitação de que trata este artigo somente será aceita se utilizado formulário próprio disponível no sítio <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>.

**§ 2º** Após o preenchimento, o formulário deve ser impresso e assinado pelo representante legal da unidade solicitante antes da entrega na DFDA.



**§ 3º** Quando do registro da solicitação em formulário próprio, o aplicativo desenvolvido com tal finalidade executará as primeiras consistências, verificando a condição de credenciamento da unidade solicitante e validando a quantidade demandada de formulários, contrapondo-a ao número de agricultores existentes no município, o número de DAP registradas na base de dados da SAF e, ainda, o número de formulários impressos distribuídos e sem retorno à DFDA.

**§ 4º** O aplicativo desenvolvido emitirá relatório consolidado apresentando os valores das variáveis enumeradas no inciso 3º anterior, como condição de credenciamento, número de agricultores familiares, número de DAP registrada na base de dados da SAF e número de formulários impressos distribuídos e sem retorno à DFDA.

**§ 5º** Caberá ao Delegado da DFDA decidir sobre o atendimento da solicitação, registrando a justificativa sempre que o número de DAP registradas na base de dados da SAF, acrescida dos formulários impressos distribuídos ultrapassarem em vinte por cento o número de agricultores familiares.

**§ 6º** A solicitação, quando advir de unidades agregadoras ou intermediárias, deverá detalhar as quantidades a serem destinadas a cada uma das unidades operacionais, com a finalidade de se apurar a real necessidade de formulários impressos.

**§ 7º** Caberá à DFDA registrar, no aplicativo de controle da distribuição de formulários impressos, os quantitativos destinados a cada unidade emissora, bem como a numeração dos formulários impressos a ela destinados.

**§ 8º** É vedada a redistribuição de formulários impressos entre unidades emissoras sem o prévio conhecimento da DFDA e o conseqüente registro no aplicativo de controle da distribuição de formulários impressos.

**Art. 31** A DAP emitida manualmente somente produzirá os efeitos legais a que se destina após o registro na base de dados e a efetivação da validação pela SAF, utilizando-se, para tanto, dos seguintes procedimentos:

I. a unidade operacional preenche o formulário, apõe e colhe a assinatura dos signatários da DAP;

II. encaminha a segunda via à DFDA para registro do retorno;

III. a DFDA encaminha a DAP à SAF para registro em sua base de dados.

IV. a SAF executa os procedimentos de validação da DAP e efetiva o registro em sua base de dados.

**§ 1º** A cópia da DAP assinada deve ser mantida arquivada pela unidade operacional durante o seu prazo de validade.

**§ 2º** Com a finalidade de se evitar solução de continuidade no processo de emissão de DAP, a unidade operacional deverá solicitar novo quantitativo de formulários impressos sempre que tenha devolvido à DFDA pelo menos cinquenta por cento dos formulários recebidos devidamente preenchidos.



### **Seção III**

#### **Procedimento Eletrônico com base em aplicativos homologados pela SAF**

**Art. 32** Os órgãos e entidades credenciados a emitirem DAP podem utilizar-se de aplicativo próprio ou de terceiros, desenvolvidos com a finalidade de emissão de DAP.

**Parágrafo único.** Os aplicativos devem ser submetidos à apreciação da SAF para a devida homologação.

**Art. 33** O agente emissor deve manter arquivada a cópia do formulário de DAP assinada pelo prazo de validade do documento.

**Art. 34** As DAP emitidas com base em aplicativos homologados somente produzirão os efeitos legais a que se destinam após a validação dos dados pela SAF e posterior registro na base de dados da Secretaria.

### **Seção IV**

#### **Procedimento Eletrônico com base em aplicativo desenvolvido pela SAF**

**Art. 35** O aplicativo desenvolvido pela SAF permite a emissão da DAP diretamente na base de dados da SAF, isto é, "on line" e, alternativamente, está preparado para aceitar a transferência de dados em lotes de DAP, utilizando-se da alternativa "off line".

**Art. 36** Para que os órgãos e entidades credenciados para atuar como emissores de DAP possam se habilitar à utilização do aplicativo desenvolvido pela SAF, a Unidade Agregadora deve solicitar senhas e "logins" para os agentes emissores - pessoas físicas - vinculadas às suas unidades operacionais.

**Art. 37** É de responsabilidade da Unidade Agregadora a manutenção atualizada das senhas e "logins" de seu quadro de responsáveis legais, operacionais e agentes emissores de DAP, formalizando à SAF a ocorrência de quaisquer alterações.

**Art. 38** A autorização para emissão de DAP atribuída ao agente emissor é delimitada pelo perfil a ele consignado que especificará o(s) modelo(s) de DAP autorizado e a área de atuação legal da Unidade Emissora a que estiver vinculado.

### **Subseção I**

#### **Da Alternativa "on line"**

**Art. 39** Para utilização do aplicativo "on line", as Unidades Agregadoras, Intermediárias e Operacionais devem estar devidamente cadastradas na SAF e, complementarmente devem providenciar a identificação de seus agentes emissores, solicitando à SAF, as respectivas "senha" e "login" de acesso ao aplicativo.

**Parágrafo único.** Caberá ao agente emissor observar o seguinte:

- I. utilizar o aplicativo, observado o perfil que lhe foi atribuído;
- II. registrar os dados e transmitir as DAP para a base de dados da SAF, diretamente do aplicativo.

**Art. 40** Após o registro dos dados na base de dados da SAF, o agente emissor deverá providenciar a impressão da DAP para aposição de sua assinatura e coleta das assinaturas das demais pessoas identificadas na DAP.

**Art. 41** O agente emissor deve manter arquivada a cópia do formulário de DAP assinada pelo prazo de validade do documento.

#### **Subseção II** **Da Alternativa “off line”**

**Art. 42** Para utilização do aplicativo "off line", desenvolvido pela SAF, as Unidades Agregadoras, Intermediárias e Operacionais devem estar devidamente cadastradas na SAF e, complementarmente devem providenciar a identificação de seus agentes emissores, solicitando à SAF, as respectivas “senha” e “login” de acesso ao aplicativo.

**Parágrafo único.** Caberá aos agentes emissores observar o seguinte:

- I. copiar o aplicativo, diretamente do sítio "<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf>", e providenciar a instalação em equipamento próprio, observadas as exigências de hardware e de software de apoio;
- II. registrar os dados das DAP no aplicativo, armazenando-as em áreas de trabalho estabelecidas pelo aplicativo;
- III. imprimir a DAP emitida para coleta das assinaturas exigidas na DAP;
- IV. transmitir as DAP para a base de dados da SAF.”

**Art. 43** O agente emissor deve manter arquivada a cópia do formulário de DAP assinada pelo prazo de validade do documento.

#### **Seção V** **Das Disposições Finais**

**Art. 44** Os dados das DAP transmitidos serão objeto de validação em contraposição aos dados existentes em outras bases de dados de domínio de órgãos e entidades públicos.

**§ 1º** Somente após a validação dos dados é que as DAP serão registradas na base de dados da SAF e consideradas hábeis, produzindo os efeitos legais a que se destinam.

**§ 2º** Nos casos em que a DAP transmitida para a base de dados da SAF não tenha sido validada, a SAF informará ao agente emissor a motivação da inconsistência, cabendo a este informar ao demandante da DAP.

**§ 3º** Caso a inconsistência seja passível de correção, o agente emissor poderá emitir uma nova DAP corrigindo a inconsistência inicial.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Identificação do Agricultor Familiar e suas Formas Organizacionais**

**Art. 45** A identificação do agricultor familiar ou de suas formas organizacionais somente será possível a partir das respectivas DAP registradas na base de dados da SAF.

**Art. 46** Quando da utilização de formulário em papel, os agentes emissores e os agricultores familiares devem providenciar a emissão de DAP com, no mínimo, sessenta dias de antecedência à formalização da operação de crédito e, assim, não afetar a tempestividade de acesso aos recursos do crédito.

**Parágrafo único.** Os agentes emissores deverão providenciar o encaminhamento da segunda via das DAP emitidas em formulário impresso à Secretaria da Agricultura Familiar até quinze dias após a respectiva emissão, para que seja processada a respectiva inclusão dos dados da DAP na base de dados da Secretaria.

**Art. 47** Especificamente sobre as DAP de Pessoas Jurídicas, a qualificação das formas associativas dos agricultores familiares detalhará os parâmetros necessários ao acesso às linhas de crédito rural ao amparo do Pronaf, cabendo aos agentes financeiros a observância quantos aos limites exigidos para acesso a cada linha de crédito.

**Art. 48** Aos demais gestores de políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares cabem observar os limites mínimos e/ou máximos dos parâmetros considerados na identificação e qualificação das formas organizacionais dos agricultores familiares exigidos para acesso às respectivas políticas.

**Art. 49** A identificação das Cooperativas Centrais para acesso às linhas de crédito rural ao amparo do Pronaf se dará por intermédio dos registros das Cooperativas Singulares e ela filiadas, existentes na base de dados da SAF.

**Parágrafo único.** O conjunto das Cooperativas Singulares filiadas à Cooperativa Central deve atender à exigência de composição de um quadro societário com um mínimo de setenta por cento de agricultores familiares.

**Art. 50** A confirmação da condição de agricultor familiar ou de suas formas associativas dar-se-á por qualquer uma das seguintes alternativas:

I - extrato da DAP retirado da base de dados das SAF, acessada pelo sítio "<http://www.mda.gov.br/saf>".

II - protocolo eletrônico de consulta extraído dos serviços eletrônicos oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar,

**Parágrafo único.** O protocolo eletrônico, de que trata o parágrafo anterior, tem validade de cinco dias.

**Art. 51** Às instituições financeiras e outros gestores de política pública dirigida aos agricultores familiares será disponibilizado acesso aos dados das DAP cadastradas, na forma de serviços eletrônicos, ajustados com esta Secretaria, para atender as especificidades de cada órgão ou entidade.

**CAPÍTULO VI**  
**Do Controle Social e do Cancelamento de DAP**  
**Seção I – Dos Órgãos de Controle Social**

**Art. 52** O controle social é efetuado pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – **CMDRS** - ou entidade congênere.

**Art. 53** Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável são constituídos por Ato do respectivo Poder Executivo Municipal.

**Art. 54** Os órgãos e entidades autorizados a atuar como emissores de DAP devem integrar a composição dos CMDRS, além das demais forças vivas da sociedade local envolvidas com o desenvolvimento rural local.

**Art. 55** Na falta da existência do CMDRS ou de órgão congênere, em nível municipal, os órgãos e entidades autorizados a emitirem DAP, alternativamente, devem executar as atividades inerentes ao controle social relacionado à validação das DAP.

**Seção II – Do Processo de Controle Social**

**Art. 56** O CMDRS ou, na falta deste, a entidade congênere, efetuará o controle social com base na relação dos agricultores familiares de seu município, observando o respectivo enquadramento em grupo de acesso às operações de crédito rural, sugerindo o bloqueio ou cancelamento de DAP de qualquer integrante da relação que apresente quaisquer inadequações ou desvios em relação aos normativos que disciplinam a matéria, adotando para tanto os seguintes procedimentos:

I. extrair, nos 5 (cinco) primeiros dias úteis do mês de março de cada ano, a listagem das DAP emitidas no município, do sítio “<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>”, afixando-a em local público de grande circulação;

II. colher, junto aos membros da comunidade, dados e informações que permitam a correta identificação dos agricultores familiares, marcando e qualificando aquelas DAP que apresentem inadequações ou desvios;

III. preparar ata circunstanciada destacando as motivações dos bloqueios ou cancelamentos de DAP.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de acesso ao sítio “<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>”, as instituições responsáveis pela homologação anual das DAP deverão solicitar às Delegacias Federais do MDA de cada Estado a relação das DAP ativas de seu município, bem como o Formulário de Bloqueio de DAP.

**Art. 57** A Secretaria da Agricultura Familiar disponibilizará, durante os meses de março no site “<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>”, a listagem das DAP válidas em nível de município, com a identificação do agricultor familiar, contendo número do CPF - Cadastro de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda; nome do beneficiário do Pronaf; e grupo de acesso às operações de crédito ao amparo do Pronaf.

**Art. 58** O(s) representante(s) do CMDRS ou entidade congênere ou equivalente e da(s) entidade(s) emissora(s) das DAP do município deve(m), em reunião conjunta, analisar as inadequações e desvios com a finalidade de preparar a relação de bloqueios e cancelamentos consensuais de DAP, adotando os seguintes procedimentos:

I. para os casos em que seja possível a transmissão eletrônica de dados, o(s) representante(s) do CMDRS ou da(s) entidade(s) emissora(s) das DAP deverá(ão) efetuar os registros de bloqueios e cancelamentos diretamente em rotina específica no sítio “<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>”, desde que devidamente habilitado(s) para tal finalidade;

II. para os casos em que não seja possível a transmissão eletrônica dos dados, o(s) representante(s) do CMDRS ou da(s) entidade(s) emissora(s) das DAP devem adotar os seguintes procedimentos:

- a. obter o formulário de “Bloqueio e Cancelamento de DAP” junto à Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário;
- b. preparar a ata circunstanciada, nos termos do inciso III do art 53, e preencher o formulário de Bloqueio e Cancelamento de DAP;
- c. devolver o formulário de Bloqueio e Cancelamento de DAP à Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de seu Estado ou encaminhar diretamente à SAF, no endereço Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 6º andar - EP 70.057-900 - Brasília - DF.

**Art. 59** A data limite para os registros dos dados de bloqueio ou cancelamento de DAP diretamente na base de dados da SAF ou encaminhamento dos formulários de bloqueio ou cancelamento de DAP é 30 de abril de cada ano.

**Art. 60** Serão consideradas homologadas as DAP que não tiverem as solicitações ou registro de bloqueios e/ou cancelamentos encaminhados à SAF até a data limite estabelecida no artigo anterior.

**Art. 61** Quando se tratar de mudança de enquadramento, a nova DAP somente poderá ser emitida para enquadramento do beneficiário em grupo de maior renda.

**Art. 62** O agricultor que tiver sua DAP bloqueada sem restrições deverá buscar a emissão de nova DAP.

**Art. 63** Independentemente dos procedimentos anuais, qualquer entidade representativa dos beneficiários ou envolvida com o processo de emissão e homologação de DAP, desde que juridicamente formalizada, ou pessoa física devidamente identificada, pode solicitar formalmente à SAF o bloqueio ou cancelamento de DAP, desde que identifique e qualifique a motivação que dê causa ao ato.

**Art. 64** A SAF acatará todas as proposições de bloqueios ou cancelamentos de DAP advindas dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou entidade congênere, mantendo os registros de identificação da pessoa física ou jurídica proponente.

## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições Finais**

**Art. 65** Quando da emissão de DAP por intermédio de formulário em papel, o detalhamento do registro da renda deve observar o seguinte:

I - no campo destinado ao registro da renda de atividades provenientes de ovinocaprinocultura, aquicultura, sericicultura, fruticultura, cafeicultura e da produção de cana-de-açúcar deve ser informado na DAP apenas 50% (cinquenta por cento) **do valor bruto da produção** apurado para o conjunto desses empreendimentos;

II - no campo destinado ao registro da renda de atividades provenientes de turismo rural, de unidades agroindustriais familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integrada deve ser registrado apenas 30% (trinta por cento) **do valor bruto da produção** apurado para o conjunto desses empreendimentos.

III - no campo destinado ao registro da renda de atividades provenientes de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com agroindústrias, para efeito de enquadramento em grupo de acesso às operações de crédito rural ao amparo do Pronaf, deve ser registrada apenas 10% (dez por cento) **do valor bruto da produção** apurado para o conjunto desses empreendimentos.

IV - No campo destinado ao registro da renda de atividades provenientes de açafrão, algodão caroço, amendoim, apicultura, arroz, aveia, bovinocultura de corte, centeio, cevada, feijão, girassol, grão-de-bico, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, deve ser registrada apenas 70% (setenta por cento) do valor bruto da produção apurado para o conjunto desses empreendimentos.”

**Art. 66** Quando da emissão da DAP por intermédio do aplicativo DAPweb, os dados devem ser registrados por produto ou atividade desenvolvida no estabelecimento do agricultor familiar, considerando os respectivos valores totais do valor bruto da produção.

**Parágrafo único.** O aplicativo DAPweb efetuará o cálculo dos rebates estabelecidos para cada produto ou atividade registrando o valor consolidado para cada nível de rebate quando da apuração da renda final de enquadramento.

**Art. 67** Os produtos e atividades desenvolvidas nos estabelecimentos dos agricultores familiares foram agrupados em categorias, com a finalidade de facilitar o registro dos dados.

**Parágrafo único.** Entende-se por categorias os grandes grupos usualmente utilizados na organização dos produtos da agropecuária, acrescidos dos demais componentes de renda auferidos pelos agricultores familiares, conforme o que segue:

- I. lavouras temporárias;
- II. lavouras permanentes;
- III. pecuária;
- IV. sementes e mudas;
- V. silvicultura
- VI. extrativismo;
- VII. agroindústria;
- VIII. maricultura e aquicultura;
- IX. pesca;
- X. produtos especiais;
- XI. turismo e artesanato;
- XII. outras rendas não agropecuárias do estabelecimento;
- XIII. rendas de proventos de aposentadoria rural e outros benefícios sociais;
- XIV. rendas não agrícolas ou não rurais.”

**Art. 68** Quando os beneficiários dos Grupos A e A/C não apresentarem renda mensurável, a DAP deverá ser preenchida com zeros, nos campos destinados à apuração dessa variável.

**Art. 64** No processo de emissão de DAP não é permitido o re-enquadramento para grupo de menor renda.

§ 1º Dentro de um mesmo grupo de enquadramento somente é permitido o registro de redução de renda até o limite de vinte por cento.

§ 2º O cálculo do limite que se refere o parágrafo anterior deve considerar a apuração da renda antes da aplicação dos rebates.

**Art. 69** Os grupos de enquadramentos dos agricultores familiares, registrados na base de dados da SAF decorrentes de DAP já emitidas, serão alterados para dar conformidade aos novos dispositivos contidos nos normativos que regulam a matéria.

**Parágrafo único** - A SAF disponibilizará em seu sítio <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>, na rotina de emissão de extratos, a relação dos agricultores familiares identificados no novo grupo de enquadramento de acesso às operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**Art. 70** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 71** Revoga-se a Portaria nº 85, de 22 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 02 de janeiro de 2009, Seção I.

**Adoniram Sanches Peraci**



## B2) PORTARIAS – TEMAS CORRELATOS PAA

**PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA, MTE, MDS, SPM, SEAPE, INCRA E  
CONAB, Nº 02, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008  
(Publicada no D.O.U de 25/09/2008)**

**Institui o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que visa fortalecer organizações produtivas de trabalhadoras rurais através de políticas públicas de apoio à produção e comercialização.**

O Ministro de Estado DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO, O MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, A SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA, O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E O **PRESIDENTE DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** no uso das atribuições conferidas pelo inciso II, do parágrafo único, artigo 87 da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que as mulheres representam quase metade da população rural brasileira, sendo as mais afetadas pelos processos migratórios e assumindo, cada vez mais, a responsabilidade pelo grupo familiar que integram;

CONSIDERANDO que a presença da mulher na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, expressa na sua concentração em atividades voltadas ao auto-consumo familiar e realizadas como mera extensão dos cuidados com os filhos e os demais membros das famílias e que essas atividades são realizadas predominantemente sem remuneração e, portanto, não vinculadas à comercialização e geração de renda;

CONSIDERANDO que o Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, buscou dialogar e atender às demandas das mulheres e suas organizações, criando uma política de igualdade e assegurando meios para realização de ações finalísticas capazes de fomentar os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o exercício pleno da cidadania através do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que resultaram também do diálogo realizado na II Conferência Nacional de Política para as Mulheres;

CONSIDERANDO que esta nova institucionalidade impulsionou uma qualificação de programas já existentes e a criação de novas políticas públicas, buscando-se, para isso, uma atuação integrada de políticas e de órgãos governamentais com a finalidade de efetivar a cidadania e promover a autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais através de políticas voltadas para a garantia dos direitos a terra, aos serviços rurais, o acesso ao comércio, o resgate da memória coletiva e o apoio aos estudos feministas;

CONSIDERANDO que estas ações se inscrevem no marco das ações para a autonomia econômica das mulheres, igualdade no mundo do trabalho, cidadania, bem como parte do novo eixo dirigido às políticas pública de sustentabilidade, acesso à terra, moradia e soberania alimentar previstas no novo Plano de Políticas para as Mulheres;

CONSIDERANDO que as políticas de apoio à produção dirigidas às trabalhadoras rurais, especialmente com o crédito especial PRONAF Mulher e o financiamento específico de assistência técnica e extensão rural para projetos protagonizados por mulheres trabalhadoras rurais promoveram o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais na economia rural e ampliaram acesso das mesmas a estes serviços rurais, mas carecem ainda do suporte de organizações econômicas de base para criar uma relação direta e autônoma das mulheres para com as políticas públicas da agricultura familiar;

CONSIDERANDO que o PPA 2008-2011 do governo federal criou o Programa de Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres e que nele consta ação governamental desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a organização produtiva de mulheres trabalhadoras rurais;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário na efetivação dos Direitos das Mulheres e, ainda, de se integrar os programas finalísticos já existentes na esfera governamental, tais como o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, todos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, Programa de Transferência de Renda com condicionalidades e o Programa de Proteção Social Básica, os Ministérios envolvidos resolvem:

## **CAPITULO I**

### **DO OBJETO**

**Art. 1º** Instituir o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, definindo objetivos, diretrizes, atribuições, formas de gestão, execução e orçamento, previstos nos capítulos e artigos subsequentes.

## **CAPITULO II**

### **DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** São objetivos do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural.

**Art. 3º** O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais tem por finalidade:

**I** - dar suporte para ações voltadas ao fortalecimento institucional e apoio à produção, mediante troca, difusão de conhecimentos, orientação, facilitação de processos para a construção de formas organizativas adequadas às distintas realidades das organizações sócio-econômicas das trabalhadoras rurais;

**II** - promover ações que ampliem e garantam o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização;

**III** - apoiar a realização de estudos para identificar e quantificar o trabalho não remunerado das mulheres trabalhadoras rurais, bem como a contribuição econômica que as mesmas desempenham na agricultura familiar, difundindo e debatendo seus resultados;

**IV** - promover ações para a capacitação das mulheres trabalhadoras rurais sobre instrumentos administrativos e contábeis referentes ao gerenciamento da produção;

**V** - apoiar as atividades de formalização de organizações tais como: elaboração de regimento, registro junto a cartórios, capacitação sobre tipos de organização e suas finalidades além apoio jurídico;

**VI** - apoiar a formação e consolidação de redes de organização produtiva compatíveis com a promoção da igualdade entre homens e mulheres, potencializando a articulação de organizações não governamentais, grupos produtivos de trabalhadoras rurais e agentes de desenvolvimento, através do apoio à realização de intercâmbios de experiências e/ou difusão de práticas de fortalecimento institucional para a produção e comercialização;

**VII** - apoiar ações de organizações produtivas baseadas na agroecologia e na preservação da biodiversidade;

**VIII** - incentivar, apoiar e fortalecer estudos dos arranjos produtivos locais/cadeias produtivas, bem como articular e promover a participação das mulheres na organização das principais cadeias produtivas regionais, promovendo o seu protagonismo em todas as etapas do processo e uma maior apropriação de renda;

**IX** - potencializar a inserção das mulheres trabalhadoras rurais nos mercados nacionais (local e regional) e internacionais, quando esta for uma necessidade identificada pelas suas organizações produtivas;

**X** - orientar as trabalhadoras rurais para as atividades de comercialização junto aos mercados institucionais, assim como feiras locais e outras formas de venda ao consumidor;

**XI** - criar e aprimorar logomarca, rótulos e confeccionar embalagem;

**XII** - criar infra-estrutura produtiva para a comercialização entre parceria do poder público com as organizações econômicas das mulheres;

**XIII** - apoiar a realização de pesquisas de mercado e estratégias de comercialização;

**XIV** - apoiar a construção de processos, documentos, mecanismos e sistemas participativos de identificação, garantias socioambientais e rastreabilidade, com controle social que vise identificar (rotular) e garantir para a sociedade consumidora a qualidade sócioambiental dos produtos produzidos pela Agricultura Familiar, considerando a produção orgânica, ecológica, sem uso do fogo, a denominação de origem, dentre outros;

**XV** - apoiar ações de orientação e acompanhamento voltadas para obtenção de registro dos produtos junto ao SUASA;

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES**

**Art. 4º** São diretrizes do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais:

**I** - Promoção da Igualdade de Gênero: apoiar ações voltadas à organização produtiva a partir do reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres rurais e da transformação da realidade, por meio de ações de fortalecimento institucional e qualificação produtiva;

**II** - Economia Feminista e Solidária: promover ações para o reconhecimento social e econômico do trabalho não remunerado exercido pelas mulheres trabalhadoras rurais, na composição da renda da agricultura familiar e estimular a geração de renda própria das mulheres trabalhadoras rurais em atividades econômica e ambientalmente sustentáveis, além de promover atividades produtivas baseadas nos princípios da solidariedade;

**III** - Sistemas de Produção Sustentáveis e Segurança Alimentar: valorizar o papel que as mulheres trabalhadoras rurais desempenham na produção de base agroecológica, buscando manter a diversificação da produção com base em alimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade dos Biomas Brasileiros e seus respectivos agroecossistemas, garantindo o reconhecimento do papel que as mulheres exercem na segurança alimentar;

**IV** - Geração de Renda e Agregação de Valor: implementar ações para a geração de renda e ocupação das mulheres no meio rural por meio de processos sustentáveis, compreendendo a sua presença nas cadeias produtivas, nas atividades agrícolas e não-agrícolas e desenvolvendo ações voltadas para a qualificação, obtenção de registros, sistemas participativos de identificação, garantias sócio-ambientais e rastreabilidade dos produtos;

**V** - Raça e Etnia: assegurar que as ações de organização produtiva sejam construídas a partir do reconhecimento das especificidades étnicas e de raça, considerando os princípios do etnodesenvolvimento, valorizando e respeitando as experiências históricas, recursos ambientais, valores e aspirações para potencializar a capacidade autônoma das mulheres dentro das comunidades quilombolas e dos povos indígenas;

**VI** - Gestão Econômica: incentivar processos de gestão nas atividades econômicas que rompam com a divisão sexual do trabalho e atuem para diminuição da pobreza e menor poder de decisão das mulheres, promovendo um empoderamento econômico e social;

**VII** - Redes de Grupos de Produção de Trabalhadoras Rurais: possibilitar a construção de processos de organização produtiva integrada, de forma a potencializar as ações de desenvolvimento rural sustentável, promoção de intercâmbios, difusão de experiências e apoio a iniciativas de integração social e econômica destas organizações;

**VIII** - Participação e Controle Social: promover a participação das mulheres nos espaços de controle social das políticas públicas, visando fortalecer institucionalidades participativas capazes de gerir iniciativas de desenvolvimento nos territórios rurais e nos assentamentos da reforma agrária com maior uma maior igualdade entre homens e mulheres;

**IX - Rede Socioassistencial:** promover o acesso das mulheres e suas famílias aos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, em especial, ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), implementado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), contribuindo para a melhoria das condições de vida e o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das atribuições dos integrantes do Programa**

**Art. 5º** Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia - PPIGRE realizar ações de:

**I** - difusão de ações/informações e capacitação das trabalhadoras rurais e dos gestores e gestoras públicas;

**II** - promoção de oficinas para capacitação de organizações produtiva para a elaboração de projetos técnicos tendo como foco ações de apoio à produção;

**III** - implantação de Banco de Dados através de ações complementares de identificação de organizações produtivas de mulheres rurais realizadas pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária.

**Art. 6º** À Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário caberá:

**I** - apoiar a produção de produtos e serviços diferenciados pelas agricultoras familiares, como os produtos orgânicos, da biodiversidade, o artesanato, o turismo, as plantas medicinais, entre outros;

**II** - fortalecer, qualificar e ampliar as agroindústrias familiares e/ou cooperativas protagonizadas por mulheres rurais;

**III** - apoiar a realização de estudos sobre a participação das mulheres nas cadeias produtivas da agricultura familiar;

**IV** - promover ações de capacitação de mulheres trabalhadoras rurais e articulação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, especialmente através da modalidade de formação de estoque;

**V** - apoiar a elaboração de estratégias de negócios e promoção comercial dos produtos oriundos dos grupos produtivos de mulheres rurais;

**VI** - apoiar iniciativas voltadas à melhoria da qualidade dos produtos dos grupos produtivos;

**VII** - facilitar o acesso das organizações econômicas das trabalhadoras rurais aos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, além dos mercados institucionais.

**Art. 7º** À Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA caberá:

- I** - realizar Estudos de Potencialidades Econômicas com identificação da inserção e do potencial das mulheres no desenvolvimento econômico dos territórios, incluindo aí, um mapeamento de grupos produtivos de mulheres rurais;
- II** - identificar e qualificar as demandas das mulheres rurais nas políticas de ATER e crédito a partir dos Planos Safras Territoriais;
- III** - identificar e qualificar a inserção atual das demandas das mulheres rurais nas principais cadeias produtivas dos Territórios, identificando as demandas por políticas de comercialização e agregação de valor, a partir dos Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativas;
- IV** - apoiar a elaboração de plano de negócios para empreendimentos de grupos produtivos de mulheres rurais;
- V** - fortalecer associações/cooperativas protagonizadas por mulheres;
- VI** - apoiar a participação de mulheres nas feiras da agricultura familiar, apoiar a realização de feiras de grupos produtivos de mulheres e estimular a participação das organizações de mulheres no conselho gestor das Centrais de Comercialização da Agricultura Familiar;
- VII** - integrar as entidades de apoio às organizações produtivas de mulheres na rede de Bases de Serviços;
- VIII** - utilizar a rede de bases de serviço e de parceiros nos Territórios Rurais para articular e efetivar as ações do programa.

**Art. 8º** Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA caberá:

- I** - apoiar a implantação e recuperação de agroindústrias protagonizadas por grupos e/ou redes de mulheres produtoras rurais;
- II** - apoiar a inserção mercadológica da produção dos grupos produtivos de assentadas da reforma agrária;
- III** - apoiar a implantação de atividades pluriativas solidárias.

**Art. 9º** À CONAB caberá:

- I** - identificar organizações de mulheres que estão incluídas no PAA e realizar estudos de caracterização dos acesso delas ao programa;
- II** - realizar ações de capacitação de trabalhadoras rurais sobre o Programa de Aquisição de Alimentos;
- III** - promover articulação institucional entre organizações produtivas de mulheres rurais e as Superintendências Regionais da CONAB visando promover o acesso dessas organizações às distintas modalidades do PAA;
- IV** - promover diálogo permanente e participativo com as representações dos movimentos sociais e redes de produtoras rurais a fim de avaliar o acesso das mulheres ao PAA, bem como discutir estratégias de fortalecimento das mulheres no programa.



**Art. 10** Ao Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES, caberá:

**I** - identificar grupos produtivos de mulheres rurais a partir dos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária através do repasse de dados ao MDA/PPIGRE, definindo a metodologia de organização do sistema, bem como a disponibilização de dados integrados;

**II** - integrar as ações do Programa com os agentes de economia solidária que acompanham organizações produtivas de mulheres rurais e com a coordenação nacional e estadual do Projeto Brasil Local;

**III** - apoiar a participação das mulheres provenientes de organizações autônomas nas feiras Estaduais, Nacional, do Mercosul e na Feira Pan-Amazônica de economia solidária;

**IV** - promover formação de rede e cadeias de economia solidária protagonizadas por mulheres;

**V** - estimular a participação das organizações de mulheres no conselho gestor dos centros públicos de economia solidária.

**Art. 11** À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM caberá apoiar ações de capacitação e formação em gênero e desenvolvimento rural e articular a participação dos Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres, bem como dos Conselhos de Direitos da Mulher nos territórios abrangidos pelo Programa.

**Art. 12** À Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR caberá:

**I** - apoiar a realização de estudos sobre a participação das mulheres nas cadeias produtivas da pesca e aquicultura;

**II** - apoiar ações de qualificação de agentes de extensão para a assessoria técnica diferenciada às mulheres pescadoras, trabalhadoras da pesca e aqüicultoras;

**III** - apoiar e fortalecer a organização de grupos produtivos de mulheres pescadoras, trabalhadoras da pesca e aqüicultoras nos territórios;

**V** - apoiar a implantação, recuperação, ampliação e qualificação de agroindústrias familiares de pescado protagonizadas por mulheres;

**VI** - apoiar ações que promovam e ampliem o acesso de organizações de mulheres pescadoras, trabalhadoras da pesca e aqüicultoras às distintas modalidades de PAA;

**VII** - promover a inserção da produção de grupos organizados de pescadoras, mulheres trabalhadoras da pesca e aqüicultoras na merenda escolar;

**VIII** - incentivar a inclusão de grupos organizados de pescadoras, mulheres trabalhadoras da pesca e de aqüicultoras no Programa Feira do Peixe.



**Art. 13** Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizar as seguintes ações:

**I** - estimular e orientar os parceiros municipais, estaduais e **Conab** no sentido de realizar ações de capacitação e mobilização de trabalhadoras rurais para a inclusão em programas de Segurança Alimentar e Nutricional;

**II** - articular e orientar os parceiros municipais, estaduais e **Conab** no sentido de viabilizar a participação das organizações de mulheres rurais ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nas suas diversas modalidades;

**III** - estimular a integração das ações de segurança alimentar e nutricional com o Programa de apoio à organização produtiva de mulheres, nas reuniões com os Conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional;

**IV** - fornecer ao Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais informações e as relações de mulheres e adultos das famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que possuam perfil para ingresso no Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais;

**V** - sensibilizar os gestores municipais, membros de instâncias de controle social e coordenadores estaduais do PBF quanto à priorização que o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais oferecerá a mulheres inscritas no CadÚnico e beneficiárias do PBF com perfil para organização produtiva no meio rural;

**VI** - manter o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais informado sobre as normas de funcionamento do PBF, bem como sobre a sua cobertura;

**VII** - subsidiar o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais na utilização do Número de Identificação Social - NIS como forma de identificação preferencial das beneficiárias do Programa.

**VIII** - informar as mulheres beneficiárias do Programa sobre as formas de inserção e locais de implementação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e demais programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, a fim de contribuir na garantia do acesso das mulheres e suas famílias aos direitos socioassistenciais;

**IX** - informar as mulheres usuárias dos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais sobre os objetivos e formas de inserção no Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; e

**X** - incluir nos editais de inclusão produtiva, para discussão na Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de Assistência Social, as trabalhadoras rurais como público preferencial dos projetos.

## **CAPÍTULO V**

### **DA GESTÃO**

**Art. 14** Fica instituído o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais em nível nacional.

**Art 15** O Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais terá uma instância de caráter deliberativo, constituída pelos órgãos governamentais e uma instância de caráter consultivo, constituída pelos órgãos governamentais e sociedade civil.

**§ 1º** Os órgãos governamentais que compõem o Comitê serão os seguintes:

**I** - Ministério do Desenvolvimento Agrário – representado por quatro integrantes;

**II** - Ministério do Trabalho e Emprego - representado por um integrante;

**III** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - representado por um integrante;

**IV** - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - representado por um integrante;

**V** - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca –representado por um integrante;

**VI** - **Companhia Nacional de Abastecimento** – representado por um integrante;

**§ 2º** Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, a coordenação geral do Comitê e do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

**§ 3º** As entidades da sociedade civil serão representadas através de movimentos sociais e redes de produtoras rurais.

**§ 4º** Outras entidades governamentais e órgãos governamentais poderão integrar o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

**Art. 16** O Comitê Gestor tem a atribuição de efetuar a gestão do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Produtivas.

**§ 1º** Aos órgãos governamentais do Comitê Gestor do Programa competem:

**I** - reunir-se periodicamente a cada trimestre a fim de planejar as ações do Programa, bem como realizar ações de acompanhamento necessárias;

**II** - acompanhar a elaboração e implementação da implantação do banco de dados;

**III** - realizar ações de monitoramento e avaliação do programa;

**IV** - consultar as organizações da sociedade civil envolvidas no Programa;

**V** - reunir-se anualmente com as organizações da sociedade civil para apresentar relatório anual de atividades, planejarem ações de capacitação, debater o banco de dados, bem como o monitoramento de todas as suas ações;

**VI** - estimular em nível local os Comitês Territoriais de Mulheres vinculados ao Colegiado Territorial, a se fortalecerem como estrutura auxiliar para encaminhamentos, resoluções específicas e acompanhamento operacional das políticas para as mulheres nos territórios.

**§ 2º** Compete às entidades da sociedade civil participarem do planejamento das ações de capacitação sobre políticas públicas de apoio à produção.

**Art. 17** O Programa viabilizará ações para que organizações produtivas de mulheres rurais promovam parcerias com instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais. Para tal objetivo os Ministérios envolvidos realizarão parcerias mediante a celebração de convênios para execução das atividades junto aos grupos de mulheres rurais.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA EXECUÇÃO**

**Art. 18** O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais será implementado prioritariamente nas áreas do Plano Social Integrado do Governo Federal, especialmente nos Territórios da Cidadania que tem por objetivo superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

**Art. 19** O Programa promoverá identificação de grupos e redes produtivas de mulheres rurais, com o objetivo de dar visibilidade aos diferentes grupos e por meio da construção de um Banco de Dados que mapeie e reconheça quem são, onde estão e o que fazem as mulheres produtoras rurais, através de ações complementares de identificação de organizações produtivas de mulheres rurais realizadas pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, o que facilitará as ações de articulação institucional e constituirão a base de informações básicas para acompanhamento de demandas de projetos e avaliação.

**Art. 20** Serão desenvolvidas ações de capacitação em políticas públicas de apoio à produção, com orientação e acompanhamento às mulheres trabalhadoras rurais interessadas a acessarem as políticas da agricultura familiar e reforma agrária voltadas para a organização produtiva.

**Art. 21** O Programa realizará oficinas de elaboração de projetos através de capacitação sobre projetos e planos de trabalho para a celebração de convênios com os órgãos envolvidos junto às organizações produtivas, a fim de qualificar a demanda e ampliar o acesso às políticas públicas.

**Art. 22** As despesas decorrentes da execução dos projetos advirão das dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente nos orçamentos dos respectivos integrantes do Programa, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

**Art. 23** A formalização da parceria entre os órgãos da administração pública federal, visando a implementação das ações previstas no Programa, será realizada mediante a elaboração de Protocolo de Intenções, conforme estabelece a Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008, no Capítulo 3, Artigo 7º.

**Art. 24** Serão promovidas chamadas públicas de projetos como instrumento comum de financiamento co-gestionado, tendo como base os objetivos, diretrizes e orientações metodológicas do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, integrando as distintas atribuições dos órgãos parceiros.

**Art. 25** O monitoramento e avaliação serão realizados de forma integrada.

**Art. 26** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CASSEL  
Ministro de Estado

CARLOS ROBERTO LUPI  
Ministro de Estado

PATRUS ANANIAS DE SOUSA  
Ministro de Estado

NILCÉIA FREIRE  
Secretária Especial

ALTEMIR GREGOLIN  
Secretário Especial

ROLF HACKBART  
Presidente do INCRA

**WAGNER GONÇALVES ROSSI**  
**Presidente da CONAB**

**PORTARIA MDA Nº 62, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009**

(Publicada no D.O.U de 30/09/2009)

**VIGÊNCIA EXPIRADA**

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, no uso das competências que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso III, § 2º, do art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, no o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, na Portaria Interministerial MDA e MMA nº 3, de 3 de outubro de 2008, na Portaria Interministerial nº 239, de 21 de Julho de 2009, e

Considerando que as populações extrativistas são abrangidas no âmbito das políticas públicas para a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Considerando as dificuldades de identificação e de acesso das populações extrativistas a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, em virtude de sua dispersão pelo território nacional;

Considerando a necessidade de instituir meios que garantam o acesso das populações extrativistas às políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares strictu sensu, resolve:

**Art. 1º** Instituir a Relação de Extrativistas Beneficiários - REB, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que se destina a constituir um banco de identificação dos extrativistas de determinada Unidade de Conservação de Uso Sustentável, visando possibilitar aos relacionados o acesso às Políticas Públicas dirigidas aos agricultores familiares.

§ 1º Integrarão a REB os extrativistas que não sejam atendidos como beneficiários do Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA.

§ 2º A REB tem caráter provisório e precário.

§ 3º A inclusão do extrativista na REB não permite, garante ou possibilita o acesso ao crédito rural do Pronaf.

§ 4º A obtenção da Declaração de Aptidão do Pronaf – DAP acarretará exclusão do extrativista da REB.

**Art. 2º** A Secretária da Agricultura Familiar será responsável pela gestão e atos administrativos necessários para composição, manutenção e exclusão da REB no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Parágrafo único.** O Secretário da Agricultura Familiar fica autorizado a expedir normas, recomendações, orientações e outros atos complementares necessários a execução do presente normativo.

**Art. 3º** É vedado a concessão de crédito rural amparado no Pronaf, por meio de informações obtidas na REB.

**Art. 4º** São consideradas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, para os fins deste normativo:

I - Reserva Extrativista - RESEX;

II - Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS;

III - Floresta Nacional - FLONA.

**Art. 5º** A elaboração da REB será realizada pelos órgãos executores da Unidade de Conservação de Uso Sustentável que manifestar expressamente o interesse em colaborar com a constituição do banco de identificação dos extrativistas.

**§ 1º** O termo de adesão para o Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável seguirá o modelo elaborado pela Secretaria de Agricultura Familiar e disponibilizado na internet no sítio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>).

**§ 2º** O pedido de adesão será acompanhado da seguinte documentação:

I. cópia da Lei e do Decreto de constituição do Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável;

II. cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, ou impressão de extrato do sítio da Receita Federal;

III. cópia do ato de nomeação do titular do Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável;

IV. relação contendo o nome, o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF e o número da matrícula dos servidores públicos responsáveis pela Unidade de Conservação de Uso Sustentável, identificando o servidor responsável por cada Unidade.

**§ 3º** A substituição do servidor responsável pela emissão da REB no Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável deverá ser comunicada à Secretaria de Agricultura Familiar.

**Art. 6º** A REB deverá conter os seguintes dados de identificação do extrativista:

I - nome completo sem abreviações;

II - número do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - endereço contemplando a denominação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

**§ 1º** A REB deverá ser assinada pelo servidor público responsável pela Unidade de Conservação de Uso Sustentável anteriormente identificado no cadastro realizado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

**§ 2º** O servidor público responsável pela Unidade de Conservação de Uso Sustentável encaminhará também arquivo texto em meio eletrônico, onde cada beneficiário deverá constituir um registro e as variáveis que compõem esse registro devem ser separadas por ponto e vírgula.

**§ 3º** O servidor público responsável pela Unidade de Conservação de Uso Sustentável que encaminhar a REB será responsável pelas informações encaminhadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Art. 7º** Recebida a REB a Secretaria da Agricultura Familiar - SAF formalizará processo administrativo correspondente, onde ficará registrada toda alteração realizada da REB de determinada Unidade de Conservação.

**Art. 8º** A REB só poderá ser validada pela Secretaria de Agricultura Familiar após o recebimento integral da documentação correspondente, na forma prevista nesta portaria.

**Art. 9º** A SAF deverá disponibilizar em seu sítio: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/> a identificação individualizada dos extrativistas, a partir dos arquivos eletrônicos encaminhados na forma do § 2º do Art. 6º.

**Art. 10.** A REB terá validade pelo período de vigência da presente portaria.

**Art. 11º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo período de 24 meses.

**GUILHERME CASSEL**





# **RESOLUÇÕES DO GRUPO GESTOR**



**RESOLUÇÃO Nº 1, DE 31 DE JULHO DE 2003**  
**(Republicada no D.O.U. de 08/08/03)**  
**REVOGADA**

**Define a sistemática de aquisição da produção da agricultura familiar para os produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF e estabelece critérios para a aquisição e doação de gêneros alimentícios.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003;

Considerando a necessidade de sustentação dos preços dos produtos da agricultura familiar, especialmente nos municípios beneficiados com o Cartão Alimentação;  
Considerando a importância do escoamento dos estoques para consumo no próprio local de produção;

Considerando a necessidade de garantir o direito básico à alimentação às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, resolve:

Art. 1º- Fica definida a sistemática de aquisição da produção da agricultura familiar para os produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, observadas as condições especificadas nesta Resolução.

Art. 2º- Serão beneficiários das aquisições os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, até o valor máximo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por agricultor familiar;

§ 1º- Para a aquisição de que trata o art. 2º, deverá a CONAB exigir a apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF, na forma prevista nos artigos. 3º ao 6º, da Portaria MDA nº 154, de 2 de agosto de 2002, ou, em substituição, quando se tratar de assentamento, de Relação de Beneficiários, emitida nos mesmos moldes pelo INCRA, além de comprovação de que o produto é de produção própria, estando livre de penhores ou gravames.

§ 2º- No caso de aquisições por intermédio de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite de que trata o caput será considerado por agricultor familiar.

Art. 3 Ficam definidos, conforme critérios propostos pela CONAB, os seguintes preços de referência para aquisição dos produtos:

Produto	Região/Unidade da Federação	Tipo básico	Preço de Referência	
			R\$/Unid.	R\$/Kg
Milho	Norte e Nordeste (exceto RO)	Tipos 1,2 e 3	19,02	0,3170
	MT e RO		13,02	0,2170
	MS, PR, RS, SC e MG		14,01	0,2335
Farinha de Mandioca	AC	D'água e seca, tipo único	27,00	0,5400
Feijão-anão	Nordeste, MT, MS e RO	Preto, branco e cores Tipo 3	60,00	1,0000
Feijão macacar	Nordeste, PA e RO		50,01	0,8335
Leite em Pó	RS	Integral	7,50	7,5000

Art. 4º- Caberá à CONAB, nos termos do convênio 05/2003, firmado em 21 de julho de 2003, com o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a distribuição nos municípios, para viabilizar programas locais de atendimento à população em estado de insegurança alimentar e nutricional.

§ 1º - Serão beneficiárias deste Programa as famílias e populações elencadas no Art. 3º- da Lei Complementar 111, de 06/07/01.

§ 2º- Serão atendidos, prioritariamente, os municípios incluídos no Programa Cartão Alimentação ou que apresentem ações de segurança alimentar reconhecidas pelo Programa Fome Zero.

§ 3º- Os municípios interessados em participar do Programa deverão criar mecanismos de controle social, exercido pelos comitês gestores locais do Cartão Alimentação, onde já existam, ou outros órgãos colegiados que contem com representantes da sociedade civil e dos beneficiários, que deverão definir critérios de implantação, execução e fiscalização das ações.

Art. 5º- Para fins de acompanhamento e avaliação das ações propostas, bem como de suas eventuais correções, deverá a CONAB prover o Grupo Gestor, mensalmente, de informações relacionadas com as aquisições e distribuição dos alimentos objeto desta Resolução.

Art. 6º- Fica a CONAB encarregada de expedir instruções complementares e promover os ajustes que se fizerem necessários ao detalhamento da operacionalização dos procedimentos de que trata esta Resolução.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SÉRGIO PAGANINI MARTINS**  
Coordenador

**RESOLUÇÃO Nº 02, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 02/10/03)

**REVOGADA**

**Dispõe sobre o procedimento de compra antecipada do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 4.772, de 02 de julho de 2003 e Portaria 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e considerando a necessidade de se estabelecerem as condições, os critérios e as diretrizes gerais para a compra antecipada dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos, resolve:

Art. 1º A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) será responsável pela aquisição, antecipada, da produção agrícola, a ser feita diretamente aos produtores familiares ou por intermédio de suas cooperativas, associações ou grupos informais, devendo seguir os critérios e condições estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º Para a compra dos produtos, oriundos da agricultura familiar, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) compra será realizada por meio da aquisição de Cédula do Produtor Rural - CPR, denominada para esse fim de CPR-Alimento, ou outra modalidade de compra antecipada,

b) o valor da aquisição não poderá exceder o limite de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por família.

Art. 3º O produtor que tenha interesse em realizar a venda antecipada dos produtos, além de preencher os requisitos legais exigidos pelo Programa, deverá:

a) não ter tido acesso a crédito rural de custeio com recursos controlados na safra vigente e

b) possuir cobertura total do seguro rural ou do Proagro, para o seu empreendimento, promovendo sua adesão àquele programa na forma regulamentar.

Art. 4º A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 06 de novembro de 2003

**Flávio Borges Botelho Filho**  
Coordenador do Grupo Gestor

**Arnoldo de Campos**  
Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Silvio Isopo Porto**  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**José Gerardo Fontelles**  
Ministério da Fazenda

**Silvio Carlos do Amaral e Silva**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



**RESOLUÇÃO Nº 03, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 02/10/03)

**REVOGADA**

Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003 e em aditamento à Resolução nº 01, de 08 de agosto de 2003; Considerando as propostas apresentadas pela CONAB e aprovadas em reunião do Grupo Gestor no dia 22/09/03; resolve:

Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, safra agrícola 2003/2004:

Produto	Região / Unidade da Federação	Preço de Referência (R\$/Unidade)	
		CDAF	CAAF/CGCAF
Milho	Norte e Nordeste (exceto RO)	21,03	21,03
	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	15,51	15,51
	RO e MT	13,50	13,50
Arroz	Norte e Nordeste (exceto RO)	33,00	30,00
	Centro-Oeste e RO	25,02	23,01
	Sudeste e PR	30,00	28,02
	Sul (exceto PR)	30,00	28,00
Feijão-Anão	Brasil	60,00	60,00
Feijão-Macaçar	Brasil	50,31	50,31
Castanha-de-Caju – Pólo de Compra	PI, MA, RN e CE	1,00	-
Castanha-de-Caju – Pólo Volante		0,90	-
Farinha de Mandioca	Brasil	Até 55,00	Até 55,00

Art. 2º Nas aquisições por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, de Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF e de Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar – CGCAF, observados os normativos da CONAB, o produtor poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano.

Art. 3º Os produtos comprados poderão substituir itens da cesta básica adquiridos pela CONAB no mercado para atendimento ao Convênio nº 001 MESA/CONAB;

Art. 4º Permanecem em vigor as demais disposições contidas na RESOLUÇÃO Nº 01 de 08 de agosto de 2003, que não colidirem com as atualizações e disposições desta.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação

**SÉRGIO PAGANINI MARTINS**

Secretário do Programa de Segurança Alimentar/**MESA**

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**LUIZ CARLOS GUEDES PINTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**JOSÉ GERARDO FONTELLES**

Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 04, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 20/11/03)

**REVOGADA**

Altera dispositivos da Resolução nº 02/2003, que dispõe sobre o procedimento de compra antecipada do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 4.772, de 02 de julho de 2003 e Portaria 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Resolução nº 02/2003 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º O produtor que tenha interesse em realizar a venda antecipada dos produtos, além de preencher os requisitos legais exigidos pelo Programa, deverá:

- a) comprovar que não obteve crédito rural de custeio com recursos controlados na safra vigente e
- b) aderir ao Proagro ou a outra modalidade de seguro rural que ampare a produção a vincular, por valor, no mínimo, igual ao da compra antecipada proposta.”

Art. 2º Fica revogado o art. 4º da Resolução nº 02/2003.

Art. 3º A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO**

Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – Coordenador

**ARNOLDO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**JOSÉ GERARDO FONTELLES**

Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº05, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D O.U de 20/11/03)

**Regimento Interno do Grupo Gestor/PAA**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o Art. 3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, torna público que, em sessão realizada nesta data, o Colegiado resolveu aprovar o Regimento Interno do Grupo Gestor do PAA, o qual passa a vigorar na forma do Anexo a esta Resolução.

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO**

Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
Coordenador

**ARNOLDO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**JOSÉ GERARDO FONTELLES**

Ministério da Fazenda

**ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003  
REGIMENTO INTERNO DO GRUPO GESTOR DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

**CAPÍTULO I  
DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º - O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto no 4.772, da mesma data, tem por finalidade deliberar, propor, apoiar e acompanhar ações necessárias à operacionalização do Programa ou a ele relacionadas.

Art. 2º - Compete ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

I – editar resoluções sobre os seguintes temas:

a) sistemática de aquisição dos produtos agropecuários, levando em conta, na definição dos preços de referência, as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária;

b) regiões a serem priorizadas na implementação do Programa;

c) condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários que atendam os requisitos de que trata o art.3º da Lei Complementar no 111, de 6 de julho de 2001, ou do Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na Lei no 10.689, de 13 de junho de 2003;

d) condições de venda dos produtos adquiridos;

II – garantir que os recursos da venda dos estoques estratégicos, formados a partir das aquisições do Programa, sejam revertidos integralmente para ações de combate à fome e de promoção da segurança alimentar;

III – compatibilizar as aplicações dos recursos com a finalidade do PAA de incentivar a agricultura familiar, promovendo o acesso a produtos agropecuários por pessoas em situação de insegurança alimentar e formando estoques estratégicos;

IV – obedecer, nas aquisições de produtos agropecuários, os limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras previstas para o Programa;

V – adotar outras medidas necessárias à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Art. 3º - Ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compete:

I – propor soluções para eventuais entraves ou limitações de natureza orçamentária, operacional, institucional ou quaisquer outras, visando a execução plena do Programa de Aquisição de Alimentos, das ações dele derivadas ou outras consideradas fundamentais e o fortalecimento da agricultura familiar;

II – solicitar relatórios aos órgãos conveniados, representantes dos beneficiários finais do Programa ou agentes financeiros, quando considerar relevante e conveniente;

III – identificar fontes complementares de recursos para o PAA;

IV – apoiar outras ações estruturais relacionadas com a aquisição da safra, buscando fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária;

**CAPÍTULO II**  
**DA ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO**  
**Seção I**

**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º - O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem a seguinte composição:

- I – um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos:
- a) Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, que o coordenará;
  - b) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
  - c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
  - d) Ministério da Fazenda e
  - e) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º - O Grupo Gestor poderá convidar outros representantes do setor público ou privado para participar das sessões, em função de pautas específicas, sem direito a deliberar.

§ 2º - Os membros titulares e suplentes serão indicados pelo titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado de Segurança Alimentar e Combate à Fome para exercer mandato de 2 anos, permitida a recondução, mediante indicações encaminhadas ao Ministro de Estado de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

§ 3º - A participação no Grupo Gestor não será remunerada, sendo considerada, para todos os efeitos, serviço público relevante.

**Seção II**  
**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 5º - O Grupo Gestor será coordenado pelo Secretário Executivo do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Art. 6º - Os trabalhos do Grupo Gestor serão apoiados por um Secretário, nomeado pelo Coordenador do Grupo, entre os membros titulares.

Art. 7º – O Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome proporcionará os meios necessários ao exercício das atribuições do Grupo Gestor.

Art. 8º - O Grupo Gestor poderá desenvolver suas atividades através de Grupos Temáticos previamente acordados entre os membros.

§ 1º - Os Grupos Temáticos serão coordenados por um Coordenador, designado pelo Coordenador do Grupo Gestor.

§ 2º - Para compor os Grupos Temáticos poderão ser convidadas pessoas de reconhecida competência no assunto objeto do respectivo Grupo.

§ 3º - As deliberações dos Grupos Temáticos serão aprovadas por maioria dos membros nomeados para sua composição.

§ 4º - As propostas apresentadas pelos Grupos Temáticos serão submetidas à apreciação do Colegiado.

Art. 9º - Os Grupos Temáticos poderão ser de caráter permanente ou temporário.

Parágrafo Único - Poderá haver, no máximo, 3 (três) Grupos Temáticos de caráter temporário funcionando simultaneamente.

Art. 10 - O Grupo Gestor reunir-se-á de forma ordinária bimestralmente, por convocação do seu Coordenador, ou extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou de um terço dos seus membros.

Parágrafo Único – O quorum mínimo para a realização da reunião do Grupo Gestor é da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 11 - As reuniões do Plenário serão dirigidas por seu Coordenador.

Parágrafo Único – Na ausência do Coordenador, a reunião será dirigida pelo seu substituto.

Art. 12 - As matérias constantes da ordem do dia para a deliberação do Grupo Gestor devem ser apresentadas e agendadas previamente.

Art. 13 - A deliberação da matéria obedecerá ao seguinte procedimento:

I - o Coordenador dará a palavra ao autor da proposição que a apresentará sucintamente;

II - a proposição será objeto de parecer escrito ou verbal, elaborado por gestor previamente designado na condição de relator, no qual se explicitam os conteúdos de deliberação aceitos, emendados, acrescidos ou rejeitados, e será sempre sobre este relatório que o Plenário deverá deliberar;

III - aprovado o relatório, cabe ao relator apresentar a minuta de resolução, ou simplesmente sugerir e registrar em ata a deliberação aprovada.

Parágrafo único. A leitura do parecer do relator poderá ser dispensada, a critério do Colegiado, se a resolução original for mantida em sua integralidade, ou mediante mudanças apenas de redação.

Art. 14 - A ordem do dia de sessões plenárias do Colegiado será organizada de comum acordo entre o Coordenador e o Secretário, previamente comunicada a todos os gestores, com antecedência mínima de quatro dias, nas sessões ordinárias, e dois dias no caso das sessões extraordinárias.

Art. 15 - Os trabalhos das sessões plenárias terão a seguinte seqüência:

I - verificação da presença e da existência de quorum para instalação do Colegiado;

II - leitura, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior;

III - informes gerais;



IV - leitura da ordem do dia, com consulta ao Plenário sobre matérias novas a serem agendadas às próximas sessões;

V - apresentação, discussão e aprovação das matérias agendadas;

VI - encerramento.

Parágrafo único. Em casos de relevância e urgência, o Plenário poderá alterar a ordem do dia, introduzindo proposta extraordinária diretamente ao plenário.

### **Seção III DOS MEMBROS DO COLEGIADO**

Art. 16 - São atribuições do Coordenador do Grupo Gestor:

I - cumprir e zelar pelo cumprimento das deliberações do Plenário;

II - representar externamente o Grupo Gestor;

III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do Plenário;

IV - preparar, em comum acordo com o Secretário do Grupo Gestor, a ordem do dia e submetê-la à apreciação do Plenário;

V - aplicar este Regimento Interno;

VI - expedir os atos decorrentes das deliberações do Colegiado, encaminhando-os a quem de direito;

VII - delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário;

VIII - decidir sobre as questões de ordem;

IX - convocar reuniões extraordinárias, de comum acordo com o Secretário do Grupo Gestor;

X - instalar Grupos Temáticos, designando o coordenador e demais membros, conforme deliberado em Plenário;

XI - cobrar apresentação de resultados dos Grupos Temáticos nos prazos estabelecidos;

XII - responsabilizar-se pelos trabalhos do Grupo Gestor junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Art. 17 - São atribuições do Secretário-Executivo do Grupo Gestor, nomeado conforme o art. 6º:

I – organizar a pauta das reuniões; comunicar aos membros do Grupo Gestor a pauta de cada reunião, a data, o horário e o local de reuniões ordinárias e extraordinárias;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - organizar, juntamente com o Coordenador, as agendas de trabalho do e dos Grupos Temáticos;

III – prover o apoio logístico e administrativo para as reuniões do Colegiado;

IV – redigir e lavrar as atas das reuniões do Colegiado;

V – redigir as resoluções do Grupo Gestor e providenciar sua edição;

VI – emitir parecer e dar encaminhamento aos assuntos relativos ao PAA que devam ser dirigidos ao Colegiado;

VII – organizar o arquivo de decisões do Colegiado;

VIII - elaborar, com o apoio dos Coordenadores, a consolidação de diversos diagnósticos, citados nos art. 3º e 9º, em um único documento que será submetido à Plenária do Colegiado para aprovação.

IX – executar outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador ou pelo Plenário.

Art. 18 - São atribuições dos membros gestores:

I - participar do Plenário, dos Grupos Temáticos para os quais forem designados, manifestando-se a respeito das matérias em discussão e elaborando propostas de deliberação ou parecer de relatoria, conforme o caso;

II - prestar assessoramento ao Coordenador do Grupo e aos Coordenadores dos Grupos Temáticos, especialmente em assuntos de competência dos órgãos ou entidades que representam;

III - estudar e relatar matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico;

IV - propor matérias ao Grupo Gestor.

V - requerer aprovação de matéria em regime de urgência;

VI - propor a criação de grupos de trabalho, bem como indicar nomes para sua integração;

VII - exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pela Coordenadoria ou pelo Plenário ou, quando for o caso, diretamente pelo Secretário-Executivo, com anuência do Coordenador.

§1º - O membro gestor, comprovada a necessidade, poderá fazer-se acompanhar de um assessor técnico nas reuniões do Grupo.

Art. 19 - O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conformidade com o que determina o Decreto no 4.772, de julho de 2003, deverá articular-se com a Direção da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para que esta forneça os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

### **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 20 - Todas as despesas decorrentes da participação dos órgãos representados no Colegiado e nos Grupos Temáticos, sejam esses últimos de caráter permanente ou temporário, serão de inteira responsabilidade dos respectivos órgãos.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da participação das pessoas a que se refere o §2º do art. 7º serão de inteira responsabilidade do órgão a que pertença o representante que as indique.

Art. 21 – Das decisões do Colegiado serão editadas Resoluções, assinadas por seus membros.

Art. 22 - Qualquer proposta de alteração deste Regimento Interno será apreciada pelos membros do Colegiado.

Art. 23 - O Coordenador do Grupo Gestor do PAA decidirá sobre as dúvidas e omissões surgidas na aplicação deste Regimento Interno.

**RESOLUÇÃO Nº 6, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 28/11/03)

**Programa de Aquisição de Alimentos Apoio à  
produção para o consumo do leite –  
PAA/leite**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o Art. 3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, torna público que, em sessão realizada nesta data, o Colegiado aprovou as normas que regem o “Apoio à produção para o Consumo do Leite – PAA-Leite”, nos termos contidos no Anexo a esta Resolução.

Brasília, 12 de novembro de 2003

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO**

Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
Coordenador

**ARNOLDO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**JOSE GERARDO FONTELLES**

Ministério da Fazenda

**ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 6, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003**



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

### PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

### APOIO À PRODUÇÃO PARA O CONSUMO DE LEITE

### PROJETO DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE

## I - PREÂMBULO

1. O presente projeto visa definir as diretrizes que nortearão a celebração de convênios com os Governos Estaduais para a implantação, adequação ou expansão de programas complementares de segurança alimentar por meio da aquisição e distribuição de leite.

## II - CONTEXTUALIZAÇÃO

1. O Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome, criado no âmbito da Presidência da República, e responsável pela articulação, implementação e promoção de ações integradas que criem condições de garantia permanente de segurança alimentar e nutricionais no país.

2. As competências estabelecidas para que efetivamente este Gabinete Ministerial implemente políticas e ações que componham um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são:

- Formular e coordenar a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação no território nacional;
- Articular a participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Promover a articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil ligadas a produção alimentar, alimentação e nutrição; e
- Estabelecer diretrizes e supervisionar e acompanhar a implementação de programas no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

3. Assim sendo, este Gabinete Ministerial tem a responsabilidade de enfrentar o problema da fome através de uma política de Estado, tendo em vista ser a fome uma dimensão extrema dos desequilíbrios estruturais de um país.

4. A tarefa de combater a fome é um dever do Estado. No entanto, esse desafio está colocado para toda a sociedade brasileira e exige o compromisso de todos. O que significa dizer que, além da adoção de políticas públicas e de estratégias de combate e erradicação da pobreza, é condição indispensável que Estado e sociedade trabalhem juntos e de forma solidária para garantir o acesso de todos as condições mínimas necessárias a uma vida digna.

5. Nesse contexto, como ação mais importante, o Governo Federal lançou o Programa Fome Zero, que por sua abrangência transforma-se em programa de longo prazo, proporcionando acesso a uma alimentação digna e obtida de forma sustentável, iniciativa que envolve os governos federal, estaduais e municipais, bem como a sociedade civil, criando-se condições para a superação da pobreza através de políticas públicas estruturais, específicas e locais.

5.1. Especificamente, essas políticas públicas estão focadas em ações e segmentos distintos, porem complementares, a seguir indicados:

- Políticas estruturais . voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza, como a geração de empregos, a reforma agrária, o acesso à saúde e a educação, entre outros;
- Políticas específicas . para atender diretamente as famílias no acesso ao alimento, como a ampliação da merenda escolar, o cartão alimentação, a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, a educação alimentar, entre outros; e
- Políticas locais . a serem implantadas por governos estaduais e municipais, bem como pela sociedade organizada, compreendendo a compra de alimentos da agricultura local, os bancos de alimentos, os restaurantes populares, hortas urbanas, entre outros.

6. Em face de seu papel estratégico definido em suas competências, este Gabinete Ministerial tem a necessidade de colocar em pratica uma serie de ações voltadas para a implementação dessas políticas.

6.1. Nesse sentido, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos . PAA, que conforme o caput do Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos.

6.2. Ainda de acordo com a citada Lei (Art. 19, § 2º), o PAA destina-se a aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar . PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

6.3. Objetivando viabilizar a operação dessas aquisições, foram desenvolvidos e aprovados pelo Grupo Gestor do PAA, conforme previsto no § 3º do mesmo Art. 19, mecanismos de apoio à comercialização da produção da Agricultura Familiar.

6.3.1. Esses mecanismos, descritos sucintamente a seguir, são de abrangência nacional e direcionados aos produtos agropecuários não-perecíveis, passíveis de serem armazenados, estando sua operação a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento . CONAB, por força do Convenio MESA & CONAB nº 005/2003, de 21 de julho de 2003, quais sejam:

- Compra Direta da Agricultura Familiar . CDAF, que visa primordialmente a garantia de renda ao agricultor familiar, inserindo-o no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção a preços de mercado;
- Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar . CGCAF, que garante o direito de venda da produção familiar, a um preço predeterminado, a ser pago em
- data futura estabelecida no Contrato, sem qualquer desembolso por parte do agricultor familiar. Ele também funcionara como garantia para o agente financeiro
- liberar o credito de custeio controlado. O Contrato será feito no plantio e a data de vencimento coincidir com a colheita; e



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- Compra Antecipada da Agricultura Familiar . CAAF, que prevê a antecipação de recursos para o plantio é direcionada, exclusivamente, para o público que não é atendido pelo crédito de custeio do PRONAF . assentados da Reforma Agrária e quilombolas. É realizada no momento do plantio e a entrega do produto pelo produtor se dá no momento da colheita.
- 6.3.2. No entanto, de forma a abarcar também os produtos agropecuários perecíveis e semiperecíveis, foram desenvolvidos mais dois mecanismos, quais sejam:
  - Compra Direta Local da Agricultura Familiar . CDLAF, cuja abrangência é nacional, que visa a promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção, resultando no desenvolvimento da economia local com o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais da localidade; e
  - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite . IPCL, que visa a diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e a contribuir para o fortalecimento do setor produtivo, com a geração de renda por meio da aquisição de leite do produtor familiar, com garantia de preço, devendo ser implementado prioritariamente na região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (Região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo).

7. No que diz respeito ao segundo mecanismo acima descrito, é sabido que o Brasil conta hoje com 1,2 milhão de produtores de leite e quase 70% deles se enquadram na categoria de pequenos agricultores, produzindo até 50 litros por dia. No entanto, cerca de 40% desses pequenos produtores estão, progressivamente, sendo alijados do setor por não atender às exigências crescentes de escala e tecnologia sanitária, impostas pela sofisticação do negócio lácteo. Apesar da estimativa de que a produção nacional atinja neste ano a marca de 21,2 bilhões de litros, as vendas no setor vêm sendo impulsionadas pelo consumo de derivados, num contexto de concentração de renda.

7.1. Já a demanda por leite fluido, essencial à saúde das crianças, vem se mantendo em 56 litros per capita por ano desde 1990. A distribuição de leite para parte da população poderá levar ao aumento do índice de consumo anual per capita do produto, cuja recomendação, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é de, em média, 175 litros/hab/ano. Outro ponto importante a ser lembrado é de que a Confederação Nacional da Agricultura calcula que cada R\$1 milhão investido na cadeia do leite gera 195 novos empregos.

7.2. Em suma, a compra da produção leiteira da agricultura familiar por um preço justo é um mecanismo importante de garantia de renda para esse segmento. Por outro lado, a distribuição de leite se constitui num relevante elemento da melhoria alimentar e nutricional para grupos socialmente vulneráveis e/ou em situação de insegurança alimentar.

7.3. Outrossim, urge que o MESA estabeleça mecanismos de celebração de convênios com os Estados que, assim, assumirão a responsabilidade pela sua operacionalização, no intuito de viabilizar os resultados fundamentais do Programa e garantir sua plena execução.

7.4. Necessário se faz, ainda, que o presente projeto, com seus limites e parâmetros, seja submetido pelo MESA à aprovação do Grupo Gestor do PAA, criado e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, para a implementação do referido Programa.



8. Dessa forma, o projeto ora proposto cumpre o papel fundamental de associar a política de segurança alimentar o apoio decisivo à agricultura familiar, em especial a cadeia produtiva do leite. A seguir demonstramos uma descrição de seus componentes.

### **III - DETALHAMENTO DO PROJETO**

#### **1. OBJETIVO**

O objetivo primaz e o de incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. Os objetivos específicos do Projeto e que deverão balizar suas ações são:

- Combater a fome e a desnutrição de pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional:
  - Distribuir 01 litro de leite por dia a cada beneficiário, ate o limite de dois litros/dia por família. Os beneficiários deverão ter renda familiar mensal per capita de ate ½ salário mínimo.
  - Realizar o acompanhamento nutricional e da saúde dos beneficiários.
- Fortalecimento do setor produtivo da agricultura familiar:
  - Garantir a compra do leite dos agricultores familiares, a preços compatíveis com os custos regionais definidos pela CONAB;
  - Atender aos agricultores familiares que produzem ate 100 litros de leite por dia, priorizando os pequenos produtores com produção media diária de ate 50 litros de leite.

#### **2. INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO**

Será executado por meio da celebração de convênios entre o MESA e os Governos Estaduais interessados desde que cumpridas todas as exigências deste Projeto. Os Governos Estaduais deverão apresentar proposta de implantação, adequação ou expansão de programa de distribuição de leite em nível estadual, formatada de acordo com o roteiro apresentado no item 6 deste documento, observada, ainda, a participação das seguintes entidades:

- a) CONAB, que devera fornecer subsídios e suporte técnico para a operacionalização;
- b) conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que devera, previamente, aprovar a proposta dos Governos Estaduais e exercer o controle social.

#### **3. PÚBLICO-ALVO**

##### **a) Beneficiários Consumidores:**

- 1 Gestantes, a partir da constatação da gestação pelo Posto de Saúde;
- 2 Crianças de 06 meses a 06 anos de idade;
- 3 Nutrizes ate 06 meses apos o parto;
  
- 4 Idosos com 60 anos ou mais;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

5 Outros, desde que justificado e autorizado pelo CONSEA Estadual e pelo MESA;

OBS.: Os beneficiários consumidores deverão ter renda familiar mensal per capita de até ½ salário mínimo.

### **b) Beneficiários Produtores:**

Agricultores familiares, enquadrados nos grupos “A,B,C e D” do Programa Nacional de Agricultura Familiar . PRONAF e que produzam até 100 litros de leite por dia. Serão priorizados os produtores que apresentam produção média diária de até 50 litros de leite.

## **4. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

### **a) Beneficiários Consumidores:**

- 1 Gestantes . exame pré-natal;
- 2 Crianças - controle de vacinas e Registro Civil;
- 3 Nutrizes . amamentação, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança;
- 4 Pais . participação em cursos de alfabetização e em eventos de segurança alimentar e nutricional;

### **b) Beneficiários Produtores:**

- 1 Participar das ações promovidas pelo Estado conveniente, notadamente as relativas a assistência técnica;
- 2 Realizar a vacinação do rebanho, especialmente contra a febre aftosa.

## **5. VALORAÇÃO**

O MESA participará financeiramente na execução de cada programa, desde que compatíveis com as diretrizes definidas neste documento, com até 50% do recurso financeiro necessário. Todas as propostas serão submetidas a análise (de valor, pertinência, oportunidade, custo e benefício) pelo MESA, estando ainda condicionadas a existência de dotações orçamentárias e recursos financeiros. Caberá a cada Estado elaborar o projeto a ser proposto, contendo as informações que compõem o item 6 deste documento, destacando a estimativa detalhada dos custos envolvidos e discriminando, na demonstração do custo final de distribuição do litro de leite no Estado, o tipo de leite e seu volume. Esse projeto deverá ser submetido a análise e aprovação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e, após, ao MESA. Desde que expressamente justificado, poderá ser proposta uma participação do MESA superior a 50%.

## **6. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

A apresentação da proposta dos Governos Estaduais interessados deverá obedecer ao roteiro básico descrito a seguir

### **6.1. OBJETIVO**

As propostas dos Governos Estaduais deverão referir-se a implantação, adequação ou ampliação de programa de distribuição de leite, em nível estadual. O objetivo do programa proposto deve guardar perfeita sintonia com os objetivos definidos no item 1 deste documento.

### **6.2. BENEFICIÁRIOS**

Serão aqueles definidos no item 3 deste documento.

### **6.3. DIAGNÓSTICO**

Trabalhar a caracterização da situação nutricional no Estado, inclusive com a utilização de índices de desnutrição. Também deve ser descrita a situação da pecuária leiteira e, principalmente, da inserção da agricultura familiar na atividade, com a utilização de seus índices de eficiência (índices da atividade = produção/vaca/ano; custo da produção; receita líquida/ha/ano; produção/ha/ano).

Nessa parte devem ser descritos os fatores condicionantes favoráveis ou desfavoráveis ao programa.

### **6.4. HORIZONTE TEMPORAL**

Estabelecer o período de vigência do programa informando o mês e ano de início e de término previstos, e o seu valor global estimado.

### **6.5. VOLUMES E PREÇOS**

Quantificar os volumes de leite que se pretende distribuir (separando e identificando por tipo), determinando os limites de fornecimento de leite pelas beneficiadoras de leite, de acordo com a sua capacidade instalada. Além disso, estabelecer o preço a ser pago aos produtores familiares por litro de leite e definir quantidades e expectativas quanto à evolução do setor. O preço pago ao produtor familiar deverá ser, no mínimo, igual a 50% do preço de atacado posto no local de entrega aos beneficiários, observando, para sua definição, os preços pesquisados nos mercados regionais.

### **6.6. ESTRATÉGIA DE AÇÃO**

Abordar de modo sucinto e claro os critérios de inclusão dos participantes do Programa e suas contrapartidas: financeiras e não financeiras; as formas de participação; as exigências do programa; valores de referência etc.

Deverão ser indicados como serão conduzidas as ações, quais os instrumentos disponíveis ou a serem constituídos, e a forma de execução para atingir os resultados pretendidos. Deve-se considerar, também, os seguintes aspectos na descrição da estratégia de implementação:

- os critérios de elegibilidade para acesso aos produtos e benefícios do programa;
- as responsabilidades no gerenciamento e na execução das ações (Órgãos e Unidades Administrativas)
- a forma de implementação das ações, explicitando os agentes e parceiros (federal, estadual, municipal e privado) envolvidos e a contribuição de cada um para o sucesso do programa;
- os mecanismos (sistemas) utilizados no monitoramento da execução das ações do programa.

### **6.7. COORDENAÇÃO**

Definir as instâncias de gerenciamento, coordenação e execução do Programa no âmbito estadual, bem como as instituições envolvidas e suas atribuições. No Anexo I do presente projeto, estão listadas as atribuições de todos os envolvidos no Programa, no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais, além da sociedade civil.

#### **6.8. CONTROLE SOCIAL**

No âmbito Estadual, deverá ser constituída uma Coordenação Estadual do PAA/Leite, com a participação paritária do Governo do Estado, do CONSEA Estadual e da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, a quem o MESA delegou competência para o acompanhamento técnico-operacional do Programa. Essa Coordenação será responsável pelo acompanhamento do Programa no Estado. No âmbito Municipal, deverá ser prevista a participação da sociedade civil e de representação dos beneficiários. Para tanto, deverá ser constituído um Comitê Gestor no Município, para monitoramento e fiscalização das ações do Programa na localidade. Nos municípios inseridos no Programa Nacional de Acesso a Alimentação . “Cartão Alimentação”/Bolsa Família, o Comitê Gestor Local já constituído acompanhara as ações do PAA/Leite, caso se julgue mais oportuno e conveniente. Conforme diretrizes do MESA em relação ao “Cartão Alimentação - PCA”, os municípios com até 75 mil habitantes devem constituir 01 Comitê Gestor Local ou repassar o controle social do PCA a um Conselho municipal atuante ou ao CONSEA Municipal”. Com a expansão do Cartão Alimentação para municípios com população acima de 75 mil habitantes, estará sendo definido o número de comitês a serem constituídos.

#### **6.9. CREDENCIAMENTO DAS BENEFICIADORAS DE LEITE**

Detalhar os mecanismos que serão utilizados, além daqueles previamente estabelecidos, para a seleção, o credenciamento e a fiscalização das beneficiadoras de leite. Para participar do Programa, as beneficiadoras de leite deverão promover a compra de leite de produtores familiares com baixos volumes diários e contar com:

- Registro no serviço de inspeção Estadual ou Federal ou Municipal;
- Obrigações fiscais e trabalhistas legalizadas; e
- Cadastro dos fornecedores de leite devidamente atualizado.

#### **6.10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa devem ser descritos os indicadores que serão adotados. O indicador e o elemento capaz de medir a evolução do problema. Deve ser coerente com o objetivo do programa, ser sensível a contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. Permite, portanto, a mensuração dos resultados alcançados com a execução do programa. Podem ser levantados mais de um indicador, inclusive aqueles que guardam uma relação indireta com o objetivo mas que refletem, em algum grau, sua efetividade. Entretanto, para efeito de apresentação ao MESA deve ser descrito como indicador básico a taxa de famílias beneficiadas pelo programa, de acordo com os seguintes atributos:

**Indicador:** Taxa de famílias beneficiadas

$$\frac{\text{nº de famílias beneficiadas}}{\text{nº de famílias potenciais}} \times 100$$

- Descrição: Relação percentual entre o total de famílias beneficiadas e o total de famílias potenciais beneficiárias.
- Índice de referência: Expressa a situação mais recente do problema e sua respectiva data de apuração.
- Previsão para o índice: Indicar o resultado que se deseja atingir com a conclusão da execução do programa.
- Fonte: Indicar o órgão responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para a apuração do indicador e divulgação periódica dos índices.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- Periodicidade: Frequência com a qual o indicador é apurado.

### 6.11. CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

Apresentar de forma ordenada a previsão temporal do desembolso previsto e a concomitante realização física, discriminando inclusive as correspondentes contrapartidas físicas e financeiras, observando o disposto no item 5 deste documento.

### 6.12. CONTRAPARTIDA DO ESTADO

Participar financeiramente no orçamento do programa, observando o disposto no item 5 deste documento. Eventuais contrapartidas a serem realizadas por outras entidades deverão ser celebradas mediante acordos entre essas e o respectivo Governo Estadual e deverão estar contidas na proposta a ser apresentada pelo Estado Conveniente. Estará sob a responsabilidade do Estado a formalização da relação contratual com as beneficiadoras de leite, de forma a prever a adoção, por essas entidades, de mecanismos que garantam o recebimento obrigatório do leite dos produtores de até 100 litros/dia, priorizando os que produzem, em média, até 50 litros/dia, bem como de providências que assegurem a prestação contínua e eficaz dos seguintes serviços:

- Distribuição diária do leite até os locais preestabelecidos (municípios, distritos ou localidades adjacentes);
- Reposição do leite de sacos furados;
- Fornecimento dos freezer para a estocagem do leite nos municípios, distritos ou localidades adjacentes;
- Transporte do leite em caminhões apropriados;

O Estado deverá, ainda, assegurar a formalização da relação contratual entre as beneficiadoras de leite e os produtores familiares fornecedores de leite para o programa, visando a garantia do fornecimento do produto conforme estabelecido na proposta, prevendo penalidades no caso do não cumprimento, por comprovação de dolo ou má fé por parte do produtor, principalmente no que se refere à qualidade do produto.

## 7. OBRIGAÇÕES

As obrigações entre as partes, a serem consideradas para a elaboração do convenio, devem observar os seguintes termos:

### 7.1. COMPETE AO MESA

- a) Efetuar, tempestivamente, a liberação de recursos conforme previsto no Plano de Trabalho;
- b) Fornecer ao CONVENIENTE normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos, dos de contrapartida oferecidos e dos de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, utilizados na consecução do objeto do CONVÊNIO;
- c) Analisar a prestação de contas final, por intermédio da unidade técnica responsável pelo Programa, emitindo parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos do CONVÊNIO, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- d) Designar servidor do MESA, na condição de gestor, para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução objeto do CONVÊNIO, solicitando do CONVENIENTE a imediata correção de eventuais desvios detectados;
- e) Disponibilizar na internet informações contendo a data da assinatura do CONVÊNIO, o nome do CONVENIENTE, o objeto, o valor liberado e a classificação funcional, programática e econômica do respectivo crédito, na forma determinada no art. 46 da Lei nº 10.524, de 25/07/2002;
- f) Disponibilizar ao CONVENIENTE as normas e procedimentos operacionais dos Programas de Aquisição de Alimentos .PAA , bem como a Legislação que o disciplina; e
- g) Delegar a CONAB competência para acompanhar e supervisionar em nome do MESA a execução do Convenio.

### 7.2. COMPETE AO CONVENIENTE

- a) Participar financeiramente no orçamento do programa, observado o disposto no item 5 deste documento (Valoração);
- b) Promover ações de assistência técnica aos produtores familiares;
- c) Comprovar a existência de previsão orçamentária de contrapartida, quando em pecúnia, que poderá ser feita mediante apresentação do orçamento para o exercício corrente ou declaração expressa que solicitou crédito adicional para o seu atendimento, nos termos da IN/STN/MF nº 01/2001;
- d) Manter os recursos financeiros relativos a este Instrumento em conta bancária específica, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, de conformidade com o Plano de Trabalho, exclusiva e tempestivamente, no cumprimento dos objetivos do programa;
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrente de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto do programa, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários decorrentes da execução do presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
- f) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal e, bem assim, do MESA/PR, em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do objeto do programa obedecendo o modelo - padrão estabelecido, apor a marca do Governo Federal e do MESA/PR (Programa Fome Zero) nas placas, painéis e outdoors de identificação do projeto custeado com os recursos do programa, consoante o disposto em instrução normativa da Secretaria de Estado de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (SECOM/PR);
- g) Enviar ao MESA, em periodicidade trimestral, relatório de execução físico-financeira do programa, com detalhamento mensal;
- h) Facilitar a supervisão e fiscalização pelo MESA, permitindo-lhe o acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitada, as informações e documentos relacionados com sua execução;





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- i) Apresentar a prestação de contas final, com observância dos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho e, a critério do MESA, apresentar prestações de contas parciais, quando solicitado;
- j) Garantir a distribuição diária o leite ate os locais preestabelecidos, bem como garantir sua qualidade;
- k) Zelar pelo fiel cumprimento do Convenio observando todas suas limitações e especificidades, bem assim o estrito cumprimento dos dispositivos legais atinentes;
- l) Responsabilizar-se pela conformidade dos procedimentos relacionados com o objeto do convenio e dos demais instrumentos derivados deste;
- m) Divulgar o Programa a todos os Municípios vinculados.

### 8. FLUXO DE TRABALHO PROPOSTO

O fluxo de trabalho a ser desenvolvido na operacionalização desse programa e o apresentado a seguir:

1. Apresentação pelo Governo Estadual da proposta de implementação de parceira com o Governo Federal para a consecução do objetivo do Programa;
2. Celebração de Convenio com o Estado, apos a analise e aprovação do Plano de Trabalho e da proposta de criação, adequação ou ampliação do Programa Estadual do Leite, elaborados de acordo com o disposto neste documento. A proposta do Estado devera ter o “De Acordo” do CONSEA Estadual.
3. Abertura de contas no Banco do Brasil S/A - BB em nome dos Estados – CONTAS VINCULADAS ESPECIFICAS.
4. O BB, mediante solicitação do Estado, autorizado pelo MESA/CONAB, conforme previsto no Convenio, ira realizar o pagamento diretamente aos produtores familiares. O produtor devera receber, no mínimo, 50% do custo final de distribuição do leite.
5. Acompanhamento e avaliação do Programa pelo MESA
  - a) Relatório trimestral de execução e avaliação do Programa, a ser emitido pelo Governo Estadual, contendo dados mensais de acompanhamento:
    - (i) da execução físico/financeira do Programa no Estado;
    - (ii) das dificuldades operacionais encontradas e soluções adotadas na implementação do Programa. Esse relatório devera estar acompanhado por parecer da Coordenação Estadual do PAA;
  - c) Relatório semestral do Governo Estadual acerca dos resultados gerados pelo Programa segundo o conjunto de indicadores sociais definidos pelo MESA;c) Prestação de contas (parcial e final) do Governo Estadual acerca da execução físico-financeira do Programa, com base nos documentos comprobatórios recebidos da CONAB.



**RESOLUÇÃO Nº07, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2003**

(Publicada no D.O.U de 03/12/03)

**REVOGADA**

**Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.**

O **GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3o- da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3o- do Decreto 4.772, de 02 de julho de 2003 e Portaria 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar:

Produto	Região/Unidade da Federação	Tipo/Unidade	Preço de Referência (R\$/Unidade)	
			CDAF	CAAF/CGCAF
Trigo	Sul	Pão/Melhorador/Durum Tipo 1 (60Kg)	-	24,00 (*)
Farinha de Trigo	Sul	De acordo com os normativos da Conab (kg)-sem ICMS	0,80	

(\*) Preço de referência básico

Art. 2º Nas aquisições por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, de Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF e de Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar - CGCAF, observados os normativos da CONAB, o produtor poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano.

Art. 3º No caso das aquisições de trigo em grão, através de CAAF, o prazo da operação será de até 180 dias, contados a partir da data da emissão da CPR-Alimento.

Art. 4º Alterar o parágrafo 1o- do Art. 2 da Resolução no- 1 de 31 de julho de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"Para a aquisição de que trata o art. 2o-, deverá a CONAB exigir a apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF, na forma prevista nos artigos 3o- ao 6o- da Portaria MDA nº 075 de 25 de julho de 2003, além de comprovação de que o produto é de produção própria, estando livre de penhores ou gravames."

Art. 5º Permanecem em vigor as demais disposições contidas nas Resoluções nº 1 de 31 de julho de 2003 e nº 3 de 29 de setembro de 2003, que não colidirem com as atualizações e disposições desta.

Art. 6º A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2003

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO**  
Coordenador do Grupo Gestor

**GUILHERME CASSEL**  
Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**JOSÉ GERARDO FONTELLES**  
Ministério da Fazenda



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 08, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 15/12/03)

Dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, em conformidade com o Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003 e Portaria nº 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1º Autorizar, a partir da entrada em vigor desta Resolução, a aquisição, através dos mecanismos de compra instituídos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de sementes de cultivares:

- a) locais, tradicionais ou crioulas e
- b) comerciais, preferencialmente não-híbridas.

Art. 2º Para a fixação dos preços de referência regionais que balizarão as aquisições de que trata o art. 1º, a CONAB realizará pesquisa para apurar o preço médio recebido pelos agricultores, consultando os órgãos oficiais de produção de sementes, nos casos em que houver similaridade entre os respectivos materiais.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2003

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO**

Coordenador do Grupo Gestor

**GUILHERME CASSEL**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**LUIZ CARLOS GUEDES PINTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 17/12/03)

**Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003.**

O **GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3o da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3o do Decreto no 4.772, de 2 de julho de 2003 e Portaria no 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1o Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar:

Produto	Região/Unidade da Federação	Tipo/Unidade	Preço de Referência (R\$/Unidade)	
			CDAF	CAAF/CGCAF
<b>Sorgo</b>	Norte e Nordeste (exceto RO)	Tipos 1, 2 e 3 (60Kg)	16,80	16,80
	Centro-Sul (exceto MT)		12,00	12,00
	RO e MT		9,60	9,60

Art. 2º A alínea “a”, do art. 3º da Resolução nº 02/2003, de 29 de setembro de 2003, modificada pela Resolução nº 04/2003, de 06 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“a) comprovar que não obteve crédito rural de custeio com recursos controlados na safra vigente, exceto quando tratar-se de produto já colhido e”

Art. 3º O art. 2º da Resolução nº 03/2003, de 29 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Observados os normativos da CONAB, o agricultor familiar poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano, nas aquisições através dos instrumentos de Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar – CGCAF, de Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF e de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF”.

Art. 4o A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2003

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO**  
Coordenador do Grupo Gestor

**GUILHERME CASSEL**  
Ministério do Desenvolvimento Agrário

**LUIZ CARLOS GUEDES PINTO**  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**  
Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 10, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Publicada no D.O.U de 24/12/03)

**REVOGADA**

Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3o da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3o do Decreto no 4.772, de 2 de julho de 2003 e Portaria no 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,

**RESOLVE:**

Art. 1o Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar:

Produto	Região/Unidade da Federação	Tipo/Unidade	Preço de Referência (R\$/Unidade)	
			CDAF	CAAF/CGCAF
Castanha-do-brasil	Norte e Centro-Oeste	Castanha com casca, limpa e seca/hl (hectolitro)	36,00	30,00

Art. 2o Nas aquisições por meio dos instrumentos de Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF, observados os normativos da CONAB, o produtor poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano.

Art. 3o Nas aquisições de que trata o art. 2o acima, o prazo da operação será de até 270 dias, contados a partir da data da emissão da CPR-Alimento, tendo como limite máximo de vencimento a data de 29/10/2004.

Art. 4o A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 2003

**SÉRGIO PAGANINI MARTINS**

Coordenador – em exercício - do Grupo Gestor

**GUILHERME CASSEL**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**LUIZ CARLOS GUEDES PINTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 11, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003**  
(Publicada no D.O.U de 24/12/03)

**REVOGADA**

Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3o da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3o do Decreto no 4.772, de 2 de julho de 2003 e Portaria no 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1o Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, as seguintes modalidades e preços de referência para aquisição de castanha de caju oriunda da agricultura familiar:

Produto	Região/Unidade da Federação	Tipo/Unidade	Preço de Referência (R\$/Unidade)	
			CDAF	CAAF/CGCAF
Castanha-de-Caju Pólo de compra	NORDESTE	in natura (kg)	1,00	1,00
Castanha-de-Caju Pólo volante			0,90	0,90

Art. 2o A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 2003.

**SÉRGIO PAGANINI MARTINS**

Coordenador – em exercício - do Grupo Gestor

**GUILHERME CASSEL**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**LUIZ CARLOS GUEDES PINTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



**RESOLUÇÃO Nº 12, DE 21 DE MAIO DE 2004**  
(Publicada no D.O.U de 24/05/04)

**REVOGADA**

**Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3o da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3o do Decreto no 4.772, de 2 de julho de 2003 e Portaria no 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1o Homologar a sistemática de apuração dos preços de referência dos alimentos adotada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nas compras realizadas em 2003, sob o Convênio 05/2003, firmado com o Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA).

Art. 2o Autorizar, no que não colidir com as resoluções de fixação de preços emanadas deste Grupo Gestor, a aquisição de produtos hortifrutigranjeiros e beneficiados oriundos da agricultura familiar com base nos preços de referência locais/regionais, apurados e/ou ratificados pela CONAB, desde que respeitados os pressupostos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e considerado um dos seguintes parâmetros, nesta ordem de prioridade:

1. os preços vigentes nos leilões de compra de produtos similares, realizados pela CONAB, no caso de produtos beneficiados;

2. os preços apurados nas licitações pertinentes às compras de alimentos realizadas no âmbito dos Municípios para ações de segurança alimentar e nutricional em suas respectivas jurisdições, desde que em vigor;

3. a média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 36 meses, corrigidos

pelo Índice de Preços recebidos pelos Produtores - IPR, descartados os 5 maiores e os 5 menores preços, em se tratando de produtos com cotação nas CEASA's; e

4. os preços vigentes, apurados em pesquisas de mercado, junto aos atacadistas locais/regionais, realizadas e/ou ratificadas pelas Superintendências Regionais da CONAB -SUREG's.

Parágrafo único. No caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admite-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos ser informadas em separado das convencionais, para análise e avaliação deste Grupo Gestor.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, a CONAB proverá o Grupo Gestor, mensalmente, de informações detalhadas sobre as aquisições de alimentos que realizar sob o PAA e fornecerá suporte técnico necessário à operacionalização do Programa, em especial no que se refere à definição dos preços de referência, por demais convênios firmados pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome ou pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2004

**JOSÉ GIÁCOMO BACCARIN**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional  
Coordenador

**LUIS ANSELMO PEREIRA DE SOUZA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ARNOLDO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**RESOLUÇÃO Nº 13, DE 13 ABRIL DE 2005**  
(Publicada no D.O.U de 03/06/05)

**Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 4.772, de 02 de julho de 2003 e Portaria 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e em aditamento à Resolução nº 01, de 08 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Definir que, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os preços de aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar de que trata a Resolução nº 3, de 29.09.2003, publicada no DOU nº 191, seção 1, página 6, de 02.10.2003, representarão o limite máximo de referência.

Art. 2º Permanecem em vigor as demais disposições contidas na Resolução nº 01, de 08 de agosto de 2003, e na Resolução nº 03, de 29 de setembro de 2003, que não considerem com as atualizações e disposições desta.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ GIACOMO BACCARIN**

Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**LUIS ANSELMO PEREIRA DE SOUZA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ARNOLDO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**RESOLUÇÃO Nº 14, DE 13 DE ABRIL DE 2005**  
(Publicada no D.O.U de 03/06/05)

**REVOGADA**

**Altera e complementa as normas que regem o Programa de Apoio à Produção para o Consumo de Leite (PAA-Leite) contidas no Anexo à Resolução nº 6 de 12 de novembro de 2003, publicados no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2003, seção 1, páginas 6 a 9 e dá outras providências.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art.19,§3º da Lei nº 10.696,de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do decreto 4.772, de 02 de julho de 2003 e Portaria 111, de 7 de julho de 2003, do gabinete do ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art 1º Definir , para fins de apuração do teto de que trata o artigo 5º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, que o valor máximo da aquisição pelo PAA – Leite será de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por agricultor familiar, para cada semestre, considerados os meses de Janeiro a Junho e de Julho a Dezembro.

§ 1º – O valor a que se refere este artigo, caso não utilizado totalmente em um semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte.

§ 2º – Para os efeitos deste artigo serão considerados os preços pagos ao produtor pelo leite in natura na plataforma da usina.

§ 3º – A aquisição de que trata o caput fica limitada a 900 (novecentos) litros por mês.

Art 2º Alterar o último parágrafo do sub-item 1,do item III, do Anexo à Resolução nº6, da seguinte forma:

Onde se grafou:

“Atender aos agricultores familiares que produzem até 100 litros de leite por dia, priorizando os pequenos produtores com produção média diária de até 50 litros de leite”.

Passa a vigorar a seguinte redação:

Atender aos agricultores familiares que se enquadrem nos grupos “A”, “B”, “C” e “D” do Programa Nacional de fornecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e em sintonia com o que determina a Resolução BACEN nº 3.206, art.1º,inciso XXXIV,alínea “f” que apresentem a declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),regulamentada pela Portaria nº 75, de 25/07/2003, do

Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que produzam até 100 litros de leite por dia. Sendo priorizados os produtores que apresentam produção média diária de até 50 litros de leite.

Art. 3º alterar a letra “b” - Beneficiários Produtores , do sub-item 3, do item III, do Anexo à citada Resolução n 6, conforme segue:

Onde consta:

“Agricultores familiares, enquadrados nos grupos” A,B,C e D “do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF E e que produzam até 100 litros de leite por dia. Serão priorizados os produtores que apresentam produção média de até 50 litros de leite”.

Passa a vigorar o seguinte:

São beneficiários do Programa de Apoio à Produção para Consumo de leite (PAA-Leite) os agricultores familiares que se enquadrem nos grupos “A”, “B”, “C” e “D” do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e em sintonia com o que determina a resolução BACEN nº 3.2006,art 1º, inciso XXXIV,alínea “f”, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),regulamentada pela xPortaria nº 75 , de 25/07/2003, do ministério do desenvolvimento Agrário , e que produzam até 100 litros de leite por dia. Sendo priorizados os produtores que apresentam produção média diária de até 50 litros de leite .

OBS.: A apresentação da DAP, pelo produtor, é obrigatória ,constituindo condição indispensável para a participação no PAA-Leite.

Art. 4º Alterar o terceiro parágrafo, do sub-item 6.12 – da Contrapartida do Estado, do item III, do Anexo a Resolução em referência, conforme abaixo:

Onde vigora:

“Estará sob a responsabilidade do Estado a formalização da relação contratual com as beneficiadoras de leite, de forma a prever a adoção, por essas entidades, de mecanismos que garantam o recebimento obrigatório de leite dos produtores de até 100 litros/dia, priorizando os que produzem, em média, até 50 litros/dia, bem como de providências que assegurem a prestação contínua e eficaz dos seguintes serviços”.

Passa a vigorar:

É responsabilidade do Estado conveniente formalizar a relação contratual coma as beneficiadoras de leite, de forma a prever a adoção , por essas entidades, de mecanismos que garantam o recebimento obrigatório do leite produzido pelos agricultores familiares que se enquadrem nos grupos “A”, “B”, “C” e “D” do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em sintonia com o que determina a Resolução BACEN nº 3.2006, art.1º inciso XXXIV, alínea “F” e que apresentem a declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),regulamentada pela Portaria nº 75, de 25/07/2003, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que produzam até 100

litros de leite por dia. Sendo priorizados os produtores que apresentam produção média de até 50 litros de leite, limitada essa aquisição de produção própria de leite in natura dos agricultores retro definidos, sob as normas do PAA-Leite, a 900 litros por mês, bem como de providências que assegurem a prestação contínua e eficaz dos seguintes serviços:

Art.5º Incluir, no sub-item 7.2 – Compete ao Conveniente, do item III, do Anexo retro, o inciso abaixo:

n) encaminhar aos CONSEAs Estaduais as informações sobre produtos e beneficiários do programa.

Art. 6º O Grupo gestor, com base nas informações fornecidas pela CONAB, estabelecerá os preços de referência, para cada período de que trata o artigo 1º desta resolução.

Art. 7º Os Governos Estaduais terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem às normas desta Resolução.

Art.8º Revogam-se as disposições ao contrário.

Art. 9º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ GIACOMO BACCARIN**

Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional – Coordenador  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

**LUIS ANSELMO PEREIRA DE SOUZA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

**SILVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2 DE AGOSTO DE 2005**  
(Publicada no D.O.U de 03/08/05)

**Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição de leite sob o Programa de Apoio à Produção para o Consumo de Leite (IPCL), no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e altera o prazo para adequação às normas da Resolução nº 14.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 4.772, de 02 de julho de 2003 e Portaria 111, de 7 de julho de 2003, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, resolve:

Art. 1º Manter, até 30 de setembro de 2005, os preços do litro de leite em vigor, conforme os Convênios firmados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com os Governos dos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Art. 2º Alterar para 30 de setembro de 2005 o prazo para adequação às disposições fixadas pela Resolução nº 14, publicada em 03 de junho de 2005, em retificação ao disposto no seu artigo 7º.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAU RUANO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
Coordenador

**LUIS ANSELMO PEREIRA DE SOUZA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**JACINTO FERREIRA**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**GUILHERME CASSEL**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão





# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

## RESOLUÇÃO Nº 16, DE 10 DE OUTUBRO DE 2005

(Publicada no D.O.U de 14/11/05)

**REVOGADA**

Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA – Leite), revogando a Resolução no. 06 de 12 de novembro de 2003, a Resolução no. 14 de 13 de abril de 2005 e o art. 2º da Resolução no. 15 de 02 de agosto de 2005.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**, instituído pelo art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto 4.772 de 2 de julho de 2003, e

Considerando a necessidade de garantir apoio aos agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com prioridade aos pequenos produtores, visando atender aos objetivos do Programa definidos pelo art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003;

Considerando a necessidade de definição de novas normas e procedimentos para a aquisição de produto através do PAA - Leite, a fim de garantir tal prioridade;

Considerando a necessidade de adequação das Resoluções nº. 06 de 12 de novembro de 2003 e nº. 14 de 13 de abril de 2005 às novas normas e procedimentos acima citados e à nova realidade institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (ex-MESA), responsável pelo Programa;

Torna público que, em sessão realizada nesta data, aprovou as normas e procedimentos referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos – Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA – Leite) constantes do Anexo a esta Resolução, revogando as disposições anteriores sobre a mesma matéria, bem como as disposições em contrário, na forma do § 1º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei 4.657/42).

Brasília, 10 de outubro de 2005.

**ONAU RUANO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
Coordenador

**JACINTO FERREIRA**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/CONAB

**GUILHERME CASSEL**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À RESOLUÇÃO 16, DE 10 DE OUTUBRO DE 2005**  
**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – INCENTIVO À PRODUÇÃO E CONSUMO**  
**DE LEITE**

**1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

**2.**

O presente documento define as normas e procedimentos que deverão ser respeitados na celebração de convênios com os governos estaduais para a implantação, adequação, manutenção ou expansão de programas complementares de segurança alimentar e nutricional por meio da aquisição e distribuição de leite.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado pela Lei 10.869 de 13 de maio de 2004, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, responsável pela articulação, implementação e promoção de ações integradas que criem condições de garantia permanente de segurança alimentar e nutricional no país.

Nesse sentido, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que, conforme o caput do artigo 19 da Lei nº10.696 de 02 de julho de 2003, tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações de aquisição de produtos agropecuários de agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ficando dispensada a licitação, na forma da lei, e distribuição destes produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e formação de estoques estratégicos.

Uma das modalidades do PAA é o IPCL Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, que visa diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e a contribuir para o fortalecimento do setor produtivo, com a geração de renda por meio da aquisição de leite do produtor familiar, com garantia de preço, sendo implementado prioritariamente na região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo). De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com base no Censo Agropecuário do IBGE, o Brasil conta hoje com 1,8 milhão de produtores de leite sendo 82,7% deles enquadrados na categoria de agricultores familiares, produzindo até 50 litros por dia, sendo que no Nordeste são 84%. No entanto, entre 1996 e 2004, somente as oito maiores empresas do setor, excluíram mais de 120.000 produtores de sua base de fornecimento, por não atenderem às exigências crescentes de escala, impostas pela logística da indústria láctea.

Em suma, a compra da produção leiteira da agricultura familiar por um preço justo é um mecanismo importante de garantia de renda para esse segmento, e a distribuição de leite se constitui um relevante elemento da melhoria alimentar e nutricional para grupos socialmente vulneráveis e/ou em situação de insegurança alimentar.

O mecanismo utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a execução do Programa é a celebração de convênios com os estados e repasse de recursos aos mesmos, que assumem a responsabilidade pela sua operacionalização, no intuito de viabilizar os resultados fundamentais do Programa e garantir sua plena execução.

Os objetivos do Programa, que deverão balizar suas ações, são:

1 - Contribuir para o combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional através da distribuição gratuita de leite;

2 - Fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares, a preços mais justos e fortalecendo a cadeia produtiva.

## **2. BENEFICIÁRIOS**

2.1. Os beneficiários consumidores do Programa - com direito a 1 litro de leite/dia/beneficiário até o limite de 2 litros de leite/dia/família - são famílias com renda mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo que tenham, entre seus membros, pessoas em alguma das seguintes condições:

1. Gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal;
2. Crianças de 06 meses a 06 anos de idade que tenham Registro Civil e que estejam com controle de vacinas em dia;
3. Nutrizes até 06 meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança;
4. Idosos com 60 anos ou mais;
5. Outros, desde que justificado e autorizado pelo CONSEA Estadual e pela SESAN;

2.2. Os beneficiários produtores do Programa são os agricultores familiares que se enquadrem nos grupos "A", "A/C", "B", "C", "D" ou "E" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº 46/05 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que participem das ações promovidas pelo estado conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho, especialmente contra a febre aftosa.

Um dos objetivos do programa é estimular a produção de leite e garantir uma renda mínima para os agricultores familiares da região de abrangência do programa. Como a prioridade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal é adquirir a produção do maior número possível de agricultores familiares, especialmente dos mais pobres e que têm maiores dificuldades de comercialização de sua produção, serão priorizados os agricultores de menor produção média diária.

A aquisição do leite produzido pelos agricultores familiares seguirá os seguintes critérios e condições:

Fica definido, para fins de apuração do teto a que se refere art. 5º do Dec. 4.772/03, que o valor máximo de aquisição do PAA Leite será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por beneficiário produtor, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro, limitado a 100 (cem) litros por dia por beneficiário produtor.

Caso o valor definido na alínea "a" não seja utilizado totalmente em um semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte.

Para efeito de fixação do valor definido na alínea "a" são considerados os preços pagos ao produtor pelo leite in natura na plataforma da usina.

Para fins de cadastramento dos produtores, serão priorizados aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros. Após cadastramento desses produtores, serão cadastrados aqueles cuja produção média diária seja de 31 a 60 litros/dia. Somente após o cadastramento desses produtores é que serão cadastrados aqueles cuja produção média diária seja de 61 a 100 litros. Recomenda-se a aquisição média de até 30 litros/dia (900 litros mês) por produtor, permitindo assim a compra de leite pelo PAA durante todo o ano. Para os produtores que fornecerem mais de 30 litros/dia ao PAA, o prazo de aquisição do leite pelo Programa será inferior, limitado ao número de dias necessários para atingir cota de R\$ 2.500,00 estabelecida para cada semestre.

Assim que for constatado que um agricultor alcançou a cota limite para a venda de leite ao Programa em cada semestre, o governo estadual, juntamente com as beneficiadoras de leite, deverá substituir os produtores por outros produtores que não atingiram a cota semestral, procurando atender as prioridades estabelecidas no item "d" acima.

Quando, em virtude dos critérios acima estabelecidos, o número de beneficiários produtores cadastrados não for suficiente para atender à demanda de beneficiários consumidores estabelecida no Convênio, o cadastramento de novos produtores deverá pautar-se pela tabela e pelo sistema definidos seguir, além de obedecer às demais disposições deste documento:

<b>Produção Média (litros/dia)</b>	<b>Categoria do Produtor</b>	<b>Ordem de entrada no Programa</b>
1 a 30	1	1º
31 a 60	2	2º
61 a 100	3	3º

A inclusão de novos produtores no PAA - Leite deve obedecer a ordem crescente de acordo com a tabela acima, de modo que os produtores de menor volume de leite produzido devam ser cadastrados com prioridade sobre os produtores de maior volume;

A existência de produtores de uma categoria a serem cadastrados impede o cadastramento de produtores da categoria seguinte, de modo que todos os produtores da Categoria 1 devem ser incluídos no Programa antes de incluir-se produtores da Categoria 2, e assim por diante.

A qualquer tempo, no caso de surgimento de novo produtor ser incluído, as beneficiadoras de leite ficam obrigadas a efetuar seu cadastramento, desde que o mesmo atenda aos requisitos estabelecidos neste documento e faça parte de uma Categoria inferior maior Categoria já cadastrada. Nesse caso, um produtor da Categoria seguinte, obedecendo-se sempre a ordem crescente, deve ser substituído pelo novo produtor no cadastro do PAA - Leite ou, caso essa medida tenha como consequência insuficiência de volume de leite para atendimento da demanda dos beneficiários consumidores, a beneficiadora deve diminuir o volume de leite a ser entregue pelos produtores da Categoria seguinte de forma igualitária e em quantidade suficiente para abrigar o novo produtor no Programa.

2.3. As beneficiadoras de leite, para fazer parte do Programa, deverão promover a compra de leite de produtores familiares que atendam aos requisitos estabelecidos neste documento e observar as normas aqui expostas, tanto as gerais quanto as relativas à aquisição do produto, além de:

- Possuir registro regular no serviço de inspeção estadual ou federal ou municipal;
- Manter as obrigações fiscais e trabalhistas legalizadas atualizadas;
- Manter cadastro dos fornecedores de leite mensalmente atualizado;
- Manter cadastro mensalmente atualizado contendo as quantias diárias recebidas dos produtores beneficiários e o volume médio diário produzido por cada produtor.
- Alimentar sistemas e utilizar softwares ou outros instrumentos de gerenciamento propostos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por intermédio da SESAN.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

A apresentação da proposta dos governos estaduais interessados deverá seguir o roteiro básico e conter as informações descritas a seguir.

#### **3.1. Objetivo**

As propostas dos governos estaduais deverão referir-se implantação, adequação, manutenção ou ampliação do Programa de distribuição de leite, em nível estadual.

O objetivo do Programa proposto deve guardar perfeita sintonia com os definidos no item 1 deste documento.

#### **3.2. Beneficiários**

Deverão ser aqueles definidos no item 2 deste documento.

#### **3.3. Diagnóstico**

O proponente deverá apresentar caracterização da situação nutricional no Estado, inclusive com a utilização de índices de desnutrição. Também deve ser descrita a situação da pecuária leiteira e, principalmente, da inserção da agricultura familiar na atividade, com

utilização de seus índices de eficiência (índices da atividade produção/vaca/ano; custo da produção; receita líquida/ha/ano; produção/ha/ano).

Devem ser descritos os fatores condicionantes favoráveis desfavoráveis à implantação e desenvolvimento do Programa.

#### **3.4. Período de Vigência**

O proponente deverá estabelecer o período de vigência do Programa informando o mês e ano de início e de término previstos, seu valor global estimado.

#### **3.5. Volumes**

O proponente deverá quantificar os volumes de leite que se pretende distribuir (separando e identificando por tipo), determinando os limites de fornecimento de leite pelas beneficiadoras de leite, de acordo com a sua capacidade instalada.

### **3.6. Preços**

O proponente deverá definir as quantidades e expectativas quanto à evolução no setor. O preço a ser pago aos produtores familiares de leite será definido pelo Grupo Gestor do PAA, com base nas informações fornecidas pela CONAB, de acordo com o disposto no item 7 deste documento.

### **3.7. Critérios de Inclusão no Programa**

O proponente deverá abordar de modo sucinto e claro os critérios de inclusão dos participantes do Programa e suas contrapartidas financeiras e não financeiras, as formas de participação, as exigências do Programa, valores de referência etc.

Deverá ser indicado como serão conduzidas as ações, quais os instrumentos disponíveis ou a serem constituídos, e a forma de execução para atingir os resultados pretendidos.

Considerar também os seguintes aspectos na descrição da estratégia de implementação:

- os critérios de elegibilidade para acesso aos produtos benefícios do Programa, que devem estar de acordo com item 2;
- as responsabilidades no gerenciamento e na execução das ações (Órgãos e Unidades Administrativas);
- a forma de implementação das ações, explicitando os agentes e parceiros (federal, estadual, municipal e privado) envolvidos e contribuição de cada um para o sucesso do Programa;
- os mecanismos (sistemas) utilizados no monitoramento da execução das ações do Programa e quais os indicadores de monitoramento e avaliação.

### **3.8. Coordenação**

O convênio deverá definir as instâncias de gerenciamento, coordenação e execução do Programa no âmbito estadual, bem como as instituições envolvidas e suas atribuições.

### **3.9. Controle Social**

No âmbito estadual o controle será exercido pelo CONSEA Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que poderá constituir comissão técnica para acompanhar a execução do programa no estado.

No âmbito municipal o controle será exercido pelo COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou, na ausência deste, por Comitê Gestor que deverá ser instituído com seguinte composição: 1/3 de representantes governamentais (preferencialmente das três esferas da Federação - União, Estado e Município) e 2/3 de representantes da sociedade civil, incluindo membros de entidades representativas dos grupos de beneficiários produtores e beneficiários consumidores.

Nos municípios inseridos no Programa Nacional de Acesso Alimentação - Bolsa Família, o Comitê Gestor Local já constituído poderá acompanhar as ações do PAA - Leite, caso se julgue mais oportuno e conveniente.



### 3.10. Credenciamento das Beneficiadoras de Leite

O proponente deverá detalhar os mecanismos que serão utilizados, além daqueles previamente estabelecidos, para a seleção, credenciamento e a fiscalização das beneficiadoras

de leite, além de detalhar as responsabilidades das mesmas em conformidade com estabelecido neste documento.

Para participar do Programa, as beneficiadoras de leite deverão obedecer o disposto no item 2.

### 3.11. Acompanhamento e Avaliação

Devem ser descritos os indicadores que serão adotados para acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa. O indicador é o elemento capaz de medir a evolução do problema. Deve ser coerente com o objetivo do Programa, sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. Permite, portanto, mensuração dos resultados alcançados com a execução do Programa.

Pode ser estabelecido mais de um indicador, inclusive aqueles que guardem relação indireta com o objetivo mas que refletem, em algum grau, sua efetividade.

Entretanto, para efeito de apresentação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, deve ser descrito como indicador básico a taxa de famílias beneficiadas pelo Programa, de acordo com os seguintes atributos:

**Indicador:** Taxa de famílias beneficiadas =  
(nº de famílias beneficiadas x 100)

---

nº de famílias potenciais

**Descrição:** Relação percentual entre o total de famílias beneficiadas e o total de famílias potenciais beneficiárias.

**Índice de referência:** Expressa a situação mais recente do problema e sua respectiva data de apuração.

**Previsão para o índice:** Indicar o resultado que se deseja atingir com a conclusão da execução do Programa.

**Fonte:** Indicar o órgão responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para a apuração do indicador divulgação periódica dos índices.

**Periodicidade:** Frequência com a qual o indicador é apurado.

### 3.12. Cronograma Físico-Financeiro

O proponente deverá apresentar de forma ordenada a previsão temporal do desembolso previsto e a concomitante realização física, discriminando inclusive as correspondentes contrapartidas físicas e financeiras, observando o disposto no item seguinte.



#### **4. CONTRAPARTIDA DO ESTADO**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, intermédio da SESAN, participará financeiramente na execução cada Programa, desde que compatíveis com as diretrizes definidas neste documento, com até 85% do recurso financeiro necessário, de acordo com as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente na época do convênio.

O Estado conveniente deverá participar financeiramente no orçamento do Programa, observando o disposto acima.

Todas as propostas serão submetidas à análise e aprovação Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e após pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome por intermédio da SESAN, estando ainda sua aprovação condicionada à existência de dotações orçamentárias e recursos financeiros.

Caberá a cada Estado elaborar o projeto a ser proposto, de acordo com o disposto no item 3 deste documento, destacando a estimativa detalhada dos custos envolvidos e discriminando, na demonstração do custo final de distribuição do litro de leite no estado, tipo de leite e seu volume.

Eventuais contrapartidas a serem realizadas por outras entidades deverão ser celebradas mediante acordos entre essas e o respectivo governo estadual e deverão estar contidas na proposta a ser apresentada pelo Estado conveniente.

É responsabilidade do Estado conveniente formalizar a relação contratual com as beneficiadoras de leite, de forma a prever a adoção, por essas entidades, de mecanismos que garantam o recebimento de leite produzido pelos agricultores familiares que se enquadrem no conceito de beneficiários produtores descrito no item 2, como, no referido contrato, estabelecer que as mesmas assegurem a prestação contínua e eficaz dos seguintes serviços:

- Distribuição diária do leite até os locais pré-estabelecidos municípios, distritos ou localidades adjacentes);
- Reposição do leite de sacos furados;
- Fornecimento de freezers para a estocagem do leite nos municípios, distritos ou localidades adjacentes;
- Transporte do leite em caminhões apropriados;

O Estado deverá, ainda, assegurar a formalização da relação contratual entre as beneficiadoras de leite e os produtores familiares fornecedores de leite para o Programa, visando a garantia do fornecimento do produto conforme estabelecido na proposta, prevenindo penalidades no caso do não cumprimento, por comprovação de dolo má fé por parte do produtor, principalmente no que se refere à qualidade do produto.

É responsabilidade do Estado realizar acompanhamento de qualidade química, física e microbiológica do leite através de testes locais de distribuição, visando garantir a qualidade do produto consumo humano.

## 5. OBRIGAÇÕES

As obrigações das partes a serem definidas no convênio, devem observar o disposto a seguir.

### 5.1. Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) Efetuar, tempestivamente, a liberação de recursos conforme previsto no Plano de Trabalho;
- b) Fornecer ao CONVENIENTE normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos, dos de contrapartida oferecidos e dos de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, utilizados na consecução do objeto do CONVÊNIO;
- c) Analisar a prestação de contas parcial e final, por intermédio da unidade técnica responsável pelo Programa, emitindo parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atendimento aos objetivos do CONVÊNIO, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos;
- d) Designar servidor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na condição de gestor, para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução objeto do CONVÊNIO, solicitando do CONVENIENTE a imediata correção de eventuais desvios detectados;
- e) Disponibilizar na internet informações contendo a data da assinatura do CONVÊNIO, o nome do CONVENIENTE, o objeto, o valor liberado e a classificação funcional, programática e econômica do respectivo crédito, na forma determinada no art. 46 da Lei nº 10.524, de 25/07/2002;
- f) Disponibilizar ao CONVENIENTE as normas e procedimentos operacionais do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, bem como a legislação que o disciplina;

### 5.2. Compete ao Estado Conveniente

- a) Cumprir com a contrapartida determinada no item 4 deste documento;
- b) Promover ações de assistência técnica aos produtores familiares;
- c) Comprovar a existência de previsão orçamentária de contrapartida, quando em pecúnia, que poderá ser feita mediante apresentação do orçamento para o exercício corrente ou declaração expressa que solicitou crédito adicional para o seu atendimento, nos termos da IN/STN/MF nº 01/2001;
- d) Manter os recursos financeiros relativos a este documento em conta bancária específica, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, de conformidade com o Plano de Trabalho, exclusiva e tempestivamente, no cumprimento dos objetivos do Programa, mantendo os valores em aplicação financeira enquanto não utilizados, na forma da Instrução Normativa 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda;
  - e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive, decorrente de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto do Programa, bem como



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

por todos os ônus tributários ou extraordinários decorrentes da execução do presente documento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

- f) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal e, bem assim, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto do Programa, obedecido o modelo - padrão estabelecido, apor a marca do Governo Federal e do MDS (Programa Fome Zero) nas placas, painéis e outdoors de identificação do projeto custeado com os recursos do Programa, consoante o disposto em Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (SECOM/PR);
- g) Enviar à SESAN relatório trimestral de execução e avaliação do Programa, contendo dados mensais de acompanhamento:
  - (i) da execução físico/financeira do Programa no Estado;
  - (II) das dificuldades operacionais encontradas e soluções adotadas na implementação do Programa. Esse relatório deverá estar acompanhado por parecer da Coordenação Estadual do "PAA Leite" estabelecida no item 3.8.;
- h) Enviar à SESAN relatório semestral acerca dos resultados gerados pelo Programa segundo o conjunto de indicadores sociais pré-definidos;
- i) Enviar à SESAN prestação de contas (parcial e final) acerca da execução físico-financeira do Programa, com base na Instrução Normativa 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.
- j) Facilitar a supervisão e fiscalização pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por intermédio da SESAN, permitindo-lhe o acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com sua execução;
- k) Garantir a distribuição diária do leite até os locais pré-estabelecidos, bem como garantir sua qualidade, na forma da contrapartida estabelecida no item 4 deste documento;
- l) Zelar pelo fiel cumprimento do Convênio observando todas suas limitações e especificidades, assim como o estrito cumprimento dos dispositivos legais atinentes;
- m) Responsabilizar-se pela conformidade dos procedimentos relacionados com o objeto do convênio e dos demais instrumentos derivados deste;
- n) Divulgar o Programa a todos os municípios vinculados;
- o) Encaminhar aos CONSEAs estaduais as informações sobre produtos e beneficiários do Programa;
- p) Fiscalizar as beneficiadoras de leite, os beneficiários produtores e os beneficiários consumidores com relação ao cumprimento das normas gerais do Programa e com relação ao respeito à ordem de preferência estabelecida no item 2 deste documento, assim como descredenciar imediatamente do



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

Programa qualquer beneficiadora de leite ou produtor que descumpra as normas estabelecidas nas Resoluções do Grupo Gestor.

- q) Apresentar semestralmente à SESAN o cadastro atualizado das famílias beneficiárias, destacando excluídos e incluídos no período com a respectiva justificativa, bem como apresentar com a mesma periodicidade os cadastros fornecidos pelas beneficiadoras de leite e descritos no item 2.3, letra "c".
- r) Implantar e alimentar softwares, sistemas ou outros instrumentos de gerenciamento fornecidos pelo MDS/SESAN;
- s) Efetuar controle de qualidade do leite para o consumo humano, na forma estabelecida no item 4.

## 6. FLUXO DE TRABALHO PROPOSTO

O fluxo de trabalho a ser desenvolvido na operacionalização desse Programa é o apresentado a seguir:

1. Apresentação pelo Governo Estadual da proposta de implementação de parceira com o Governo Federal para a consecução do objetivo do Programa;
2. Celebração de Convênio com o Estado, após a análise e aprovação do Plano de Trabalho e da proposta de criação, adequação, manutenção ou ampliação do Programa Estadual do Leite, elaborados de acordo com o disposto neste documento, sendo que a proposta do Estado deverá ter o "De Acordo" do CONSEA Estadual.
3. Abertura de conta no Banco do Brasil S/A em nome do Estado - conta vinculada específica.
4. O Banco do Brasil, mediante solicitação do Estado, autorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por intermédio da SESAN, conforme previsto no Convênio, irá realizar o pagamento diretamente aos beneficiários produtores.
5. Acompanhamento e avaliação do Programa pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por intermédio da SESAN, através dos documentos de envio obrigatório previstos no item 5.2.

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Grupo Gestor, com base nas informações fornecidas pela CONAB, estabelecerá os preços de referência do leite a ser adquirido para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e julho a dezembro.

Os beneficiários produtores, beneficiários consumidores e beneficiadoras de leite que descumprirem as normas previstas neste documento serão descredenciados do Programa.

Os governos estaduais terão prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem às normas deste documento.

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 4 DE ABRIL DE 2006**  
(Publicada no D.O.U de 05/06/06)

**REVOGADA**

**Estabelece normas para pagamento de beneficiários produtores do Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite e dá outras providências.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, e visando assegurar participação prioritária e majoritária aos produtores familiares de menores volumes de produção no Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite sem causar desabastecimento ou descontinuidade de fornecimento de leite às famílias beneficiárias receptoras, resolve:

Art. 1º Sem prejuízo da obrigatoriedade de relatório trimestral prevista nos convênios e no item 5, subitem 5.2, alínea “g”, anexo à Resolução no 16, de 10 de outubro de 2005, os Estados Convenientes deverão enviar à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, até o dia 15 (quinze) de cada mês, relatórios mensais, referentes ao mês imediatamente anterior, contendo:

I - relação em meio eletrônico de beneficiários produtores que forneceram leite ao Programa no mês a que se refere o relatório, com nome completo, município, CPF, número de DAP, volume de leite recebido e valor pago ao agricultor, e classificados por laticínio que entregaram o produto; e

II - relação em meio eletrônico de beneficiários consumidores que receberam leite do Programa no mês a que se refere o relatório, com nome completo, município e CPF ou NIS, classificados por ponto de distribuição e constando o nome da entidade responsável pela entrega.

Parágrafo Único. Nos relatórios trimestrais a que se refere o caput, no que concerne às relações descritas nos itens I e II acima, poderá constar apenas o termo “CONFORME RELATÓRIOS MENSAIS ENVIADOS”, desde que efetivamente cumprida a obrigação prevista neste artigo.

Art. 2º - O item 6 sub-item 4 do anexo à Resolução no 16, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Os governos estaduais deverão efetuar os pagamentos diretamente aos beneficiários produtores por meio de uma instituição financeira oficial federal de sua escolha, desde que estes sejam realizados sem custos ou descontos de qualquer natureza ao agricultor familiar”.  
(NR)

Art. 3o - O pagamento aos beneficiários produtores não deverá inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço de atacado posto no local de entrega aos beneficiários consumidores, observando-se, para sua definição, os preços dos mercados regionais verificados pelo Grupo Gestor do Programa e publicados por meio de Resolução.

Parágrafo Único. O pagamento efetuado pelas instituições financeiras oficiais federais diretamente aos beneficiários produtores deverá ser realizado com periodicidade máxima de quinze dias, referente ao volume de leite fornecido na quinzena anterior àquela que finda na data do pagamento. Para permitir as operações administrativas necessárias ao adequado processamento documental, haverá um intervalo máximo de 15 (quinze) dias entre o final da quinzena de recebimento e a data de pagamento.

Art. 4º - O não cumprimento das normas estabelecidas nesta e nas demais Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, implica em suspensão das transferências financeiras do concedente ao conveniente, previstas no convênio firmado para execução do PAA - Leite, até que seja regularizado seu cumprimento.

Art. 5o Os Governos Estaduais terão prazo de 30 dias para se adequarem às normas deste documento.

Art. 6o Revoga-se a Resolução no 14, de 13 de abril de 2005.

Art. 7o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**ONAU RUANO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Coordenador

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

p/ Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

p/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 18, DE 26 DE MAIO DE 2006**  
(Publicada no D.O.U de 29/05/06)

**REVOGADA**

**Define preços de referência para aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003 e Considerando a Nota Técnica DIGEM/SUPAF/SUGOF nº 001/06 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião extraordinária no dia 19/04/06, resolve:

Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar:

Produto	Pr	Tipo Básico	Região / Unidade da Federação	Preço de Referência (R\$/unidade)
				CDLAF/CDAF e CAEAF
<b>Milho (60 Kg)</b>		1,2 e 3	Norte e Nordeste (exceto RO)	19,00
		1,2 e 3	Centro-Sul (exceto MT)	15,00
		1,2 e 3	RO e MT	13,50
<b>Arroz em Casca LF (60Kg)</b>		Tipo 2 – 41x 27	Norte e Nordeste (exceto RO)	26,78
		Tipo 2 – 50 x 18	Centro-Oeste e RO	23,44
		Tipo 2 – 50 x 18	Sudeste e PR	27,37
		Tipo 2 – 50 x 18	Sul (exceto PR)	26,06
<b>Feijão-Anão (60 Kg)</b>		Tipo 1	Brasil	60,00
<b>Feijão-Macaçar (60 Kg)</b>		Tipo 1	Nordeste	50,31
<b>Castanha Brasil (hl)</b>		Único	Norte e Centro-Oeste	49,18
<b>Castanha-de-Caju – Pólo de Compra (kg)</b>		1,2 e 3	Nordeste	1,10
<b>Castanha-de-Caju – Pólo Volante (Kg)</b>		1,2 e 3		1,00
<b>Farinha de Mandioca (50Kg)</b>		Único	Sul/Sudeste/Centro-Oeste	40,00
<b>Sorgo</b>		Único	Norte e Nordeste (exceto RO)	15,20
		Único	Centro-Sul (exceto MT)	11,00
		Único	RO e MT	9,60
<b>Leite em Pó (kg)</b>		Único	Sul	7,50



Art. 2º Os preços ora estipulados referem-se aos tipos mais comuns e serão ajustados de acordo com a classificação oficial do produto, conforme os normativos da CONAB.

Art. 3º Nas aquisições por meio dos instrumentos de Compra Direta Local da Agricultura Familiar - CDLAF, Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF e de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - CAEAF, o produtor poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano.

Art. 4º Os produtos comprados poderão substituir itens da cesta básica adquiridos pela CONAB no mercado para atendimento ao Convênio MDS/CONAB;

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções nºs 01, 03, 07, 10 e 11 de 2003.

Art. 6º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revista a partir de um ano de sua vigência, revogam-se as disposições em contrário.

**ONAU RUANO**

Coordenador

P/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**JACINTO FERREIRA**

P/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

P/ Ministério da Fazenda

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

P/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 19, DE 19 DE JULHO DE 2006**  
(Publicada no D.O.U de 21/07/06)

**REVOGADA**

**Altera o prazo para adequação de norma da Resolução nº 17 - modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art.3º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º - Alterar para 01 de setembro de 2006 o prazo para adequação ao que dispõe o art. 2º da Resolução nº 17, publicada em 5 de junho de 2006, em retificação ao disposto em seu artigo 5º.

Art. 2º- A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MIGUEL JESUS ESPINHEIRA GONZALEZ**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 20, DE 02 DE AGOSTO DE 2006**  
(Publicada no D.O.U de 04/08/06)

**Dispõe sobre os procedimentos para a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, para efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 4.772, de 02 de julho de 2003,

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir aos agricultores familiares instrumentos que apoiem a comercialização de seus produtos alimentícios e estimulem o processamento / beneficiamento destes produtos e agregação de valor à produção;

**CONSIDERANDO** o papel das organizações de agricultores e agroindústrias familiares no fortalecimento da agricultura familiar; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de se estabelecerem condições, critérios e diretrizes gerais para a formação de estoques pela agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos; resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar.

Art. 2º A Formação de Estoques pela Agricultura Familiar será realizada por meio da emissão de Cédula de Produto Rural - Estoque da Agricultura Familiar, denominada CPR - Estoque, por Organizações das quais façam parte agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

§ 1º O teto operacional da CPR - Estoque é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em operações não liquidadas, para associações, sociedades cooperativas, consórcios, condomínios e agroindústrias, com personalidade jurídica, em que pelo menos 80% dos associados / cooperados sejam agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

§ 2º O valor base de cada CPR – Estoque será definido pelo somatório dos pagamentos efetuados ou a serem efetuados aos agricultores familiares pela aquisição dos produtos, comprovados por recibo ou nota fiscal de compra, respeitado o limite máximo individual por agricultor familiar, definido pelo regulamento do Programa e mantido o teto estabelecido neste artigo para cada tipo de Organização.

§ 3º O valor final da operação será definido a partir do valor base da CPR, acrescido dos encargos previstos no artigo 6º, calculados em função do prazo. Este valor deverá ser convertido em unidades de produto, calculado de acordo com o preço de referência estabelecido para o produto que será estocado.

§ 4º Poderá ser emitida mais de uma CPR por ano por Organização, desde que a soma do valor desta com o valor das cédulas não liquidadas não ultrapasse o limite máximo estabelecido e que não exceda o limite máximo por agricultor familiar, definido pelo regulamento do Programa.

§ 5º O prazo de liquidação será definido na CPR – Estoque, não podendo exceder 12 meses.

§ 6º A partir do recebimento dos recursos da CPR – Estoque, que poderá ser em uma ou mais parcelas, a Organização deverá comprovar a aquisição dos produtos dos agricultores familiares, em prazo a ser definido na própria CPR.

§ 7º Admite-se a liquidação antecipada da CPR – Estoque, reduzidos os encargos *pro rata temporis*.

§ 8º A comprovação do percentual de agricultores familiares de que trata este artigo poderá ser realizada por intermédio de Declaração de Aptidão da Organização ao PRONAF ou de declaração da própria Organização, segundo critérios específicos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, assinada por seu representante legal.

Art. 3º Os recursos repassados a partir da CPR – Estoque devem ser utilizados para aquisição de produtos de agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, identificados pela Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP unidade familiar, associados ou não às Organizações. O valor pago a cada agricultor familiar com recursos do PAA, deve ser calculado pela quantidade de produto multiplicado pelo preço que não pode ser inferior ao estabelecido pelo Programa. A comprovação da compra dar-se-á por meio de recibo ou nota fiscal de compra.

Art. 4º Os preços adotados para a CPR deverão ser os definidos pelo Grupo Gestor do Programa e, para produtos sem prévia definição de preços, esses serão estipulados conforme sistemática de apuração de preços de referência homologada por resolução específica.

Art. 5º As entidades que emitirem CPR – Estoque deverão manter, em quantidade e qualidade, os produtos constantes da cédula como garantia.

§ 1º Poderão ser solicitadas outras garantias definidas no documento da CPR.

§ 2º A venda total ou parcial do produto dado em garantia deve ser previamente comunicada ao agente operador devendo, a Organização, quitar a CPR na proporção comercializada, nos prazos e condições definidos na CPR.

§ 3º No caso de venda a prazo, os títulos representativos dessa venda poderão ser dados como substituição da garantia do produto, respeitados os prazos para liquidação estabelecidos na CPR.

Art. 6º A liquidação da CPR será realizada financeiramente ou, por interesse do Governo Federal, em produto.

§ 1º A liquidação financeira será feita pelo pagamento do valor recebido, acrescido de encargos de 3% ao ano, calculados da data da emissão da CPR - Estoque até a data de sua liquidação.

§ 2º A possibilidade de liquidação em produtos, quando de interesse da administração pública, deverá constar no documento da CPR que também discriminará o local e condições de entrega.

Art. 7º As Cédulas de Produto Rural referentes à modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar devem apresentar de forma clara e precisa os critérios, condições e limites previstos nesta resolução.

Art. 8º Sem eximir as responsabilidades do agente operador de acompanhar a regularidade dos processos, as Organizações atendidas serão responsáveis pelo controle do limite de compra por agricultor familiar. Cabe ainda à Organização contratante reunir e manter arquivadas cópias das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP Unidade Familiar) e as notas de compra, ou congênere, dos produtos dos agricultores beneficiados por um período não inferior a cinco anos. Em cada nota de compra deverá constar pelo menos o nome do produtor com o respectivo número da DAP, CPF e assinatura do produtor, atestando a operação.

Parágrafo único: irregularidades no processo de formação de estoques, aquisições de produtos de público não beneficiário do programa, aquisições acima dos limites previstos, ou qualquer outra irregularidade, poderão, a critério do Grupo Gestor do Programa, implicar o vencimento antecipado da cédula, a exclusão do programa, sanções administrativas para a Organização ou agroindústria, além de sanções e penalidades previstas em Lei.

Art. 9º - Casos especiais envolvendo a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar serão objeto de análise pelo Grupo Gestor e a respectiva deliberação será registrada em Ata.

Art. 10º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MIGUEL JESUS ESPINHEIRA GONZALEZ**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 21, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006**  
(Publicada no D.O.U de 28/09/06)

**REVOGADA**

Dispõe sobre a correção da unidade de comercialização do arroz nos estados da Região Sul, exceto Paraná, e sobre a equiparação dos preços do Estado do Paraná e da Região Sudeste aos praticados nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 5.873, de 16 de agosto de 2006 e

CONSIDERANDO a Nota Técnica DIGEM/SUPAF/SUGOF nº 003/06 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião ordinária no dia 31/08/2006, resolve:

Art. 1º Retificar o quadro constante do art. 1º, da Resolução nº 18, de 26 de maio de 2006, publicada no DOU nº 101, seção 1, página 76, de 29.05.06, a fim de considerar, na Região Sul (exceto PR), a unidade de 50Kg para a comercialização do arroz.

Art. 2º Equiparar os preços de referência para comercialização do arroz no Paraná e na Região Sudeste aos praticados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ou seja, R\$ 0,5212/Kg para o tipo básico.

Art. 3º As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º aplicam-se somente às operações realizadas após a publicação desta resolução.

Art. 4º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MIGUEL JESUS ESPINHEIRA GONZALEZ**

Coordenador

P/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Substituto

**SILVIO ISOPO PORTO**

P/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

P/ Ministério da Fazenda

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

P/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 22, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Publicada no D.O.U de 18/12/06)

**Dispõe sobre a Instituição de Grupo Temático da Alimentação Escolar.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o Art. 3º do Decreto 5.873, de 15 de agosto de 2006, torna público que, em reunião extraordinária realizada em 22 de novembro de 2006, o Colegiado, CONSIDERANDO o disposto no art.8º do Regimento Interno do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos; resolve:

Art. 1º Instituir Grupo Temático da Alimentação Escolar (GTAE) de caráter temporário, para analisar a legislação e normas vigentes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, visando propor alterações possíveis que viabilizem a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, no âmbito do PAA, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 2º O Grupo Temático da Alimentação Escolar (GTAE) será composto por representantes dos seguintes órgãos:

- I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- II - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- IV - Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; e
- V - Casa Civil.

Art. 3º O Grupo Temático da Alimentação Escolar atuará sob a coordenação do representante da Casa Civil.

Art. 4º A convocação dos membros caberá à Coordenação do Grupo Temático da Alimentação Escolar.

Art. 5º O Grupo Temático da Alimentação Escolar terá prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da publicação da Portaria de nomeação dos membros para apresentar minuta ao Grupo Gestor do PAA.

Art. 6º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAUER RUANO**

Coordenador

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**JACINTO FERREIRA**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

Ministério do Desenvolvimento Agrário



**RESOLUÇÃO Nº 23, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2007(\*)**  
(Publicada no D.O.U de 12/02/07)

**Dispõe sobre o aditamento das Cédulas de Produto Rural - CPR, realizadas entre 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, autorizado pelo artigo 15 – B da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e o artigo 15 - B da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB a aditar as operações de Cédulas de Produto Rural – CPR realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos anos de 2003 e 2004, por agricultores familiares ou por intermédio de suas cooperativas, associações ou grupos informais, mediante solicitação dos beneficiários, concedendo-se prazo adicional, de até 4 (quatro) anos, com vencimento máximo em dezembro de 2010, de acordo com o artigo 15 - B da Lei 11.322/2006, para entrega do produto ou para efetivação do pagamento do valor correspondente Cédula de Produto Rural - CPR, em parcelas anuais.

Parágrafo Único A Conab poderá definir prazos e periodicidade de pagamentos inferiores, em função de avaliação da capacidade de pagamento dos agricultores.

Art. 2º Os agricultores terão até o dia 28 de setembro de 2007, para solicitar junto à CONAB o aditamento da CPR contratada.

Parágrafo Único. Aos agricultores que comprovarem haver solicitado a cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, em função de perdas observadas nos anos de 2003 e 2004, e cujo julgamento final do pedido não se realizar até 30 de julho de 2007, a solicitação de aditamento poderá ser realizada até 60 dias da data da comunicação do julgamento final pelo Proagro, obedecida a data limite preceituada no artigo 15 - B da Lei 11.322, de 13 de julho de 2006.

Art. 3º Quanto aos agricultores que deixarem de solicitar o aditamento a que se refere o art. 1º, no prazo estabelecido pelo art. 2º desta Resolução, não tendo liquidado a CPR original e, ainda, quanto aos agricultores que tiverem optado pelo aditamento e atrasarem a entrega dos produtos ou o pagamento das parcelas, a CONAB deverá adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes.

Art. 4º A CONAB deverá encaminhar ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos relatórios semestrais de acompanhamento dos aditamentos realizados até a liquidação das operações.

Art. 5º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAU RUANO**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Coordenador

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**HERLON GOELZER DE ALMEIDA**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

(\*) N. da COEJO: Republicada por ter saído, no DOU nº 29, de 9-2-2007, Seção 1, pág. 64, com incorreção.

**RESOLUÇÃO Nº 24, DE 26 DE JUNHO DE 2007**  
(Publicada no D.O.U de 26/06/07)

**REVOGADA**

Altera o artigo 2o- da Resolução nº 17, de 04 de abril de 2006.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**, instituído pelo art. 19 da Lei nº- 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art.3o do Decreto nº- 5.873, de 15 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1o O artigo 2o- da Resolução nº- 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Os governos estaduais deverão efetuar os pagamentos diretamente aos beneficiários produtores por meio de uma instituição financeira oficial federal de sua escolha, desde que estes sejam realizados sem custos ou descontos de qualquer natureza ao agricultor familiar, ressalvados os descontos decorrentes de obrigações tributárias".

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**ONAU RUANO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Coordenador

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério da Fazenda

**DEUSELES ROSA DA SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/CONAB

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 25, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007**  
(Publicada no D. O. U de 11 de outubro de 2007)

**REVOGADA**

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para solicitar o aditamento das Cédulas de Produto Rural - CPR, de que trata o art. 15-B da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e o artigo 15 - B, § único da Lei 11.322, de 13 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 14 de dezembro de 2007, o prazo de que trata o art. 2º da Resolução nº 23, de 9 de fevereiro de 2007, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, sem prejuízo da observância do prazo prescricional das operações.

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAU RUANO**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

p/Ministério de Fazenda

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 26, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007**  
(Publicada no D.O.U de 28/11/07)

**Dispõe sobre o preço de referência da castanha de caju para operações no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696 de 2003.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006 e Considerando a Nota Técnica DIGEM/SUPAF/SUGOF nº 002/07 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, aprovada pelo Grupo Gestor em reunião ordinária no dia 09/11/2007, resolve:

Art. 1º Definir os seguintes preços de referência para a castanha de caju, válidos para as operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, para a safra agrícola 2007 e 2008:

<b>TIPOS</b>	<b>Em R\$/Kg PÓLO FIXO</b>
1	1,20
2	0,96
3	0,76

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAU RUANO**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**DEUSELES ROSA DA SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

p/Ministério de Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 27, DE 18 DE JANEIRO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 21/01/08)

**Dispõe sobre a doação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, para o efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 5.873, de 15 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º. Os estoques públicos, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, formados com recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA poderão ser doados para o atendimento aos programas sociais do Governo Federal, vinculados à promoção da segurança alimentar e nutricional e coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, se atendido pelo menos um dos requisitos abaixo:

- I - os produtos estejam correndo risco de perda de qualidade que comprometa a sua validade ou a sua comercialização;
- II - os preços de mercado estejam abaixo dos preços mínimos ou dos preços históricos de mercado e a estimativa futura mantenha esta tendência;
- III - os produtos estejam depositados em locais de difícil acesso ou distantes dos centros de comercialização;
- IV - a doação seja destinada a atender à demanda emergencial por alimentos destinados aos programas sociais do Governo Federal, quando os estoques públicos do MDS disponíveis forem insuficientes.

Art. 2º A distribuição dos alimentos será coordenada pelo MDS.

Art. 3º A doação só poderá ser efetivada mediante autorização prévia do MDA, que comunicará ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG o valor correspondente destinado a doação.

Art. 4º O MDA repassará, trimestralmente, ao Grupo Gestor, e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MPOG, relatório das operações realizadas no período, por produto e Unidade da Federação, indicando o volume dos produtos adquiridos e doados, os saldos estocados e os respectivos valores financeiros contábeis.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

p/Ministério de Fazenda



**RESOLUÇÃO Nº 28, DE 31 DE MARÇO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 02/04/08)

**Dispõe sobre a sistemática e condições de aquisição e doação simultânea de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, para o efetivo exercício das responsabilidades que lhes são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto 5.873, de 15 de agosto de 2006, resolve:

Art 1º - A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no âmbito das operações do PAA, será responsável pela modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea a ser feita diretamente de agricultores familiares enquadrados no PRONAF, desde que organizados em cooperativas ou associações.

Parágrafo único - Os alimentos adquiridos serão doados para instituições governamentais ou não governamentais para atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - A aquisição dos alimentos será representada por Cédula de Produto Rural, denominada CPR-Doação para as finalidades desta resolução, observando-se o disposto na Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994.

Art. 3º - Os recursos financeiros necessários para a aquisição dos alimentos serão depositados pela CONAB em conta bancária específica das cooperativas ou associações referidas no art. 1º.

Art. 4º - Os recursos referidos no artigo anterior ficarão bloqueados e somente serão liberados pela CONAB para saque após comprovação de entrega dos produtos aos donatários, mediante notas fiscais atestadas, apresentação do Termo de Recebimento e Aceitabilidade e do relatório de Entrega.

Art. 5º - Para definição de preços de que trata esta modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos deve se observar o disposto na Resolução nº 12 de 2004.

Art 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções nºs 2 e 4 de 2003.

**JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SILVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**GILSON BITTENCOURT**

p/Ministério de Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 29, DE 23 DE MAIO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 23/05/08)

**Estabelece parâmetros para a definição dos preços de referência para efeitos de aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008 e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e fixar parâmetros para a definição dos preços de referência, no âmbito do Grupo Gestor, para efeito das aquisições de produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos, resolve:

Art. 1º - Para atender ao disposto no parágrafo 2º, do art. 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, será fixado o Preço de Referência para a Agricultura Familiar - PRAF, que se constituirá em parâmetro para o Grupo Gestor fixar os preços dos produtos a serem adquiridos na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, realizada ao amparo do PAA e executada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Art. 2º - O PRAF para cada produto será diferenciado pelas regiões definidas para as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, para se adequar à regionalização da produção e dos mercados.

Art. 3º - A proposta de preço a ser apresentada pela CONAB deverá levar em conta os seguintes critérios:

I - para produtos onde se tem uma série histórica consistente, os preços serão calculados pela média dos preços regionais de uma série dos últimos 60 (sessenta) meses consecutivos disponíveis, devendo ser excluídos os cinco maiores e cinco menores preços da série;

II - No caso da inexistência ou inconsistência estatística ou metodológica da série histórica de preços de 60 (sessenta) meses, a série poderá ser reduzida para no mínimo os 36 (trinta e seis) meses consecutivos disponíveis, devendo ser excluídos os três maiores e os três menores preços da série;

III - As séries serão formadas com preços deflacionados pelo índice de Preços Recebidos pelo Produtor (IPR) da CONAB ou, na indisponibilidade deste, pelo IPA Agrícola calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Parágrafo único - Para os produtos cuja série de preços não apresente consistência estatística ou metodológica que satisfaça as condições deste artigo, a CONAB poderá apresentar, por meio de nota técnica, proposta de preços com base na paridade de importação e de exportação, no custo operacional de produção ou na análise da situação conjuntural dos mercados agrícolas interno e externo.

Art. 4º - O Grupo Gestor definirá os preços de referência tendo por base as propostas apresentadas pela CONAB nos termos desta resolução.

Art. 5º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**ONAU RUANO**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

p/Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 30, DE 7 DE AGOSTO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 07/08/08)

**Institui no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA a modalidade "Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar" e dispõe sobre os procedimentos para esta nova modalidade.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, parágrafo 3º, da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e no artigo 3º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, e

CONSIDERANDO a significativa contribuição da produção familiar para a oferta de alimentos fundamentais à alimentação escolar;

CONSIDERANDO os princípios e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, contidos na Resolução FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006; e

CONSIDERANDO a convergência existente entre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do PAA, a modalidade Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar, reconhecendo que o público beneficiário do PNAE se enquadra no programa.

Parágrafo Único. Os recursos utilizados no âmbito desta modalidade serão oriundos de programas e/ou ações orçamentárias que visem o atendimento à alimentação escolar, a critério de seus gestores.

Art. 2º - As entidades executoras do PNAE poderão proceder à aquisição de alimentos amparados no parágrafo 2º do art. 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, desde que atendam aos princípios, diretrizes e normas do PNAE e da Resolução nº 12, de 21 de maio de 2004, do Grupo Gestor do PAA que estabelece critérios para definição de preços.

Art. 3º - As aquisições de produtos amparadas pelo art. 19 da Lei 10.696/2003 restringem-se aos alimentos fornecidos pelo público enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, por meio de suas organizações.

Art. 4º - O limite de aquisição por agricultor familiar por ano obedece ao estabelecido no artigo 5º do Decreto nº 6.447/2008, que regulamenta o programa, não sendo cumulativo às demais modalidades, conforme parágrafo 4º do referido artigo.

Art. 5º - Os alimentos adquiridos devem atender as exigências sanitárias conforme legislação vigente.

Art. 6º - O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE definirá a sistemática e os procedimentos adicionais em relação aos produtos adquiridos para o atendimento da alimentação escolar.

Art. 7º - O FNDE, visando orientar as entidades executoras do PNAE, poderá definir procedimentos complementares a esta Resolução.

Art. 8º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ CESAR DE MEDEIROS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

p/Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

p/Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 31, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 1º/10/2008)

**Dispõe sobre preços de referência para operações de aquisição de trigo no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e o artigo 3º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008,

Considerando a Nota Técnica DIGEM/SUGOF/SUPAF Nº 01/2008 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião ordinária realizada no dia 09/07/08, resolve:

Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência por R\$/60 Kg para aquisição de trigo oriundos da agricultura familiar

ESTADOS	PH mínimo (*)	TIPO	BRANDO	PÃO
RS, SC e PR	78	1	30,07	34,55
	75	2 (**)	28,56	32,76
	70	3	25,60	30,07

(\*) Peso Hectolitro

(\*\*) Preço de Referência Básico

Art. 2º Nas aquisições, observados os normativos da CONAB, o produtor poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano.

Art. 3º Fica revogada a Resolução Nº 07/2003, de 27 de novembro de 2003.

Art. 4º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

Ministério da Fazenda

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

Ministério da Educação



**RESOLUÇÃO Nº 32, DE 6 DE OUTUBRO DE 2008**  
**(Publicada no D.O.U de 06 de outubro de 2008)**

**Dispõe sobre preços de referência para operações de aquisição de produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e o artigo 3º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, e

Considerando a Nota Técnica DIGEM/SUGOF/SUPAF Nº 03/2008 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião realizada no dia 03/09/08, resolve:

Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar:

Produto	Tipo Básico	Unidade	Região/UF	Preço de Referência (R\$/unidade)
Castanha do Brasil	Único	hl	PA, AC e RO	52,49
Castanha de Caju	1	kg	CE, PI e RN	1,20
	2	kg	CE, PI e RN	0,96
Farinha de Mandioca	1	50 kg	Norte, Nordeste e Centro-Oeste exceto MS)	44,13
			Sul, Sudeste e MS	37,05
Feijão Comum	1	60 kg	Brasil	82,44
Feijão Caupi	1	60 kg	Nordeste	64,31
Leite em Pó	Único	kg	Sul	7,50
Milho	1, 2 e 3	60 kg	Norte e Nordeste (exceto RO)	19,00
			Centro-Sul (exceto MT)	15,00
			RO e MT	13,50
Sorgo	Único	60kg	Norte e Nordeste (exceto RO)	15,20
			Centro-Sul (exceto MT)	11,00
			RO e MT	9,60
Arroz em Casca LF	Tipo 2 - 41 X 27	60kg	Norte e Nordeste (exceto RO)	26,78
	Tipo 2 - 50 X 18		Centro-Oeste e RO	23,44
	Tipo 2 - 50 X 18		Sudeste e PR	31,27
Arroz em casca LF	Tipo 2 - 50 X 18	50kg	Sul (exceto PR)	26,06

Art. 2º Os preços ora estipulados serão ajustados de acordo com a classificação oficial, conforme os normativos da Conab.

Art. 3º Nas aquisições, observados os normativos da CONAB, o produtor poderá entregar produto processado/beneficiado, pronto para o consumo humano.

Art. 4º Os produtos adquiridos poderão substituir itens da cesta básica adquiridos no mercado pela CONAB, para atendimento a convênios MDS/CONAB.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções nº 18, de 26 de maio de 2006, a Resolução nº 21, de 27 de setembro de 2006 e a Resolução nº 26, de 27 de novembro de 2007.

Art. 6º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAU RUANO**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Coordenador

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

p/Ministério da Fazenda

**ELIENE FERREIRA DE SOUSA**

p/Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 33, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 06/11/08)

**REVOGADA**

**Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor das operações de Compra Antecipada de Agricultura Familiar - CAAF, por meio de Cédulas de Produto Rural - CPRs, realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA nos anos de 2003 e 2004, e a prorrogação do prazo para solicitar o aditamento destas cédulas.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**, instituído pelo art. 19, da Lei Nº- 10.696, de 02 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto Nº 6.447, de 07 de maio de 2008, e tendo em vista o disposto no art. 15-B da Lei Nº 11.322, de 13 de julho de 2006, alterado pelo Art. 27 da MP Nº 432, de 27 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º O rebate autorizado pelo Art. 27 da MP Nº- 432/2008 será de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo devedor das operações de Compra Antecipada de Agricultura Familiar - CAAF, por meio de Cédulas de Produto Rural - CPRs, realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA nos anos de 2003 e 2004, para sua liquidação integral até 2010.

§ 1º O rebate será concedido até a data do vencimento da parcela, não se admitindo rebate sobre a parcela inadimplente, ressalvado o disposto no Art. 4º.

§ 2º O rebate será concedido ao mutuário adimplente e será calculado sobre o valor da parcela anual ou sobre o saldo devedor, no caso de liquidação total da dívida.

Art. 2º O rebate será concedido somente para os agricultores familiares que formalizaram ou venham a formalizar, junto a CONAB, o aditamento da Cédula de Produto Rural - CPR, realizada no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos da Resolução Nº- 23, de 09 de fevereiro de 2007, do Grupo Gestor do PAA.

§ 1º Fica prorrogado até o dia 31 de março de 2009 o prazo estabelecido no art. 2º da resolução referida no caput.

§ 2º No caso da formalização do aditamento no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o mutuário deverá efetuar o pagamento da primeira parcela até o dia 31 de maio de 2009 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ou até o dia 20 de dezembro de 2009, nas regiões Norte e Nordeste.

Art. 3º Para efeito de cálculo do saldo devedor, será considerado o valor apurado na data de pagamento, acrescido dos encargos contratuais.

Art. 4º As parcelas das operações já aditadas nos termos da Resolução Nº 23 do Grupo Gestor do PAA com vencimento em 31 de maio de 2008 ficam prorrogadas para 30 de dezembro de 2008.

Art. 5º A CONAB deverá encaminhar ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos relatórios semestrais de acompanhamento dos aditamentos e pagamentos realizados até 2010.

Art. 6º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Resolução Nº 25, de 10 de outubro de 2007, do Grupo Gestor do PAA.

**JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/CONAB

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2008**  
(Publicada no D.O.U de 03/12/08)

**Altera a Resolução nº 29, de 23 de maio de 2008, que estabelece parâmetros para a definição dos preços de referência para efeitos de aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º - O art. 3º, III, da Resolução nº 29, de 23 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º.....

III - As séries serão formadas com preços atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

....." (NR)

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ONAU RUANO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ANA LUCIA CARVALHO JARDIM**

Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 35, DE 9 DE JANEIRO DE 2009**  
**(Publicada no D.O.U de 9/01/09)**

**Amplia para outras Regiões/Unidade da Federação os preços de referência da castanha de caju, castanha do Brasil, leite em pó e trigo para operações de aquisição da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, e considerando a Nota Técnica DIGEM/SUGOF/SUPAF Nº 04/2008 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião ordinária realizada no dia 11/12/08, resolve:

Art.1º Aplicar os preços de referência para aquisição direta da agricultura familiar, definidos nas Resoluções nos 31 e 32, de 30 de setembro e 06 de outubro de 2008, respectivamente, nas seguintes Regiões/Unidade da Federação:

<b>PRODUTO</b>	<b>REGIÃO / U . F.</b>
Castanha do Brasil	Região Norte e Mato Grosso
Castanha de Caju	Região Nordeste, Tocantins e Pará
Leite em Pó	Brasil
Tr i g o	Região Sul e São Paulo

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Coordenador

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

p/Ministério da Fazenda

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

p/Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 36, DE 9 DE JANEIRO DE 2009**  
(Publicada no D.O.U de 09/01/09)

**REVOGADA**

Dispõe sobre prorrogação dos prazos de vencimento das parcelas das operações de CPR Alimento, aditadas nos termos da Resolução nº 23, de 09 de fevereiro de 2007, do Grupo Gestor do PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, instituído pelo art. 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, e tendo em vista o disposto no art. 15-B da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, alterado pelo art. 27 da MP nº 432, de 27 de maio de 2008,

Considerando a Nota Técnica DIGEM/SUPAF Nº 05/2008 apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2008, resolve:

Art.1º Ficam prorrogados os prazos de vencimento das parcelas das operações de Cédula de Produto Rural - CPR Alimento, aditadas nos termos da Resolução 23, de 09 de fevereiro de 2007, do Grupo Gestor do PAA, conforme abaixo, sem prejuízo do prazo prescricional das operações:

- I) para as parcelas com vencimento em maio de 2008: até 30 de junho de 2009; e
- II) para as parcelas com vencimento em dezembro de 2008: até 20 de dezembro de 2009.

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Coordenador

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

p/Ministério da Fazenda

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

p/Ministério da Educação



**RESOLUÇÃO Nº 37, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009**  
**(Publicada no D.O.U de 10/11/09)**  
**REVOGADA**

**Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite).**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**, criado pelo art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto 6.959, de 15 de setembro de 2009, Torna público que, em sessão realizada nesta data, aprovou as normas e procedimentos referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA - Leite) conforme a seguir:

Art. 1º Os objetivos do Programa PAA - Leite são:

- I - Contribuir para o combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional através da distribuição gratuita de leite;
- II - Fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares, a preços mais justos e fortalecendo a cadeia produtiva.

Art. 2º Para fins desta Resolução entende-se por:

- I - Beneficiários consumidores: famílias cadastradas no programa para o recebimento diário de leite, que se enquadram nos critérios definidos no Art. 3º desta Resolução;
- II - Beneficiários produtores: agricultores familiares cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e que se enquadram nos critérios definidos no Art. 5º desta Resolução;
- III - Associação ou cooperativas de produtores: entidades representativas dos beneficiários produtores que possuam DAP Jurídica e que atendam aos demais critérios estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 14 desta Resolução.
- IV - Conveniente: Estados, órgãos, ou entidades da administração pública estadual, direta ou indireta que formalizem convênios junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para operacionalização do PAA na modalidade PAA - Leite.
- V - Beneficiadoras de leite: usinas ou laticínios contratados no âmbito dos convênios celebrados pelo MDS para operacionalização do PAA - Leite e que atendam aos demais critérios listados no Art. 8º desta Resolução.
- VI - Ponto de distribuição de leite: locais destinados à distribuição do leite no âmbito do Programa.

Art. 3º Os beneficiários consumidores do Programa PAA -Leite são famílias com renda mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo e que tenham, entre seus membros, pessoas em alguma das seguintes condições:

- I - Gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal;
- II - Crianças de 2 até 7 anos de idade que possuam certidão de nascimento e que estejam com controle de vacinas em dia;
- III - Nutrizes até 6 meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança;
- IV - Pessoas com 60 anos ou mais;
- V - Outros, desde que justificado e autorizado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN;

§ 1º Os beneficiários terão direito a 1 litro de leite por dia até o limite de 2 litros por família.

§ 2º As crianças cadastradas até a data de publicação desta Resolução com idade de até 2 (dois) anos permanecerão como beneficiárias do Programa até a idade limite prevista no Inciso II deste Artigo.

§ 3º Para efeitos de cadastramento, o beneficiário titular deverá ser o responsável pela família, devendo ser registrado na ficha de cadastro o membro familiar que atende a um dos requisitos listados acima.

Art. 4º O Conveniente deverá formalizar Termo de Adesão (a ser analisado e aprovado previamente pela SESAN) junto aos municípios visando que as prefeituras realizem as seguintes atividades:

- I - Cadastramento dos beneficiários;
- II - Disponibilização de local apropriado para instalação de ponto de distribuição do leite;
- III - Disponibilização de funcionário responsável pela distribuição;
- IV - Envio da lista dos beneficiários cadastrados e selecionados aos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e Conselhos de Assistência Social para efeitos de controle social conforme previsto no Art. 12.

Parágrafo Único. Nos casos em que o próprio Conveniente se proponha a realizar o cadastramento dos beneficiários e gerenciamento dos pontos de distribuição, deverá ser encaminhada justificativa para análise e aprovação da SESAN.

Art. 5º Os beneficiários produtores do Programa PAA – Leite são os agricultores familiares que se enquadram nos grupos "A", "A/C", "B", e "agricultor familiar" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e que apresentam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que participem das ações promovidas pelo Conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho, especialmente contra a febre aftosa e que produzam no máximo 150 litros de leite por dia.

Art. 6º Para apuração do teto a que se refere o inciso VI do art. 5º do Decreto nº 6.959/2009, o limite máximo de aquisição do PAA - Leite será de R\$ 4.000 (quatro mil reais)



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

por beneficiário produtor, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro, limitado a 100 (cem) litros por dia por produtor.

I - Caso o valor definido no caput não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte;

II - Para fixação do valor definido no caput devem ser considerados os preços pagos ao produtor pelo leite in natura na propriedade do agricultor ou no tanque de resfriamento;

III - Caso o agricultor alcance a cota limite no semestre, o Conveniente, juntamente com as beneficiadoras de leite, deverá substituí-lo por outro que não atingiu a cota, observadas as prioridades estabelecidas no art. 6º.

Art. 7º Para o cadastramento dos beneficiários produtores deverão ser priorizados os agricultores familiares cadastrados nos grupos A e B do PRONAF, indígenas e quilombolas.

Parágrafo Único. Somente após o cadastramento dos produtores definidos no caput é que poderão ser cadastrados os demais agricultores familiares que se enquadram no PRONAF.

Art. 8º As beneficiadoras de leite, contratadas pelo Conveniente, para fazer parte do Programa, deverão promover a compra de leite de produtores familiares que atendam aos requisitos estabelecidos nesta resolução, além das atribuições previstas no Art. 14:

I - Possuir registro regular no serviço de inspeção sanitária;

II - Manter as obrigações fiscais e trabalhistas legalizadas e atualizadas;

III - Manter cadastro dos beneficiários produtores mensalmente atualizado no local de beneficiamento do leite para fiscalização do MDS;

IV - Manter cadastro mensalmente atualizado contendo as quantias diárias recebidas dos beneficiários produtores;

V - Fornecer freezers para estocagem do leite nos pontos de distribuição em quantidade suficiente para armazenagem;

VI - Captar o leite na propriedade dos beneficiários produtores cadastrados no Programa que estejam localizados até um raio de 50 km da sede do beneficiamento, sendo vedada a cobrança de frete;

VII - Captar o leite nos tanques de resfriamento preferencialmente naqueles instalados por meio de convênios com o MDS, sendo vedada a cobrança de frete;

VIII - Receber o leite na plataforma da usina dos demais produtores cadastrados no Programa;

IX - Alimentar sistemas e utilizar softwares ou outros instrumentos de gerenciamento propostos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por intermédio da SESAN.

Art. 9º - Para fins de divulgação, a denominação do Programa fica estabelecida como "Leite Fome Zero".

§ 1º Caso o Estado possua marca própria ou referência ao nome do Estado, esta deve ser apontada seguida do nome oficial do Programa.

§ 2º Todas as peças publicitárias deverão conter o nome oficial do Programa.

§ 3º Deve o Conveniente assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do Programa e, obedecido ao modelo - padrão estabelecido:

I - Apor a marca do Governo Federal e do Governo Estadual nas embalagens, placas, painéis e outdoors de identificação do projeto, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 31, de 10 de setembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 11/09/2003, da Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República (SECOM/PR); e

II - Observar o Manual de Identidade Visual dos Programas da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.

Art. 10 - O preço de referência do leite a ser adquirido para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e julho a dezembro será definido pelo Grupo Gestor do PAA, com base nas informações fornecidas pela CONAB, e terá como piso o preço definido no âmbito do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF.

Art. 11 - No âmbito estadual o controle social será exercido pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que poderá constituir comissão técnica para acompanhar a execução do programa no estado.

Parágrafo único. Todas as propostas de celebração de convênio serão submetidas à análise e aprovação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por intermédio da SESAN, nesta ordem.

Art. 12 - No âmbito municipal o controle será exercido pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou, na ausência deste, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Municipal de Assistência Social, ou similar.

Art. 13 - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da SESAN, participará financeiramente na execução dos convênios celebrados no âmbito do Programa, desde que compatíveis com as diretrizes definidas neste documento, com até 85% do recurso financeiro necessário, de acordo com as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente na época de celebração do convênio.

Parágrafo único. O Conveniente deverá participar financeiramente no orçamento do Programa, observando o disposto acima.

Art. 14 - É responsabilidade do Conveniente formalizar a relação contratual com as beneficiadoras de leite, de forma a prever a adoção, por essas entidades, de mecanismos que garantam o recebimento de leite produzido pelos beneficiários produtores, bem como, no referido contrato, estabelecer que as mesmas assegurem a prestação contínua e eficaz dos seguintes serviços de:

I - Distribuição diária do leite até os locais pré-estabelecidos (municípios, distritos ou localidades adjacentes);



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

II - Captação do leite junto aos produtores ou nos tanques de resfriamento, conforme descrito no Artigo 8º;

III - Reposição do leite quando forem encontradas embalagens danificadas;

IV - Fornecimento de freezers para a estocagem do leite nos municípios, distritos ou localidades adjacentes;

V - Transporte do leite em caminhões apropriados, conforme item 9.1 da Instrução Normativa nº 51 do MAPA;

VI - Cumprimento das atribuições listadas no Art. 8º;

VII - Outras atribuições definidas em contrato pelo Conveniente.

§ 1º O Conveniente poderá, desde que o pleito seja analisado e autorizado pela SESAN, formalizar relação contratual com associações e cooperativas de agricultores familiares portadoras de DAP Jurídica para que estas contratem as beneficiadoras de leite, desde que obedecidas às demais normas do Programa.

§ 2º Na hipótese descrita no § 1º as associações de produtores deverão realizar o cadastramento dos agricultores, a gestão e o pagamento às beneficiadoras de leite, permanecendo com as beneficiadoras as obrigações descritas no art. 8º.

Art. 15 - É responsabilidade do Conveniente realizar o acompanhamento da qualidade química, física e microbiológica do leite através de testes nos pontos de distribuição e em laboratórios credenciados, visando garantir a qualidade do produto para consumo humano.

Art. 16 - O Conveniente deverá encaminhar à SESAN até o dia 15 (quinze) de cada mês relatório mensal de execução e avaliação do Programa, contendo:

I - dados mensais de acompanhamento, da execução físico/financeira do Programa no Estado;

II - dados das dificuldades operacionais encontradas e soluções adotadas na implementação do Programa;

III - a relação em meio eletrônico de beneficiários produtores que forneceram leite ao Programa no mês a que se refere o relatório, com nome completo, município, CPF, número de DAP, volume de leite recebido e valor pago ao agricultor, e classificados por laticínio a que entregaram o produto; e

IV - a relação em meio eletrônico de beneficiários consumidores que receberam leite do Programa no mês a que se refere o relatório, com nome completo, município e CPF e NIS, classificados por ponto de distribuição e constando o nome da entidade responsável pela entrega do leite.

Art. 17 A instituição financeira responsável pela conta do convênio, mediante solicitação do Conveniente, efetuará o pagamento diretamente aos beneficiários produtores.

§ 1º O pagamento efetuado pelas instituições financeiras oficiais federais diretamente aos beneficiários produtores sem custos ou descontos de qualquer natureza ao agricultor familiar, ressalvados os descontos decorrentes de obrigações tributárias, deverá ser realizado com periodicidade máxima de quinze dias, referente ao volume de leite fornecido na quinzena anterior àquela que finda na data do pagamento.

§ 2º Para permitir as operações administrativas necessárias ao adequado processamento documental, haverá um intervalo máximo de 15 (quinze) dias entre o final da quinzena de recebimento e a data de pagamento.

Art. 18 Os beneficiários produtores, associações e cooperativas de produtores, beneficiários consumidores e beneficiadoras de leite que descumprirem as normas previstas neste documento serão descredenciados do Programa.

Art. 19 Os convenientes terão prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem às normas desta Resolução.

Art. 20 Ficam revogadas as Resoluções Nº 16, de 10 de outubro de 2005; Nº 17, de 4 de abril de 2006; Nº 19, de 19 de julho de 2006; e Nº 24, de 26 de junho de 2007.

**CRISPIM MOREIRA**

p/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional  
de Segurança Alimentar e Nutricional  
Coordenador do Grupo

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO**

p/ Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**RESOLUÇÃO Nº 37, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009**  
**(Publicada no D.O.U de 10/11/09)**

**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução no- 37, de 9 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de novembro de 2009, Seção 1, página 90, onde se lê: "§ 1º O Conveniente poderá, desde que o pleito seja analisado e autorizado pela SESAN, formalizar relação contratual com associações e cooperativas de agricultores familiares portadoras de DAP Jurídica para que estas contratem as beneficiadoras de leite, desde que obedecidas às demais normas do PAA-Leite"., leia-se: ""§ 1º O Conveniente poderá, desde que o pleito seja analisado e autorizado pela SESAN, formalizar parceria com associações e cooperativas de agricultores familiares portadoras de DAP Jurídica para que estas viabilizem a execução do Programa, desde que obedecidas às demais normas do PAA-Leite"



**RESOLUÇÃO Nº 38, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009**  
**(Publicada no D.O.U de 30/11/09)**

**REVOGADA**

**Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite), estabelece sua metodologia de cálculo e dá outras providências.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, e o art. 3º, II e VIII, do Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 10 da Resolução nº 37, de 30 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Estabelecer que os preços a serem pagos aos beneficiários produtores para aquisição do leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite) serão calculados pela média dos preços pagos ao produtor, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, em cada Unidade da Federação onde for implementado o Programa, apurados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, devendo ser excluídos os 2 (dois) maiores e os 2 (dois) menores preços da série.

§1º Os preços pagos aos beneficiários produtores, no âmbito do PAA - Leite, não poderão ser inferiores aos preços definidos para o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF para o mesmo produto e na mesma Unidade da Federação.

§2º O Grupo Gestor do PAA poderá aumentar ou reduzir em até 10% (dez por cento) os preços calculados na forma do caput, para permitir maior uniformidade nos preços pagos aos beneficiários produtores entre as Unidades da Federação.

§3º No caso de leite caprino, na inexistência de séries históricas de preços, serão adotados os preços pagos ao produtor nos meses em que houver apuração pela CONAB, em cada Unidade da Federação.

Art. 2º Os preços de referência para aquisição do leite, no âmbito do PAA - Leite, estabelecidos com base na metodologia estabelecida no art. 1º, ressalvado o disposto no §1º e no §2º, encontram-se definidos na forma do Anexo.

§1º Excepcionalmente, tendo em vista a insuficiência de informações sobre os preços do leite na área de atuação do Programa no Estado do Maranhão, o valor do leite tipo C a ser pago aos Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome beneficiários produtores desse Estado será de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos de real) por litro, devendo ser revisto com base em novo levantamento de preços a ser realizado pela Conab.

§2º Excepcionalmente, no caso do Estado de Pernambuco, tendo em vista a tendência altista observada a partir do mês de abril de 2009 nas praças pesquisadas, o valor do leite tipo C a ser pago aos beneficiários produtores será de R\$ 0,76 (setenta e seis centavos de real) por litro.

Art. 3º Nos convênios firmados entre a União e os Estados para execução do PAA - Leite, de que trata a Resolução nº 37, de 2009, do Grupo Gestor do PAA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS poderá aportar até 80% (oitenta por cento) do valor final do preço de referência do leite estabelecido no art. 2º, cabendo ao conveniente o aporte correspondente à diferença em relação ao valor final.

Art. 4º Os convenientes, com recursos oriundos exclusivamente de contrapartida, poderão majorar o preço pago aos beneficiários produtores em até 10% (dez por cento) do valor final do respectivo preço de referência estabelecido no Anexo, adicionalmente ao aporte mínimo do conveniente estabelecido no art. 3º, ou reduzir o valor pago aos laticínios, conforme as necessidades locais, em até 10% (dez por cento) do valor indicado no Anexo, devendo os convenientes, neste caso, repassar os valores resultantes desta redução na aquisição de leite dos beneficiários produtores.

Art. 5º Os convenientes terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Resolução, para se adequarem às normas ora estatuídas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISPIM MOREIRA**

Coordenador do Grupo

p/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO**

p/ Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

p/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**RESOLUÇÃO Nº 38, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009**  
**(Publicada no D.O.U de 30/11/09)**

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução nº 38 , publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de novembro de 2009, Seção 1, página 840, referente ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, **inclua-se:**

**ANEXO**

Preços de referência para aquisição do leite, no âmbito do PAA – Leite

UF	Valores do Leite pago aos beneficiários produtores		Valores do Leite pago aos Laticínios	Preço de Referência – Valor Final	
	Leite Tipo C	Leite Caprino		Leite Tipo C	Leite Caprino
<b>AL</b>	0,70	1,20	0,52	1,22	1,72
<b>BA</b>	0,74	1,25	0,52	1,26	1,77
<b>CE</b>	0,69	1,20	0,52	1,21	1,72
<b>MA</b>	0,77	-	0,52	1,29	-
<b>MG</b>	0,70	-	0,52	1,22	-
<b>PB</b>	0,76	1,30	0,52	1,28	1,82
<b>PE</b>	0,76	1,30	0,52	1,28	1,82
<b>PI</b>	0,85	-	0,52	1,37	-
<b>RN</b>	0,74	1,30	0,52	1,26	1,82
<b>SE</b>	0,65	-	0,52	1,17	-

**RESOLUÇÃO Nº 39, DE 26 DE JANEIRO DE 2010**  
**(Publicada no D.O.U de 27/01/2010)**

Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar sob as modalidades Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008,

**Resolve:**

Art. 1º Definir os seguintes parâmetros para apuração dos preços de referência dos produtos oriundos dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, praticados nas aquisições de produtos por meio das modalidades Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea:

- I - para grãos, a média estadual dos preços recebidos pelos produtores nos últimos 36 (trinta e seis) meses, descartados os três maiores e os três menores preços, corrigidos pelo Índice de Preços por Atacado - IPA - Disponibilidade Interna;
- II - para hortigranjeiros com preços cotados nas Ceasas, a média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos três anos, referentes ao período da safra, corrigidos pelo IPA – Disponibilidade Interna;
- III - para produtos beneficiados, processados ou industrializados, os preços médios vigentes no mercado atacadista local ou, na sua impossibilidade, no mercado atacadista regional, apurados em pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

§ 1º A CONAB disponibilizará, na forma definida em instrumento próprio e no prazo de envio a ser formalizado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, os preços apurados na forma dos incisos I a III.

§ 2º Na impossibilidade de disponibilização, pela CONAB, dos preços de referência para o produto ou para a região, estes serão definidos a partir de pesquisa, devidamente documentada, de preços pagos aos agricultores familiares por três mercados varejistas locais.

§ 3º Os preços estabelecidos com base neste artigo não poderão ser inferiores aos estabelecidos para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.

§ 4º No caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, conforme definido na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, admitem-se preços de referência com um acréscimo de até 30% (trinta por cento).

§ 5º Observado o disposto no § 3º, fica facultado ao operador do Programa de Aquisição de Alimentos o estabelecimento de preços inferiores aos apurados conforme a metodologia definida neste artigo, desde que aprovado pelo MDS.

Art. 2º O art. 1º da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2008, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência por R\$/60 Kg para aquisição de trigo oriundos da agricultura familiar, para a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar." (NR)

Art. 3º O art. 1º da Resolução nº 32, de 06 de outubro de 2008, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Definir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, os seguintes preços de referência para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, para a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar" (NR)

Art. 4º Revoga-se a Resolução nº 12, de 21 de maio de 2004, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISPIM MOREIRA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**GILSON ALCEU BITTENCOURT**

Ministério de Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 40, DE 20 DE AGOSTO DE 2010**  
**(Publicada no D.O.U de 20/08/2010)**

**Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor das operações de Compra Antecipada da Agricultura familiar CAAF, por meio de Cédulas de Produto Rural - CPRs, formalizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA nos anos de 2003 e 2004.**

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o § 3º, do art. 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e o art. 3º do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, e tendo em vista o disposto no art. 15-B, da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, resolve:

Art.1º Os agricultores familiares detentores de operações de Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF, efetuadas por meio de Cédulas de Produto Rural - CPR Alimento, formalizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA nos anos de 2003 e 2004, que estiverem em situação de adimplência ou inadimplência, e desejarem liquidar seu débito até 30/12/2010, farão jus a um rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado da operação, observadas as seguintes condições:

I - Para operações em situação de adimplência na data da liquidação, a apuração do saldo devedor na data do pagamento será o valor da CPR emitida, acrescido dos encargos contratuais de adimplência previstos na CPR-Alimento, descontadas as possíveis amortizações efetuadas;

II - Para operações em situação de inadimplência na data da liquidação, a apuração do saldo devedor na data do pagamento será o valor da CPR emitida, acrescido dos encargos contratuais de inadimplência, descontadas as possíveis amortizações efetuadas;

§ 1º O rebate previsto neste artigo não poderá ser cumulativo com outros já concedidos.

§ 2º A CPR - Alimento que estiver em situação de inadimplência deverá ser mantida nesta condição até a sua efetiva liquidação.

Art. 2º A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB encaminhará ao Grupo Gestor do Programa da Aquisição de Alimentos - PAA relatórios trimestrais de acompanhamento dos pagamentos.

Art. 3º Revogam-se as Resoluções nº 33, de 6 de novembro de 2008, e nº 36, de 9 de janeiro de 2009, do Grupo Gestor do PAA.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISPIM MOREIRA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MARIA LUIZA DA SILVA**

Ministério da Educação

**ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO**

Ministério da Fazenda

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



**RESOLUÇÃO Nº 41 , DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010**  
**(Publicada no D.O.U de 23/11/2010)**

**REVOGADA**

Institui Grupo Temático de Acompanhamento e Controle Social, no âmbito do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, o art. 3º, VIII, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008 e, tendo em vista o disposto no art. 8º do Anexo da Resolução nº 5, de 6 de novembro de 2003, que aprova o seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir um espaço que possa acolher as reflexões e posições dos parceiros beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, na tentativa de qualificar e aprimorar a gestão do Programa;

CONSIDERANDO a demanda do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; resolve:

Art. 1º. Instituir Grupo Temático de Acompanhamento e Controle Social, de caráter permanente, para propor mecanismos de avaliação, monitoramento e controle social do PAA, aprofundando reflexões que possam subsidiar as decisões do Grupo Gestor do Programa.

Art. 2º. O Grupo Temático será composto por até 20 integrantes, observada a seguinte composição:

- I - um integrante designado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Grupo Gestor do Programa, que assumirá o papel de Coordenador do Grupo;
- II - dois integrantes indicados pelo Grupo Gestor do Programa;
- III - um representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, indicado por seu presidente;

IV - até 12 integrantes de organizações e movimentos sociais ligados à Agricultura Familiar, aos povos e comunidades tradicionais ou à segurança alimentar e nutricional, indicados pelo presidente do CONSEA;

V - cinco integrantes indicados pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo um integrante oriundo de Governos Estaduais, um integrante de Governos Municipais e três integrantes de entidades da rede de proteção e promoção social beneficiárias do PAA.

§1º. Os integrantes do Grupo Temático serão nomeados pelo Coordenador do Grupo Gestor do PAA.

§2º. O Grupo temático poderá convidar especialistas que possuam reconhecida competência no tema para participar de suas reuniões.

Art. 3º. O Grupo Temático reunir-se-á semestralmente, de forma ordinária, por convocação de seu Coordenador ou, extraordinariamente, por convocação de seu Coordenador ou de um terço dos seus membros.

Art. 4º. Os trabalhos do Grupo Temático serão apoiados por um Secretário, nomeado pelo seu Coordenador.

Art. 5º. A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional proporcionará os meios necessários ao exercício das atribuições do Grupo Temático.

Art. 6º. As recomendações do Grupo Temático serão aprovadas por maioria dos membros nomeados para sua composição.

Art. 7º. As propostas apresentadas pelo Grupo Temático, por meio de recomendações, serão submetidas à apreciação do Grupo Gestor.

Art. 8º. O Grupo Temático de Acompanhamento e Controle Social apresentará ao Grupo Gestor do PAA relatório anual das atividades desenvolvidas no período.

Art. 9º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISPIM MOREIRA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SILVIO ISOPO PORTO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ALBANEIDE MARIA DE LIMA PEIXINHO**

Ministério da Educação

**ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO**

Ministério da Fazenda

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 42 , DE 12 DE JANEIRO DE 2011**  
**(Publicada no D.O.U de 13/11/2011)**  
**(Retificação data da Resolução - D.O.U de 27/01/2011)**

Institui o Sistema Integrado de Informações - SII, com o objetivo de dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do Programa.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, parágrafo 3º, da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e o artigo 3º, VIII, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Instituir, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Sistema Integrado de Informações - SII, com o objetivo de dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do Programa.

§1º - O SII deverá estar apto a produzir relatórios periódicos, conforme definido pelo Grupo Gestor.

§2º - O SII deverá contemplar, obrigatoriamente, todas as modalidades operadas no âmbito do PAA e estar integrado on line às Unidades Executoras.

Art. 2º O SII conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - Quando a operação for efetuada diretamente por meio de DAP física:

- a) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) sexo;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- c) município e Unidade da Federação - UF;
- d) produto(os);
- e) quantidade de produto(os) adquirida;
- f) preço(os) de aquisição;
- g) modalidade;
- h) data ou período de aquisição;
- i) número da DAP.

II - Quando a operação for efetuada por meio de associação ou cooperativa:

- a) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) produto(os);
- c) quantidade de produto(os) adquirida;
- d) número da DAP jurídica;
- e) informações previstas no inciso I deste artigo para os associados ou cooperados que participaram da operação.

III - Para entidades receptoras/distribuidoras dos produtos:

- a) Número do CNPJ da entidade;
- b) produto(os);
- c) quantidade de produto(os) recebida;
- d) classificação do público atendido;
- e) número de beneficiados atendidos por faixa etária e gênero.

Art. 3º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS será responsável pela implantação e pelo gerenciamento do SII.

Parágrafo único. O prazo para implantação do sistema é de seis meses, a contar da data de publicação desta Resolução, sendo que deverá contemplar as informações das operações iniciadas a partir de 01/01/2011 e aquelas anteriores a essa data que puderem ser aproveitadas.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISPIM MOREIRA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO**

Ministério da Fazenda

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**  
Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MARIA LUIZA DA SILVA**  
Ministério da Educação

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SÍLVIO ISOPO PORTO**  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 43 , DE 27 DE JANEIRO DE 2011**  
**(Publicada no D.O.U de 28/01/2011)**

Altera a Resolução nº 27, de 18 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a doação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 19, § 3º da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, e o artigo 3º do Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008,

**R E S O L V E:**

Art. 1º O art. 1º, da Resolução nº 27, de 18 de janeiro de 2008, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

"Art. 1º Os estoques públicos, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, formados com recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA poderão ser doados para o atendimento aos programas sociais do Governo Federal, vinculados à promoção da segurança alimentar e nutricional e coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, se atendido pelo menos um dos requisitos abaixo:

V - a doação seja destinada a atender demanda emergencial por insumos necessários à produção de alimentos." (NR)

Art. 2º O art. 2º, da Resolução nº 27, de 18 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A distribuição dos alimentos e insumos será coordenada pelo MDS" (NR)

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISPIM MOREIRA**  
Coordenador

**RESOLUÇÃO Nº 44 , DE 16 DE AGOSTO DE 2011**  
**(Publicada no D.O.U de 17/08/2011)**

Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o art. 3º, VII, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008,

CONSIDERANDO a importância de reconhecer o trabalho das mulheres e sua contribuição na economia rural e na segurança alimentar e nutricional como estratégia de promoção da igualdade entre mulheres e homens;

CONSIDERANDO as diferentes formas de organização das mulheres rurais para produção de alimentos, valorizando e manejando de forma sustentável os recursos naturais locais;

CONSIDERANDO as desigualdades no acesso de mulheres e, em especial, das suas organizações produtivas ao Programa de Aquisição de Alimentos;

CONSIDERANDO que a geração de renda para as mulheres, em grande medida, significa em melhoria da sua condição socioeconômica, da sua autonomia econômica e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva; e

CONSIDERANDO o papel do Estado em desenvolver ações estratégicas para reverter a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres e suas organizações produtivas, valorizando e fortalecendo a integração do Programa de Aquisição de Alimentos com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, resolve:

Art. 1º Fomentar o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em todas as suas modalidades.

Art. 2º A participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do Programa, desde que cumpram as demais exigências da referida modalidade do Programa.

Art. 3º Serão destinados, no mínimo, cinco por cento da dotação orçamentária anual do PAA, no MDA e no MDS, para as organizações compostas por cem por cento de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento de mulheres na composição societária.

§ 1º Para o efeito de comprovação dos percentuais fixados no caput, deverá ser apresentada relação de associados e declaração do representante legal da entidade atestando o percentual de participação de mulheres.

§ 2º A reserva de recursos será mantida até 30 de setembro de cada exercício financeiro, podendo ser direcionada para outras demandas a partir dessa data.

Art. 4º Nas operações realizadas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Art. 5º Para as modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea e de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Art. 6º Até dezembro de 2012, será admitida a participação de mulheres, nos projetos ou propostas, em níveis inferiores aos percentuais definidos nos arts. 4º e 5º, desde que seja acompanhada de justificativa e comprovação da impossibilidade de cumprimento do percentual.

Art. 7º A participação de mulheres no PAA será monitorada pelos órgãos executores de cada modalidade do Programa, podendo ser ampliada a dotação orçamentária mínima definida no art. 3º, a critério dos ministérios responsáveis pelas respectivas ações orçamentárias e mediante anuência do Grupo Gestor.

Art. 8º Os instrumentos de seleção e contratação de propostas e de acompanhamento do PAA deverão ser reformulados para constar regras que permitam o tratamento adequado às mulheres participantes do programa.

Art. 9º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SILVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário



**DANIEL HENRIQUE SALGADO**  
p/Ministério da Fazenda

**SÍLVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA**  
p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**ALBANEIDE MARIA DE LIMA PEIXINHO**  
p/Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 45 , DE 13 DE ABRIL DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 16/04/2012)**

Dispõe sobre os Termos de Adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos, celebrados entre a União e os órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos, e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, tendo em vista o disposto no art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e no art. 20 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º - Os Termos de Adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA poderão ser celebrados entre a União e:

- I - Estados ou Distrito Federal;
- II - Municípios ou consórcios públicos;
- III - Estados e Municípios ou consórcios públicos.

Parágrafo único - Quando a execução do PAA for realizada por entidade da administração indireta, o Termo de Adesão será firmado entre a União, a entidade e o ente federado a que estiver vinculada.



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

Art. 2º - Os Termos de Adesão firmados entre a União e entes ou consórcios públicos deverão conter, no mínimo, cláusulas que prevejam:

- I - o objeto, que indicará a cooperação, no âmbito do território do ente ou consórcio público, para a execução do PAA;
- II - os requisitos para a adesão, que deverão estabelecer a necessidade de:
  - a) definição da instância de controle social do Programa e do(s) órgão(s) ou entidade(s) responsável por sua gestão;
  - b) designação de gestor(es) que assumirá(ão) um conjunto de obrigações e atribuições;
  - c) dispor de estrutura física e de recursos humanos para a implementação do Programa;
- III - os compromissos assumidos pelas partes;
- IV - que a pactuação de recursos para a execução do Programa seja feita por meio do Plano Operacional;
- V - a vigência mínima de 60 (sessenta) meses e a possibilidade de prorrogação automática do instrumento por igual período, desde que não haja manifestação contrária das partes em prazo prévio concedido pela União;
- VI - a alteração, denúncia ou rescisão do instrumento em comum acordo entre as partes;
- VII - a obrigação de publicidade da celebração do instrumento por meio de extrato publicado no Diário Oficial da União.

Art. 3º - Os compromissos de que trata o inciso III do art. 2º serão definidos para cada uma das partes.

§ 1º - Os compromissos da União devem prever:

- I - a realização de pagamento aos fornecedores do Programa, por meio de instituição financeira oficial, em conformidade com os Planos Operacionais acordados entre as partes e com as informações prestadas pela unidade executora;
- II - a disciplina e a normatização dos procedimentos de gestão e de execução do Programa, coordenando e gerenciando a sua implementação, no âmbito federal, e promovendo a integração de ações entre a União, os entes federados e os consórcios públicos;
- III - a elaboração e disponibilização à unidade executora da Programação Financeira relativa ao Programa;
- IV - o desenvolvimento e a disponibilização à unidade executora de instrumentos e sistemas de gestão do Programa;
- V - a disponibilização à unidade executora de informações e eventuais bases de dados a respeito de:
  - a) beneficiários fornecedores prioritários para participar do Programa; e
  - b) outros beneficiários fornecedores aptos a participar do Programa;
- VI - o apoio à capacitação dos agentes envolvidos na gestão e na execução do Programa;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

VII - a promoção da articulação e da integração do Programa com ações complementares executados no âmbito federal e com o processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

VIII - a disponibilização à população residente na área de atuação do Programa e aos demais interessados, de canais de comunicação, para o recebimento de sugestões e de denúncias sobre eventuais irregularidades na implementação do Programa;

IX - o apoio financeiro à unidade executora para contribuir com as despesas de operacionalização das metas acordadas no Plano Operacional;

§ 2º - Os compromissos dos Municípios ou consórcios públicos devem prever:

I - a execução do Programa de acordo com as modalidades e metas pactuadas por meio de Planos Operacionais, promovendo:

- a) a identificação de potenciais beneficiários fornecedores, especialmente em situação de extrema pobreza, com prioridade a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- b) o cadastramento de fornecedores (pessoa física e jurídica) e obtenção do Termo de Compromisso do fornecedor;
- c) o cadastramento de entidades aptas a receber alimentos do Programa e obtenção do Termo de Compromisso da entidade;
- d) o acompanhamento das ações de fornecimento dos alimentos realizadas pelas entidades atendidas;
- e) o adequado funcionamento da logística de recebimento, armazenamento e distribuição dos alimentos;
- f) o registro correto e tempestivo das operações de aquisição e distribuição no sistema de gestão disponibilizada pelo Programa;
- g) a identificação dos públicos específicos em situação de insegurança alimentar, especialmente os que não são atendidos pelas redes socioassistencial e de equipamentos de alimentação e nutrição, incluindo populações indígenas, quilombolas, acampadas, em situação de rua e famílias com crianças abaixo de seis anos de idade;
- h) o controle da qualidade dos produtos adquiridos e distribuídos;
- i) a adequada guarda e armazenamento dos alimentos adquiridos até o momento de sua destinação ao beneficiário;
- j) a adequada emissão e guarda de documentação fiscal referente às operações de compra;
- k) o acompanhamento do limite de participação anual individual do fornecedor nas operações sob sua supervisão;
- l) o respeito aos limites de recursos financeiros pactuados no Plano Operacional;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

m) o ateste da documentação fiscal e a emissão do Termo de Recebimento e Aceitabilidade dos produtos entregues pelos beneficiários fornecedores;

n) a utilização dos recursos do apoio financeiro exclusivamente na operacionalização do Programa e na consecução das metas acordadas, bem como a tempestiva prestação de contas, conforme procedimento definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

II - o fomento à atuação das instâncias de controle social, inclusive com o apoio ao seu funcionamento e a preparação de relatórios de informações do Programa para essas instâncias;

III - a promoção da apuração e/ou do encaminhamento às instâncias competentes de denúncias sobre irregularidades na execução do Programa;

IV - a articulação da execução do Programa às estratégias de implantação do SISAN.

§ 3º - Os compromissos dos Estados e do Distrito Federal devem prever:

I - a execução direta do Programa nas modalidades pactuadas e nas áreas indicadas nos Planos Operacionais, promovendo:

a) a identificação de potenciais beneficiários fornecedores, especialmente em situação de extrema pobreza, com prioridade a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária;

b) o cadastramento de fornecedores (pessoa física e jurídica) e a obtenção do Termo de Compromisso do fornecedor;

c) o cadastramento de entidades aptas a receber alimentos do Programa e a obtenção do Termo de Compromisso da entidade;

d) o acompanhamento das ações de alimentação realizadas pelas entidades atendidas;

e) o adequado funcionamento da logística de recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos;

f) o registro correto e tempestivo das operações de aquisição e distribuição no sistema de gestão disponibilizado pelo Programa;

g) a identificação dos públicos específicos em situação de insegurança alimentar, especialmente os que não são atendidos pelas redes socioassistencial e de equipamentos de alimentação e nutrição, incluindo populações indígenas, quilombolas, acampadas, em situação de rua e famílias com crianças abaixo de seis anos de idade;

h) o controle da qualidade dos produtos adquiridos e distribuídos;

i) a adequada guarda e armazenamento dos alimentos adquiridos até o momento de sua destinação ao beneficiário;

j) a adequada emissão e guarda de documentação fiscal referente às operações de compra;

k) o acompanhamento do limite de participação anual individual do fornecedor nas operações sob sua supervisão;



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

- l) o respeito aos limites de recursos financeiros pactuados no Plano Operacional;
- m) o ateste das notas fiscais e a emissão do Termo de Recebimento e Aceitabilidade dos produtos entregues pelos beneficiários fornecedores;
- n) a utilização dos recursos do apoio financeiro exclusivamente na operacionalização do Programa e na consecução das metas acordadas, bem como a tempestiva prestação de contas, conforme procedimento definido pelo MDS;

II - a execução direta ou, no caso dos Estados, o apoio à execução do Programa pelos Municípios ou consórcios públicos que aderiram ao PAA, em seu território, especialmente quanto:

- a) ao fortalecimento e à capacitação de organizações de agricultores familiares e de demais beneficiários fornecedores;
- b) à promoção de ações de assistência técnica e extensão rural;
- c) à aplicação da metodologia de definição de preços adotados pelo Programa; e
- d) à emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP a potenciais beneficiários fornecedores do Programa;

III - o envide de esforços para a isenção:

- a) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, no âmbito do Programa;
- b) da taxa de emissão da nota fiscal nas operações do PAA ;

IV - o fomento à atuação das instâncias de controle social, inclusive com o apoio ao seu funcionamento e a preparação de relatórios de informações do Programa para essas instâncias;

V - a promoção da apuração e/ou do encaminhamento às instâncias competentes de denúncias sobre irregularidades na execução do Programa;

VI - a articulação da execução do Programa às estratégias de implantação do SISAN.

Art. 4º - Nos Termos de Adesão envolvendo simultaneamente Estado e Município ou Estado e consórcio público, o instrumento mantém, para o Município ou consórcio público, os compromissos previstos no § 2º do art. 3º e, para o Estado, os compromissos previstos nos incisos II, III e V do § 3º do art. 3º .

Art. 5º - Dentre os compromissos enumerados nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, poderão, conforme o caso, figurar compromissos adicionais pactuados entre as partes.

Art. 6º - O processo de adesão será conduzido pelo MDS, de forma gradual, de acordo com a definição das áreas prioritárias discutidas com o Grupo Gestor do PAA.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 46, DE 11 DE JULHO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 12/07/2012)**

**REVOGADA**

Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 33, § 3º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 21, inciso II, do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Considerando a Nota Técnica SUGOF/GERAB, Nº 025/2012, de 26 de abril de 2012, apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião realizada no dia 25 de maio de 2012, resolve:

Art.1º Alterar o preço de referência do leite em pó produzido pela agricultura familiar, de que trata a Resolução nº 32, de 6 outubro de 2008, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, para até R\$ 8,50/kg (oito reais e cinquenta centavos por quilograma).

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ROBSON TETSUO ITO**

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

**LHAIS NAYANNA ARAUJO DE ANDRADE**

Representante do Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 47, DE 20 DE JULHO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 12/07/2012)**

**REVOGADA**

Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 33, § 3º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 21, inciso II, do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Considerando a Nota Técnica SUGOF/GERAB, Nº 025/2012, de 26 de abril de 2012, apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor em reunião realizada no dia 25 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar o preço de referência do leite em pó produzido pela agricultura familiar, de que trata a Resolução nº 32, de 6 outubro de 2008, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, para até R\$ 8,50/kg (oito reais e cinquenta centavos por quilograma).

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



**ROBSON TETSUO ITO**

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

**LHAIS NAYANNA ARAUJO DE ANDRADE**

Representante do Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 48, DE 20 DE AGOSTO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 20/08/2012 )**

**REVOGADA**

Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Sudene, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, tendo em vista o disposto no art. 21, II, do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e considerando a Nota Técnica Supaf/Gepaf nº 06, de 19 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer, a partir da entrada em vigor desta resolução, o preço de referência para aquisição de ovinos e caprinos produzidos pela agricultura familiar, na região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, nas operações realizadas no âmbito da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, em até R\$6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos) por quilograma de animal vivo, posto no abatedouro, com o limite máximo de aquisição de 20 (vinte) cabeças de animais por criador, o qual deve possuir até 50(cinquenta) cabeças de animais.

§ 1º No valor a que se refere este artigo não estão incluídos os custos de abate, beneficiamento e conservação.

Art. 2º As aquisições poderão ser realizadas até 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO**

Representante do Ministério da Educação

**ROBSON TETSUO ITO**

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**ROGERIO AUGUSTO NEUWALD**

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 49, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 26/09/2012)**

Institui Comitê Consultivo, para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 22 do Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Instituir Comitê Consultivo, vinculado ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA.

Art. 2º O Comitê Consultivo será composto por representantes governamentais e da sociedade civil.

§ 1º A representação governamental no Comitê Consultivo será exercida por integrantes dos seguintes órgãos e entidades da administração pública federal:

I - dois representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, sendo um da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e outro da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN;

II - um representante do Ministério do Meio Ambiente;

III - um representante do Ministério da Pesca e Aquicultura;

IV - um representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

V - um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

VI - um representante da Fundação Nacional do Índio;

VII - demais membros do GGPAA, sendo um de cada órgão;

§ 2º A representação das entidades da sociedade civil no Comitê Consultivo será exercida pelas seguintes instituições convidadas:

I - um representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

II - um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

III - um representante da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar;

IV - um representante da Via Campesina;

V - um representante da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária;

VI - um representante do Movimento dos Pequenos Agricultores;

VII - um representante do Movimento das Mulheres Camponesas;

VIII - um representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas;

IX - um representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas;

X - um representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira;

XI - um representante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais;

XII - um representante da Articulação Nacional de Agroecologia; e

XIII - um representante da Articulação no Semi-Árido Brasileiro.

§ 3º Também comporão o Comitê Consultivo um representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, um representante do Conselho Nacional de Assistência Social e um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 3º Os integrantes do Comitê Consultivo serão nomeados em ato do Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, após indicação dos respectivos órgãos, entidades e instituições.

Art. 4º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

Art. 5º O Comitê Consultivo tem por finalidade o assessoramento e acompanhamento das atividades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em articulação com as atividades do GGPAA, de forma a:

I - manter canal de diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre a implementação do PAA;

II - constituir grupos especializados em temas para detalhamentos e subsídios às decisões do GGPA; e

III - sugerir aprimoramentos na execução do programa ao GGPA.

Art. 6º O Comitê Consultivo reunir-se-á semestralmente, de forma ordinária, por convocação de seu Coordenador ou, extraordinariamente, por convocação de seu Coordenador ou de um terço dos seus membros.

Art. 7º A SESAN exercerá a coordenação do Comitê Consultivo e proporcionará os meios necessários ao exercício das atribuições previstas nesta Resolução.

Art. 8º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Resolução GGPA nº 41, de 19 de novembro de 2010.

**MAYA TAKAGI**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

p/Ministério da Educação

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETO**

p/Ministério da Fazenda

**ROBSON TETSUO ITO**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 50, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 27/09/2012)**

Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, e pelo art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a modalidade de execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA denominada Compra Institucional, a qual tem por finalidade atender as demandas regulares de consumo de gêneros alimentícios por parte da administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Os alimentos adquiridos no âmbito da modalidade de Compra Institucional serão destinados para:

- I - as ações de promoção de segurança alimentar e nutricional;
  - II - o abastecimento da rede socioassistencial;
  - III - o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição;
  - IV - o abastecimento da rede pública de educação básica e superior, bem como da rede filantrópica, comunitária e confessional de ensino, que recebam recursos públicos;
- e



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

V - demais instituições públicas com fornecimento regular de refeições, tais como forças armadas, unidades do sistema de saúde e unidades do sistema prisional.

Art. 3º As aquisições de alimentos, no âmbito da modalidade Compra Institucional, serão realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que, cumulativamente, sejam atendidas as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída nesta Resolução;

II - os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos II e III do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012;

III - seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para aquisições de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do PAA, observado o disposto no art. 19, § 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012; e

IV - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Art. 4º Serão beneficiários fornecedores da modalidade Compra Institucional os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

§ 2º Poderão participar da modalidade Compra Institucional as organizações fornecedoras, definidas como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a DAP Especial - Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPAA.

§ 3º O limite de venda por ano das organizações fornecedoras será a soma dos limites individuais dos beneficiários fornecedores que vendem produtos para as organizações que se enquadram nos critérios definidos neste artigo.

§ 4º As vendas realizadas por organizações fornecedoras deverão ser originadas integralmente de beneficiários fornecedores, conforme definido neste artigo, devendo ser respeitado o limite individual.

Art. 5º Para definição dos preços de aquisição dos produtos da agricultura familiar e suas organizações, o órgão responsável pela compra deverá realizar, no mínimo, 3 (três) pesquisas devidamente documentadas no mercado local ou regional.

§ 1º Na impossibilidade de pesquisa de preço para a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos, os preços poderão ser acrescidos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, consoante disposto no art.17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011.

§ 2º Fica facultada ao órgão responsável pela compra a utilização dos preços de referência estabelecidos nas aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 6º Os pagamentos pelos alimentos adquiridos no âmbito da modalidade Compra Institucional serão realizados diretamente aos beneficiários fornecedores ou às organizações fornecedoras.

Parágrafo único. Sempre que possível, o pagamento será realizado diretamente aos beneficiários fornecedores que possuam o cartão de pagamento do PAA.

Art. 7º A demanda por alimentos será divulgada por meio de Chamada Pública.

§ 1º Serão habilitadas as propostas apresentadas que contemplem:

I - todos os documentos exigidos na Chamada Pública; e

II - preços compatíveis com os de mercado, conforme estatui o art. 5º desta Resolução.

§ 2º O edital de Chamada Pública poderá classificar as propostas segundo critérios de priorização de:



- I - agricultores familiares do município;
- II - comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
- III - assentamentos da reforma agrária;
- IV - grupos de mulheres;
- V - produção agroecológica ou orgânica.

Art. 8º O Poder Executivo Federal poderá disponibilizar aos executores do Programa ferramentas eletrônicas para divulgação e realização das compras realizadas por meio da modalidade Compra Institucional.

Art. 9º Os beneficiários fornecedores e as organizações fornecedoras deverão informar ao Poder Executivo Federal, por meio de instrumento eletrônico que lhes será disponibilizado, o valor das vendas anuais e a origem da produção comercializada, ao menos uma vez por ano, sob pena de suspensão do acesso ao PAA.

Art. 10. As despesas com a execução das ações de que trata esta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos órgãos e entidades envolvidos em sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

p/Ministério da Educação

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 51, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 25/10/2012 )**

Autoriza a realização de operação, em caráter especial, de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial, no Estado do Amazonas, no âmbito do Programa de aquisição de Alimentos - PAA, e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, tendo em vista o disposto no art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e

**CONSIDERANDO** a Nota Técnica SUGOF/GEPAF Nº 08/2012, de 27 de julho de 2012, apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, resolve:

Art. 1º. Autorizar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, a realização de operação especial de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial no Estado do Amazonas, no período de 24 de outubro de 2012 a 31 de março de 2013.

Parágrafo único. A operação de que trata o caput será executada pela CONAB e realizada nos municípios-polos de Lábrea, Tefé, Benjamin Constant, Manacapuru, Urucurituba, Urucará, Itacoatiara, Iranduba, Manaquiri e Parintins.

Art. 2º. Fica fixado, na operação especial de que trata esta resolução, o preço do pescado in natura, oriundo da pesca artesanal, em R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por quilograma.

Parágrafo único. As espécies passíveis de compra são: jaraqui, branquinha, sardinha, pacu, curimatã, aracu, cubio, mapará e outras espécies consideradas como peixe popular ou miúdo, pescados de forma artesanal, obedecidas as normas que regem a permissão de captura, especialmente quanto ao tamanho mínimo de cada espécie, e as exigências sanitárias.

Art. 3º. A operação especial será precedida de plano operacional, formulado pela executora da operação, que deverá detalhar a demanda por consumo do pescado, os limites de compra por beneficiário fornecedor, a priorização do público produtor e consumidor e logística de distribuição.

Parágrafo único. Os limites de compra por beneficiário fornecedor deverão respeitar os limites de participação dos beneficiários e organizações fornecedoras, estabelecidos no art. 19, do Decreto nº 7.775, de 2012.

Art. 4º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO CAMPOS**

Ministério da Educação

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 52, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012**  
**(Publicada no D.O.U de 21/11/2012 )**

Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da SUDENE, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 02 de junho de 2003, com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, tendo em vista o disposto no art. 21, II, do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, e

Considerando a Nota Técnica SUPAF/GEPAF nº 006, de 19 de julho de 2012, e a Nota Técnica Conjunta MDS-CONAB nº 01, de 05 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer o preço de referência para aquisição de ovinos e caprinos produzidos pela agricultura familiar, na região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, nas operações realizadas no âmbito da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, em R\$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos), por quilograma de animal vivo posto no abatedouro.

Parágrafo Único. No valor a que se refere este artigo não estão incluídos os custos de abate, beneficiamento, conservação, armazenamento e distribuição.

Art. 2º Fica estabelecido o limite máximo de aquisição em 20 (vinte) cabeças de animais por criador, o qual deve possuir até 50 (cinquenta) matrizes dos animais.

Art. 3º O produto final das operações de abate será a proporção mínima de 40% (quarenta por cento) de carne processada em relação ao peso do animal vivo.

§ 1º Para realização das operações de abate, beneficiamento e conservação, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB contratará, na forma da lei, abatedouros especializados, com o devido registro e acompanhamento dos Serviços de Inspeção Estadual - SIEs.

§ 2º As sobras de processamento como vísceras, couro e outras partes do animal, ficarão com o abatedouro contratado, que será responsável pelos corretos uso e destinação, de acordo com legislação vigente.

Art. 4º As aquisições poderão ser realizadas até 31 de dezembro de 2012.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Resolução GGPA n° 48, de 20 de agosto de 2012.

**DENISE REIF KROEFF**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO**

Representante do Ministério da Educação

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 53, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012**  
(Publicada no D.O.U de 20/12/2012)

Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPAA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II do art. 21 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, e novembro de 2012, apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA em reunião realizada no dia 19 de novembro de 2012, resolve:

Art.1º Definir o preço do quilograma do leite em pó, para aquisição do produto nas operações de Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques, em até R\$ 12,00/kg (doze reais por quilograma).

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Resolução no 46, de 11 de julho de 2012, do GGPAA.

**MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**LHAIS NAYANNA ARAÚJO DE ANDRADE**

Representante do Ministério da Educação

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

## RESOLUÇÃO Nº 54, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

(Publicada no D.O.U de 31/12/2012)

**REVOGADA**

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da SUDENE, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 02 de junho de 2003, com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, tendo em vista o disposto no art. 21, II, do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 30 de junho de 2013, o prazo que trata o art. 4º da Resolução nº 52, de 20 de novembro de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### **MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

### **LHAIS NAYANNA ANDRADE DE ARAÚJO**

Representante do Ministério da Educação

### **MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

Representante do Ministério da Fazenda

### **ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



**RESOLUÇÃO Nº 55, DE 21 DE JANEIRO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 22/01/2013)**

Prorroga os preços de referência para a aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, estabelecidos pela Resolução nº 47 de 20 de julho de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto na Nota Técnica SUGOF/GERAB nº 053, de 14 de novembro de 2012, da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 28 de fevereiro de 2013, os preços de referência de que trata o art. 2º da Resolução nº 47, de 20 de julho de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, para aquisição do leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite.

Art. 2º Convalidar as aquisições de leite realizadas até a data de publicação desta Portaria com base nos preços de referência de que trata o art. 2º da Resolução nº 47, de 2012, do GGPAA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 56, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 14/02/2013)**

Acrescenta o inciso VI ao art. 2º da Resolução GGPAA nº 50, de 26 de setembro de 2013, que dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPAA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e pelo art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

Art.

2º .....

VI - abastecimento do consumo regular de alimentos adquiridos pela administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MAYA TAKAGI**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**LHAIS NAYANNA ARAÚJO DE ANDRADE**

p/Ministério da Educação

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

p/Ministério da Fazenda

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**RESOLUÇÃO Nº 57, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 27/02/2013)**

Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade “Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite)”, estabelece sua metodologia de cálculo e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e pelo art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e Considerando a Nota Técnica SUGOF/GERAB nº 003, de 30 de janeiro de 2013, apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, em reunião realizada em 1º de fevereiro de 2013, resolve:

Art. 1º Os preços a serem pagos aos beneficiários produtores para aquisição do leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA - Leite serão calculados pela média dos preços pagos ao produtor nos últimos 3 (três) meses, em cada Unidade da Federação onde for implementado o Programa, apurados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Parágrafo Único. Os preços pagos aos beneficiários produtores, no âmbito do PAA - Leite, não poderão ser inferiores aos preços definidos para o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF para o mesmo produto e na mesma Unidade da Federação.

Art. 2º Os preços de referência para aquisição do leite, no âmbito do PAA - Leite, estabelecidos com base na metodologia definida no art. 1º, ressalvado o disposto em seu §1º, encontram-se dispostos no Anexo desta Resolução.

Art. 3º Nos convênios firmados entre a União e os Estados para execução do PAA - Leite, de que trata a Resolução nº 37, de 2009, do GGPAA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome poderá aportar até 80% (oitenta por cento) do valor final do preço de referência do leite, estabelecido no art. 2º, cabendo ao conveniente o aporte correspondente à diferença em relação ao valor final.

Art. 4º Os convenientes, com recursos oriundos exclusivamente de contrapartida, poderão majorar o preço pago aos beneficiários produtores em até 10% (dez por cento) do valor final do respectivo preço de referência estabelecido no Anexo desta Resolução, adicionalmente ao aporte mínimo do conveniente estabelecido no art. 3º.

Art. 5º O art. 10 da Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009, do GGPAA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O preço de referência do leite, a ser adquirido no âmbito do PAA - Leite, será definido pelo Grupo Gestor do PAA por meio de resolução específica." (NR);

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 38, de 27 de novembro de 2009, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

**DENISE REIF KROEFF**

p/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

p/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

p/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**LILIANE MAIA ROSA**

p/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SARA REGINA SOUTO LOPES**

p/ Ministério da Educação

**RESOLUÇÃO Nº 57, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 27/02/2013)**

**ANEXO**

Preços de referência para aquisição do leite no âmbito do PAA – Leite

UF	Valores do Leite pago aos beneficiários produtores		Valores do Leite pago aos Laticínios	Preço de Referência – Valor Final	
	Leite de Vaca	Leite de Cabra		Leite de Vaca	Leite de Cabra
<b>AL</b>	1,02	1,20	0,52	1,54	1,72
<b>BA</b>	0,91	1,25	0,52	1,43	1,77
<b>CE</b>	0,91	1,20	0,52	1,43	1,72
<b>MA</b>	0,91	-	0,52	1,43	-
<b>MG</b>	0,85	-	0,52	1,37	-
<b>PB</b>	1,03	1,30	0,52	1,55	1,82
<b>PE</b>	1,01	1,30	0,52	1,53	1,82
<b>PI</b>	1,11	-	0,52	1,63	-
<b>RN</b>	0,96	1,30	0,52	1,48	1,82
<b>SE</b>	1,00	-	0,52	1,52	-

**RESOLUÇÃO Nº 58, DE 17 DE JUNHO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 18/06/2013)**

Estende o período estabelecido na Resolução nº 51, de 24 de outubro de 2012, referente à autorização para a realização de operação especial de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial, no Estado do Amazonas, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e dá outras providências.

O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, e o art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto na Nota Técnica SUPAF/GEPAF nº 03, de 26 de março de 2013, da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, resolve:

Art. 1º A realização de operação especial de aquisição de pescado in natura oriundo da pesca artesanal fluvial, no Estado do Amazonas, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de que trata o art. 1º da Resolução GGPA nº 51, de 24 de outubro de 2012, fica autorizada até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Ficam convalidadas as operações de que trata o art. 1º, realizadas até a data de publicação desta Resolução, com base na autorização concedida conforme a Resolução GGPA nº 51, de 2012.

Art. 3º O art. 2º da Resolução nº 51, de 24 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º.....

Parágrafo único. As espécies passíveis de compra são: jaraqui, branquinha, sardinha, pacu, curimatã, aracu, cubio, mapará, acará e outras espécies consideradas como peixe popular ou miúdo, pescados de forma artesanal, obedecidas as normas que regem a permissão de captura, especialmente quanto ao tamanho mínimo de cada espécie, e as exigências sanitárias." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**DENISE REIF KROEFF**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

p/Ministério da Fazenda

**LILIANE MAIA ROSA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SARA REGINA SOUTO LOPES**

p/Ministério da Educação

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**RESOLUÇÃO Nº 59, DE 10 DE JULHO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 11/07/2013)**

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, e pelo art. 21, I, do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a modalidade de execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA denominada Compra com Doação Simultânea - CDS.

Art. 2º A aquisição de alimentos de beneficiários ou organizações fornecedoras será realizada simultaneamente com a doação às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas, definidas pelo GGPA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. Os alimentos adquiridos no âmbito desta modalidade poderão ser destinados para:

- I - o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - o abastecimento da rede socioassistencial;
- III - o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição;
- IV - o abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino; e
- V - outras demandas a serem definidas pelo GGPA.

Art. 3º Para fins desta Resolução, considera-se:

- I - unidade recebedora: organização formalmente constituída, contemplada na proposta de participação da Unidade Executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores;
- II - unidade executora: órgão ou entidade da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, ou consórcio público, que celebre Termo de



Adesão ou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, bem como a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB ou órgão ou entidade da administração pública federal que celebre termo de cooperação com o MDS.

§ 1º A execução do PAA por intermédio de termo de adesão é precedida da elaboração de proposta de participação pela unidade executora, após a aprovação do Plano Operacional pelo MDS, em que são discriminados, no mínimo, os beneficiários fornecedores, os produtos a serem adquiridos, com seus preços e quantidades, as entidades receptoras e o parecer da instância de controle social.

§ 2º Sempre que possível, devem ser priorizados nas aquisições os beneficiários fornecedores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, beneficiários do Programa Bolsa Família, mulheres, produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e demais povos e comunidades tradicionais e o público atendido por ações do Plano Brasil Sem Miséria.

§ 3º Nas operações da modalidade CDS deve ser respeitado o percentual mínimo de quarenta por cento de mulheres do total de beneficiários fornecedores, de acordo com a Resolução GGPA n° 44, de 16 de agosto de 2011.

Art. 4º A aquisição de alimentos deverá ser planejada, de forma a conciliar a demanda das entidades receptoras de alimentos e as características do público por elas atendido com a oferta de produtos dos beneficiários fornecedores do PAA.

Parágrafo único. Nos casos de atendimento às redes de ensino, os projetos ou propostas de participação deverão ser aprovados pelo Responsável Técnico do Programa de Alimentação Escolar no município ou estado.

Art. 5º O valor limite para a venda de produtos, no âmbito da CDS, é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), por unidade familiar, por ano, independentemente da Unidade Executora.

§ 1º Nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, o limite de participação, por unidade familiar, é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

§ 2º O limite anual, por unidade familiar, quando o acesso for por meio de organizações fornecedoras, será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) nas aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade ou, ainda, nas aquisições em que pelo menos 50% (cinquenta por cento) de beneficiários fornecedores sejam cadastrados no CadÚnico.

§ 3º Os limites definidos neste artigo se aplicam à unidade familiar, independentemente da ocorrência de dupla titularidade ou da existência de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP acessória vinculada à principal.

§ 4º A unidade familiar, individualmente, ou por meio de suas organizações, que comercializar sua produção com mais de uma Unidade Executora na modalidade CDS também será responsável pelo acompanhamento de seu limite de participação anual.

Art. 6º Na aquisição dos alimentos devem ser observados os normativos de controle sanitário e de qualidade expedidos pelos órgãos responsáveis.

Art. 7º O preço de referência de aquisição dos alimentos será definido pela média de 3 (três) pesquisas de preços praticados no mercado atacadista local ou regional, apurados nos últimos 12 (doze) meses, devidamente documentadas e arquivadas na Unidade Executora por pelo menos 5 (cinco) anos.

§ 1º No caso de produtos sem referência no mercado atacadista local ou regional, pode-se utilizar os preços pagos aos produtores no mercado local.

§ 2º Na impossibilidade de realização de pesquisa no mercado atacadista local ou regional, conforme estabelecido no caput, para compra de produtos agroecológicos ou orgânicos, admitem-se preços de aquisição com acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, consoante disposto no art. 17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

§ 3º Os preços do mercado local ou regional divulgados na rede mundial de computadores pela CONAB para o PAA poderão ser utilizados pelas demais unidades executoras.

§ 4º Os preços de referência de que trata este artigo terão validade por um intervalo de 12 (doze) meses, sendo que, durante este período, caso algum produto apresente significativa alteração de preço no mercado, os fornecedores poderão solicitar à Unidade Executora alterações nos valores em vigor, com as devidas justificativas.

Art. 8º Quando a Unidade Executora for:

I - órgão ou entidade da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, ou consórcio público, que tenham celebrado Termo de Adesão com as unidades gestoras:

a) os alimentos serão adquiridos dos beneficiários fornecedores, individualmente ou agrupados em organizações fornecedoras, conforme os incisos II e III do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012;

b) a entrega dos alimentos deverá ser realizada, preferencialmente, em centrais de recebimento e distribuição ou estrutura congênere, ou em postos volantes de coleta;

c) o pagamento aos beneficiários fornecedores deverá ser precedido de comprovação da entrega dos alimentos na quantidade estabelecida e com qualidade satisfatória, por meio do Termo de Recebimento e Aceitabilidade, na forma do art. 15 do Decreto nº 7.775, de 2012, emitido e assinado pela Unidade Executora ou pela entidade recebedora, neste caso referendado pela Unidade Executora, e por meio de documento fiscal atestado pela Unidade Executora, a quem caberá a responsabilidade pela guarda dos documentos em boa ordem;

d) a destinação dos alimentos será realizada pela Unidade Executora e sua comprovação será feita por meio de Termo de Doação, assinado por agente público designado pela Unidade Executora e por representante da Unidade Recebedora; e

e) o pagamento aos beneficiários fornecedores ou às organizações fornecedoras será realizado por intermédio de instituição financeira oficial, mediante autorização da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com base nas



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

informações de aquisição de alimentos inseridas pela Unidade Executora no Sistema de Informações do PAA - SISPA, disponível na rede mundial de computadores;

II - a CONAB, por meio da celebração de termo de cooperação com o MDS:

a) os alimentos serão adquiridos dos beneficiários fornecedores definidos no inciso II do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012, prioritariamente por meio de organizações fornecedoras;

b) a aquisição de alimentos será precedida de proposta de participação e representada por Cédula de Produto Rural - CPR, observado o disposto na Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994;

c) os recursos necessários para a aquisição de alimentos serão depositados pela CONAB em conta bancária específica das organizações fornecedoras ou beneficiários fornecedores, permanecendo bloqueados e somente sendo liberados pela CONAB após a comprovação da entrega e qualidade dos produtos mediante apresentação da documentação fiscal, do Termo de Recebimento e Aceitabilidade emitido e atestado por representante da entidade que receber os alimentos e referendado pela CONAB e do relatório de entrega;

III - órgão ou entidade da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, que tenha celebrado convênio com o MDS:

a) os alimentos serão adquiridos dos beneficiários fornecedores, individualmente, ou agrupados em organizações fornecedoras, conforme os incisos II e III do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012, respeitada a legislação específica;

b) a entrega dos alimentos deverá ser realizada, preferencialmente, em centrais de recebimento e distribuição ou estrutura congênere, ou em postos volantes de coleta, e sua comprovação dar-se-á mediante apresentação da documentação fiscal e do Termo de Recebimento e Aceitabilidade assinado por agente público designado pela Unidade Executora do Programa; e

c) o pagamento ao beneficiário fornecedor será realizado por intermédio de instituição financeira oficial, mediante autorização do conveniente, preferencialmente em conta bancária do referido beneficiário ou da organização fornecedora.

Parágrafo único. Na hipótese da alínea "d" do inciso I, uma via do Termo de Doação acompanhará os alimentos, para fins de controle de trânsito de mercadorias pelas autoridades fiscais.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se a Resolução nº 28, de 31 de março de 2008, e a Resolução nº 39, de 26 de janeiro de 2010, do GGPA.

**ARNOLDO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

p/Ministério da Fazenda

**LILIANE MAIA ROSA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**RESOLUÇÃO Nº 60, DE 20 DE AGOSTO DE 2013**  
(Publicada no D.O.U de 21/08/2013)

**SARA REGINA SOUTO LOPES**

p/Ministério da Educação

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Estende o prazo para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Sudene, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, e dá outras providências

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPAA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º da Lei nº 10.696, de 02 de junho de 2003, tendo em vista o disposto no art. 21 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, e

CONSIDERANDO a necessidade de se estender o prazo para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, resolve:

Art. 1º Estender até 31 de dezembro de 2013 o prazo que trata o art. 4º da Resolução GGPAA nº 52, de 20 de novembro de 2012.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com esteio na Resolução GGPAA nº 52, de 20 de novembro de 2012, entre 30/06/2013 e a data de publicação desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução GGPAA nº 54, de 27 de dezembro de 2012.

**ARNOLDO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**LILIANE MAIA ROSA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

**RESOLUÇÃO Nº 61, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 24/10/2013)**

p/Ministério da Fazenda

**PEDRO ANTÔNIO BAVARESCO**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA - Leite.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o § 3º do artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o artigo 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas e procedimentos referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e Consumo de Leite - PAA-Leite, conforme o disposto nesta Resolução.

Art. 2º Os objetivos do PAA-Leite, a ser operacionalizado na Região Nordeste, no norte de Minas Gerais e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, são:

I - contribuir para o abastecimento alimentar de famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição gratuita de leite;

II - fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares, com prioridade para aqueles agrupados em organizações fornecedoras e/ou inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, a preços justos; e

III - integrar o leite aos demais circuitos de abastecimento do PAA, por meio do atendimento a entidades da rede socioassistencial, equipamentos de alimentação e nutrição e unidades da rede pública e filantrópica de ensino.

Art. 3º O PAA-Leite pode ser executado por órgãos ou entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, por meio de convênio celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Art. 4º Os beneficiários consumidores do PAA-Leite são:

I - famílias registradas no CadÚnico que possuam, entre seus membros, pessoa em alguma das seguintes condições:

- a) gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal;
  - b) crianças de dois a sete anos de idade, que possuam certidão de nascimento e estejam com o controle de vacinas em dia;
  - c) nutrízes até seis meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança;
  - d) pessoas com sessenta anos ou mais; e
  - e) outros, desde que justificado e autorizado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN;
- e

II - pessoas atendidas pelas unidades receptoras, ou seja, por entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição e unidades da rede pública e filantrópica de ensino, dentre outras entidades públicas, que sirvam refeições regularmente.

§ 1º Os beneficiários descritos no inciso I terão direito a um litro de leite por dia até o limite de dois litros por família.

§ 2º Para efeitos de cadastramento dos beneficiários descritos no inciso I, o beneficiário titular será aquele que se enquadre no perfil de beneficiário consumidor do PAA-Leite, devendo ser registrado no instrumento de cadastro o nome de sua mãe e o número do NIS.

§ 3º No mínimo trinta por cento do leite adquirido será destinado para o atendimento às unidades receptoras descritas no inciso II, preferencialmente aquelas já atendidas pelo PAA por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea.

Art. 5º Os beneficiários fornecedores do PAA-Leite são os produtores de leite que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e apresentem a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, regulamentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, desde que participem das ações promovidas pelo conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica, e realizem a vacinação do rebanho, conforme legislação pertinente.

§ 1º Para o cadastramento dos beneficiários fornecedores deverão ser priorizadas:

- I - cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, com, no mínimo,





# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

três anos de existência, detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPA, que realizem a pasteurização do leite de seus cooperados e vendam o leite já pasteurizado ao Programa;

II - cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, com, no mínimo, três anos de existência, detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo GGPA, que contratem o beneficiamento do leite e vendam o produto já pasteurizado ao Programa; e

III - pessoas inscritas no CadÚnico, mulheres, produtores orgânicos ou agroecológicos, povos e comunidades tradicionais e público beneficiário do Plano Brasil Sem Miséria.

§ 2º Deverá ser respeitado o percentual mínimo de trinta por cento de mulheres no total de beneficiários fornecedores, conforme disposto na Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, do GGPA.

Art. 6º O cadastramento das organizações fornecedoras aptas a comercializarem o leite pasteurizado será realizado pelo conveniente preferencialmente por meio de chamamento público, do qual será dada ciência à SESAN, por meio do envio de documentação comprobatória da realização do chamamento e de seu resultado, conforme previsto no instrumento de convênio.

Parágrafo único. Nas Unidades da Federação em que houver mais de uma organização fornecedora apta a comercializar o leite pasteurizado, uma única organização não poderá realizar o beneficiamento de mais de cinquenta por cento do leite disponível.

Art. 7º Para a apuração do teto a que se refere a alínea "c" do inciso I do art. 19 do Decreto nº 7.775, de 2012, o limite máximo de aquisição do PAA-Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade familiar/DAP, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro, com limite de venda de cem litros por dia por produtor.

§ 1º Caso o valor definido no caput não seja utilizado totalmente em um semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte.

§ 2º Para fixação do valor definido no caput devem ser considerados os preços pagos ao produtor pelo leite in natura, em sua propriedade ou no tanque de resfriamento.

§ 3º Caso o beneficiário fornecedor alcance a cota limite no semestre, deverá ser substituído por outro que não tenha atingido a cota, observadas as prioridades estabelecidas no art. 5º.

§ 4º O beneficiário fornecedor poderá participar de outras modalidades do PAA, desde que sejam respeitados os limites financeiros, por unidade familiar/DAP, descritos no art. 19 do Decreto nº 7.775, de 2012.



§ 5º Caso o beneficiário fornecedor participe do Programa por meio de organização fornecedora, o valor total a receber por unidade familiar/DAP será o mesmo exposto no caput.

Art. 8º O conveniente poderá, desde que o pleito seja analisado e autorizado pelo concedente, formalizar parceria com cooperativas de agricultores familiares, portadoras de DAP Especial - Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo GGPAA, para que estas viabilizem a execução do Programa, desde que obedecidas as demais normas do PAA-Leite, conforme previsto no instrumento de convênio.

Parágrafo único. Na hipótese descrita no caput, as cooperativas de produtores realizarão o registro dos agricultores, a gestão e o pagamento às beneficiadoras de leite.

Art. 9º A contratação das empresas beneficiadoras do leite deverá ser realizada com estrita observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Art. 10. A metodologia de cálculo e os preços de referência do leite a ser adquirido serão definidos pelo GGPAA.

Art. 11. Quando organização fornecedora realizar a venda do leite pasteurizado, o MDS arcará com até cem por cento do valor do litro de leite.

Parágrafo único. Quando o conveniente contratar empresa beneficiadora para a realização do serviço de pasteurização, o MDS arcará com até cem por cento do valor a ser pago ao beneficiário fornecedor e com, no máximo, cinquenta por cento do valor a ser destinado à beneficiadora.

Art. 12. O MDS, por intermédio da SESAN, participará financeiramente da execução dos convênios do PAA-Leite com até oitenta por cento do recurso financeiro necessário, conforme pactuação a ser realizada quando da celebração dos respectivos convênios.

Art. 13. Os beneficiários fornecedores, organizações fornecedoras, beneficiários consumidores e beneficiadoras de leite que descumprirem as normas previstas nesta resolução poderão ser excluídos do Programa.

Art. 14. Os convênios de PAA-Leite formalizados nos anos de 2009 e 2010 continuam sendo regidos pela Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009, do GGPAA.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009, do GGPAA.

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**RESOLUÇÃO Nº 62, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013**  
**(Publicada no D.O.U de 25/10/2013)**

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

p/Ministério da Fazenda

**LILIANE MAIA ROSA**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

p/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

**O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (GGPAA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o § 3º do art. 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, e o inciso IV do art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar as normas e procedimentos referentes a destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, conforme disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para fins desta portaria consideram-se:

I - beneficiários consumidores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA - GGPAA,



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

pela rede pública e filantrópica de ensino;

II - Unidade Executora do PAA: órgão ou entidade da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcio público, que celebre Termo de Adesão ou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e órgão ou entidade da administração pública federal que celebre termo de cooperação com o MDS;

III - Unidade Recebedora: organização formalmente constituída, definida nos incisos IV e V deste artigo, contemplada na proposta de participação da unidade executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores;

IV - rede socioassistencial: as seguintes unidades do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que ofertem serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social:

- a) Centro de Referência de Assistência Social - CRAS: unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS, que possua interface com as demais políticas públicas e articule, coordene e ofereça os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, que deve receber ou organizar a doação de alimentos e promover a articulação com as entidades de assistência social localizadas em seu território;
- b) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP: equipamento voltado para o atendimento especializado à população em situação de rua;
- c) equipamento que ofereça o serviço de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral; e
- d) entidade e organização de assistência social: entidade e organização sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, presta atendimento e assessoramento aos beneficiários da Assistência Social, bem como atua na defesa e garantia de direitos, e que obrigatoriamente esteja inscrita no conselho municipal de assistência social; e

V - equipamentos de alimentação e nutrição:

- a) Restaurantes Populares;
- b) Cozinhas Comunitárias;
- c) Bancos de Alimentos;
- d) estruturas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de saúde, educação, justiça e segurança pública; e de direito privado sem fins lucrativos e que destinem cem por cento de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares exclusivamente ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 3º Os alimentos adquiridos por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea serão destinados na forma de doação às Unidades Recebedoras, que deverão necessariamente fazer parte da rede socioassistencial ou dos equipamentos de alimentação e nutrição, descritos nos incisos IV e V do art. 2º.

§ 1º As entidades enquadradas no item "d" do inciso IV do art. 2º, que não estejam inscritas no conselho municipal de assistência social, tem até dia 31 de julho de 2014 para providenciar a sua inscrição, sob pena de não recebimento dos alimentos do PAA.

§ 2º A cada recebimento de alimentos deve ser assinado pela Unidade Recebedora o termo de recebimento e aceitabilidade, conforme modelo a ser fornecido pela Unidade Executora do PAA.

§ 3º O termo de recebimento e aceitabilidade de que trata o § 2º deverá ser referendado por representante da Unidade Executora.

§ 4º A Unidade Recebedora deverá manter os registros das entregas atualizados no caderno de entregas, registrando toda a movimentação de alimentos.

§ 5º Para o caso de doação de cestas de alimentos, a Unidade Recebedora deverá manter em boa guarda a lista das pessoas beneficiadas contendo, no mínimo, nome completo e nome da mãe e, quando possível, número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Número de Identificação Social - NIS.

Art. 4º Os alimentos adquiridos por meio das modalidades Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques poderão ser doados:

- I - à rede socioassistencial;
- II - a equipamentos de alimentação e nutrição;
- III - a demandas do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; e
- IV - a outros atendimentos definidos pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.

§ 1º Quando se tratar da doação a que se referem os incisos I e II do caput, a solicitação deverá ser encaminhada à CONAB, mediante preenchimento de formulário padrão de Pedido de Doação de Alimentos - PDA disponibilizado em seu sítio eletrônico, e deve ser precedida de uma análise qualificada da demanda de alimentos e da oferta dos produtos disponíveis por parte da CONAB.

§ 2º Quando se tratar de doação ao que se referem os incisos III e IV do caput, a solicitação deverá ser encaminhada à CONAB, mediante preenchimento de formulário padrão de Pedido de Doação de Alimentos - PDA, disponibilizado pela CONAB em seu sítio eletrônico, que após verificar a demanda de alimentos e a oferta dos produtos disponíveis em estoque, encaminhará à SESAN para avaliação.

§ 3º As Unidades Recebedoras deverão prestar contas à CONAB das doações recebidas, mediante preenchimento de formulário padrão disponibilizado pela CONAB em sítio eletrônico.

Art. 5º É vedado vincular o ato de doação/destinação de alimentos a autoridades ou servidores públicos de qualquer dos Poderes das três esferas administrativas, bem como a qualquer modalidade de veiculação eleitoral, em consonância com os princípios da impessoalidade e da moralidade, de forma a proteger a probidade administrativa, observada a legislação eleitoral.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS**

p/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO**

p/Ministério da Fazenda

**JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY JÚNIOR**

p/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**PEDRO ANTONIO BAVARESCO**

p/Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SARA REGINA SOUTO LOPES**

p/Ministério da Educação

[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)  
produtos e serviços/  
agricultura familiar/  
legislação e regulamentos